

caletroscópio



Ano 1 | Nº 1 | Jul./Dez. 2012 | Semestral
Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem
Universidade Federal de Ouro Preto
Mariana, MG
ISSN 2317-0409





UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

REITOR

João Luiz Martins

VICE-REITOR

Antenor Rodrigues Barbosa Júnior

DIRETOR DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

William Augusto Menezes

VICE-DIRETORA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Glícia Salviano Gripp

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE LETRAS

Clézio Roberto Gonçalves

**COORDENADORA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS:
ESTUDOS DA LINGUAGEM**

Maria Clara Versiani Galery

Revista Caletrosκόpio / Programa de Pós-Graduação em
Letras: Estudos da Linguagem da Universidade Federal de
Ouro Preto – Ano 1, Nº 1 (Jul./Dez. 2012) – Mariana: UFOP,
2012.

224 p.

Semestral

ISSN 2317-0409

1. Linguagem. 2. Memória cultural. 3. Tradução. 4. Práticas
discursivas. I. Universidade Federal de Ouro Preto. Programa
de Pós-Graduação em Letras.

CDU: 81:82.09

Catálogo: bibichs@sisbin.ufop.br

REVISTA CALETROSCÓPIO

Universidade Federal de Ouro Preto

Instituto de Ciências Humanas e Sociais

Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem

Rua do Seminário, s/n – Mariana/MG

CEP: 35420-000

Tel. (31) 3557 9418

e-mail: caletroscoPIO@ichs.ufop.br

caletroscópio



Ano 1 | Nº 1 | Jul./Dez. 2012 | Semestral
Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem
Universidade Federal de Ouro Preto
Mariana, MG
ISSN 2317-0409

EDITORES

Ana Paula Antunes Rocha – UFOP
Carlos Eduardo Lima Machado – UFOP
William Augusto Menezes (Presidente) – UFOP

ASSISTENTES DE EDIÇÃO

Alice Meira Inácio – UFOP
Nárllel Dayane Advíncula-Miguel – UFOP

CONSELHO EDITORIAL

Abel Barros Baptista (Universidade Nova de Lisboa – Portugal)
Amanda Eloina Scherer (UFMS)
Ana Zandwais (UFRS)
Andréia Schurt Rauber (UFSC)
Antônio Luiz Assunção (UFSJ)
Beth Brait (PUC SP)
Carlos A. M. Gouveia (Universidade de Lisboa)
Dirce Waldrick do Amarante (UFSC)
Emílio Róscoe Maciel (UFOP)
Eni Puccinelli Orlandi (UNIVAS)
Fábio de Souza Andrade (USP)
Fábio Durão (UNICAMP)
Geoff Thompson (University of Liverpool)
Helcira Maria Rodrigues Lima (UFMG)
Ida Lúcia Machado (UFMG)
João Bosco Cabral dos Santos (UFU)
José Carlos de Almeida Filho (UnB)
José Luiz Vila Real (UFOP)
Leandra Batista Antunes (UFOP)
Leila Bárbara (PUC SP)
Lineide Salvador Mosca (USP)
Lorenzo Vitral (UFMG)
Luiz Francisco Dias (UFMG)
Márcia Zimmer (Universidade católica de Pelotas)
Maria Antonieta Amarante Cohen (UFMG)
Maria Carmen Aires Gomes (UFV)
Maria Célia Pereira Lima Hernandez (USP)
Maria Clara Versiani Galery (UFOP)
Maria Eduarda Giering (UNISINOS)
Melânia Silva de Aguiar (PUC MG)
Mônica Magalhães Cavalcante (UFC)
Patrick Charaudeau (Université Paris XIII)
Paulo Henrique A. Mendes (UFOP)
Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz (Universidade Estadual de Feira de Santana)
Roberto Acizelo (UERJ)
Roberto Leiser Baronas (UFSCar)
Ruth Silviano Brandão (UFMG)
Ruth Amossy (Tel-Aviv University)
Sebastião Pinho (Universidade de Coimbra)
Sérgio Medeiros (UFMG)
Silvio de Almeida Toledo Neto (USP / Universidade de Lisboa)
Thais Christófaro-Silva (UFMG)
Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva (UFMG)
Walter Carlos Costa (UFSC)
Wander Emediato de Souza (UFMG)

Sumário

- 7 **Editorial**
- 9 **A Carta Geographica e o Mappa Topografico e Idrografico da Capitania de Minas Geraes: a segunda representação, base cartográfica para a primeira?**
[*The Topographic and Hydrographic Map of Minas Geraes Province: could the second representation serve as base for the first one?*]
MÁRCIA MARIA DUARTE DOS SANTOS
JORGE PIMENTEL CINTRA
MARIA CÂNDIDA TRINDADE COSTA DE SEABRA
- 29 **Invenção de Orfeu, Jorge de Lima em busca da Idade de Ouro**
[*Invention of Orpheus, Jorge de Lima in search of the Golden Age*]
LUCIANO MARCOS DIAS CAVALCANTI
- 53 **O ethos indígena na obra literária memorialista de Daniel Munduruku**
[*The indigenous ethos in the literary memoirs of Daniel Munduruku*]
WANIAMARA DE JESUS DOS SANTOS
- 77 **O mito identitário brasileiro num poema de David Mourão-Ferreira**
[*The Brazilian identity myth in a David Mourão-Ferreira's poem*]
REGINA CÉLIA DE CARVALHO PEREIRA DA SILVA
- 89 **Respostas no tempo: relação mnemônica entre Cartas Chilenas e Resposta às Cartas Chilenas**
[*Replies in time: mnemonic relationship between Cartas Chilenas and Resposta às Cartas Chilenas*]
SARA HELENA QUINTINO
WILLIAM AUGUSTO MENEZES
- 113 **A lenda do Caboclo D'água: uma trajetória enunciativa folkcomunicativa**
[*The legend of the Caboclo D'água: a folkcommunicative enunciative trajectory*]
SIMONE DOS SANTOS MENDES

- 129 **Argumentação e atos de linguagem no discurso político**
[*Argumentation and acts of language in political discourse*]
PAULO HENRIQUE A. MENDES
- 147 **Echanges verbaux emportés en situation académique**
[*Verbal exchanges drawn academic experience*]
IDA LUCIA MACHADO
RENATA APARECIDA TOLEDO FLORENCIO
- 165 **Humor, semiolinguística e piadas: uma proposta de análise**
[*Humor, jokes and semiolinguistics: a proposal for analysis*]
RONY PETTERSON GOMES DO VALE
RENATO DE MELLO
- 183 **O erótico no verbo: o espírito da carne e a carne do espírito**
[*The erotic in the verb: the spirit of the flesh and the flesh of the spirit*]
CÁSSIO EDUARDO SOARES MIRANDA
- 201 **Significado e valor de verdade**
[*Meaning and truth value*]
JOSÉ CLÁUDIO LUIZ NOBRE

Editorial

É com imensa satisfação que trazemos ao público universitário a primeira edição da revista *Caletrosκόpio* – uma publicação do Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem, da Universidade Federal de Ouro Preto.

Escolhido pelos docentes do Departamento de Letras da UFOP, o nome *Caletrosκόpio* apresenta-se bastante singular. Lembra-nos, por um lado, a diversidade cromática e a possibilidade de conquista do belo, do distinto e do espetacular, a partir da harmonia que se configura pela combinação dos mais variados tons e cores. Por outro lado, *Caletrosκόpio* renova a lembrança de que essa combinação, entre o múltiplo e o singular, acompanha-nos em toda a trajetória de conhecimento no mundo, sobretudo, no mundo da Letras, em torno das restrições e liberdade no uso dos signos, na constituição do sentido e na formatação do olhar para o texto, seja na produção linguística ou nas teorias literárias, e para as mais diferentes formas de manifestação da linguagem. *Caletrosκόpio* compreende, assim, uma rica possibilidade de construção de um objeto comum – o conhecimento na área de letras e linguística – entre os que se dedicam aos estudos da linguagem verbal e não verbal e das relações que os usuários, enquanto sujeitos, constroem, pela linguagem, com o mundo.

Para isso, a *Caletrosκόpio* apresenta-se como um periódico semestral. Possui um Conselho Editorial amplo e fixo, formado por pesquisadores e docentes de diversas instituições nacionais e estrangeiras – o que lhe assegura um processo de avaliação por especialistas nos mais variados temas da sua área de atuação. Nasce em um momento importante da conjuntura intelectual em que as ciências humanas e sociais, em especial, os estudos da linguagem têm se constituído como orientação ímpar em intercessões privilegiadas nos processos de criação e de formulação científica. Nesse ambiente, a *Caletrosκόpio* procura promover e divulgar pesquisas no âmbito da *linguagem* em geral e, mais especificamente, em suas interfaces com abordagens da *memória cultural*, da *tradução* e das *práticas discursivas*. Procura, dessa maneira, contribuir para o desenvolvimento de pesquisas com um alcance temático amplo e interdisciplinar, permitindo o diálogo entre a linguagem e as diversas áreas do conhecimento.

Situada em um espaço institucional caracterizado pela riqueza do patrimônio cultural, de onde pulsam as marcas do barroco e do neoclássico nas inúmeras manifestações artísticas, literárias, linguísticas e culturais,

a Caletroscópio é um ponto de convergência para a área de Letras nas cidades da Região dos Inconfidentes, sobretudo, Ouro Preto e Mariana. Neste sentido, esperamos contar também com a sua colaboração, enviando-nos artigos e resenhas que possam ampliar ainda mais a área de inserção da Revista e façam com que logo possamos percebê-la como uma publicação de referência em nossa área. Desde já, manifestamos o nosso agradecimento, inclusive a todos que contribuíram para este primeiro número, aos membros do Conselho Editorial, às Assistentes de Edição e a todos aqueles que, de alguma maneira, possibilitaram a emergência da revista Caletroscópio.

Editores

**A Carta Geographica e o Mappa
Topografico e Idrografico da
Capitania de Minas Geraes: a segunda
representação, base cartográfica
para a primeira?**

*[The Topographic and Hydrographic
Map of Minas Geraes Province: could
the second representation serve as base
for the first one?]*

MÁRCIA MARIA DUARTE DOS SANTOS

Doutora, Professora Adjunta aposentada da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; Coordenadora do Centro de Extensão do Museu de História Natural e Jardim Botânico – MHNJB/UFMG; Pesquisadora do Centro de Referência em Cartografia Histórica – CRCH/UFMG; Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

[mdsantos@yahoo.com.br]

JORGE PIMENTEL CINTRA

Doutor, Professor Associado da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – USP; Diretor do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; São Paulo, São Paulo, Brasil.

[jpcintra@usp.com.br]

MARIA CÂNDIDA TRINDADE COSTA DE SEABRA

Doutora, Professora Adjunta da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais – FALE/UFMG; Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

[candidaseabra@gmail.com]

RESUMO

A *Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes*, elaborada por Caetano Luiz de Miranda em 1804, apresenta dados referentes às propriedades cartográficas e às informações geográficas que a diferenciam de mapas coevos. As características desse mapa causam perplexidade também pelos dados biográficos do autor, já que este, um artista e notável da sociedade do Tejuco (atual Diamantina, sede municipal, MG), era funcionário da Intendência Diamantina, e não um engenheiro militar. Um estudo sobre o *Mappa Topografico e Idrografico da Capitania de Minas Geraes*, que não registra autor, nem data, assinalou a esta representação as mesmas características distintivas da *Carta Geographica*. A análise da informação geográfica e de elementos cartográficos, empreendida naquele estudo, ensejaram a hipótese de que o mapa de Miranda teve como base o do autor desconhecido. Neste trabalho, apresentam-se os resultados das análises que versaram sobre o estudo comparativo entre ambos, com vistas à comprovação da hipótese levantada.

Palavras-chave

Cartografia Histórica; Intertextualidade; Capitania de Minas Gerais; Mappa Topografico e Idrografico da Capitania de Minas Geraes; Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes.

ABSTRACT

The Geographic Chart of Minas Geraes Province, by Caetano Luiz de Miranda, 1804, presents cartographic information data differentiating it from the coeval maps. This map causes perplexity for the author's biographic data, an artist, notable in the Tejuco (presently Diamantina, Minas Gerais) society, employee at the Diamantina Quartermaster Headquarters. A study on Topographic and Cartographic Map of the Minas Geraes Province, no records of author or date, pointed out to the same distinctive characteristics of the Geographic Chart. Geographic information and cartographic elements from that study have raised the hypothesis that Miranda's map was based on one by an unknown author. Analysis on the comparative study of both is so presented in this work, in order to prove that hypothesis.

Key-words

Historical Cartography, Intertextuality, Primary Cartographic Sources, Minas Gerais Province, Topographic and Hydrographic Map of Minas Geraes Province, Geographical Chart of Minas Geraes Province.

Introdução

O presente trabalho situa-se no âmbito da cartografia comparada e procura responder a algumas questões, a saber: dados dois mapas, é possível verificar as semelhanças e as diferenças entre eles? É possível também determinar se um é cópia de outro ou se um aproveitou informações de outro, acrescentando ou não informações originais? No caso, os dois mapas que se deseja comparar são: a *Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes*,¹ de Caetano Luiz de Miranda, realizada em 1804, de agora em diante denominada, por questão de simplicidade, mapa de *Miranda*, mostrado na Figura 1; e o *Mappa Topografico e Idrografico da Capitania de Minas Geraes*,² de autor e data desconhecidos, denominado de agora em diante como mapa *Anônimo*, apresentado na Figura 2. A propósito das questões enumeradas anteriormente, essas foram suscitadas, considerando-se a grande semelhança visual entre ambos e os resultados de estudos anteriores, realizados por Santos (2010), Santos, Cintra e Costa (2009) e Cintra e Santos (2009), que também apontaram semelhanças.

Dentre os estudos citados, destaca-se o de Santos (2010) que, entre outros, discutiu a data do mapa *Anônimo*, ressaltando que alguns autores situam-no no final da primeira ou na segunda década dos Oitocentos, respectivamente como Santos (2003) e Adonias (1993), enquanto outros situam o mapa no final dos Setecentos, como Damasceno (2003), mas, Santos (2010) assevera que a datação mais provável é a do último decênio dos Setecentos. Ora, o mapa de *Miranda* tem sua datação definida, 1804, e, assim, não se tem certeza de qual é mais antigo. Já nos estudos de Santos, Cintra e Costa (2009) e Cintra e Santos (2009), reuniram-se dados biográficos de Miranda, que mostram ter sido este um desenhista habilidoso, porém não um engenheiro militar. Teria ele copiado o mapa *Anônimo*? Ou essa semelhança seria um caso de intertextualidade?

Pode-se definir a intertextualidade como sendo a criação de um texto a partir de outro já existente ou, ainda, conexões entre textos. O conceito de intertextualidade foi introduzido, na década de 1960, pela crítica literária francesa Julia Kristeva, que considera “cada texto como constituindo um *intertexto* numa sucessão de textos já escritos ou que serão escritos” (TRASK, 2004, p. 147). O que significa dizer que um texto não existe e nem

1 O original, pertencente ao Arquivo Histórico do Exército, foi o estudado neste trabalho e também em Santos, Cintra e Costa (2009) e Cintra e Santos (2009). Observa-se que uma cópia manuscrita do mesmo encontra-se no acervo do Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar, Direcção de Infra-Estruturas do Exército, Lisboa, Portugal.

2 Deste mapa, são conhecidos três exemplares manuscritos: um pertencente à Biblioteca Nacional, estudado neste trabalho e no de Santos (2010); outro sob a guarda da Mapoteca do Itamaraty, apresentada por Adonias (1993); e, ainda, outro, do acervo do Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, de Lisboa, citado por Boschi (1998).

pode ser avaliado de maneira adequada isoladamente; ao contrário, o total conhecimento de suas origens, de seus objetivos e de sua forma depende de conhecimentos anteriores de outros textos.

Ultrapassando as fronteiras dos estudos literários, incorporada à análise linguística de textos, o conceito de intertextualidade pode ser aplicado a várias áreas do conhecimento, já que esse diálogo entre textos não se restringe exclusivamente ao campo da língua. Dentre as muitas possibilidades oferecidas, e todas de alguma forma relacionadas à linguagem, seja visual ou escrita, situam-se, por exemplo, análises de obras de arte ou, ainda, estudos comparativos de cartas geográficas.

1. Comparação preliminar: análise qualitativa

O estudo de Santos (2010), que examinou comparativamente o mapa *Anônimo* e o de *Miranda*, conclui que há grande semelhança entre eles em diversos aspectos. Medições sobre cópias não ampliadas nem reduzidas permitiram dizer que estão na mesma escala. Do mesmo modo, o intervalo de latitudes e longitudes, verificado em ambos, é o mesmo, correspondendo, respectivamente a 13° a 24° (S), e a 334° a 344° (L), a partir da Ilha do Ferro ou outro arquipélago no Atlântico, o que se esclarecerá mais adiante. Além disso, a graduação das escalas também segue padrão idêntico, assinalada de grau em grau, com marcas intermediárias de meio grau. Somam-se a essas características: a inexistência de quadrícula nos dois mapas que, embora graduados, os meridianos e os paralelos não se encontram traçados; a ortogonalidade das linhas indicadas pelas medidas de latitude e longitude; e a igualdade de espaçamento entre essas indicações, o que permite concluir que ambas as representações correspondem à mesma projeção cartográfica, denominada Carta Plana Quadrada.

Em relação à geografia física da Capitania de Minas Gerais, destacam-se semelhanças referentes à repetição dos mesmos equívocos, sobre a localização e a orientação de cursos de elementos da hidrografia da região nordeste do território, tais como: a indicação do rio S. Mateus, ao norte do Rio de Todos os Santos, afluente do Mucuri, quando deveria ocorrer o contrário; o traçado do rio Doce, sempre orientado das suas nascentes em direção aos limites da Capitania, no sentido oeste-leste, desconhecendo-se que o rio corre do sul para o norte, em todo o seu alto curso, curvando-se, a partir do médio curso, para leste; entre outros. Ainda sobre a geografia física, destaca-se a informação, registrada em nota colocada em ambos os documentos cartográficos estudados, que caracteriza a vegetação do território mineiro da seguinte

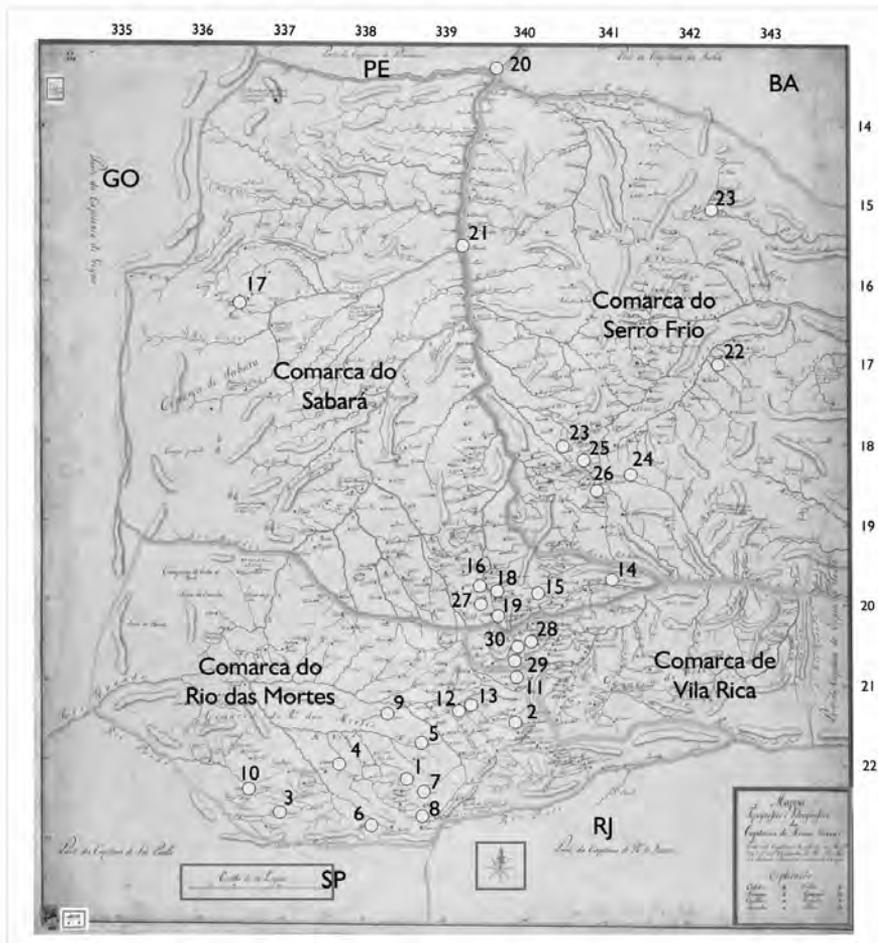


Figura 1 - Mappa Topografico e Hidrografico da Capitania de Minas Geraes, de autor desconhecido e sem indicação da data de realização (original do Arquivo Histórico do Exército, RJ); Em destaque, elementos cartográficos e localidades amostradas para a determinação de coordenadas geográficas.

Organização: Santos, Márcia M. Duarte dos; Mouchrek, Najla M.

Legenda	
○	Localidades
1 - Baependi	16 - Corral de El Rey (Belo Horizonte)
2 - Vila Nova de Barbacena	17 - Paracatu
3 - Camandocaya	18 - Vila de Sabará
4 - Campanha	19 - S. Antão
5 - Carrancas	20 - Foz Carrinhonha
6 - Itaipubí	21 - Foz Paracatu
7 - Juruoca (Aiaruoca)	22 - Vila do Bom Sucesso (Minas Novas)
8 - Lagoa da Juruoca (Alagoas)	23 - Rio Pardo
9 - Lavras	24 - Rio Vermelho
10 - Ouro Fino	25 - Tejuco (Diamantina)
11 - Vila de Queluz (Barbacena)	26 - Vila do Príncipe (Serro)
12 - Vila de São João (São João del Rei)	27 - Congonhas
13 - Vila de São José (Tiradentes)	28 - R. do Carmo (Mariana)
14 - Antonio Dias abaixo	29 - Ouro Branco
15 - Coacis	30 - Vi. Ra. (Ouro Preto)

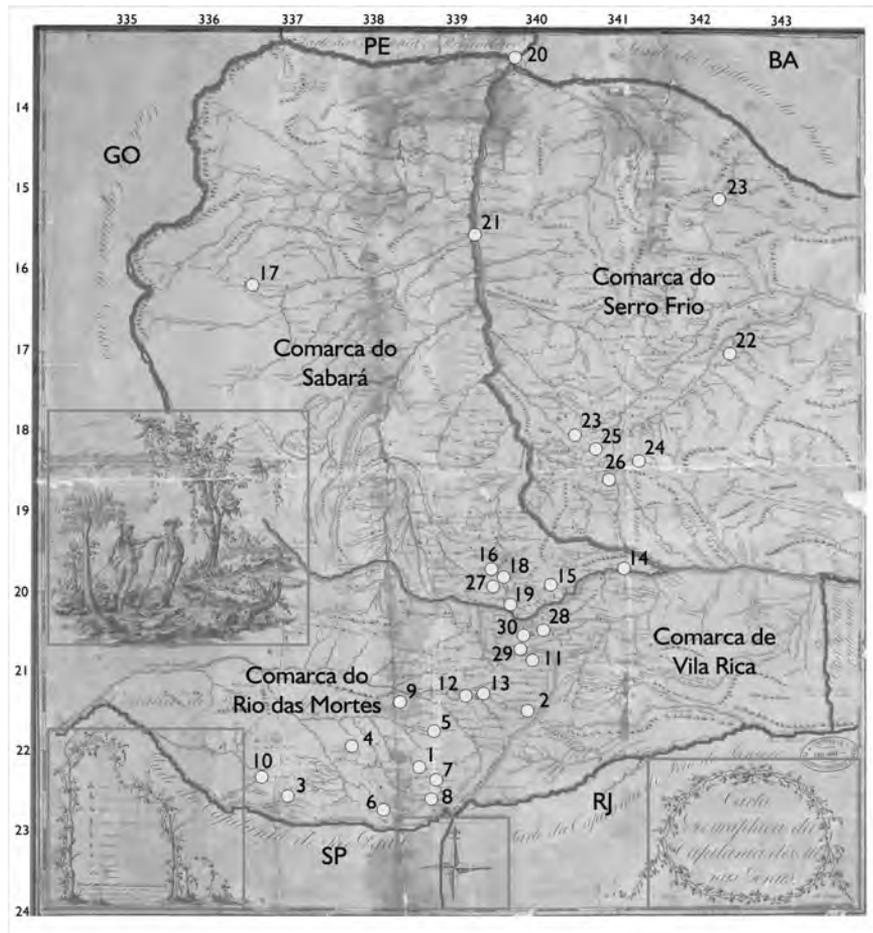


Figura 2- Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes, de Luis Caetano de Miranda, feita em 1804 (Original do Arquivo Histórico do Exército, RJ): Em destaque, elementos cartográficos e localidades amostradas para a determinação de coordenadas geográficas.

Organização: Santos, Márcia M. Duarte dos; Mouchrek, Najla M.

Legenda	
○ Localidades	
1 - Baependi	16 - Curral del Rei (Belo Horizonte)
2 - Barbacena	17 - Paracatu
3 - Camanducaia	18 - Sabará
4 - Campanha da Princesa (Campanha)	19 - Santo Antônio
5 - Carrancas	20 - Foz Carinhana
6 - Itajubá	21 - Foz Paracatu
7 - Iruyoça (Aruyoça)	22 - Bom Sucesso (Minas Novas)
8 - Lagoa da Iruyoça (Alagoas)	23 - Rio Parão
9 - Lavras do Funil (Lavras)	24 - Rio Vermelho
10 - Ouro Fino	25 - Tejuco (Diamantina)
11 - Queluz (Barbacena)	26 - Vila do Príncipe (Serro)
12 - São João del Rey	27 - Congonhas
13 - São José del Rei (Tiradentes)	28 - Mariana
14 - Ant. Dias Abaixo	29 - Ouro Branco
15 - Cocais	30 - Vila Rica (Ouro Preto)

maneira: “Toda esta Capitania é coberta de matas e só as Comarcas do Rio das Mortes, Sabará e Serro tem manchas de campo.”

A propósito da geografia humana da Capitania, o que mais chama a atenção é a apresentação dos tipos de povoações do território. Nos dois mapas, insolitamente, como registra Santos (2010) e Santos, Cintra e Costa (2009), os autores introduzem uma categoria, a de arraiais, dentre as povoações classificadas como cidade, vilas cabeças de comarcas, vilas, paróquias e capelas. Entretanto, os arraiais correspondem a um gênero de povoações que também compreende as paróquias e as capelas, o que torna a classificação dos autores em questão conceitualmente equivocada. Não obstante a semelhança apontada anteriormente, verifica-se que o mapa *Anônimo* registra apenas uma povoação da capitania na categoria de arraial, o Tejuco (Diamantina, sede municipal, MG), situado na Comarca do Serro Frio, enquanto que Miranda assinala cerca de 45 arraiais distribuídos por todas as Comarcas da Capitania, os quais são numericamente preponderantes na Comarca do Serro Frio.

No que concerne ao autor do mapa *Anônimo* é possível que o mesmo tenha tido a intenção de chamar a atenção para a situação do arraial do Tejuco. Este, que se forma no início dos Setecentos com os achados de ouro e cresce vertiginosamente a partir das descobertas de diamante, é alçado à condição de arraial-freguesia apenas em 1817, embora, em 1784, a Planta do Arraial do Tejuco³ já lhe assinalasse a presença de 8 capelas e sua população fosse maior do que a da vila do Príncipe, sede da Comarca do Serro, como destacado por Santos, Cintra e Costa (2010). Porém, no que diz respeito ao autor da Carta Geográfica, embora o Tejuco tenha sido colocado no rol dos arraiais, a análise dos demais, quer fossem na época capelas ou arraiais freguesias, antigas ou não, segundo o estudo já citado, não proporcionou a elucidação do significado ou da intenção do uso da categoria arraial por Miranda.

A par do problema com esta classificação, sempre de acordo com Santos (2010) e Santos, Cintra e Costa (2009), verifica-se que é preciso, como em relação ao mapa de *Miranda*, cautela em relação à classificação político-administrativa atribuída a muitos povoados do território de Minas Gerais. Estes, chamados de capelas ou paróquias no mapa *Anônimo*, não correspondem às classificações registradas em outras fontes. Acrescenta-se a essa ressalva outra referente à denominação da única cidade da Capitania, no mapa *Anônimo*, onde está registrada com o topônimo “Leal vila do Ribeirão do Carmo”, que remete à dada pelo Conde de Assumar, à vila, em 1720.

³ Essa representação cartográfica pertence ao AHEx, RJ. Nela encontra-se grafado “Teiuco”, no lugar de “Tejuco”.

Entretanto, desde 1745, com a povoação, quando da criação do Bispado de Minas Gerais, passou a ser chamada Mariana.

Além das semelhanças apontadas sobre a geografia da Capitania representada no mapa *Anônimo* e no de *Miranda*, outras se referem às características do território descortinadas por meio de notas, salientando-se que a presença desse recurso é, também, outro aspecto que aproxima as cartografias estudadas. Observa-se que as informações dessas notas versam, principalmente, sobre o gentio e, geralmente, sobre o que não se encontrava aldeado. Nos mapas, as notas sobre o gentio Caipos, presentes no noroeste da Comarca do Sabará, entre o rio Claro, afluente do Urucuaia, e o rio Cariranha, na divisa das Capitanias de Minas e Pernambuco, aludem às hostilidades que aquele povo demonstrava em relação aos viajantes. Na região oriental da Capitania, na Comarca de Vila Rica, verificam-se também duas notas, a saber: a primeira na margem esquerda do rio Manhuaçu, referente à presença do bravo gentio Puru, numa área que é considerada, pelos autores, sertão inculto; e a segunda, nas proximidades da capela S. Manuel (Eugenópolis, sede municipal, MG), na margem esquerda do rio Pomba, afluente do Paraíba do Sul, concernente à aldeia dos índios Coroados, organizada pelo governador de Minas Gerais, D. Luís Diogo. Na Comarca de Serro Frio, já se encontram referências, em notas, a outra aldeia de gentio, os Malalis, organizada por uma “preta [sic]”.

Acrescentam-se a essas informações outras sobre a localização de aldeias, mas, desta feita, expressas por signos cartográficos e versando sobre os gentios domesticados, assinalados apenas à Comarca do Serro Frio. Esses signos tratam da localização de vários povos de língua maxacalis e grupos de botocudos: os Maxacalis, nas nascentes do rio Itambacori; os Maconis e Capoxós, nas nascentes do Ribeirão de Todos os Santos; os Cotoxês e Panhames, na margem direita do rio São Mateus; e, novamente, os Panhames, nas nascentes de um dos formadores do rio Piauí, afluente do rio Jequitinhonha.

Por fim, outra semelhança entre os mapas, que deve ser destacada, como as apresentadas anteriormente, corresponde à menção, também por meio de notas, a governadores da Capitania de Minas Gerais, para informar suas atuações no aldeamento de gentios e suas ações no sentido de se desbravar e ocupar os sertões do território mineiro. No mapa *Anônimo*, destacam-se referências ao governador Dom Luís Diogo Lobo da Silva (1763-1768) e à Dom Rodrigo José de Menezes (1780-1783), antecessores, além de Dom Luís da Cunha Menezes, que não é citado, do Visconde de Barbacena. Dom Luis Antônio Furtado de Mendonça (1788-1797), o Capitão Geral das Minas que se supõe contemporâneo à realização do mapa em questão. Já no mapa de *Miranda*, todas as referências cabem ao Visconde de Barbacena,

quando o governador da Capitania, na época da elaboração da Carta Geográfica, era o Visconde de Condeixa, Dom Pedro Maria Xavier de Athaíde e Mello(1803-1810).

2. Comparação quantitativa

Fala-se muito na desconstrução dos mapas, que para alguns significa re-fazer o mapa com as modernas técnicas da cartografia digital, resultando em produtos mais simples e mais de acordo com as regras da cartografia hodierna, o que facilita sua leitura. Nesse sentido, pode-se notar que os dois mapas aqui estudados utilizam convenções cartográficas diferentes para uma mesma feição de interesse, por exemplo: Miranda utiliza pequenos significantes, com o formato de triângulos, para representar elementos do relevo; já o autor anônimo emprega formas alongadas quase unidimensionais, com sombreamento. A aplicação de uma desconstrução a esses dois mapas consistiria em substituir os significantes usados pelos autores, por outros, o que padronizaria as duas representações, facilitando comparações dos elementos dos relevos registrados. Desse modo, abstraindo os significantes, poder-se-ia verificar se os mapas, aparentemente diferentes, seriam semelhantes em sua essência, patenteada: pelas posições geográficas de elementos do espaço geográfico e pela toponímia, tendo em conta a variação temporal desta; e outros.

Nessa lógica, a desconstrução não pode ser tal que modifique a posição das feições, mesmo que errôneas, pois o foco é analisar os mapas como documentos históricos, como foram construídos, com seus acertos e erros. Estes, podem ser muitas vezes decisivos para detectar a similaridade e a dependência entre representações em foco. Dois mapas fundamentalmente iguais, considerando posições de feições e topônimos similares, podem corresponder ao fato de ambos terem se originado de representações com posições e nomes corretos. Já mapas que contém um mesmo erro mostram dependência entre si, pois a cópia é uma explicação mais verossímil que a coincidência fortuita de um mesmo engano nos dois mapas.

A presente metodologia consistiu, pois, na abstração dos significantes gráficos empregados pelos autores e na comparação de posições de localidades, por meio das medidas de latitude e longitude e, preliminarmente, pelo próprio sistema de coordenadas em que estão representadas. Porém, tendo em conta a multiplicidade de feições, representadas nos mapas em questão, deu-se preferência a aquelas que são pontuais, dentre elas as povoações, localidades possíveis de serem identificadas nos dois mapas.

3. Determinação e análise das coordenadas geográficas

Para analisar até que ponto os mapas são coincidentes, foram extraídas as coordenadas de 30 pontos comuns, utilizando-se um programa de cartografia digital, no caso o MapInfo, seguindo a metodologia indicada em Cintra e Santos (2009). Cada mapa foi referenciado por suas coordenadas originais e as diferenças foram calculadas, como se pode ver no Quadro 1.

O estudo desses topônimos mostrou que seus registros em ambos os mapas são, basicamente, coincidentes, verificando-se a tendência geral, no mapa *Anônimo*, de se acrescentar, quase sempre, o qualificativo de vila às localidades que se situavam nessa categoria. Essa análise constatou também que em muitos casos o nome atual das localidades em foco coincide com o nome antigo, no total ou em parte, entretanto, algumas tiveram suas denominações alteradas mais profundamente. Para estas, apresenta-se a seguir, segundo o número da linha do quadro em que estão registradas, as denominações atuais: 11 – Conselheiro Lafaiete; 13 - Tiradentes; 16 - Belo Horizonte; 19 – Rio Acima; 22 – Minas Novas; 25 – Diamantina; 26 – Serro; e 30 – Ouro Preto.⁴

No Quadro 1, as latitudes (λ) e longitudes (ϕ) estão indicadas com 3 casas decimais, para efeito de cálculo mais preciso. Como se vê, as diferenças são muito pequenas e isso pode ser sintetizado pela média e pelo desvio padrão. O valor das médias, 0,009° e 0,003°, ou zero para efeitos práticos, significa que não houve nenhum erro de tendência geral na extração das coordenadas nos dois mapas. Por sua vez, as medidas de desvio padrão, 0,029° e 0,037°, que medem o erro cometido na identificação das feições, nos dois mapas, somado ao erro do cartógrafo, no posicionamento do ponto ou na cópia da posição, a partir de outro mapa, são, pelo seu pequeno valor, muito significativas.

Para esclarecer esse julgamento, observa-se que o diâmetro do pequeno círculo ou do símbolo que representa uma povoação, corresponde a aproximadamente 0,03° nos dois mapas. Não obstante, esse valor é maior que o erro da média e da mesma ordem de grandeza que os desvios padrão, indicando que o próprio processo de tomada de coordenadas demarcando uma localidade ocasiona um erro que explica as pequenas diferenças. Do ponto de vista estatístico, a diferença é mínima entre os dois e isso significa uma altíssima dependência entre eles: um foi copiado do outro. Essa coincidência não pode ser obra do acaso. Caberia a hipótese de que ambos foram copiados de uma mesma fonte, mas como não se tem notícia disso, a hipótese de cópia fica sendo a única alternativa.

⁴ Observa-se que todas as localidades citadas correspondem atualmente a sedes municipais do Estado de Minas Gerais.

Quadro 1 – Coordenadas geográficas de 30 pontos coletados no mapa de Miranda e no mapa Anônimo e suas diferenças¹

Id.	Localidades		Miranda		Anônimo		Diferenças	
	Miranda	Anônimo	λ^1	ϕ^3	λ	ϕ	$\Delta\lambda$	$\Delta\phi$
1	Baependi	Baependi	338,579	22,280	338,552	22,249	0,027	0,031
2	Barbacena	V.a Nova de Barbacena	339,934	21,552	339,873	21,528	0,061	0,024
3	Camanducaia	Camandocaya	336,919	22,647	336,926	22,652	-0,007	-0,005
4	Camp da Princesa	Campanha	337,712	22,010	337,699	22,011	0,013	-0,001
5	Carrancas	Carrancas	338,768	21,792	338,765	21,792	0,003	0,000
6	Itajubá	Itajubá	338,122	22,820	338,123	22,809	-0,001	0,011
7	Juruoca	Juruoca (Airuoca)	338,788	22,423	338,758	22,393	0,030	0,030
8	Lagoa da Juruoca (Alagoas)	Lagoa da Juruoca (Alagoas)	338,711	22,682	338,744	22,682	-0,033	0,000
9	Lavras do Funil (Lavras)	Lavras	338,324	21,417	338,348	21,451	-0,024	-0,034
10	Ouro Fino	Ouro Fino	336,617	22,371	336,604	22,364	0,013	0,007
11	Queluz (Conselheiro Lafaiete)	V.a de Queluz (Conselheiro Lafaiete)	339,958	20,903	339,892	20,909	0,066	-0,006
12	São João del Rey	V.a de S. João (São João Del Rei)	339,281	21,380	339,232	21,360	0,049	0,020
13	São José del Rei (Tiradentes)	V.a de São Joze (Tiradentes)	339,350	21,331	339,345	21,297	0,005	0,034
14	Ant Dias Abaixo (Antônio Dias)	Ant Dias Abaixo (Antônio Dias)	341,115	19,773	341,064	19,711	0,051	0,062
15	Cocais	Cocais	340,200	19,950	340,177	19,893	0,023	0,057
16	Curral del Rei (Belo Horizonte)	Corral de El Rey (Belo Horizonte)	339,456	19,823	339,456	19,824	0,000	-0,001
17	Paracatu	Paracatu	336,484	16,153	336,522	16,269	-0,038	-0,116
18	Sabará	V.a de Sabara	339,636	19,843	339,642	19,860	-0,006	-0,017

19	Santo Antonio	S. Anto.	339,687	20,197	339,677	20,166	0,010	0,031
20	Foz Carinhanha	Foz Carinhanha	339,707	13,313	339,678	13,316	0,029	- 0,003
21	Foz Paracatu	Foz Paracatu	339,248	15,508	339,257	15,557	- 0,009	- 0,049
22	Bom Sucesso (Minas Novas)	V.a do Bom Sucesso (Minas Novas)	342,434	16,992	342,380	16,993	0,054	- 0,001
23	Rio Pardo	Rio Pardo	342,282	15,054	342,306	15,056	- 0,024	- 0,002
24	Rio Vermelho	Rio Vermelho	341,270	18,361	341,297	18,397	- 0,027	- 0,036
25	Tejuco (Diamantina)	Tejuco (Diamantina)	340,772	18,216	340,759	18,259	0,013	- 0,043
26	Vila do Principe (Serro)	V.a do Principe (Serro)	340,899	18,609	340,896	18,617	0,003	- 0,008
27	Congonhas	Congonhas	339,580	20,794	339,560	20,793	0,020	0,001
28	Mariana	R. do Carmo (Mariana)	340,112	20,528	340,087	20,442	0,025	0,086
29	Ouro Branco	Ouro Branco	339,839	20,718	339,870	20,713	- 0,031	0,005
30	Vila Rica (Ouro Preto)	V.a. Ra. (Ouro Preto)	339,950	20,550	339,977	20,531	- 0,027	0,019
						Média	0,009	0,003
						Desvio	0,029	0,037

Notas: 1. O mapa de *Miranda* e o *Anônimo* correspondem, respectivamente: à *Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes*, de Caetano Luiz de Miranda, feita em 1804, original do Arquivo Histórico do Exército, RJ, Brasil; e ao *Mappa Topografico e Idrografico da Capitania de Minas Geraes*, de autor e data desconhecidos, original da Biblioteca Nacional, RJ, Brasil. 2.(λ)Medidas de latitudes. 3.(φ) Medidas de longitudes. Org. Cintra, JP

4. Meridiano de origem e erros absolutos nas coordenadas

Para a determinação da origem das medidas de longitude, bem como para a verificação de erros nas determinações de coordenadas, foi montado o Quadro 2. Neste constam apenas os dados referentes ao mapa *Anônimo*, pois para o Mapa de *Miranda* os cálculos concernentes já foram feitos e apresentados em Cintra e Santos (2009).

Observa-se que, no Quadro 2, as coordenadas λ_g e ϕ_g correspondem às coordenadas geográficas de referência, tomadas de um mapa atual (LARROUSE, 1974), tido como valor de referência para o presente trabalho. Nota-se também que as coordenadas λ e ϕ correspondem às coordenadas extraídas do mapa *Anônimo* e que já figuram no Quadro 1. Quanto à coordenada λ_{or} , esta corresponde à longitude do meridiano de origem, calculado pela fórmula (1) abaixo.

$$\lambda_{or} = \lambda_g - (360 - \lambda) \quad \text{Fórmula (1)}$$

λ_{or} – longitude do meridiano de origem, calculada para a localidade em questão.

λ_g – longitude da localidade em questão, com relação a Greenwich.

λ – longitude da localidade em questão, com relação ao meridiano de origem desse mapa.

Do Quadro 2 inferem-se alguns dados apresentados a seguir. A média, 23,591°, corresponde ao valor mais provável da longitude do meridiano de origem. Esse valor corresponde à longitude de Praia, capital das Ilhas de Cabo Verde, 23,567°, com uma diferença insignificante. Isso já era esperado, pois o mapa de *Miranda* possui essa origem, conforme registrado em Cintra e Santos (2009). O desvio padrão em longitude, 0,476°, corresponde ao erro ou à imprecisão média para as 30 longitudes em questão. Esse é um valor relativamente elevado para a época, pois os Padres Matemáticos, já na primeira metade do séc. XVIII, ao mapearem os territórios da América portuguesa, realizaram medições com precisão da ordem de 0,3°. Em latitude, a média está muito próxima de zero, 0,036°, indicando a não existência de erros sistemáticos. Entretanto, o dado sobre a imprecisão, 0,355°, está elevado, considerando, novamente, a época de realização da cartografia e referindo-se ao trabalho dos Padres Matemáticos que obtiveram o valor 0,1°, conforme se depreende de Cintra (2009).

Em relação aos dados analisados, deve-se salientar também a existência de alguns erros maiores, tais como: em longitude, Vila do Bom Sucesso e Rio Pardo, com erro acima de 1°; e em latitude, Lagoa de Juruoca, Foz do Carinhonha e Foz do Paracatu, com erros acima de 0,5°. Isso provavelmente acontece em função da localização – posição dessas localidades na Capitania, ou de a coordenada ter sido calculada a partir de uma falsa estimativa de distâncias a outros pontos conhecidos.

Quadro 2 – Cálculo do meridiano de origem e da precisão do mapa Anônimo¹

Id.	Localidades		Greenwich		Anônimo		Origem	Diferenças	
	Anônimo		λg^2	ϕg^3	λ^4	ϕ^5		$\lambda.or^6$	$\Delta\lambda$
1	Baependi		44,891	21,960	338,552	22,249	23,443	-0,147	-0,289
2	V ^a . Nova de Barbacena		43,774	21,226	339,873	21,528	23,647	0,057	-0,301
3	Camandocaya		46,134	22,751	336,926	22,652	23,060	-0,530	0,099
4	Campanha		45,408	21,832	337,699	22,011	23,107	-0,483	-0,179
5	Carrancas		44,636	21,470	338,765	21,792	23,400	-0,191	-0,322
6	Itajubá		45,457	22,419	338,123	22,809	23,580	-0,011	-0,390
7	Juruoca		44,602	21,929	338,758	22,393	23,360	-0,231	-0,464
8	Lagoa da Juruoca		44,635	22,168	338,744	22,682	23,379	-0,212	-0,514
9	Lavras		45,000	21,246	338,348	21,451	23,348	-0,243	-0,206
10	Ouro Fino		46,367	22,284	336,604	22,364	22,972	-0,619	-0,080
11	V ^a . de Queluz		43,786	20,660	339,892	20,909	23,677	0,087	-0,249
12	V ^a . de São João		44,262	21,137	339,232	21,360	23,494	-0,097	-0,223
13	V ^a . de São Joze		44,169	21,111	339,345	21,297	23,513	-0,077	-0,186
14	Antonio Dias abaixo		42,869	19,624	341,064	19,711	23,933	0,342	-0,086
15	Cocoes		43,450	19,850	340,177	19,893	23,627	0,036	-0,043
16	Corral de El Rey		44,074	19,921	339,456	19,824	23,530	-0,061	0,097
17	Paracatu		46,875	17,223	336,522	16,269	23,397	-0,193	0,954
18	V ^a de Sabará		43,829	19,884	339,642	19,860	23,471	-0,119	0,024

19	S. Anto.	43,792	20,086	339,677	20,166	23,469	-0,122	-0,080
20	Foz Carinhanha	43,858	14,110	339,678	13,316	23,537	-0,054	0,794
21	Foz Paracatu	45,092	16,341	339,257	15,557	24,349	0,759	0,784
22	Va do Bom Sucesso	42,602	17,202	342,380	16,993	24,982	1,391	0,209
23	Rio Pardo	40,254	15,459	342,306	15,056	22,559	-1,031	0,403
24	Rio Vermelho	43,008	18,278	341,297	18,397	24,305	0,715	-0,119
25	Tejuco	43,611	18,238	340,759	18,259	24,370	0,779	-0,021
26	Vª. do Príncipe	43,387	18,606	340,896	18,617	24,283	0,692	-0,011
27	Congonhas	43,844	20,499	339,560	20,793	23,404	-0,187	-0,294
28	R. do Carmo	43,400	20,386	340,087	20,442	23,487	-0,104	-0,056
29	Ouro Branco	43,686	20,527	339,870	20,713	23,556	-0,034	-0,186
30	Vª. Rª.	43,503	20,386	339,977	20,531	23,480	-0,111	-0,145

Notas: 1. O mapa *Anônimo* corresponde ao *Mapa Topográfico e Hidrográfico da Capitania de Minas Geraes*, de autor e data desconhecidos, original da Biblioteca Nacional, RJ, Brasil. 2. (λ.g) Medidas de longitude, das localidades estudadas do mapa referenciado por Greenwich. 3. (φ.g) Medidas de latitudes, das localidades estudadas do mapa referenciado, longitudinalmente, por Greenwich. 4. (λ.) Medidas de longitude das localidades estudadas, com relação ao meridiano de origem desse mapa. 5. (φ.) Medidas de latitudes das localidades estudadas do mapa referenciado por meridiano desconhecido. 6. (λ.or) Longitude do meridiano de origem, calculada para a localidade em questão.
Org. Cintra, JP

5. Outras estimativas de erros

Apesar das coincidências já apresentadas, há divergências interessantes, que ocorrem em pelo menos 3 pontos levantados nos mapas analisados, conforme se mostra no Quadro 3. Em relação às localidades citadas nesse quadro, observa-se que os seus nomes atuais são: Bambui, Itapecerica e Pitangui, enumeradas nas linhas 1, 2 e 3. E nota-se que, no quadro, as diferenças $\Delta\lambda$ e $\Delta\phi$ correspondem aos erros em longitude e latitude. Comparando os dados apresentados, vê-se que o mapa de *Miranda*, na hipótese de ter copiado o *Anônimo*, melhorou as posições das localidades citadas, notadamente para as longitudes. Isso pode decorrer de informações novas chegadas após a confecção do primeiro mapa, pois o contrário é menos provável, ou seja, o autor *Anônimo*, na hipótese de ser posterior, ter piorado as coordenadas.

Quadro 3 – Erros considerados especiais, referentes às medidas de alguns pontos dentre os estudados do mapa de Miranda e do Anônimo.¹

Localidades		Diferenças Miranda		Diferenças Anônimo	
Id.	Nome	$\Delta\lambda^2$	$\Delta\phi^3$	$\Delta\lambda$	$\Delta\phi$
1	S. Anna do Bamboy (Bambuí)	0,348	0,276	- 1,093	0,533
2	Vª de Tamandoa (Itapecerica)	- 0,052	0,173	- 0,575	0,155
3	Vª de Pitangui (Pitangui)	- 0,128	0,292	- 0,365	0,256

Notas: 1. O mapa de *Miranda* e o *Anônimo* correspondem, respectivamente: à *Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes*, de Caetano Luiz de Miranda, feita em 1804, original do Arquivo Histórico do Exército, RJ, Brasil; e ao *Mappa Topografico e Idrografico da Capitania de Minas Geraes*, de autor e data desconhecidos, original da Biblioteca Nacional, RJ, Brasil. 2. (λ) Medidas de longitudes. 3. (ϕ) Medidas de latitudes.
Org. Cintra, JP

6. Superposição de mapas

Um dos recursos que os programas de Cartografia digital propiciam é a superposição de mapas. No presente estudo, registramos os dois mapas, com o *Anônimo* justaposto ao de Miranda, com uma transparência de 50%. Dessa forma, foi permitido ver com nitidez o mapa de *Miranda*, pois este é mais denso, mais escuro e menos definido que o *Anônimo*.

O resultado dessa comparação mostrou, entre outras coisas, que há uma notável coincidência das feições geográficas cartografadas, com destaque para as expressas no título do mapa *Anônimo*: relevo e hidrografia, aliás associadas, pois elementos de relevo são divisores de água. Em geral, como já se referiu anteriormente, o mapa *Anônimo* representa elementos do relevo por meio de uma área de pequena espessura, com contorno bem definido e ligeiro sombreado, enquanto o mapa de Miranda representa-os através de formas, semelhantes a triângulo, justapostas. Além dessas diferenças, a posição dos acidentes cartografados é a mesma, inclusive a da serra da Mantiqueira, embora Miranda desenhe longos trechos contínuos para representá-la, diferentemente do autor anônimo que a separa em trechos menores.

A hidrografia e os caminhos coincidem também de forma notável. Isso já seria esperado para os caminhos, visto eles unirem localidades cujas coordenadas coincidem, mas não para os rios que, de forma geral, apresentam, um e outro, deslocamentos, mas de pequena monta. Em relação às divisas internas da Capitania, observa-se uma grande coincidência na interface das comarcas Sabará e Serro e na das comarcas Serro e Vila Rica. Entretanto, nota-se certa divergência entre os limites das comarcas de Vila Rica e Rio das Mortes, ao sul, e entre os das comarcas das Mortes e a de Sabará, mais ao oeste; sendo que os valores situam-se na casa dos 20 e 50 km (máximo), correspondendo a 0,2° ou 0,5°.

Destaca-se que, no mapa de *Miranda*, o autor posiciona a leste do conjunto de povoações, fazendas e registros que marcam o trajeto do Caminho Novo, vindo do Rio de Janeiro em direção ao interior das Minas Gerais, os limites entre as comarcas de Vila Rica e Rio das Mortes. Esse posicionamento, entretanto, não é corroborado por outras fontes cartográficas coevas. Ressalta-se também que o mapa de *Miranda*, ao incluir a iluminura que notavelmente destaca a sua representação de outras da Capitania de Minas Gerais, perde informações da região em que foi posicionada, qual seja, a do rio Bambui, sendo que ele próprio mal é representado.

Em que pese uma ou outra divergência observada, a coincidência geral de elementos lineares confirma o que se comprovou para os elementos pontuais,

referentes às povoações. Desse modo, a presunção de cópia é muito grande. Entretanto, no geral, o traço cartográfico do mapa *Anônimo* é melhor: mais definido, detalhista e fino, particularmente no desenho de rios. Na representação do relevo, o desenho do mapa *Anônimo* é também mais avançado que o de *Miranda*, assemelhando-se a representações mais modernas sobre o território mineiro, em que os autores usam a técnica de sombreamento, visando comunicar aspectos do volume, a par da localização e da orientação das feições em questão.

Conclusão

Dado seu caráter de iconicidade, faculdade de um signo poder representar “figurativa ou pictoricamente” o objeto tomado como referente, o estudo proposto, procurou, inicialmente, abordando o fenômeno da intertextualidade, realizar estudo comparativo de dois mapas.

O mapa *Anônimo* foi realizado anteriormente ao mapa de *Miranda* e corresponde a uma cartografia que emprega convenções mais modernas do que esse último. *Miranda*, por sua vez, realizou uma boa cópia, com alterações e correções a propósito da localização das povoações e outros elementos geográficos, bem como da toponímia. Vale ressaltar que o conceito de cópia, compreendendo a apropriação de dados de outros, sem a citação de fontes, tinha uma significação bastante diferente daquela que corre nos dias atuais. Assim, mesmo reconhecendo a dependência direta entre os mapas, é preciso tornar relativo o conceito de cópia aplicado ao mapa de *Miranda*. Por fim, reitera-se que a intertextualidade não pode ser traduzida como cópia de texto, mas como a elaboração de um novo texto a partir de outro já existente – o que parece não ter ocorrido nos casos estudados.

Referências bibliográficas

ADONIAS, Isa. *Mapa: imagens da formação territorial brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993.

BOSCHI, Caio. *Fontes primárias para a história de Minas Gerais em Portugal*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998.

CINTRA, Jorge Pimentel. O Mapa das Cortes: perspectivas cartográficas. *In: Anais do Museu Paulista*. [online]. 2009, vol. 17, n.2 [citado 2010-02-19], p. 63-77. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v17n2/05.pdf>

CINTRA, Jorge Pimentel; SANTOS, Márcia Maria Duarte dos Santos. Análise da Carta Geográfica da Capitania de Minas Gerais de 1804. In: *Anais do III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*. Ouro Preto, MG: Centro de Referência em Cartografia Histórica, UFMG, 2009 (CDROM).

FONSECA, Claudia Damasceno. *Des terres aux villes de l'or*. Pouvoirs et territoires urbains au Minas Gerais (Brésil, XVIII^e siècle). Paris: Fundação Cultural Calouste Gulbenkian, 2003.

LARROUSE (1974): *Grande Enciclopédia Delta Larrouse*. Rio de Janeiro: Editora Delta S.A., 1974.

SANTOS, Márcia Maria Duarte et al. *Minas Gerais em mapas*. Catálogo Digital do Centro de Referência em Cartografia Histórica – CRCH. Belo Horizonte: Centro de Referência em Cartografia Histórica, Instituto de Geociências / UFMG, 2003. (CD-ROM).

SANTOS, Márcia Maria Duarte dos Santos; CINTRA, Jorge Pimentel; COSTA, Antônio Gilberto Costa. A Capitania de Minas Gerais no início dos Oitocentos, segundo a cartografia de Caetano Luiz de Miranda: Informações Fidedignas?. In: *Anais do III Simpósio Luso- Brasileiro de Cartografia Histórica*. Ouro Preto, MG: Centro de Referência em Cartografia Histórica, UFMG, 2009 (CDROM).

TRASK, Robert Lawrence. *Dicionário de Linguagem e Linguística*. Tradução Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.

Referências cartográficas

Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes: Anno de 1804. Caetano Luís de Miranda. – Escala: [ca. 1: 1 650 000], 20 legoas (Légua de 18 ao grau = 617283 cm) = 7,5 cm. – 1804. – 1 mpa: ms, color.; 75,0 x 68.2 cm. (AHEx–Arquivo Histórico do Exército, RJ/RJ).

Mapa Topográfico e Hidrográfico da Capitania de Minas Gerais. s.a. – Escala: [Ca. 1: 1610 000], 30 legoas (Légua de 18 ao grau = 617283 cm) = 11,5 cm. – s.d. – 1 mpa: ms., color.; (BN – Biblioteca Nacional, RJ/RJ).

Planta do Arraial do Teiuco. Antônio Pinto de Miranda. – Escala [não determinada], esc. gráfica 80 braças. – 1784. – 1 mapa: ms, color. 38,9x 52,0 cm. (AHEx – Arquivo Histórico do Exército, RJ/RJ).



Invenção de Orfeu, Jorge de Lima em busca da Idade de Ouro¹

[*Invention of Orpheus, Jorge de Lima in search of the Golden Age*]

LUCIANO MARCOS DIAS CAVALCANTI

Pós-doutorando em Literatura Brasileira na Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho – UNESP, Araraquara, São Paulo, Brasil; FAPESP.
[bavarov@terra.com.br]

¹ Este texto é parte integrante da pesquisa de Pós-doutorado, em andamento, denominada “Mito e poesia em *Invenção de Orfeu* de Jorge de Lima”, junto ao Departamento de Literatura/UNESP-Araraquara financiada pela FAPESP.

RESUMO

Este texto pretende examinar como Jorge de Lima, em *Invenção de Orfeu*, numa investida mítico-poética, busca restaurar a idade de ouro em seu poema. Nesse sentido, estudaremos autores exemplares da tradição literária ocidental que trabalharam este tema no intuito de estabelecermos um possível diálogo entre o poeta alagoano e essa tradição.

Palavras-chave

Invenção de Orfeu; mito; poesia; idade de ouro.

ABSTRACT

*This text intends to examine how Jorge de Lima in *Invenção de Orfeu*, in a mythical-poetical onslaught, searches to restore the age of gold in his poem. In this direction, we will study notorious authors of the occidental literary tradition who had worked this subject, establishing a possible dialogue between the poet and this tradition.*

Key-words

Invenção de Orfeu; myth; poetry; age of gold.

A época áurea, para a quase totalidade das mitologias, deu-se no princípio dos tempos. Nesse momento, o homem desfrutava de uma felicidade total e vivia em plena harmonia com os deuses e com a natureza. A concepção da bem-aventurança e da perfeição está principalmente vinculada à ideia da origem, mas também pode ser entendida, na concepção escatológica, como uma criação do futuro. Nesse sentido, após a destruição do mundo, seguida da criação de um novo mundo, encontramos a idealização de uma nova idade de ouro, não somente no passado, mas também no futuro. Essa perspectiva é exemplarmente representada pela teologia cristã, que acredita que no fim dos tempos o paraíso será recuperado, conforme se pode ver no Apocalipse XXI, 1-5.

Historicamente, o mito da perfeição do início dos tempos na tradição clássica ocidental inicia-se com Hesíodo em *Os trabalhos e os dias*. Nas cinco raças criadas pelos deuses (ouro, prata, bronze, heróis e ferro) a trajetória humana é contada desde sua perfeição à sua decadência, na qual se encontra o homem no presente, a *Raça de Ferro*. Hesíodo, já nos seus primeiros versos, apresenta seu enorme desgosto por pertencer a ela:

Antes não estivesse eu entre os homens da quinta raça,/mais cedo tivesse morrido ou nascido depois./Pois agora é a raça de ferro e nunca durante o dia/cessarão de labutar e penar e nem à noite de se/destruir; e árduas angústias os deuses lhe darão. (HESÍODO, 1996, p. 36)

Contrariando todo esse pesar, Hesíodo descreve a *Raça de Ouro*:

Se queres, com outra estória esta enimarei;
bem e sabiamente lança-a em teu peito!
[Como da mesma origem nasceram deuses e homens.]
Primeiro de ouro a raça dos homens mortais
criaram os imortais, que mantêm olímpias moradas.
Eram do tempo de Cronos, quando no céu este reinava;
como deuses viviam, tendo despreocupado coração,
apartados, longe de penas e misérias; nem temível
velhice lhes pesava, sempre iguais nos pés e nas mãos,
alegravam-se em festins, os males todos afastados,
morriam como por sono tomados; todos os bens eram
para ele: espontânea a terra nutriz fruto
trazia abundante e generoso e eles, contentos,
tranquilos nutriam-se de seus próprios bens.
Mas depois que a terra a esta raça cobriu
eles são, por desígnios do poderoso Zeus, gênios
corajosos, ctônicos, curadores dos homens mortais.

[Eles então vigiam decisões e obras malsãs,
Vestidos de ar vagam onipresentes pela terra.]
E dão riquezas: foi este o seu privilégio real. (HESÍODO, 1996, p. 31)

Mary de Camargo Neves Lafer, tradutora dessa obra, considera dois pontos importantes para o esclarecimento das raças inventadas por Hesíodo: a *humanização das raças relativa às idades humanas* e a *circularidade do tempo*.

Primeiro, as raças de ouro e de prata não têm nenhum conhecimento da necessidade, tudo lhes é dado espontaneamente, vivem sem preocupações, acham-se, assim, ligadas à infância, conforme já havia observado West. Já as raças de bronze e dos heróis se vincularam ao vigor físico próprio da idade adulta. A raça de ferro é a única que conhece a degradação da infância para a velhice e a morte. Em segundo lugar, observamos que o tempo do mito não é linear e sim cíclico, assim como o é a sequência das estações do ano – se assim não fosse estaria completamente deslocada a raça dos heróis, que não segue seu paralelismo raça-metal; por outro lado, ainda, Hesíodo declarando claramente que gostaria de já estar morto antes da raça de ferro ou nascer depois dela, fica evidente não o término de um processo de declínio mas a existência de uma continuidade cíclica. (LAFER, 1996, p.87).

Desse modo, pela deteriorização contínua da primeira à quinta raça, já na quarta raça introduz-se uma descontinuidade nessa decadência, o que supõe a criação de uma raça melhor posterior à raça de ferro, pois lamenta Hesíodo “ter morrido muito tarde”, ou “ter nascido muito cedo”. Portanto, mais que um declínio contínuo, fala-se, em *Os trabalhos e os dias*, de um retorno à raça de ouro.

Ovídio e Virgílio também vão criar suas idades de ouro, trazendo ainda mais popularidade a esse mito, difundido durante o passar dos séculos pelas narrativas de viagem, pelos relatos fabulosos, pelos poemas etc., demonstrando o fascínio que o homem sempre teve pela perfeição do início dos tempos e pela busca nostálgica dessa época²¹.

2 Ribeiro caracteriza bem o significado simbólico que a época áurea tem para nós: “Na verdade, por maior que seja o avanço do conhecimento, o homem parece incapaz de aceitar como inelutável a ideia de que sua existência seja vazia de sentido. Afinal, a que poderia levar uma tal capitulação? Eis porque não seria descabido pensar que a obsessão pela ‘perfeição dos começos’ reveste-se de características ontológicas. Não se pode dissociá-la da situação do homem de ‘ser-aí’, de ‘ser-no-mundo’, ignorando o ‘como’, o ‘por que’ e o ‘para quê’ veio, perplexo diante da realidade da degradação, do sofrimento e sobretudo da morte; de ser-no-mundo que, se por meio da razão busca desesperadamente a Verdade, alcança pela fantasia essa verdade como ‘ficção’, como ‘ilusão’, como ‘mito’, que muitas vezes para ele tem o valor da verdade mais autêntica, pois é verdade ‘sagrada’, revelada pelos Entes Sobrenaturais *in illo tempore*. Assim, o mito da idade de ouro é, talvez, aquele que mais intimamente se associa à vida da humanidade, manifestando-se em todas as formas de expressão de que é capaz, revestindo aqueles significados que refletem com mais propriedade a força da sua *razão*, da sua *imaginação* e do seu imorredouro otimismo.” (RIBEIRO, 1986, p. 23 – grifos do autor).

Em Ovídio, a idade de ouro está presente no Livro I das *Metamorfoses*. Nesse poeta, a visão do mundo perfeito é semelhante ao significado corrente do mito: lugar de perfeição onde o homem vivia plenamente em harmonia com a natureza, sem dor, medos ou guerras, sem nenhum trabalho – a terra produzia seus frutos, a primavera era eterna, o leite e o mel eram acessíveis e estavam em toda parte.

Foi a primeira idade a idade de ouro:
Sem nenhum vingador, sem lei nenhuma
Culto à fé, e à justiça então se dava,
Ignoravam-se então castigo, e medo;
Ameaças terríveis se não liam
No bronze abertos; súplice caterva
À face do juiz não palpitava:
Todos viviam sem juiz, sem dano.
Inda nos pátrios momentos decepado
Às ondas não baixava o pinho ingente
Para depois ir ver um mundo estranho:
De mais clima que o seu ninguém sabia.
Fossos ainda não cingiam muros,
As tubas, os clarins não ressoavam,
Nem armas, nem exércitos havia:
Sem eles os mortais de paz segura
Em ócios inocentes se gozavam.
O ferro sulcador não a rompia,
E dava tudo a voluntária terra.
Contente do que brota sem cultura
Colhia a gente o montanhês morango,
Crespo medronhos, e as cerejas bravas,
Às duras silvas as amoras presas,
E as lisas produções de tênue casca,
Que da árvore de Júpiter caíam.
Eram todas as quadras primavera.
Mansos Favônios com sutil bafejo,
Com tépidos suspiros animavam
As flores, que sem germe então nasciam.
Viam-se enlourecer, vingar as messes
Nos campos nem roçados de adubio,
Em rios ir correndo o leite, o néctar;
E da verde azinheira estar caindo
O flavo mel em pegajosas gotas. (OVÍDIO, 2000, p. 10)

No caso específico de Ovídio, o *topos* do lugar ideal traz uma característica singular que nos interessa de perto, pois é nessa que a obra poética de Jorge de Lima se desaguará, em *Invenção de Orfeu*, poema em que o mito de

Orfeu terá lugar privilegiado. Em um ambiente paradisíaco, a presença de Orfeu é marcante, pois é através de seu canto que o *locus amoenus* aparece. Nesse sentido, sua presença é imprescindível, já que sem ele o lugar paradisíaco não existiria. Curtius assinala que

Ovídio aproveita o tema da “floresta mista” para engenhosas variações: em vez de aparecer logo de início, o bosque vai surgindo gradualmente diante de nossos olhos. Vemos primeiro uma colina inteiramente desprovida de sombra. Sai então Orfeu dos bastidores e começa a tanger as cordas de sua lira. E logo as árvores ocorrem – nada menos de vinte e seis espécies! – a oferecer suas sombras. (Met.; 10, 90-106). (CURTIUS, 1996, p. 253).

Desse modo, o mito da idade de ouro pode ser associado ao mito órfico uma vez que Orfeu, com seu canto, possibilitaria o sonho da comunhão dos homens com a natureza, estabelecendo um ambiente análogo ao *locus amoenus*, no qual existiria uma relação harmônica entre homem e natureza.

Em Virgílio, a idade áurea está presente na sua IV bucólica, na qual o poeta anuncia o nascimento de uma criança que trará de volta a idade de ouro. É interessante notar que tanto em Hesíodo quanto em Virgílio a idade de ouro está diretamente associada à infância. Neste último, é clara a similitude com o nascimento de Cristo, associando, assim, o mito ao pensamento cristão³².

A última idade já chegou da predição de Cumas:
a grande ordem dos séculos, de novo ei-la que nasce.
Também já volta a Virgem, volta o reino de Saturno;
Já uma nova progênie desce dos mais altos céus.
Casta Lucina, ampara, que já reina o teu Apolo,
O menino que está nascendo: a geração de ferro
com ele findará, ao mundo vindo a raça de ouro. (VIRGÍLIO IV, “Pólio”, vs. 4-10)

Há também na mitologia da idade de ouro a ideia que o paraíso terrestre ainda existe na terra, mas ele está muito bem escondido. Esse tipo de concepção aparece desde a Antiguidade e vai até a Idade Média e a Renascença, e sua principal concepção está na lenda das *Ilhas Afortunadas*, local distante e/ou perdido do mundo conhecido, que, diferentemente das mitologias comentadas anteriormente, pode ser encontrado, está ao alcance dos homens.

3 É exemplar a fama que *As Bucólicas* alcançaram na Idade Média, principalmente a quarta delas. De acordo com Péricles Eugênio da Silva Ramos, “tomou-se, naquele tempo, o menino que iria nascer, junto com uma nova idade de ouro no mundo, como o próprio Cristo, ganhando Virgílio a dignidade de profeta.” (In: Introdução *As Bucólicas*, 1982, p. 7).

Na Idade Média, uma das representações mais marcantes da idade de ouro é a narrativa datada do século IX sobre a viagem de São Brandão em busca do Paraíso. Essa narrativa foi retomada em variadas versões de contos e poemas. O caráter visual do texto de São Brandão é admirável:

Em todos os lugares para onde nossos olhos se voltam, o que se vê são bosques espessos, árvores de frondosas copas, carregadas de frutos que luzem magnificamente, de flores inigualáveis, que misturam seus perfumes suaves e penetrantes; são regatos saltitantes de águas cristalinas; são regatos de leite que serpenteiam no meio dos prados de gramado macio. Em toda parte, grande quantidade de animais vive a folgar: o cervo convive com o lobo, as mães-tigres e as leas amamentam os cordeiros e os cabritos, o gato e o cão brincam na relva macia. Tudo é paz e alegria. Uma claridade maravilhosa banha todas as coisas... A noite não vem jamais mergulhar tudo nas suas trevas, e não sopram as borrascas que arrastam consigo as nuvens sombrias. Nós colhemos frutos suculentos de tamanho jamais visto; saciamos nossa sede nos regatos de leite de límpidas fontes. (*apud* RIBEIRO, 1986, p. 29).

É certo que a narrativa de São Brandão influenciou vários navegadores e aventureiros do século XV. Sérgio Buarque, em *Visão do Paraíso*, estudou como a metáfora do Éden repercutiu na época da colonização brasileira, observando como ela se figurou ao nosso passado e propriamente como se estabeleceu enquanto fundamentação da própria história do Brasil. Nesse sentido, como aponta a obra de Sérgio, o nosso país povoou o imaginário do colonizador através de um repertório de crenças e lendas que associavam o Brasil à ideia de um paraíso terrestre e longínquo, mas nem por isso fora do alcance efetivo dos homens. O historiador ainda cita trechos escritos por Cristóvão Colombo em que percebemos essa influência: “Creí (...) y creo aquello que creyeron y creen todos santos y sábios teólogos que allí, em la comarca, es el paraíso Terrenal.” (*apud* HOLANDA, 2000, p. 238).

Desde o início da nossa colonização o continente americano serviu a projeções utópicas do colonizador, motivadas pela exuberância de uma natureza em estado intocável. Uma dessas projeções resulta das influências do famoso *Mito do Eldorado* sobre o imaginário do colonizador no momento da descoberta do *Novo Mundo*. Essas influências atestam uma série de imagens ideais da terra descoberta, como se pode notar, por exemplo, na *Carta de Caminha*, na qual o escrivão da frota de Cabral exalta, de forma recorrente, a salubridade dos ares, a fertilidade do solo, a exuberância da vegetação e, através de comparações, associa o habitante da terra ao do paraíso. Além dos textos já citados, vários outros escritores do século XV celebraram o mito destas *Ilhas Afortunadas*: Camões, Cervantes, Montaigne, Ronsard, além de abundantes referências nos textos dos cronistas e viajantes.

O mito da idade de ouro está presente em todos os lugares do mundo. Em geral, na variedade desses relatos, há alguns elementos sempre constantes, tanto os que se referem à mitologia cristã quanto os que se referem à mitologia pagã. Em síntese, podemos dizer que a condição paradisíaca dessa mitologia se configura pela imortalidade, a liberdade total, a amizade entre o homem e a natureza, a felicidade plena, a colheita dos frutos da terra sem nenhum tipo de trabalho etc. O homem perde esta condição original por causa de um acontecimento primordial, a *Queda*, acontecimento que o torna mortal, sofredor. A partir desse momento, interrompida a comunicação com os deuses e com a natureza, o homem precisa sobreviver com o suor de seu trabalho.

De acordo com Gilberto Mendonça Teles, é em *Tempo e Eternidade*, no poema “Distribuição da poesia”, que aparece pela primeira vez a palavra ilha na poética de Jorge Lima, e é também neste momento que surgem os sinais de uma nova concepção poética em sua obra. A ilha passa a ser vista como o paraíso perdido, próximo de Deus e, portanto, próximo das origens, crescendo na obra do poeta até tornar-se tema central em *Invenção de Orfeu*.

A vida está malograda,
creio nas mágicas de Deus.
Os galos não cantam,
a manhã não raiou.
Vi os navios irem e voltarem.
Vi os infelizes irem e voltarem.
Vi os homens obesos dentro do fogo.
Vi ziguezagues na escuridão.
Capitão-mor, onde é o Congo?
Onde é a Ilha de São Brandão?
Capitão-mor que noite escura!
Uivam molossos na escuridão.
Ó indesejáveis, qual o país,
qual o país que desejas? (LIMA, 1958, p. 383)

É sintomático o apelo que o poeta faz a Deus pelos oprimidos, como deixa evidente a referência aos escravos negros e ao homem em geral, os quais se encontram errantes e perdidos num mundo conturbado. É por isso que ele pergunta “Onde é a Ilha de São Brandão?”; ele quer encontrar um lugar mítico e paradisíaco diferenciado do mundo que vivencia. O poeta utiliza-se de uma linguagem mítica numa fusão do signo com objeto como se a palavra fosse o próprio ser, que será a linguagem característica de *Invenção de Orfeu*, numa tentativa de reordenar o mundo por meio da palavra poética. Assim, os versos: “A vida está malograda,/creio nas mágicas de Deus./

Os galos não cantam,/a manhã não raiou.” afirmam a força do verbo, pois sem ele (se os galos não cantarem), o amanhã não nascerá.

Em *Convite para Ilha*, poema de *A Túnica Inconsútil*, vemos a configuração da ilha limiana estreitamente relacionada ao mito do paraíso terrestre, expressão de seu desejo de evasão do mundo real, uma espécie de refúgio na utopia de sua ilha. Essa ilha é configurada por um ambiente imaginativo, como se nota pela união de elementos contrastantes e estranhos uns aos outros, como demonstram os seres pertencentes a reinos distintos unidos ou mesmo metamorfoseados: “peixe-cantor”, “boto voador”; também, é configurada pelo contraste de cores na composição: “baleias-azuis” e o “ouriço-vermelho”, ou pelo próprio ambiente claramente paradisíaco no poema: “ilha mais bonita não há”, “água morna”, “rios de leite”, “terras bulindo” etc. Desse modo, é perfeitamente visível a configuração do *topos* do paraíso, no entanto, esse *topos* está configurado de um modo novo, re-trabalhado e rearranjado por meio de uma escritura onírica em que não há a preocupação em configurar este mundo de maneira realista ou mimética. Há sim uma intenção de romper com esta forma de representação.

Não digo em que signo se encontra esta ilha
mas ilha mais bela não há no alto mar.
O peixe cantor existe por lá.
Ao norte dá tudo: baleias azuis,
o ouriço vermelho, o bôto voador.
A leste da ilha há o Geysir gigante
deitando água morna. Quem quer se banhar?
Há plantas carnívoras sem gula que amam.
Ao sul o que há? _ há rios de leite,
há terras bulindo, mulheres nascendo,
raízes subindo, lagunas tremendo,
coqueiros gemendo, areias se entreabrindo. (LIMA, 1958, p. 478)

Em *Anúnciação e Encontro de Mira-Celi*⁴³, o poema “23” relaciona a figura de Mira-Celi ao mar como símbolo da fecundidade e da origem da vida em seu sentido primordial (de antes mesmo do nascimento), em um claro desejo de encontro com a origem e/ou a eternidade.

4 Este Livro, singular em toda literatura brasileira, além de conter toda uma simbologia náutica e se caracterizar por seu hermetismo, nos revela muito do que virá adiante na poética de Jorge de Lima. É mesmo uma preparação anunciada para a elaboração de *Invenção de Orfeu*, que se torna evidente nos versos seguintes: “Os grandes poemas ainda permanecem inéditos” (poema “4”); “Os grandes poemas começam com a nossa visão desdobrada” (no poema “56”). Chama a atenção também seu caráter circular, no sentido de que seu primeiro e o último poema começam da mesma maneira como se um fosse continuidade do outro: “O inesperado ser começou a desenrolar as suas faixas em que/estava a história da criação passada e futura.” Esse aspecto demonstra o desejo, expresso nos dois poemas (*Anúnciação e encontro de Mira-Celi* e *Invenção de Orfeu*), do rompimento temporal e do encontro do poeta com a eternidade.

Uma das minhas solidões repousa no lácteo mar de seu ventre;
mas os olhos dos pastores e dos nautas
sempre se alimentam dela.

.....
Na verdade é apenas uma constelação cristã
formada nos primeiros dias,
com a aparência de cisne, de chama ou de duna
em que se ostenta um de meus horizontes.
Ela aspira a vida eterna, meu Deus! (LIMA, 1958, p. 523)

No *Livro de Sonetos* é grande a quantidade de poemas que nos remete ao tempo dos primórdios. A título de exemplo citamos apenas um, em que se revela a imaginação, a memória, a ilha e a associação da criação poética à criação divina.

Imaginai no firmamento de antes
dois nevoeiros em oito entrelaçados,
galo e penumbra, draga sempre em púbis
penetrada de proas dominantes.

E a calma toda havia há instantes
em círculo de sal e cios porfiados.
Desde a baba dos cabos bojadores.
Sobre a ilha em vermelhos tão agudos.

A brisa em nascimento cai em chuva,
abrem-se os ventres da água primitiva,
logo embebidos, logo despejados.

Cordilheiras parindo coisas como.
E outros montes mais virgens dividindo-se.
E Deus babando sobre o mundo do início. (LIMA, 1958, p. 591)

Em *Invenção de Orfeu* o vocábulo *ilha* é utilizado pelo poeta de maneira constante. Pode ser lido primeiramente no sentido denotativo, de acidente geográfico, em sua referência histórica à Ilha de Santa Cruz; como imagem de Portugal, ilha dentro da Europa ou do próprio Brasil, ilha dentro da América Latina, “linguística, racial e social” (PICHIO, 1988, p. 90), passando pelas conotações de ilhas fabulosas na antiguidade e no período medieval e pelas idealizações utópicas dos filósofos renascentistas até chegar às conotações simbólicas do paraíso, lugar edênico, aproximando-se gradativamente da ideia de “lugar de poesia” (TELES, 1988, p.135). A *ilha* recebe

várias características ao longo de todo o poema, e se estrutura num terreno marcadamente literário, relacionando-se com os significados de várias outras ilhas, como as de Dante, de John Milton, de Camões, da Bíblia e a de Thomas Morus, mas também transcendendo-os.

Podemos dizer que *Invenção de Orfeu* se desenvolve em três tempos: o primeiro é o momento da Criação, o Éden, a felicidade primitiva, real e sonhada; o segundo refere-se ao instante da Queda, da perdição, do obscurecimento, destruição e morte; o terceiro é aquele da salvação, redenção, em que poema e poeta se vitalizam na fé, na esperança e no amor.

É por meio desse desenho poético que o motivo do *locus amoenus* será trabalhado. É exemplar a estância XXVIII, do Canto Primeiro, em que o poema assume uma dimensão histórica se relacionando diretamente à tradição literária portuguesa. No primeiro momento, nota-se uma relação estreita da famosa ilha de São Brandão ao Brasil, caracterizado como uma terra paradisíaca, já que mais adiante se associará com a *Carta de Caminha*, na qual é descrito como uma terra maravilhosa. A presença e nomeação de seus “descobridores” ou colonizadores garantem ainda dados históricos: Vasco da Gama, padre Jerônimo, D. José, Caminha e Perestrelo. No segundo caso, a tradição literária é percebida através de Camões, com a alusão ao gigante Adamastor e também com a sua musa maior, Inês de Castro, e de Fernando Pessoa, por meio do diálogo intertextual com *Mensagem*.

As raízes são minhas, pedra lusa
e refrão de aventuras renovadas;
eis esse itinerário de meus nomes,
eis esse aço de afiar minhas espadas,
penedo de esbarras naves absortas,
febre dura de fé, vocabulário,
ó meu pai Perestrelo, ó vós Jerônimo.

Contemplo as rochas puras que assistiram
passar por essas tardes caravelas;
o sulco inda foi ontem, doce Olaia:
tu jazias nos Anjos, (coisa estranha!)
descobrimos nas ondas essas algas,
essas Índias tão nuas, esses ventos,
essas admirações em São Brandão!

E depois escrevemos uma carta
contando tuas graças, nessas praias,
sobre os giolhos das moças, nas vergonhas.
No entretanto ali estão as outras faces.
Ah! as praias e as tragédias e as Ineses,

e os presságios bilíngues, multilíngues
e as visões tão fatais, tão desabridas.

Ó desaparecidos, ó encobertos,
ó perdidos nas guerras e nas coplas,
eu morro junto a vós, nesses rochedos
das certezas finais desencontradas,
reis desejados, sopros ocultados,
esperança e renúncia, ó D. José,
queridas confusões vos dou. (LIMA, 1958, p. 652)

Outro elemento presente no poema se refere às Índias e/ou índias. Esses vocábulos rapidamente nos remetem ao tempo do descobrimento do Brasil, seja no seu caráter literal (do índio habitante do Brasil em seus primórdios) ou pela própria associação errônea do Brasil às Índias (onde Portugal buscava suas especiarias). Mas o que se mostra mais significativo no poema é mesmo a caracterização da índia (mulher) e seu habitat, o que revela o próprio imaginário europeu de que a terra “descoberta” era um lugar aprazível e sensual, como um paraíso terreno, o que acrescenta ao mito do *locus amoenus* um elemento a mais: a sexualidade livre.

Na estância XXXI do mesmo Canto, o processo de colonização portuguesa é novamente denunciado através da glosa feita à *Carta de Caminha* a Dom Manuel. Esse aspecto revela o claro desejo do poeta de retomar a origem brasileira concentrada na figura primordial do índio, como revela a representação do Brasil como uma terra excepcional, onde tudo dá, e como terra da inocência, remetendo-nos ao paraíso bíblico onde Adão e Eva viviam nus sem nenhum constrangimento.

Esquecidos dos donos, nós os bastos,
nós os complexos, nós os pioneiros,
nós os devastadores e assassinos,
vamos agora fabricar o índio
com a tristeza da mata e a fuga da
maloca, com a alegria de caçar.

Vamos dar-lhe paciência de amansar
os bichos, de juntar as belas penas,
raízes, frutos; vamos abalar
com ele o chão da maloca, batucando.
essa terra dançada, D. Manuel,
de ponta a ponta é toda de arvoredos.

É toda de arvoredos e de ar bom,
como o ar bom de Entre-Douro-e-Minho, e as águas
são muitas, infinitas, tudo dando,
dando peixe, lavando a carne nua,
lambendo os pés da selva embaraçosa,
a feição é ser parda, bons narizes.

Boas vergonhas nuas, boas caras
e bons Jeans de Lery contanto as coisas.
Ausentes recalques e pudores
e colares de dentes de contas
para atrair as musas e as mães-d'água,
e adornos para os sexos merecidos.

Nenhuma ideia exata possuímos
sobre origens de carnes e de sangues,
mas de mortes somente, mesmas caras
que vós, mesmos desejos, nós indígenas,
vós indígenas, nós madeiras mesmas,
decadentes, corroídas, não pacíficas. (LIMA, 1958, p. 656)

De acordo com Lúcia de Sá, Jorge de Lima faz uma importante modificação nos textos de viagens nessa estância, no sentido de problematizar a sua voz narrativa. Esses textos, na maioria das vezes narrados na primeira pessoa, descrevem os índios sempre em terceira pessoa estabelecendo uma clara distinção entre o “eu/homem europeu” e “ele/indígenas”⁵⁴. Jorge de Lima, como vemos na última estrofe desse fragmento, apresenta os índios tanto na primeira quanto na segunda pessoa do plural, o que obriga o leitor a questionar sua identidade. Desse modo, temos em *Invenção de Orfeu* um questionamento dessas identidades, problematização que

[...] vem acompanhando as representações culturais do indígena em nossa sociedade desde o indianismo romântico. Os índios foram identificados pelos escritores desse período como símbolo de um *nós* brasileiro que se compunha de um *vós* europeu. Mas os românticos foram acusados de estarem na verdade imitando os franceses, ou seja, de estarem agindo como um *nós* francês em

5 Echeverría aponta que a miscigenação entre o índio e o português, como pode-se ver na primeira estrofe desse trecho do poema, é mostrada “pela tensão presentificada (mítica e fantástica): compartilhada pelo emissor e os receptores através do pronome em primeira pessoa do plural (nós).” Transgressão que permite conjugar “o ‘eu’ (o Mesmo) e os receptores (o Outro). Mediante o *espelho discursivo* (Kristeva), o enunciado fica aquém do verossímil.” Para a ensaísta, este “processo mítico e fantástico de ‘fabricar o índio, na *práxis*, amplifica o histórico, a conjugação dos sememas opostos, que recuperam imageticamente a visão crítica dos brasileiros e do país. Repensando-se a origem, unifica-se o discurso.” (ECHEVERRÍA, 1978, p.33).

relação a um *vós* brasileiro. Essa questão foi retomada no modernismo em tons semelhantes, a não ser pelo fato de o *nós* indígena dos modernistas incluir, através da antropofagia, o *vós* europeu, e ter frequentemente em relação ao *nós* do movimento um distanciamento criado pela paródia, embora os modernistas fossem também acusados de serem um *vós* europeu travestido de *nós* brasileiro. (SÁ, 2000, p. 7).

Na sequência dessa estância temos a figura do índio associada não apenas ao habitante do Brasil, mas ao homem primitivo. Isso nos leva a crer que o sentido primeiro (o índio brasileiro) é transfigurado numa imagem simbólica universal (do homem primitivo, primeiro); afinal, as Índias são abrangentes, “ocidental” e “oriental”. Nesse sentido, temos em *Invenção de Orfeu* o caráter local ampliado para uma concepção universal e arquetípica em sua poesia revelada, justamente pela associação do índio ao homem anterior à queda do paraíso.

Goiazis, matuins, encantada Índia,
sempre Índia ocidental, oriental Índia,
povoada de cardumes mitológicos,
minhas proas cortando tenebrosos
mares, de duendes lusos e outras nuvens,
promotórios, gigantes e grandezas. (LIMA, 1958, p. 657)

Ainda, sequencialmente, nesta mesma estância, vemos novamente a associação do mundo do índio ao princípio dos tempos anterior à Queda. Nesse mundo primordial, intocado pela civilização, onde não há guerras e há harmonia do homem com a natureza, é que o poeta busca a linguagem de seu poema, a linguagem que se falava no Brasil pelos índios em seus primórdios, a linguagem dos bororos. Desse modo, o desejo de retorno ao primitivo pode significar metaforicamente que o poeta está em busca da origem do homem e da poesia do tempo primordial. É o que explicita a língua do índio expressa no poema. O que pode também revelar um possível projeto de resgate e/ou de criação de uma suposta língua nacional associada ao verbo primordial. Assim, “*Invenção de Orfeu* oferece o retrato do solo e da gente do Brasil. Retrato de nossa idealidade, tanto quanto o é de nossa realidade, e retrato de nossas utopias.” (MOISÉS, 1989, p. 145).

E eu menino pequeno, todo penas,
com essas flechas sem leis e esses colares
prefaciando viagens, aventuras,
narradores de pêtas européias,
eu sem ouros, com apenas maracás,
bondades naturais, recém nascidas.

Eu índio indiferente, mau selvagem,
bom selvagem nascido pra o humanismo,
à lei da natureza me despindo
com pilotos e epístolas, cabrais,
navegações e viagens e ramúsios,
santa-cruzes, vespúcios, pau-brasis.

E eu palavreando com esses papagaios
completamente apócrifo no mundo,
cosmogonia nua, áspero clima
sem moeda e comércio, muito bem,
liberdade social, perfeitamente
com tacapes ferindo mas sem guerras.

Sobretudo eu escravo do homem branco,
ó cunhãs, inocências e pobreza,
curiosidades sobre meus amores,
visões de missionários, flor de peles,
narrativas de naus e manuscritos,
madeiras de Colombos e de Espanhas.

Vivo estranho em Lisboa babeladas
entre chins e japões pelas ruelas,
os domínios distantes me afogando,
cotovelando pelo Rei das quinas,
resgatado com fardos e tonéis,
descoberto de trajés e de galas.

Ou então em bororo me chamando.
– Que venha o peixe açougue! E o peixe veio
E outros peixes gerados com ixegui.
Quero dois paus para acender meu fogo,
a morada das almas me chamou,
bororo forte, linguagem de bororo. (LIMA, 1958, p. 657)

A presença do índio e de sua cultura em *Invenção de Orfeu* coloca Jorge de Lima dentro da tradição indianista da literatura brasileira, que inicialmente se manifestou através das cartas dos navegantes portugueses que tinham o simples objetivo de informação (mesmo que fossem fantasiosas). Posteriormente, essa figuração do indígena se dá por meio do indianismo romântico idealizado por José de Alencar, Gonçalves Dias, entre outros. Mais tarde, ocorre o indianismo antropófago, manifestação do modernismo cunhado por Oswald de Andrade. Jorge de

Lima se associa a essas diversas referências e ao movimento modernista em seu ensaio “Todos cantam a sua terra”, ressaltando o caráter de mistura de culturas (textos) com o intuito de criar uma literatura própria, genuinamente brasileira.

Além de criticar a exploração sofrida pelos índios, na sequência desta estância vemos claramente a relação estabelecida pelo poeta entre a utopia e o índio, através da contraposição entre os mundos civilizado e bárbaro, privilegiando o mundo do índio. Mesmo assim, a ironia não deixa de estar presente a partir de uma síntese de elementos associados à imagem do índio que vão desde a caracterização idealizada do índio por Rousseau, passando por Montaigne e o índio considerado um Adão perfeito (o que novamente nos remete ao desejo do poeta em criar seu poema por meio da inocência de antes da perda do Paraíso), para em seguida aportar em Gonçalves Dias, considerado o poeta dos índios, e em Thomas Morus, inventor de índios. Assim, o fazer poético está ligado à renovação da palavra poética como Verbo em seu sentido divino. A criação do novo mundo se dá a partir da negação do caos da história humana. Nesse sentido, a poesia se dá como uma busca da redenção, a fim de conseguir novamente seu estado anterior à Queda, ou seja, o paraíso. A poesia é o instrumento restaurador de uma nova verdade que o mundo tanto necessita.

Comer, nós não comemos nenhum bispo,
o branco mente muito, o corrompido,
embaraça essa vida, o branco é assim.
Comer nós não comemos nenhum branco,
nem fumamos mentiras, fumo nosso,
fumo de paz ou guerra, mas valente.

(...)
Cravado de premissas e de olhares,
de holofotes e cisnes, eis teu índio,
grudado de tucanos e de araras,
operário sem lei e sem Rousseau,
incluído em dicionário filosófico,
metáfora, gravura, ópera, símbolo.
Utopia de santo e de sem – Deus,
teu índio, teu avô, teu deserdado
adão, perfeito Adão sem teus pudores
falsos, consciências, dúvidas, receios,
Emílio bronco, pai de Rousseu?
De que Montaigne? De que outra convivência?

Índios que te contém como moldura
guardando personagens obrigadas,
umas em redes, outras em gavetas,
em redomas de prata, umas vestidas,
outras despidas, umas tantas mortas,
retratos desbotados, faces idas.

(...)

E esse grande Gonçalves, vosso neto
desapartado aos cinco, da mãe parda,
pra rouxinóis, choupais, capas, mondegos;
e a colina coimbrã e as travessias,
e o pão do exílio sem sabiás timbiras,
e Ana Amélia, meu Deus, tão impossível.

(...)

Quem vos mandou inventar índios... Morus,
ilhas escritas, Morus, utopias,
Morus, revoluções, Morus, ó Morus?
Os índios se esconderam no homem branco,
nos seus assombros, ele se invadindo
de ocasionados índios, de outros índios. (LIMA, 1958, p. 659)

É bom frisar, segundo as considerações feitas por Luiz Busatto (1989, p. 59-60), que a obra de Jorge de Lima a partir de 1942 sofreu grande influência do livro de Afonso Arinos de Melo Franco denominado *O índio brasileiro e Revolução Francesa*⁶⁵. De acordo com o crítico, Jorge de Lima teria ficado impressionado com esse livro, pois nele Afonso Arinos explica que as ideias da Revolução Francesa e as ideias apresentadas por Rousseau em *Emílio* são matéria prima originalmente brasileira reelaborada. É por isso que no poema o índio brasileiro aparece como predecessor a Emílio: “Emílio bronco, pai de Rousseau?” (LIMA, 1958, p. 659).

Ainda de acordo com Busatto, outros livros de literatura indígena também serviram de fontes para Jorge de Lima escrever *Invenção de Orfeu*. São eles: *A Carta de Pero Vaz de Caminha*; *A Carta do Piloto Anônimo*; o livro de André Thevet, *A singularidade da França Antártica*; o livro de Jean de Léry, *História de uma viagem à Terra do Brasil* e outros, entre eles o seu próprio ensaio sobre Anchieta (1934).

6 De acordo com Busatto, Jorge de Lima, ao se encontrar com Afonso Arinos, declarou que *Invenção de Orfeu* teria sido inspirado pelo seu livro *O índio e a Revolução Francesa*. E “foi tão grande a admiração, que ele recomendou o livro a todos os seus alunos na Faculdade [que lecionava] e escreveu um artigo no jornal *A Manhã* de 19 de março de 1942. O artigo se chama ‘O índio Brasileiro’ e não poupa elogio ao livro: ‘Um dos mais sérios, mais bem escritos, mais meditativos de toda a literatura brasileira é sem dúvida o livro de Afonso Arinos *O índio Brasileiro e a Revolução Francesa*.’” (BUSATTO, 1988, p. 60).

Esses livros de literatura indígena (excluído o ensaio de Jorge de Lima, é claro) determinam o pensamento de Jean-Jaques Rousseau e, portanto, influenciaram a Revolução Francesa. Afonso Arinos acaba por afirmar, no final do seu livro, sem receio, de que o maior colaborador na criação do mito do “bom selvagem” entrou nesta utopia intelectual levado pela mão do nosso índio. Então inverte-se totalmente a pedagogia de Rousseau. As ideias da Revolução Francesa que vieram ao Brasil não são ideias estrangeiras, mas apenas ideias brasileiras que retornaram ao país. Ora, se isso não é nacionalismo, então não existe nacionalismo no Brasil. (BUSATTO, 1988, p. 59-60).

Juntamente a essa relação de influência invertida, o poema mostra o índio espoliado, desmoralizado, corrompido e doente, denunciando a influência maléfica do colonizador:

Já não estais, timbiras, já não sois.
É preciso andar sertões pra encontrar-vos,
verter íntimos sangues, correr matos,
braúnas, umbuzais para encontrar-vos.
Já não sois belos como nos Caminhas,
e sois enfermos e não sois tão nus.

Viveis presos, timbiras, nessas selvas
selvagens, das memórias recalçadas,
reclusos em varizes de libidos.
Nós choramos, timbiras, nós covardes,
sofrendo os nossos dentes em nós mesmos.

Moquém ruim, de carnes embricadas,
corrompido de terra e morticínios,
de aguardente, varíolas, vícios brancos
nós nascidos libertos, nós cativos,
dissolvidos nos sangues de outras gentes. (LIMA, 1958, p. 664)

Desse modo, o índio se configura em *Invenção de Orfeu* numa ampla gama de significações: ele é fruto da imaginação dos europeus, herói romântico idealizado, símbolo do homem natural, um “novo adão”, sensual e também degradado e, nesse sentido, pode ser visto como um símbolo de resistência à empresa colonialista que o degradou e o humilhou como demonstra a permanência de seus traços culturais, seja através da sua própria língua e de alguns de seus costumes, seja por meio de sua própria existência nas regiões distantes do Brasil.

Todas essas considerações também apontam para uma característica que está sempre presente em *Invenção de Orfeu* e que pode ser relacionada

às tentativas do Romantismo, e até mesmo do Modernismo brasileiros, de construção de um projeto de uma literatura nacional no sentido de que os escritores desse momento histórico desejavam alcançar uma expressão artística genuinamente brasileira, elaborada por suas variadas expressões culturais (do índio, do negro e do europeu), por suas paisagens características (não só a natureza exuberante mais também a geografia pobre do Nordeste brasileiro), pela religião (sincrética: o catolicismo somado à expressão religiosa e ritualística tanto do negro quanto do índio), pela busca de uma suposta língua nacional (composta pela mistura de léxicos do índio, do negro e do europeu) e também pela ruptura da imitação do modelo europeu que, no caso específico de Jorge de Lima, em *Invenção de Orfeu*, configura-se na ruptura do modelo da epopeia clássica, transfigurando-a num possível projeto épico-lírico. Desse modo, como já apontaram vários críticos, *Invenção de Orfeu* seria um poema genuinamente brasileiro ⁷⁶.

Ao ser questionado sobre o local onde decorre *Invenção de Orfeu*, Jorge de Lima responde:

Numa Ilha ideal-real, porque não existe geograficamente (toda a geografia do poema é inespacial), mas real, porque ao contrário da de Thomas Morus, onde os seres são perfeitos, nesta há miséria, sofrimentos, guerras. É uma ilha que tem um subsolo e um supersolo. O poema abrange o cotidiano, o natural, o prenatal, o sobrenatural e o angélico. (LIMA, 1958, p. 93).

Desse modo, não é impróprio considerar que a *ilha* possa significar uma imagem fundamental, que conduz a estruturação do poema em relação à busca empreendida pelo poeta para encontrar a eternidade perdida com a queda do homem no paraíso. São exemplares as epígrafes bíblicas dadas ao poema – “E, quando a casa se edificava, faziam-na de pedras lavradas e perfeitas; e não se ouviu martelo, nem machada, nem instrumento algum de ferro, enquanto ela se edificava.” (III Reis, 7. In: Bíblia Sagrada) – simbolizando a imensidão espacial que ele ocupa, como também o caráter maravilhoso de sua construção, o que nos remete a um tempo

7 São exemplares as considerações do poeta, a esse respeito, em seu ensaio intitulado “Todos cantam sua terra” onde ele afirma: “Houve de fato ausência de Brasil nos antigos, hoje parece que há Brasil de propósito nos modernos. Porque nós não poderíamos com sinceridade achar Brasil no índio que Alencar isolou do negro, cedendo-lhe as qualidades lusas, batalhando por um abolicionismo literário do índio que nos dá a impressão de que o escravo daqueles tempos não era o preto, era o autóctone. O mesmo se deu com Gonçalves Dias em que o índio entrou com o vestuário de penas pequeno e escasso demais para disfarçar o que havia de Herculano no escritor. Os seus versos mais brasileiros e mais populares como ‘Minha terra tem palmeiras/onde canta o sabiá’ nos dão a impressão inversa da desejada pelo poeta: que ele cantando os sabiás não se esquecera de Coimbra. Não havia realidade nessa literatura. Como não havia no negro de Castro Alves elevado a espártaco e servindo do pior romantismo do mundo que foi o de Hugo.” (LIMA, 1958, p. 1015).

mítico em que a criação acontece de forma espontânea. Assim também aponta a epígrafe retirada de Isaías 42,10: “Eu anuncio coisas novas, ilhas cantai um canto novo”. Utilizando-se das palavras do *Profeta* para vislumbrar uma vida feliz, o poeta convida as ilhas a cantarem um canto novo, evidenciando, desde já, antes mesmo de iniciar o seu poema, sua associação ao profeta. De maneira geral, no sentido religioso, a expressão *ilha* sempre nos remete a lugares distantes que devem ser “evangelizados”, podendo significar, também, a imagem do homem mesmo, num sentido metonímico (o lugar pelo habitante). Em muitos momentos essa imagem bíblica será referida, em *Invenção de Orfeu*, principalmente no que diz respeito ao desejo do poeta em encontrar a harmonia perdida e à busca da confraternização entre os homens. Ao lado da citação bíblica, aparece o texto de Apollinaire: “IL Y A”. Este texto descreve basicamente a comunhão entre pessoas que vivem felizes e em harmonia com a natureza; seu título inegavelmente revela, a partir de sua sonoridade, a semelhança com a palavra portuguesa: Ilha.

A ilha, como figura central no poema de Jorge de Lima, será múltipla e receberá uma variada significação. Mas é bom enfatizar que nas múltiplas significações da ilha se destaca o desejo do poeta de encontrar a união entre os homens para que possa haver uma futura comunhão universal. Seu desejo é, pois, reconquistar o paraíso perdido através do natural, do sobrenatural, de Deus e da soma de todos os tempos (passado, presente e futuro).

Invenção de Orfeu inicia-se mesmo com o canto denominado Fundação da Ilha, e o termo “Fundação” é bem sugestivo, já que denota o estabelecimento dos alicerces para a edificação de seu poema. Portanto, o que o poeta pretende é estabelecer a base de seu poema (o que sustenta e possibilita qualquer edificação). Trata-se da busca de um mundo utópico, mas de uma utopia diversa de seu sentido original; no poeta brasileiro, a busca da perfeição poética se dá no movimento (tanto no que diz respeito à forma quanto ao conteúdo), contrariando a perfeição imóvel da ilha de Thomas Morus. É a busca do Paraíso perdido ou da origem associada à função utópica da literatura de mudar o mundo, através da recriação verbal, da transcendência e do imaginário.

É exemplar a estância I do Canto Primeiro, onde se estabelece uma importante proposição do poema em que o poeta nos apresenta seu herói, seu roteiro e seus objetivos, e nos diz qual é a ilha buscada por ele, uma ilha utópica. Etimologicamente, a palavra utopia recebe o significado de não-lugar (está fora do tempo e do espaço). A ilha buscada pelo poeta é também caracterizada de forma semelhante à utopia, pois ela é “de alguém

e de além-mar”, portanto, não está em um lugar determinado, não sendo possível localizá-la, como revelam os termos assinalados: *aquém* (prep. e adv. do lado de cá de; inferiormente; abaixo; menos [antôn.:além]) e *além* (adv. Acolá; mais adiante; mais longe [antôn.: aquém.] – s.m. lugar distante; outras terras; lugar fronteiro a outro – elemento de composição de palavras com o sentido de “além de”: além-mar; além-túmulo.). Desse modo, a ilha limiana pode ser entendida como utópica, pois ela situa-se em um lugar que não existe, reportando-nos para uma realidade irreal. É interessante notar que além da ilha não ter uma localização específica, ela é caracterizada por uma contradição ou pelo menos por um paradoxo, que é revelado por sua (não) determinação por meio de palavras antônimas, trazendo-lhe ainda mais obscuridade. A ilha também pode ser considerada total mesmo não recebendo nenhuma localização; afinal, pode-se entender que ela ocupa um espaço que vai de *aquém* até *além* mar, significado esse que reforça ainda mais seu caráter utópico. O seu significado final a associa à busca e ao maior símbolo da fraternidade, o amor, como sugere a primeira estrofe, paródia do épico de Camões ⁸⁷.

Essa localização indefinida da ilha nos remete também a um tempo original, associado à busca de um espaço sagrado também sem limites e, portanto, primordial. No tempo primordial dá-se a união entre passado, presente e futuro, caracterizando a celebração de um tempo mítico que contém a vida humana em sua totalidade. Nesse sentido, o passado se torna arquetípico, isto é, um passado que é potencialmente um futuro aparelhado para se encontrar com o presente. Desse modo, o herói dessa pretendida epopeia buscará conquistar o espaço primordial através da memória. O aspecto da simultaneidade presente na poética moderna nos remete ao desejo do poeta desse tempo de querer reduzir as distâncias através da possibilidade da

8 É interessante expormos a concepção do lugar e o poder mágico da poesia concebido por Casais Monteiro, remetendo-nos ao caráter metalinguístico do poema de Jorge de Lima. Assim diz o crítico: “Mas, de fato, embora sem tornarmos num sentido demasiado técnico, como não reconhecer como fonte da poesia uma zona que se encontra aquém – ou além – da coincidência superficial do homem com sua vida cotidiana? Como ignorar que o valor das palavras ganha, na poesia, um poder de comunicação que seria absurdo se através da linguagem não se estabelecesse qualquer entendimento do homem para o homem, e do homem para as coisas, que não existe nas palavras quando tomadas unicamente como sinais? É certo que, tal como a linguagem da razão, a poesia também procura uma verdade. Mas é uma verdade daquela dimensão humana em que dois mais dois não é igual a quatro. Nem por isso é uma linguagem do absurdo, muito menos do irreal. O mais estranho poder da poesia é que torna o mundo mais verdadeiro, exatamente porque, nela, as palavras não funcionam como sinais, ou como rótulos, mas como substitutos de alguma coisa que permanece por trás delas. Todas as afinidades que têm sido postas entre a poesia e as mais diversas formas do ocultismo, resultam exatamente de ser a poesia uma operação mágica, de não poder deixar de se reconhecer na transfiguração da palavra que se opera na poesia, qualquer forma de alquimia, uma transformação do mais vil no mais nobre metal.” (MONTEIRO, 1965, p. 31).

aproximação espacial-temporal feita, muitas vezes, por suas metáforas que associam termos dissonantes, e também ao seu desejo de evasão do mundo em que vive. Esta comunhão entre os três tempos representa uma simultaneidade almejada pela poesia no intuito de eliminar os limites temporais, como vemos explícito na viagem empreendida pelo herói limiano.

Um Barão assinalado
sem brasão, sem gume e fama
cumpre apenas o seu fado:
amar, louvar sua dama,
dia e noite navegar,
que é de aquém e de além-mar
a ilha que busca e o amor que ama.

Nobre apenas de memórias,
vai lembrando de seus dias,
dias que são as histórias,
histórias que são porfias
de passados e futuros,
naufrágios e outros apuros,
descobertas e alegrias.
Alegrias descobertas
ou mesmo achadas, lá vão
a todas as naus alertas
de vária mastreação,
mastos que apontam caminhos
a países de outros vinhos.
Esta é a ébria embarcação.
Barão ébrio, mas barão,
de manchas condecorado;
entre o mar, o céu e o chão
fala sem ser escutado
a peixes, homens e aves,
bocas e bicos, com chaves,
e ele sem chaves na mão. (LIMA, 1958, p. 627)

Nesse sentido, *Invenção de Orfeu* apresenta, já no seu início, pelo menos três das temáticas mais importantes e constantes do poema: a do herói (representado pelo próprio poeta que cumpre uma missão – Barão ébrio –, o que lhe dá um caráter cristão por estar sujeito à vontade de Deus); a da viagem (que pode representar tanto a própria vida do homem, que metaforicamente viaja de seu nascimento até a morte, como também de uma viagem apenas imaginária e metalinguística); a da ilha (que é a meta do herói e, como acreditamos, pode representar a metáfora central do poema).

Comecemos por delinear alguns elementos importantes presentes nesta estância. Primeiramente, encontramos a figura do Barão (como é caracterizado o herói do poema), que carrega, originalmente, o sentido de nobreza, conduzindo-nos a uma imagem característica do herói marcado por atitudes de coragem e de grandes feitos, remetendo diretamente ao herói camoniano d'*Os Lusíadas*. A relação desse com o herói limiano, no entanto, é em seguida desmistificada a partir de sua caracterização como “ébrio”, que imediatamente o associa à tradição poética da modernidade (Rimbaud – *O barco bêbado*). Posteriormente, encontramos um elemento que se mostra de grande importância para todo o poema, uma *chave*⁹, que simboliza uma espécie de artefato capaz de restaurar a harmonia perdida pelo homem com a Queda. É a busca deste artefato e/ou da reconquista da perfeição que sustenta a aventura do herói-poeta em sua pretendida epopeia. Essa busca mítica fundamental da humanidade e suas referências intertextuais às epopeias clássicas também nos remete ao poder revelador da palavra poética. Nesse sentido, a reconquista do paraíso perdido se dá através da palavra, da poesia. E, desse modo, outro elemento importante no poema de Jorge de Lima se apresenta nesta estância: Orfeu. Herói de seu poema, que se confunde com o próprio poeta e seu ofício, ele é a figura que orienta a busca da harmonia perdida. Portanto, a chave buscada está dentro do próprio herói, é a própria poesia ou a palavra poética.

É em busca desse tempo inicial que ocorre o rompimento com o fluxo temporal histórico no poema, revelando-nos um tempo predominantemente interior. Desse modo, *Invenção de Orfeu* se relaciona diretamente a um passado mítico, numa tentativa de busca de uma “criação primeira” associada ao tempo inicial paradisíaco, antes mesmo da contagem do tempo empírico. É nesse sentido, da busca de um tempo mítico, que o poema se direciona para uma época das ações primeiras e por isso mesmo modelar, como também revela seu receptáculo de forças mágicas e espirituais. Portanto, a origem e/ou o passado mítico se mostram como o lugar da sabedoria e da essência das coisas.

9 Em suas “Memórias”, o poeta se refere a uma chave que marcou suas lembranças. Isso pode significar que realmente Jorge de Lima está em busca desse momento, do retorno à infância perdida. Nesse sentido, a viagem empreendida pelo nauta-poeta em *Invenção de Orfeu* representaria a tentativa de reconquistar esse tempo paradisíaco da infância: “Lembrança da Casa-grande tenho muita que depois tratarei, como por exemplo da sala das chaves, chaves enormes de ferro penduradas a seus ganchos: trinta com os destinos, do paiol, do escritório, da despensa, da capela, capela de Santana onde havia missal no altar-mor e sacristia com gavetões de jacarandá.” (LIMA, 1958, p. 99).

Referências bibliográficas

- BÍBLIA SAGRADA. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BUSATTO, Luiz. *Montagem em Invenção de Orfeu*. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural, 1978.
- CURTIUS, Ernest Robert. *Literatura Européia e Idade Média Latina*. (Trad. Teodoro Cabral e Paulo Rónai) São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1996.
- ECHEVERRÍA, Lúcia Neghme. Algumas orientações poéticas em *Invenção de Orfeu*. In: *Colóquio/Letras*. Número 41, Janeiro de 1978.
- HESÍODO. *Teogonia: A origem dos deuses*. (Estudo e tradução de Jaa Torrano) São Paulo: Iluminuras, 1995.
- HESÍODO. *Os trabalhos e os dias*. (Primeira parte – Introd., Trad. e comentários: Mary Neves Lafer). São Paulo: Iluminuras, 1996.
- HOLANDA, Sérgio. *Visão do paraíso: Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha. 2000.
- LIMA, Jorge de. *Obra Completa* (org. Afrânio Coutinho). Rio de Janeiro: Aguilar, 1958.
- MOISÉS, Massaud. Jorge de Lima. In: *História da Literatura Brasileira: MODERNISMO*. 3 ed. São Paulo: Cultrix, 1983-1989.
- MONTEIRO, Adolfo Casais. *A palavra essencial: estudos sobre a poesia*. São Paulo: Cia. Editora Nacional/EDUSP, 1965.
- OVÍDIO. *As metamorfoses*. (Trad. Bocage). São Paulo: Hedra, 2000.
- PICCHIO, Luciana Stengagno. O Poeta e sua dimensão universal. In: RÈBAUD, Jean-Paul (org.) *90 anos de Jorge de Lima* (Anais do Segundo Simpósio de Literatura Alagoano). Maceió: UFAL, 1988.
- RIBEIRO, Lêda Tâmega. O mito da Idade do Ouro. In: *Mito e poesia popular*. Funarte: Rio de Janeiro, 1985.
- FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore, 1986.
- SÁ, Lúcia. *Invenção de Orfeu e o palimpsesto indígena*. In: *Luso-Brazilian Review*. University of Wisconsin – Madison. Vol. 37, Number 1, Summer, 2000.
- TELES, Gilberto Mendonça. Jorge de Lima e a geração de 1893. In: RÈBAUD, Jean-Paul (org.) *90 anos de Jorge de Lima* (Anais do Segundo Simpósio de Literatura Alagoano). Maceió: UFAL, 1988.
- VIRGÍLIO. *Bucólicas*; (Trad. Péricles da Silva Ramos) São Paulo: Melhoramentos; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

**O *ethos* indígena na obra literária
memorialista de Daniel Munduruku**
*[The indigenous ethos in the literary
memoirs of Daniel Munduruku]*

WANIAMARA DE JESUS DOS SANTOS

Mestranda de Letras da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP,
Mariana, Minas Gerais, Brasil; Apoio: CAPES.
[waniamaraj@yahoo.com.br]

RESUMO

Sob a égide das teorias postuladas pela Retórica Clássica e pela Argumentação do Discurso reflete-se sobre a construção identitária do indígena Daniel Munduruku em sua obra memorialista “Meu vô Apolinário: um mergulho no rio da (minha) memória”. Esse escritor adentra no universo da tradição Retórica Clássica, maneja com habilidade a exposição de suas ideias de modo a alterar conceitos pré-concebidos sobre a visibilidade dos povos indígenas pela sociedade brasileira não-índia. Munduruku evidencia uma nova configuração índia resultante da atuação do *ethos* prévio e do *ethos* mostrado, trabalhando tanto com sua “fama” quanto com a nova “pessoa” cunhada na obra e captada pelo leitor. Adotando o gênero epidictico, a construção do *ethos* indígena é feita de forma aparentemente inofensiva, encontrando-se oculta a sua finalidade de recriar novos valores acerca do mundo indígena no Brasil.

Palavras-chave

Ethos; Memória; Retórica; Literatura indígena.

ABSTRACT

Adopting the theories postulated by Classical Rhetoric and Argumentation Discourse, this paper comes up with a reflection about the identity built by Daniel Munduruku in his memories ‘Meu vô Apolinário: um mergulho no rio da (minha) memória’ The indigenous writer assumes the world of classical rhetorical tradition and expose his ideas in order to change preconceived concepts about the visibility of indigenous people by non-indigenous brazilian society. Munduruku shows a new indigenous appearance resulting from the performance between previously and shown ethos, working both: his ‘fame’ and a new person built in his book and captured by the reader. Adopting gender epidictic, the construction of the indigenous ethos is done in a apparently harmless way, lying hidden the purpose to recreate new values about the world’s indigenous peoples in Brazil.

Key-words

Ethos; Memory; Rhetoric; Indigenous Literature

Introdução

No Brasil, a partir da década de 1980, convive-se com a experiência literária indígena que se funda na escrita de memórias individuais e coletivas amparadas na tradição oral de conservação e transmissão de conhecimentos e saberes ‘ancestrais’ (mitos, lendas, autohistórias, rituais, cantos, grafismos, medicina e receitas tradicionais etc.). Essa experiência literária impressa dos cerca de duzentos e cinquenta povos indígenas brasileiros é fruto da implantação das Escolas da Floresta¹, no início da década de 1980. As escolas indígenas visam à formação do indígena pelo próprio indígena e, ao adotar a elaboração de seu próprio material didático, instauram o contexto de produção coletiva de obras literárias em língua portuguesa impressas para vigorar como livros didáticos. Parte desses livros didáticos foi incorporada ao espaço editorial brasileiro na década de 90, perfazendo, hoje, mais de duzentas publicações em língua portuguesa e/ou nativa.

Resultado do movimento de reafirmação das identidades étnicas a partir do surgimento da perspectiva nativa relacionada ao letramento e à autoria, os escritores nativos buscam dar visibilidade às suas vozes silenciadas durante mais de quinhentos anos pelo processo de aculturação promovido pela sociedade brasileira. Como resultado, tem-se o estabelecimento de uma identidade indígena diferente daquela construída no bojo do olhar não-índio, que perfaz a distância entre índios e não-índios brasileiros.

A experiência literária escrita dos povos indígenas utiliza-se da linguagem como instrumento decisivamente socializador da memória desses povos. Por meio da escrita, os indígenas apresentam seus discursos identitários historicamente constituídos, perscrutando as diversas modalidades de inscrição da memória. Com o advento da escrita em língua portuguesa, os indígenas brasileiros entendem que, mais do que documentar ou patentear os saberes ancestrais e o resgate da língua nativa, há a tentativa de refazer-se a história dos povos nativos no Brasil, na qual surge o olhar do índio e não a versão única do colonizador. A difusão da memória cultural indígena é também ponto fulcral para se promover a visibilidade e o respeito entre os índios e os não-índios na sociedade contemporânea.

Os discursos indígenas adotados nos livros impressos são basicamente direcionados ao público não-índio infanto-juvenil. A escolha não é fruto senão da intenção de educarem-se as futuras gerações de “brancos” para a convivência pacífica e respeitosa com as nações nativas do Brasil. A argumentação constitutiva de seus discursos é ponto fulcral para se promover a mudança

1 Os povos indígenas no Brasil preferem denominar suas escolas pela expressão “das florestas”, indicativo de uma territorialidade simbólica que se instaura para esses povos.

necessária. Assim, convencer ou induzir o auditório (os leitores mirins, pais e professores) acerca do universo indígena é a intenção do autor indígena que surge no contexto literário brasileiro em uma *mise en scène*, encenando, criando o seu perfil enquanto orador, enquanto um “novo índio”.

Esses escritos indígenas, portanto, revelam diferentes graus de persuasão: dos mais velados aos menos mascarados. Mas, sempre, em uma linguagem simples e clara, apresentam um discurso persuasivo com a utilização de elementos e recursos de justificação ideológica próprios desse tipo de discurso. Desse modo, tem o intuito de construir uma nova perspectiva sobre os povos nativos brasileiros e (re)contar a história do “achamento” do Brasil, de sua colonização e dos processos de exclusão, desapropriação, extermínio e exploração dos povos indígenas brasileiros.

Ao analisar esses discursos e a intenção velada ou abertamente assumida por meio de entrevistas que constroem uma nova imagem do índio brasileiro, adentra-se no universo conhecido desde a antiguidade clássica da tradição retórica, praticada publicamente pelos homens “de bem” que manejavam com habilidade as formas de exposição de suas ideias para convencer, inflamar multidões, alterar pontos de vista e mudar conceitos pré-formados.

Sob a égide das teorias postuladas pela Retórica Clássica e pela Argumentação do/no Discurso, segue-se a reflexão sobre o nascimento do indígena Daniel Munduruku enquanto assinatura do autor instituída pela sua escrita. Escrita essa, que se constrói por meio do trabalho de recordação de sua infância vivida na aldeia familiar, fortemente influenciado pela tradição étnica de arquivamento da memória ancestral via transmissão oral pelos mais velhos da aldeia. Tal como seu avô paterno, o índio Apolinário, Daniel propõe renascer como contador de histórias (e guardião da sabedoria e dos conhecimentos indígenas), modificando a percepção da sociedade brasileira não-indígena quanto às questões indígenas (a identidade indígena) pela palavra escrita.

1. O Discurso Argumentativo e o discurso indígena de Daniel Munduruku: algumas considerações

Em um primeiro momento, faz-se necessário delimitar o conceito de discurso adotado. Sabe-se que o ato de linguagem implica:

(...) a existência de dois sujeitos em relação de intersubjetividade, a existência de convenções, de normas e de acordos que regulamentam as trocas linguageiras, a existência de saberes comuns que permitem que se estabeleça uma intercompreensão do todo em certa situação de comunicação. (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2004, p. 131)

Assim, adotar-se-á como conceito de discurso a materialização da encenação do ato de linguagem que envolve os sujeitos na interação comunicativa. Desse modo, o discurso é percebido como uma manifestação languageira que ultrapassa o caráter verbal (oral/escrito) e se estende ao gestual e às imagens. Suscita, portanto, a ideia de uma *mise en scène*, que se estabelece na cena comunicativa ao proferir-se o discurso, envolvendo na interação o sujeito que pronuncia e o auditório a quem se tem o intuito de provocar efeitos de sentido². O sujeito comunicante, a princípio, prevê ou idealiza a reação de seu auditório e utiliza-se de condições e estratégias que promovam o sucesso de seu intuito. Espera-se que o interlocutor as perceba e aceite de maneira a obter-se o efeito esperado. Lembre-se que para o ato da “encenação do discurso”, os contextos sócio-históricos reais de comunicação devem ser observados, pois sustentam significações que são utilizadas de forma estratégica na interação, em razão das intenções comunicativas dos sujeitos envolvidos na troca languageira. O sucesso da interação é conseguido em função de fatores sócio-histórico-culturais e intencionais compartilhados (a *doxa*) pelos sujeitos envolvidos nessa troca languageira. É, também, obtido em razão de um contrato de comunicação que se estabelece no/pelo discurso e que permite aos sujeitos envolvidos na interação a mínima compreensão, o intercâmbio e a co-construção de sentidos, alvo específico de todo e qualquer ato comunicacional. No entanto, ao pensar-se na questão do contrato comunicativo, tem-se em mente que há uma limitação dos sujeitos quanto à sua liberdade na elaboração desse discurso e em sua representação. A *mise en scène* realizada é função de estratégias estabelecidas no/pelo contrato comunicativo, tais como: a finalidade (quem profere o discurso está aqui para fazer o quê e para dizer o quê?); os sujeitos envolvidos na interação (quais são as identidades, os papéis sociais e os estatutos languageiros daqueles que se comunicam?); o assunto/tema da interação intersubjetiva; os recursos; os canais de transmissão; e a situação comunicativa.

Algumas das estratégias discursivas utilizadas pelo sujeito falante relacionam-se aos modos de dizer, tais como a adoção das operações como: narrar, descrever, argumentar; a escolha da pessoa do discurso (efeitos de subjetividade); o léxico escolhido etc. Sabe-se que, conforme CHARAU-DEAU (1992, 1994), as estratégias discursivas agrupam-se em três instâncias possíveis, configurando estratégias de:

>> Legitimidade: relacionada à experiência de mundo do sujeito falante; instaura sua posição de legitimidade/autoridade (ou se forja) pela linguagem.

2 É importante lembrar que o caráter persuasivo do ato de linguagem não é totalmente consciente, sendo a orientação para se causar adesão ao público efetuada no âmbito da inconsciência e por caminhos imprevistos.

Nesse caso, as estratégias adotadas convergem para uma vinculação legítima ao contrato de comunicação em funcionamento no discurso.

>> Credibilidade: relacionada à figura de autenticidade de ideias e fatos ditos ou explicitados no discurso mostrado, tais como, a atenção ao detalhe, a precisão descritiva, os discursos reportados (do senso comum, do especialista, da ciência etc.), as analogias, os exemplos etc.

>> Captação: relacionado à sedução ou ao emocional (saberes, desejos e anseios) do interlocutor de maneira a fazê-lo entrar no quadro de pensamento do sujeito falante.

Feitas as considerações iniciais acerca do conceito de discurso, volve-se para a questão da argumentação no discurso. Nesse sentido, para fins de análise, entende-se que:

(...) toute parole est nécessairement argumentative. C'est un résultat concret de l'énoncé en situation. Tout énoncé vise à agir sur son destinataire, sur autrui, et à transformer son système de pensée. Tout énoncé oblige ou incite autrui à croire, à voire, à faire, autrement³. (PLANTIN, 1996, p. 18)

Para tanto, não se afirma aqui a argumentação enquanto um tipo de discurso, mas sim enquanto uma condição constitutiva desse discurso, na medida em que influenciar, fazer-agir, fazer-fazer, fazer-sentir, persuadir, buscar a adesão pela palavra é uma condição do ato linguageiro, a curto ou a longo prazo. Ou melhor, reafirma-se sua dimensão argumentativa, partindo-se do postulado de Mikhail Bakhtin que considera que os sujeitos sociais, por meio da linguagem, apresentam-se em constante argumentação e diálogo com outros discursos, de diferentes fontes enunciativas e temporalidades, uma vez que:

(...) toda enunciação, mesmo na forma imobilizada da escrita, é uma resposta a alguma coisa e é construída como tal. Não passa de um elo da cadeia dos atos de fala. Toda inscrição prolonga aquelas que a precederam, trava uma polêmica com elas, conta com as reações ativas da compreensão, antecipa-as. (BAKHTIN, 1988, p. 98)

Considerando indiscutível o caráter argumentativo de todo enunciado, volve-se para sua análise, aos caminhos percorridos pela Sofística Grega, pela Retórica de Aristóteles, Cícero e Quintiliano e, mais recentemente, as

³ (...) toda palavra é necessariamente argumentativa. É um resultado concreto do enunciado em situação. Todo enunciado visa agir sobre o seu destinatário, sobre o outro, e a transformar o seu sistema de pensamento. Todo enunciado obriga ou incita o outro a crer, a ver, a fazer, de uma maneira ou outra.

Teorias da Argumentação de Perelman. Sabe-se que na antiguidade clássica, pela própria condição do Estado Grego, era imperativo à manutenção da democracia o domínio da palavra, usufruindo os cidadãos gregos da arte das regras e normas da argumentação em seus discursos. São as primeiras sistematizações e reflexões acerca da linguagem realizadas por pensadores como Sócrates, Platão e Aristóteles que sustentam as bases do estudo da estrutura e do funcionamento do discurso argumentativo “repaginado” pela Análise do Discurso (AD).

Salienta-se que não é objetivo deste trabalho apresentar a trajetória de constituição da arte retórica, seu histórico, bem como as bases atuais de análises postuladas por teóricos como Amossy, Charaudeau e Mangueneau, entre outros. Neste artigo, interessa-se pelo funcionamento do discurso indígena de modo a construir uma nova imagem do ‘indivíduo’ índio. Para fins de análise, importa considerar as características do auditório visado; os saberes sócio-histórico-culturais compartilhados; o contexto histórico em que se dá esse discurso; as teses, ações e emoções associadas ao discurso (as ditas provas retóricas); os meios de persuasão.

Com relação às provas retóricas Aristóteles afirma:

(...) as provas de persuasão [ou argumentos] fornecidas pelo discurso são de três espécies: umas residem no caráter moral do orador [*ethos*]; outras, no modo como se dispõe o ouvinte [*pathos*]; e outras, no próprio discurso, pelo que este demonstra ou parece demonstrar [*logos*]. Persuade-se pelo caráter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé. (...) Persuade-se pela disposição dos ouvintes, quando estes são levados a sentir emoção por meio do discurso, pois os juízos que emitimos variam conforme sentimos tristeza ou alegria, amor ou ódio. (...) Persuadimos, enfim, pelo discurso, quando mostramos a verdade ou o que parece verdade, a partir do que é persuasivo em cada caso particular. (1998, p. 49-50)

Sabe-se que todos os três mecanismos atuam na produção de efeitos de adesão no auditório. Entretanto, a presente análise, concentrar-se-á na prova retórica relativa ao fazer-crer, ao *ethos*, que se relaciona à imagem construída do orador sobre o seu auditório. Para tanto, considera-se que o *ethos* relaciona-se às estratégias discursivas de legitimidade e credibilidade, conforme já explicitado. Entende-se que a forma como o orador se apresenta ao seu auditório e, portanto, persuadindo por meio do *ethos*, constituiu-se em ponto fulcral da atividade retórica.

E, ainda, para se pensar na figura do orador, adotar-se-ão duas formas distintas de avaliação: uma relativa à sua reputação, sua moral, seu comportamento, seu estatuto ou sua imagem conhecidos previamente, proveniente de outros discursos (o dito *ethos* pré-discursivo ou prévio) e a outra à sua

imagem construída ao longo do discurso proferido (o dito *ethos* discursivo ou presente/mostrado).

O *ethos* prévio associa-se, também, aos “imaginários sociais” que alimentam a doxa do auditório submetido ao discurso e é esse ponto que se discutirá neste trabalho. A forma como os estereótipos negativos construídos na sociedade brasileira ao longo de mais de quinhentos anos são desconstruídos em virtude da constituição de uma nova identidade indígena “real”, forjada pelo índio e sob a perspectiva de não-índios.

Quanto ao *ethos* presente, observar-se-á como o discurso indígena constrói uma imagem antagônica à visão cunhada no imaginário social brasileiro. Assim, o presente discursivo desconstrói a reputação negativa consolidada anteriormente e, pela vontade do orador, instaura uma nova personagem.

É importante lembrar que a construção de uma nova identidade indígena cunhada por Daniel Munduruku é a resultante da persuasão conseguida pela atuação do *ethos* prévio e do *ethos* mostrado, sendo que o escritor trabalha tanto com sua “fama” quanto com a sua nova “pessoa” cunhada nas páginas do livro e captada pelo seu leitor. Essa construção identitária estenderia aos seus “parentes” mudando de forma significativa a percepção do povo brasileiro acerca das nações indígenas brasileiras.

Por fim, cabe lembrar que o *corpus* analisado pertence ao gênero retórico epidíctico⁴, pelo caráter aparentemente inofensivo do discurso, encontrando-se oculta a sua finalidade de recriar novos valores acerca do mundo indígena no Brasil.

Quanto ao discurso indígena, há que se apresentar em primeiro lugar o escritor indígena em análise, Daniel Munduruku, a obra elencada “Meu vô Apolinário: um mergulho no rio da (minha) memória” e o contexto histórico em que se estabelece esse discurso. Assim, tem-se que Daniel nasce indígena da etnia Munduruku – cujo nome indígena é *Derpo*⁵ – em Belém do Pará, em 28 de fevereiro de 1964. O registro civil de cidadão brasileiro consta o nome de Daniel Monteiro da Costa. Daniel alfabetizou-se na Escola Salesiana do Trabalho. Em 1987, mudou-se para Lorena (SP). Gradou-se, em 1989, em Filosofia pela Universidade Salesiana e possui o título de Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), desde 2006.

4 Aristóteles distingue três gêneros retóricos em função do auditório: o deliberativo, o judiciário e o epidíctico, em que, respectivamente, o auditório seria: os membros de uma assembléia; os juizes em tribunais e os expectadores de cerimônias ou comemorações: “(...) para o que delibera, [o tempo serial] o futuro, pois aconselha sobre eventos futuros, quer persuadindo quer dissuadindo; para o que julga, o passado, pois é sempre sobre actos acontecidos que um acusa e outro defende; para o gênero epidíctico o tempo principal é o presente, visto que todos louvam ou censuram eventos actuais, embora também muitas vezes argumentem evocando o passado e conjecturando sobre o futuro.” (ARISTÓTELES, 1998, p. 56, 1358b)

5 Significando peixe maluco em Munduruku, língua do tronco Tupi.

Daniel Monteiro da Costa mora na cidade de Lorena, é casado com Tânia Maria e tem três filhos: Gabriela, Lucas e Beatriz. Mantém um *website* e um *blog*, em que publica textos e informações de interesse indígena. De sua experiência como educador de crianças e adolescentes tornou-se escritor, publicando seu primeiro livro em 1996, “Histórias de Índio”, pela editora Companhia das Letrinhas. O escritor adotou a sua denominação étnica como assinatura, evocando o caráter político e coletivo da escrita indígena: a luta pela pertença indígena na sociedade brasileira.

Assumindo posição de destaque, o escritor coloca-se em situação de negociação em razão da coletividade. Sua ação é de militância, sua literatura é política. Não é isenta a adoção de sua etnia como sobrenome: *munduruku* significa guerreiro, sendo esse o seu papel como escritor (e educador) para os indígenas junto à sociedade brasileira.

Sob a égide de um contrato de leitura firmado com o público infanto-juvenil, Daniel Munduruku ficcionaliza o mundo real e dá voz aos povos indígenas brasileiros, desconstruindo a identidade de índio firmada no séc. XVI pelos europeus. Conforme Marilena Chauí (1994):

Quem lê os primeiros relatos sobre o Novo Mundo - diários e cartas de Colombo, Vespúcio, Caminha, Las Casas - observa que a descrição dos nativos da terra obedece a um padrão sempre igual: são seres belos, fortes, livres, ‘sem fé, sem rei e sem lei’. As descrições de Vespúcio, mais do que as dos outros, são de deslumbramento, particularmente quando se referem aos homens jovens e às mulheres. A imagem dos ‘índios’ não é casual: os primeiros navegantes estão convencidos de que aportaram no Paraíso Terrestre e descrevem as criaturas belas e inocentes que viveriam nas cercanias paradisíacas. [...] Contraposta à imagem boa e bela dos nativos, a ação da conquista ergueu uma outra, avesso e negação da primeira. Agora, os ‘índios’ são traiçoeiros, bárbaros, indolentes, pagãos, imprestáveis e perigosos. Postos sob o signo da barbárie, deveriam ser escravizados, evangelizados e, quando necessário, exterminados. Durante os últimos 500 anos, a América não cessou de oscilar entre as duas imagens brancas dos índios e, nos dois casos, as gentes e as culturas só puderam aparecer filtradas pelas lentes da bondade ou da barbárie originária. [...] Entre os efeitos dessa obra - colonização, evangelização, escravidão, aculturação, extermínio - destaca-se uma certeza de que os povos indígenas pertencem ao passado das Américas e ao passado do Brasil. (p. 11-12)

Dessa forma, com linguagem simples e clara, Daniel Munduruku cria novos olhares sobre o índio brasileiro, em que não vigorem os estereótipos de barbárie, exótico, preguiça, animália, ingenuidade, canibalismo, atraso cultural e ignorância.

O que se evidencia ao longo de quinze anos de escrita é o trabalho de recordação das experiências infantis, fortemente influenciadas pela figura

do avô paterno, o índio Apolinário. A assinatura Daniel Munduruku nasce como um contador de histórias (e guardião da sabedoria e dos conhecimentos indígenas) para modificar a percepção da sociedade brasileira branca quanto às questões indígenas (e as suas identidades) pela palavra escrita. Nas palavras de Munduruku:

Na verdade não sei muita coisa sobre meu avô porque o via muito pouco. No entanto, esse pouco de convivência marcou profundamente minha vida, formou minha memória, meu coração e meu corpo de índio. Acho até que falar dele me faz resgatar a história de meu povo e me dá mais entusiasmo e aceitação da condição que não pedi a Deus, mas que recebi Dele por algum motivo. (2009b, p. 7)

Em “Meu vô Apolinário: um mergulho no rio da (minha) memória”, obra de cunho memorialista, Daniel Munduruku rememora sua infância vivida entre os mundos indígena e não-indígena, a aldeia Maracanã e o ambiente escolar e urbano.

Seu trabalho de construção das memórias infantis inicia-se com o relato do seu nascimento em Belém – primeiro filho nascido em hospital. Daniel escreve sobre o ambiente familiar, destaca a profissão do pai (um habilidoso carpinteiro) e conta sobre a importância do trabalho para ele e seus irmãos no auxílio do sustento da família. O escritor também relembra o início da vida escolar e a dificuldade de relacionamento com as crianças não-indígenas. Destaca a raiva que sentia em ser chamado de Aritana⁶, de ser índio e parecer-se com índio, porque ser índio representava ser preguiçoso, selvagem, canibal e atrasado etc. Embora tivesse amigos no ambiente escolar, é apenas no quintal de casa e na aldeia Maracanã que Daniel se lembra da sensação de paz consigo mesmo.

Em contraposição ao ambiente difícil da cidade, Daniel reconstrói o mundo familiar da aldeia Munduruku, em que destaca as lembranças de aventuras na mata, perdidos na caça ao curupira, os banhos no igarapé, as caminhadas (com muita brincadeira) até o roçado com as mulheres da aldeia, a noite escura em torno da fogueira escutando as histórias contadas pelos mais velhos, de fazer xixi na rede (e no irmão mais velho) com medo de sair da oca à noite para procurar um lugar para urinar em virtude das histórias de “assombrações” e até do rito de iniciação no *mangal* (ou manguê).

Os capítulos iniciais do livro de Daniel não rememoram a figura de seu avô, o velho Apolinário. No entanto, a rememoração de seu velho índio é a questão central da obra. É com esse avô que Daniel aprende a ser índio.

⁶ Novela, cujo protagonista, chamado de Aritana, era Carlos Alberto Ricceli em seu primeiro papel na televisão. É também o nome de um grande líder do povo Yawalapiti do Parque Nacional do Xingu.

A imagem do avô é trazida na cena literária quando da rememoração da primeira paixão e da primeira decepção amorosa vivenciadas por Derpo. Conforme Munduruku, ao apaixonar-se por uma menina branca – a Lindalva – e ter coragem em contar-lhe sobre sua paixão, ele se depara com o preconceito e a vergonha. Lindalva o recusa por ser índio, por ser feio e, para piorar, conta o ocorrido a todos da turma. A situação causa grande constrangimento e tristeza. Era uma sexta-feira e a família estava para viajar até a aldeia dos Mundurukus. Quando na aldeia, todos os familiares notam as mudanças no comportamento do pequeno indígena: calado, triste, irritado. Observando seu neto, o índio Apolinário o convida, pela primeira vez, para conversarem e tomarem banho a sós no igarapé. Quando chegam ao local do banho, Daniel relembra que é convidado a sentar-se numa pedra ao lado da queda d'água e escutar o rio. Passam-se horas e Daniel permanece em silêncio observando o rio, sem nada escutar. Depois de muito tempo, seu avô o convida a juntar-se no banho. Após o mergulho, Daniel procura seu avô Apolinário para conversar. Nesse momento, recebe a primeira de muitas lições de sabedoria provenientes desse velho índio. “Fiquei apaixonado pelo vô Apolinário.” (MUNDURUKU, 2009b, p. 32). Surgem, então, as lembranças da cumplicidade entre ambos, dos ensinamentos e da construção/consolidação de sua identidade indígena.

O tempo que passam juntos é pouco, o avô, na época, contava com oitenta anos. As lembranças finais do livro descrevem a morte e o enterro do avô Apolinário. E, nessa recordação, o escritor busca construir o processo gradativo em que se percebeu índio e passou a orgulhar-se de sua condição.

Conforme já dito, os livros de autoria indígena no Brasil surgem no cenário editorial brasileiro a partir da década de 90. Segundo Maria Inês de Almeida (2009), o texto indígena é sempre autobiográfico porque se resume em: “por em linguagem (grafia) própria (auto) todo o vivo (bio), textualizando toda a matéria figural que brota dos mundos” (p. 55). É, essencialmente, uma literatura que se funda (e que se assina) em razão da coletividade.

Do desenvolvimento desse espaço de resgate memorial surgem no cenário da Literatura Brasileira nomes de escritores nativos, tais como: Graça Graúna, Daniel Munduruku, Eliane Potiguara, Kaka Wera Jecupé, Olívio Jecupé, Maria Kerexu, Ailton Krenak, Marcos Terena, Umusi Pärökumu, Lucas Ruriõ Xavante, Yaguarê Yamã, Kanátyo Pataxó, e outros. Dos autores publicados no Brasil, o escritor Daniel Munduruku destaca-se com mais de cinquenta livros publicados, além de parcerias diversas de artigos e outros tipos de publicações em obras de literatura.

A introdução de obras literárias indígenas no espaço de leitura dos não-índios representa o estabelecimento de questionamentos e discussões acerca

do lugar da alteridade, das identidades indígenas e a questão das estereotípias. A autoria nativa visa contrapor-se às identidades indígenas cunhadas no Brasil a partir do séc. XVI pelos “brancos europeus”, vigentes até hoje na sociedade brasileira, em que se concebem o índio a partir do exótico, do ingênuo, do selvagem, do atrasado cultural, da animália. Contra o nativo surge uma essencialização negativa que limita seu espaço de existência a uma condição de inferioridade. Segundo Almeida e Queiroz (2004):

Os indígenas brasileiros, através da aquisição e do domínio da escrita, passam a fazer história, como produção de sentidos para a própria ressubjetivação. Não há história sem discurso. E a escrita e seus meios são instrumentos que os índios estão utilizando para configurar suas identidades. Identidades, não como essência, mas resultantes de processos de identificação do sujeito ao complexo de formações discursivas historicamente (ideologicamente) determinadas. O que se exige de um discurso não é uma verdade é uma lógica discursiva. (p. 204)

Conforme Munduruku (2010):

(...) povos indígenas inteiros tem sofrido as consequências de viver em contato permanente com uma sociedade que lhes prendem em conceitos que os tornam menores e marginalizados. A isso se inclui a negação da identidade cultural. Se, por um lado, manter-se indígena é condição fundamental para o reconhecimento étnico – pois assim a sociedade complexa pode manipulá-lo – aprender e conviver com a sociedade em igual condição é considerado um abandono de identidade. Em outras palavras: se vou para a universidade e compreendo a lógica do ocidente, acabo desqualificado como membro de uma sociedade indígena. Ser indígena, na lógica ocidental, é manter-se no atraso cultural. Ao pertencer ao mundo globalizado, perco minha afirmação étnica. Essa forma de pensar tem ocasionado sérias crises de identidade em nosso meio. (...) As consequências disso são o sofrimento, a dor, o suicídio. (p. 67)

Sob o viés indígena, a memória dos povos nativos retrocede ao passado colonial brasileiro e a tempos míticos. O presente dos povos indígenas é legitimado pelas experiências do passado; sua transmissão e conservação são realizadas por meio de práticas sociais, cerimoniais, rituais, pela tradição oral e pela incorporação de velhos hábitos pelas novas gerações. Basicamente, existe o trabalho de coleta e transcrição, tradução para a língua portuguesa e publicação de narrativas provenientes de representantes das duzentas e cinquenta etnias indígenas brasileiras.

Nessa mesma medida, voltar-se para os textos indígenas estruturados na memória desses povos é também pensar na condição indígena brasileira na sociedade vigente. Essa perspectiva remonta ao processo de acultramento determinado pela colonização portuguesa. É significativo o grande número

de obras literárias nas quais se testemunham invasões de terra, assassinatos, massacres, violências contra mulheres, promovidos em primeiro plano pelos europeus e depois por donos de terra, seringueiros, posseiros, garimpeiros e outros tantos.

A colonização não pode ser tratada como uma simples corrente migratória: ela é a resolução de carências e conflitos da matriz e uma tentativa de retomar, sob novas condições, o domínio sobre a natureza e o semelhante que tem acompanhado universalmente o chamado processo civilizatório. (BOSI, 1996, p. 13)

Quando se pensa no cerne do termo colonização, depara-se com a ideia de ocupação territorial, de exploração dos bens, de submissão. A colônia, nessa medida, é o espaço ocupado, o povo sujeitado. Como povos nativos quando do “achamento” do Brasil pelos portugueses, os povos indígenas são os sujeitados, mandados, dominados e explorados por esses estrangeiros. Segundo Homi Bhabha, “(...) ao negar ao colonizado a capacidade de se autogovernar, a independência, os modos de civilidade ocidentais, confere autoridade à versão e missão oficiais do poder colonial” (1998, p. 127). Assim,

Não se pode negar o caráter constante de coação e dependência estrita a que foram submetidos índios, negros e mestiços nas várias formas produtivas das Américas portuguesa e espanhola. Para extrair os seus bens com mais eficácia e segurança o conquistador enrijou os mecanismos de exploração e de controle. (BOSI, 1996, p. 13)

O discurso colonial promoveu a dominação pela cultura, pelo povo, pela língua e pela fé dos povos nativos brasileiros. Silenciados por mais de quinhentos anos, os povos indígenas permaneceram invisíveis à sociedade brasileira (Governo e população), chegando quase a um processo de extermínio com o decaimento progressivo da população até a década de 1980. Essa condição de existência (e persistência) encontra-se amparada sob o signo do preconceito, da intolerância às diferenças, do desrespeito à raça indígena. Essa situação é a herança histórica da colonização exploratória conduzida pelos europeus no Brasil. Entretanto, na atualidade,

Os indígenas brasileiros, através da aquisição e do domínio da escrita, passam a fazer história, como produção de sentidos para a própria ressubjetivação. Não há história sem discurso. E a escrita e seus meios são instrumentos que os índios estão utilizando para configurar suas identidades. Identidades, não como essência, mas resultantes de processos de identificação do sujeito ao complexo de formações discursivas historicamente (ideologicamente) determinadas. O que se exige de um discurso não é uma verdade é uma lógica discursiva. (ALMEIDA & QUEIROZ, 2004, p. 204)

2. O “ethos” indígena em Daniel Munduruku

(...) ser índio é ter raízes. Isso me fez buscar – na memória – minhas raízes ancestrais. Aí me lembrei de meu avô. Foi ele quem me ensinou a ser índio. (MUNDURUKU, 2009b, p. 38)

Derpo, o indígena; Daniel Monteiro da Costa, o registro civil; Daniel Munduruku, a assinatura do escritor. Utilizando-se de suas palavras para reconstruir a memória infantil, o escritor assinala o nascimento de uma nova identidade indígena. O respeito à ancestralidade, as raízes utilizadas como matéria para a escrita, para a encenação de seus vários “eus” na cena literária, promovem um processo gradativo de aceitação e reconhecimento de sua descendência.

A história que vou contar não é sobre a minha pessoa. Ou melhor, é sobre a minha pessoa, mas não a que sou hoje – porque já não sou o mesmo que fui ontem – e sim a pessoa que fui me tornando ao longo dos poucos anos de convivência que tive com meu avô, um velho índio que se sentava de cócoras para nos contar as histórias dos espíritos ancestrais a quem ele chamava carinhosamente de avós e guardiões. (MUNDURUKU, 2009a, p. 7)

Em sua trajetória, o momento da reinvenção inaugura uma escolha de assinatura que reflete sua origem. A adoção de sua etnia como sobrenome evoca o processo de resgate memorial de toda uma coletividade. *Munduruku* significa guerreiro e é esse o papel do autor indígena para seu povo: lutar pelo pertencimento da nação indígena à sociedade brasileira.

Para tanto, a reflexão sobre a escrita indígena ampara-se na contraposição de sua perspectiva frente à visão cunhada no séc. XVI pelos “brancos europeus” que concebem a identidade indígena de forma negativa a partir do exotismo, da ingenuidade, da selvageria, do atraso cultural, da destituição de uma espiritualidade. Segue-se a essa identificação os estereótipos negativos da preguiça, da antropofagia, da animalidade, da desumanidade. A sociedade brasileira funda-se regida pela crença da superioridade branca sobre os nativos. A questão mais séria, porém, consiste no tratamento de uma multiplicidade cultural como se fosse uma unidade. O termo índio, menção às terras a oriente de Portugal buscadas em razão da exploração do comércio das especiarias, encerra a nomeação errônea dos habitantes da terra dominada e instaura o grande engano de tratamento de diferentes como iguais. Reconhecer a existência de uma diversidade de povos e culturas (e memórias e tradições) é uma das bandeiras levantadas pelas comunidades tradicionais nativas.

Dito isso, tem-se que a primeira consideração feita sobre a obra diz respeito ao estabelecimento de um contrato de leitura entre autor e leitores bem como o estabelecimento de seu *ethos* prévio ou pré-discursivo, já localizado no título e na capa da obra em análise. Assim: “o eu, que assina, existe” e estabelece com seu leitor a possibilidade de mergulhar no rio de sua memória, a partir do pacto autobiográfico que estabelece uma ideia de verdade⁷. Essa obra instaura a nova percepção acerca do universo indígena, da identidade indígena. Ainda é possível observar a apresentação do autor e de seu estatuto enquanto indígena, acadêmico e escritor premiado. Aqui, já se promove uma diferenciação e um novo olhar acerca da imagem de índio que figura no imaginário brasileiro.

Há, portanto, um *ethos* prévio que se configura ao seu público leitor (independente do grau de conhecimento acerca do escritor e de seu trabalho) em que Daniel Munduruku busca inspirar confiança, honestidade e sinceridade ao tornar públicas as suas lembranças infantis, bem como, ao trazer seu pequeno currículo profissional e étnico, fundamentar seu discurso em um universo de legitimidade e credibilidade. Quem seria mais adequado a dizer sobre a identidade indígena que o próprio índio, e mais, um índio “legitimado” pela sociedade não-índia, já que é reconhecido nacional e internacionalmente pela sua competência como escritor, educador e acadêmico. É ainda um dos líderes indígenas de maior credibilidade junto aos povos nativos do Brasil.

Em seguida, cabe refletir sobre a intenção confessa do escritor de ensinar, de promover o respeito às diferenças. Nas palavras de Daniel Munduruku:

Minha idéia é fazer com que as pessoas que lerão este livro olhem para dentro de si – e também para fora – e vejam como é possível conviver com o diferente sem perder a própria identidade. (MUNDURUKU, 2009b, p. 38)

O trabalho de rememoração de sua infância para Daniel Munduruku em “Meu vô Apolinário: um mergulho no rio da (minha) memória” visa a discussão quanto à alteridade, a tolerância racial e a construção da identidade indígena.

E, na sequência, têm-se as considerações sobre a forma como é constituído o *ethos* mostrado (ou discursivo). A escrita de Daniel Munduruku inicia com a rememoração do nascimento do indígena e nessa localização, sutilmente, rompendo com estereótipos indígenas e preconceitos:

7 Não somos ingênuos de buscar as verdades de um texto, em acreditar nas suas palavras como a tradução fiel de uma experiência do vivido. Não existe na Literatura a busca da verdade, mas a constatação de que a obra literária amparada no real propõe-se a representar uma realidade sob a perspectiva do autor. O mundo encenado, o fingimento, a ficcionalização de uma vida é a verdade pretendida pelo escritor no seu trabalho de constituição de seu mundo real.

Eu nasci índio. Mas não nasci como nascem todos os índios. Não nasci numa aldeia, rodeada de mato por todo lado; com um rio onde as pessoas pescam peixe quase com a mão de tão límpida que é a água. Não nasci dentro de uma Uk'a Munduruku. Eu nasci na cidade. Acho que dentro de um hospital. E nasci numa cidade onde a maioria das pessoas se parece com índio: Belém do Pará. (MUNDURUKU, 2009b, p. 9)

A afirmação do autor assinala sua condição de urbanidade, desconstruindo os mitos do selvagem, da animalidade, do “bicho nascido nas florestas”. Essa condição é compartilhada por um grande número de indígenas (puros ou descendentes) nascidos em território brasileiro - exceto o Estado do Piauí e o Distrito Federal, os demais Estados brasileiros atestam a presença de povos indígenas aldeados ou urbanos. Portanto, ser índio não significa ser selvagem, nascer no meio das matas e florestas como os animais, mas sim uma condição de pertença a uma raça, tal como nascer italiano, africano ou japonês.

Nessa mesma afirmação, Derpo discute o lugar do mito da raça pura. O autor assinala a evidência de um Brasil cuja população é constituída, historicamente, pela miscigenação de raças, mesmo que a sociedade brasileira (o senso comum) insista em negar sua descendência indígena (e africana). A marca da mistura racial é trazida no corpo, no rosto da população, mesmo que ela não queira assumir sua condição (por razões diversas).

O próximo preconceito desfeito é o da preguiça do índio brasileiro. Para tanto, Daniel relembra o ofício do pai, o trabalho dos irmãos e o seu esforço próprio em auxiliar nas despesas familiares. Sua escrita desfaz o mito da preguiça (lembramos de “Macunaíma”, de Oswald de Andrade, sob o mote do “Ai! Que preguiça!”), encenando uma vida marcada pelo trabalho diário e constante (realizado com alegria e orgulho). Em “Meu vô Apolinário” vê-se:

(...) meu pai era um grande artesão e foi graças a essa sua habilidade que pode alimentar tantos filhos durante tanto tempo. (...) Meus irmãos tiveram que ir trabalhar na cidade para ajudar nas despesas. Eu mesmo fui vendedor de doces, paçocas, sacos de feira, amendoim, chopp (é um suco colocado em saquinhos plásticos congelados. Em São Paulo chamam de geladinho). Fazia tudo isso com alegria. (...) E por que eu não gostava de que me chamassem de índio? Por causa das ideias e imagens que essa palavra trazia. Chamar alguém de índio era classificá-lo como atrasado, selvagem e preguiçoso. E como já contei, eu era uma pessoa trabalhadora e ajudava meus pais e meus irmãos e isso era uma honra para mim. Mas uma honra que ninguém levava em consideração. Para meus colegas, só contava a minha aparência... e não o que eu era e fazia. (MUNDURUKU, 2009b, p. 10-11).

Também no ambiente da aldeia o escritor destaca as diversas atividades desenvolvidas pelo grupo familiar e a divisão de trabalhos entre homens, mulheres, velhos e crianças. Retira da imaginação dos leitores a ideia de um índio que permanece deitado na rede por horas a fio, sem fazer nada, esperando da graça de *Nhanderu* (do Deus indígena) e da natureza o sustento de cada dia. Destaca, ainda, as atividades do povo Munduruku que para sua subsistência promovem o plantio e o cuidado com o roçado, a caça de animais, a pesca, a extração e coleta de frutas e medicinas, conforme destacados nos trechos seguintes:

(O ROÇADO):

Quando era dia de ir à roça, saíamos cedo e caminhávamos mais de três horas até chegar ao local. Nós, os meninos, íamos na frente para proteger o grupo. Bem, na verdade, íamos mais é brincando mesmo, coisa que toda criança gosta de fazer. Na roça eu gostava de ficar perseguindo as formigas. Elas são interessantes porque trabalham o tempo todo. (...) Só deixava de observar as formigas quando minha mãe me chamava para algum serviço. (MUNDURUKU, 2009b, p. 15)

(O TRABALHO DAS MULHERES):

Eu e meus companheiros estávamos brincando juntos em um lugar de onde dava para ver as mulheres trabalhando no roçado. (MUNDURUKU, 2009b, p. 15)

(A DIVISÃO DAS TAREFAS):

Nós temos o costume de tomar banhos comunitários nos igarapés. As mulheres vão primeiro e fazem o serviço da casa, como lavar os utensílios domésticos e as roupas sujas. Passam horas dentro d'água junto com as crianças de colo e aquelas com menos de cinco anos. (MUNDURUKU, 2009b, p. 25)

(A PESCA DE CARANGUEJOS):

Quando eu cresci um pouco mais e já tinha oito anos, meu tio me levou para tirar caranguejo no mangal (ou manguezal). (...) Os tiradores de caranguejo tem de esticar o braço atrás dele. Quando tem sorte, conseguem trazer o bicho na mão. Algumas vezes ele vem pendurado no dedo, pois para se defender pinça o agressor com as patas. A mordida é bem dolorosa. Essa “pesca” do caranguejo durava o dia inteirinho e só retornávamos para a aldeia quando já estava escurecendo e todos nos esperavam para fazer um gostoso jantar com os bichos que a gente trazia. (MUNDURUKU, 2009b, p. 19)

(O TRABALHO DOS HOMENS):

Na época em que se passa esta história, ele já devia estar com mais de oitenta anos. Mesmo assim, fazia todas as coisas que um homem mais jovem: caçava, pescava, ia para a roça, preparava belíssimos paneiros com talas de buriti. Estava sempre trabalhando. (MUNDURUKU, 2009b, p. 26)

Ou seja, Daniel Munduruku assinala a importância do trabalho e a existência do desenvolvimento diário de todas as atividades sem o auxílio de tecnologias (inclusive sem energia elétrica e abastecimento de água potável), trabalho esse realizado sem as comodidades do ambiente urbano e da facilidade de aquisição em mercados e supermercados.

Lugar comum no imaginário brasileiro é a figura do índio que promove a antropofagia. As cenas de canibalismo descritas pelas missões científicas financiadas pelos governos europeus para conhecer a *terra brasilis*, por volta de 1550, (vide Hans Staden e Theodore de Bry, por exemplo) perpetuam essa associação do indígena com a animalidade, a falta de espiritualidade, a violência. Astutamente, Daniel identifica os costumes alimentares de sua aldeia: o beiju, o mingau de mandioca, a banana com farinha de tapioca, o caranguejo, as caças, o peixe, os produtos do roçado. Índio, portanto, não come carne humana! E se bem o faziam, existe uma justificativa culturalmente mediada. Não é, necessariamente, fruto de uma condição humana inferior, animalesca ou desumanizada.

Magistralmente, o indígena Daniel Munduruku utiliza-se da ficcionalização de sua história de vida, desse sujeito de escrita, para construir, a partir de sua relação com o mundo da leitura (de mundo e de obras), o universo do qual é parte constituinte. O escritor destaca o rito de ouvir histórias. Tudo é preparado: fogueira, espíritos. A atmosfera é direcionada ao ato em que um fala (os mais velhos) e a aldeia escuta. A tradição transmitida via oralidade sedimenta importantes ensinamentos aos participantes da fogueira. É assim que a educação indígena acontece. No texto de Derpo, há o destaque para a lembrança da sabedoria de vida, de relações afetivas, da espiritualidade e do mundo do avô Apolinário compartilhados com seus familiares (entendidos como todos os pertencentes à aldeia) via oralidade. Mostra, portanto, que os indígenas, não são primitivos, burros e iletrados. Têm, sim, suas formas de aprendizagem e seus próprios saberes.

Outra construção importantíssima de Daniel Munduruku, apelando para o lado emotivo de seu leitor (o *pathos*), reside na afetividade ao avô, quem o ensina a aceitar sua diferença em contraposição aos amigos da escola. É quem o ensina a ser índio. E, nessa perspectiva, mostra que o respeito aos velhos é um dos bens morais mais valiosos compartilhados pela etnia indígena. Segundo Daniel:

Foi meu avô quem me ajudou a superar estas dificuldades. Ele me mostrou a beleza de ser o que eu era. Foi ele quem me disse um dia que eu deveria mostrar para as pessoas da cidade esta beleza e a riqueza que os povos indígenas representam para a sociedade brasileira. Naquela época eu achei que meu velho avô estava tentando apenas me animar com palavras de incentivo. No entanto, hoje percebo que ele estava expressando um desejo de ver o nosso povo ser mais compreendido e respeitado. Parecia que ele sabia o que iria acontecer no futuro, pois quando deixei minha aldeia fiquei com o compromisso de levar esta riqueza junto comigo, mesmo sem saber se minha vida na cidade seria positiva ou não. (MUNDURUKU, 2009a, pp. 6-7).

O ponto central desse mergulho memorialista reside nesse velho índio, de oitenta anos, misterioso, de grande sabedoria, que fazia todas as atividades de um homem jovem: caçava, pescava, trabalhava na roça e fazia paneiros com talas de buriti. A cumplicidade surgida entre ambos é instaurada ao início de um processo de aceitação de sua condição indígena, a sabedoria do rio:

Meu avô Apolinário – que ainda não apareceu nesta história, porque até aqui não havia marcado presença em minha memória infantil – surgiu ao meu lado como num passe de mágica. Passou a mão suavemente sobre minha cabeça e disse:

– Hoje vamos tomar banho só nós dois.

Em seguida, começou a andar em direção ao igarapé e eu senti que devia acompanhá-lo. (...) Quando chegamos ao igarapé onde a gente sempre tomava banho eu parei. Apolinário apenas balançou a cabeça negativamente e apontou um lugar mais adiante. Fui atrás dele. Eu nunca tinha tido coragem de subir o rio, mas não fiquei surpreso com o convite de meu avô. Ele me levou para um lugar bellissimo, com uma queda d'água mais ou menos alta. (...)

– Está vendo aquela pedra lá na cachoeira?

Respondi que sim.

– Então sente nela e fique lá. Não saia enquanto eu não mandar. Você só tem que observar e escutar o que o rio quer dizer pra você.

(...) Eu olhava fixamente para as águas pensando no que eu deveria ouvir. Não ouvi nada, é claro. Não daquela vez. Quando a tarde já estava caindo, meu avô me chamou.

– Agora já pode tomar banho.

(...)

– Você chegou à aldeia muito nervoso estes dias, não foi? Veio assim da cidade, lugar de muito barulho e maldade. Lá as pessoas o maltrataram e você se sentiu aliviado quando soube que viria para cá, não foi? Sei que está assim porque as pessoas o julgam inferior a elas e seus pais não o ajudam muito a compreender tudo isso. Pois bem. Já é hora de saber algumas verdades sobre quem você é. Por isso eu o trouxe aqui. Você viu o rio, olhou para as águas. O que eles lhe ensinam? A paciência e a perseverança. Paciência de seguir o próprio caminho de forma constante, sem nunca apressar seu curso; perseverança para ultrapas-

sar todos os obstáculos que surgirem no caminho. Ele sabe aonde quer chegar e sabe que vai chegar, não importa o que tenha de fazer para isso. Ele sabe que o destino dele é unir-se ao grande rio Tapajós, dono de todos os rios. Temos de ser como o rio, meu neto. Temos de ter paciência e coragem, Caminhar lentamente, mas sem parar. (...) Quando você estiver com esses pensamentos outra vez, venha para cá ouvir o rio. (MUNDURUKU, 2009b, p. 30-31).

Destaca também os conhecimentos sobre medicamentos e ervas, sobre a floresta, sobre a construção de utensílios domésticos, sobre o trato com os animais, sobre as técnicas de pesca de caranguejos. Sua escrita assinala como os pais e avôs eram grandes conhecedores das “coisas da floresta”. Conhecimento necessário para a sobrevivência e adaptação ao modo de vida na aldeia.

Minhas primeiras lembranças – além de um terremoto que vivi aos quatro anos – são as de meu pai martelando, serrando e falando sobre as propriedades da madeira (acho que ele falava era do espírito das árvores, só que não me lembro bem disso). (MUNDURUKU, 2009b, p. 10).

Essa nova percepção do mundo indígena instaura um novo significado quanto ao atraso cultural dos povos indígenas, evidenciando que os povos nativos brasileiros estão cercados de grandes conhecimentos, o que não justifica a pretensa superioridade da raça europeia em relação aos “ignorantes nativos”.

Cabe ainda ressaltar a questão da folclorização das histórias indígenas. Os nativos brasileiros afirmam que os estrangeiros, ao apropriarem-se de seus ensinamentos, acabaram por revesti-los de novas roupagens, folclorizando os seus conhecimentos tradicionais.

Pode-se também pensar no fato de que a folclorização da literatura indígena cumpre antes o papel de ocultá-la. A folclorização é a literatura em suspensão. Há literatura quando se vê a letra, assim como faz história quem a escreve. (ALMEIDA & QUEIROZ, 2004, p. 205)

Uma das passagens rememoradas por Daniel Munduruku relaciona-se ao encontro com o Curupira. Para sua etnia, os humanos coexistem com a figura dos seres encantados nas florestas e possuem uma função no universo, como é o caso do Curupira. Ao contrário dessa crença, para a sociedade brasileira essa personagem foi apresentada ao público como uma lenda indígena, fazendo parte do folclore nacional. Sua intenção é a de mostrar as diferenças de credos, de espiritualidade: “Nossa fantasia era alimentada e visitada por esses pequenos seres – verdadeiros – trazidos até nós pela voz cantilena de nossos avôs.” (MUNDURUKU, 2009b, p. 14).

E, por fim, tem-se ao término de sua escrita, a rememoração da morte do velho Apolinário. Munduruku faz conhecer aos seus leitores o resultado do trabalho paciente efetuado pelo velho índio. A escrita de rememoração de Daniel processa-se a partir do toque na mão do avô. O sentido do tato é acompanhado de uma memória involuntária – tal como as *madeleines* de Proust – que coroa a construção de sua identidade indígena. Em razão da beleza da cena construída por meio das palavras escolhidas pelo escritor, a seguir, o trecho é apresentado na íntegra, encerrando o percurso de reflexão sobre a obra de autoria indígena.

Fiz questão de ir vê-lo pela última vez. Meu pai pediu dispensa no trabalho e me acompanhou. Fomos ele e eu apenas. Chegando lá, o velho já estava no caixão. Tinha um rosto bem sereno e tranqüilo. Peguei nas mãos dele para sentir, uma última vez, a energia do ancião que se transformaria em ancestral para meus filhos e netos. Nesse momento, minha mente recuou alguns meses antes, quando timidamente perguntei a ele o que era ser índio. A resposta veio como um relâmpago:

– É ter uma história que não tem começo nem fim. É viver o presente como um presente, uma dádiva de Deus.

Tocando nas mãos do meu avô falecido, recordei-me ainda de nosso último encontro, em que ele me anunciou que sua hora havia chegado. (...) Antes, ele ouviu o que eu tinha para lhe dizer, pois eu havia chegado à aldeia todo contente e fui imediatamente procurá-lo. Com todo o orgulho do mundo, anunciei a meu avô: sou índio. Ele abriu um lindo sorriso com a boca já um tanto desdentada, abraçou-me e disse:

– Então a minha hora já chegou. Preciso me unir ao Grande Rio. Lembre sempre, porém, que só existem duas coisas importantes para saber na vida: 1) Nunca se preocupe com coisas pequenas; 2) Todas as coisas são pequenas. (MUNDURUKU, 2009b, p. 36-37)

Conclusão

Sob a égide de um contrato de comunicação (e de leitura) firmado com seu público infanto-juvenil, o escritor indígena Daniel Munduruku ficcionaliza seu mundo infantil e dá voz aos povos indígenas brasileiros para desconstruir a identidade indígena firmada no século XVI pelos estrangeiros europeus. Ao utilizar de forma clara e atual, uma linguagem próxima das crianças e dos adolescentes, Daniel constrói uma nova percepção do indígena brasileiro em que não mais vigora os mitos da preguiça, da animalidade, da antropofagia, do atraso cultural, da ignorância, da falta de espiritualidade, da “necessidade de humanização”.

Muitas vezes, o escritor evidencia a situação de uma criança que é igual às demais (aos seus leitores, aos pais de seus leitores, aos pais dos pais e assim por diante). Em sua essência é uma criança que brinca, que ajuda e obedece aos pais, que faz traquinagens, que se mete em confusões, que tem amigos, que ama, que se apaixona, que sonha. Não há razões, portanto, para se pensar em diferenças significativas. Essas são frutos de sua localização no mundo, de sua pertença a um grupo social, de uma tradição cultural.

É, portanto, sob a assinatura que manifesta o desejo de uma coletividade, sustentando os ensinamentos, a sabedoria e os conhecimentos dos velhos da aldeia (simbolizado na figura de seu avô Apolinário), que o escritor indígena inaugura uma nova identidade cultural. O que representa não a criação de uma memória, mas sim de uma consciência de classe fundada na análise do presente dessas comunidades. Daniel Munduruku transforma-se em contador de histórias, em detentor de uma (sua) memória ancestral, para dar conta aos povos não-indígenas de seu (seu) lugar no mundo.

Sob uma nova perspectiva, a indígena, a obra fundamentada na memória de Daniel Munduruku serve de cenário e mote para a reinvenção da identidade indígena contemporânea. Seu auditório estabelece uma nova imagem de índio, que é moldada ao longo da escrita, através da encenação figurada pelo narrador-protagonista, que aos olhos do leitor modifica-se e transforma-se em outra pessoa, em outro índio.

O escritor Daniel Munduruku revela-se estilisticamente competente por suas escolhas lexicais, combinações sintáticas, raciocínios e também nas ironias sutis.

O *ethos* indígena mostrado por Daniel Munduruku é estratégico e acontece de uma forma extremamente velada. Dizendo, sem na realidade fazê-lo assertivamente, o efeito de naturalidade é grande, e a falta de arrogância também, contribuindo para que o discurso do autor índio assuma o papel de persuadir o auditório, comprovando a competência do orador em proferir seu discurso.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Maria Inês de. *Desocidentada: experiência literária em terra indígena*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

ALMEIDA, Maria Inês de; QUEIROZ, Sônia. *Na captura da voz: as edições da narrativa oral no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica; FALE/UFMG, 2004.

ARISTÓTELES. *Retórica*. 2a ed. revista. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998.

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Grammaire du Sens et de l'Expression*. Paris: Hachette, 1992.
- CHARAUDEAU, Patrick. Le contrat de communication de l'information médiatique. *Le Français dans le Monde*. Paris: Hachette/Edicef, Juillet 1994, numéro spécial, p. 8-19.
- CHARAUDEAU, Patrick & MANGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. 500 Anos – Caminhos da Memória, Trilhas do Futuro. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). *Índios no Brasil*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994. pp. 11-12.
- CITELLI, Adilson. *Linguagem e Persuasão*. 15 ed. 4ª impressão. São Paulo: Ática, 2002.
- GALINARI, Melliandro Mendes. *A Era Vargas No Pentagrama: Dimensões Político-Discursivas Do Canto Orfeônico De Villa-Lobos*. 2007. 447 f. Tese (Doutorado em Linguística), Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- MUNDURUKU, Daniel. *O banquete dos deuses: conversa sobre a origem da cultura brasileira*. Ilustrações Maurício Negro. 2 ed. São Paulo: Global, 2009a.
- MUNDURUKU, Daniel. *Meu vô Apolinário: um mergulho no rio da (minha) memória*. Ilustrações Rogério Borges. 2 ed. São Paulo, Studio Nobel, 2009b.
- MUNDURUKU, Daniel. *Mundurukando*. São Paulo: U'Ka Editorial, 2010.
- PLANTIN, Christian. *L'argumentation*. Paris: Seuil, 1996.



**O mito identitário brasileiro num
poema de David Mourão-Ferreira**
*[The Brazilian identity myth in a
David Mourão-Ferreira's poem]*

REGINA CÉLIA DE CARVALHO PEREIRA DA SILVA

Docente de Língua, Cultura e Tradução Portuguesa do Instituto Camões de Lisboa na Faculdade de Letras, Università degli Studi Suor Orsola Benincasa – UNISOB, Nápoles, Itália.

[reginasilva@instituto-camoes.pt]

[rpereiradasilva@hotmail.it]

RESUMO

Atraído por realidades de culturas e tempos diversos do seu património pessoal, David Mourão-Ferreira elabora poemas que representam uma etapa especial da sua poética. Descrevendo e revivendo determinadas paisagens e períodos históricos cria um cruzamento temporal que tenta reinterpretar episódios coletivamente memoráveis. A realidade histórica mas invisível da Conjuração Mineira de Vila Rica de 1789 inspira-o, de facto, a produzir uma composição lírica construída como se fosse um puzzle, parte de um todo. Tal evento é-lhe familiar devido ao seu trabalho de estudioso e à leitura aprofundada de obras brasileiras que abordam esta temática. Tendo em conta a bibliografia já existente sobre tal questão, escolhe uma forma literária bem determinada, a qual demonstra explicitamente qual era o génio e a íntima bagagem intelectual do poeta. Revelam-se imprescindíveis as suas relações com escritores, poetas e pensadores brasileiros. Trata-se de uma nova/outra interpretação do mito identitário brasileiro.

Palavras-chave

Poesia; Mourão-Ferreira; *rimance*; Inconfidentes; memória.

ABSTRACT

Attract by others cultures and epochs that are different of his personal patrimony, David Mourão-Ferreira writes poems that represent one special moment of his poetry. Describing and living in first person some geographical and historical scenes he creates a temporal passage that tries to understand collective memorable episodes. The real reality of the Vila Rica's mining revolution, 1789, became an important inspiration for the poet that composed a new lyric because he's a student of this matter. He had a deep contact with the Brazilian literature about such theme. In fact, this poem represents a new/other interpretation of the identity Brazilian myth.

Key-words

Poetry; Mourão-Ferreira; *rimance*; *unconfident's*; memory.

A obra literária de David Mourão-Ferreira (1927-1996), figura multifacetada portuguesa, é extremamente rica e vasta. Três são os ciclos editoriais que caracterizam a sua produção intelectual e cada um contém características exclusivas peculiares da produção intelectual de Mourão-Ferreira. O presente estudo insere-se no contexto literário típico do terceiro ciclo editorial, visto que este representa o período no qual o escritor, na sua qualidade específica de vate, revela a sua escritura como parte integrante do ‘ser moderno’, apesar de seguir modelos clássicos (incluindo tudo aquilo que tais arquétipos contêm de antinómico). Na realidade, a arte poética já o conhecia como autor de várias composições líricas que transmitiam o seu grande interesse pela transmutação temporal através duma inclusão constante de elementos típicos de outras culturas e eras. De facto, é precisamente durante este período da sua vida que publica o volume *Imagens da poesia europeia*, retrato e expressão de algumas culturas europeias. No entanto, é no volume de ensaios de maior arco temporal, *Hospital das letras*, publicado em 1966, que Mourão-Ferreira aprofunda os seus estudos e conhecimentos. Escreve então páginas fundamentais sobre as obras de vários autores portugueses e brasileiros, desde Sá de Miranda, Vitorino Nemésio até Cecília Meireles e Vinicius de Moraes.¹

Durante os anos ’80 a sua poesia vai concentrar-se principalmente na procura e tentativa de encontrar a imortalidade imediata. Começa então a publicar uma série de composições poéticas redigidas em forma de romance em redondilha menor. Os temas abordados nestes textos apresentam elementos comuns, pois o poeta exprime o desejo de querer reviver e comemorar lugares, sons e personagens históricas, além de evocar momentos pessoais do próprio passado. É no volume *Órfico Ofício* (1972-1978) que encontramos publicados a maior parte destes romances, identificados com o título “Os lúcidos lugares” (MOURÃO-FERREIRA, 1988, p. 290). São versos que partem de Granada e passam pela Itália, por Dubrovnik, Cnossos, Rodes e Éfeso, espaços que abrem o horizonte do pensamento e permitem ao poeta revelar o seu próprio europeísmo.

Segundo a tradição lírica europeia e em especial aquela ibérica, o *romance*² consiste num poema composto por versos simples e curtos destinado a ser cantado pelos trovadores ao som da viola. Geralmente o tema tratado era de carácter histórico, autêntico e fortemente emotivo, visto que, no fundo, a sua função era aquela de informar o público. Por isso, permanecia frequentemente na memória coletiva popular. Ora, o poema “Romance de

1 David Mourão-Ferreira foi sócio-correspondente da Academia Brasileira de Letras.

2 Definida também como *xácara*, ainda hoje é frequente ouvi-la cantada em alguns lugares brasileiros.

Ouro Preto”, escrito em forma de romance, faz parte do volume intitulado *No veio de cristal* (MOURÃO-FERREIRA, 1988, p. 398-400), que recolhe parte da produção lírica do poeta dos anos oitenta. Se analisarmos com minuciosidade os textos em verso divulgados nesse livro, notaremos que existe uma espécie de progressão na sucessão dos poemas apresentados. O poeta inicia com Camões, “Fala apócrifa de Camões” (MOURÃO-FERREIRA, 1988, p. 397), prossegue com “Caravela” (MOURÃO-FERREIRA, 1988, p. 398), de modo a introduzir a controvérsia histórica luso-brasileira característica de Vila Rica (1789), regressando depois para o seu ambiente natural com “Ao reencontro de Lisboa” (MOURÃO-FERREIRA, 1988, p. 401).

Dedicado aos seus amigos brasileiros, o “Romance de Ouro Preto”, escrito em 1986, quer dar uma nova leitura daquele acontecimento e de certa maneira reinterpretar o mito de identidade brasileiro. Mourão-Ferreira, intelectual do seu tempo e cidadão europeu, põe em evidência neste poema elementos provenientes da cultura brasileira que estão estreitamente ligados com a história nacional portuguesa.

O movimento de contestação brasileiro contra o poder colonial luso, denominado como Inconfidência Mineira (1789), foi instituído pelo governo do Brasil como fundador da identidade nacional depois de um longo período de controvérsia entre a monarquia e a república. Vários historiadores tentaram analisar e compreender os conflitos que se sucederam entre colonos e habitantes da América Portuguesa³, o que deu origem a diversas interpretações historiográficas que se baseiam na noção de nativismo e mais recentemente de identidade. Mas o movimento da Conjuração Mineira não foi só objeto de estudo dos investigadores históricos, muitos escritores e artistas se ocuparam também desta questão. Entre as numerosas criações literárias que contribuíram para a consolidação deste mito identitário sobressai a extraordinária obra de Cecília Meireles *Romanceiro da Inconfidência*, publicada no Rio de Janeiro em 1953. Este texto, escrito durante os anos quarenta, é constituído por um conjunto de romances, poemas curtos de carácter narrativo e líricos e entranhados por um forte simbolismo. A obra de Cecília Meireles apresenta uma forte influência da tradição poética histórica luso-hispânica. No *Romanceiro da Inconfidência* a autora conta a história da tentativa de libertação do Brasil ocorrida em Minas Gerais no século XVIII. Seguindo o modelo estrutural de Cecília Meireles, que David Mourão-Ferreira tinha estudado (MOURÃO-FERREIRA, 1966, p. 209-222), o poema “Romance de Ouro Preto” quer consagrar uma homenagem à eloquência da poetisa Cecília Meireles e, simultaneamente, comemorar

3 Conceito e expressão usada por Martha Victor Vieira.

um acontecimento histórico determinado do povo brasileiro – a Conjuração Mineira. A metamorfose temporal elaborada pelo poeta recupera materiais do passado conjugando-os com elementos do contemporâneo. O cenário colonial recriado pela arte e génio de Cecília Meireles debate-se com uma sociedade diferente, a vivente. De facto, Cecília Meireles, através da narrativa, tinha-lhes dado vida, uma *vida nova*, visto que clamavam suplicantes aos inconfidentes. Esta escritora já se tinha dedicado precedentemente a este tema com a criação da *Balada de Ouro Preto*, inserida na obra *Retrato Natural* e a qual Mourão-Ferreira define como perturbadora.

Apesar de tudo, nas últimas décadas do século XIX, a Inconfidência Mineira tem sido um elemento essencial para a construção de uma historiografia determinada e para a tomada de certas posições políticas. É nesse contexto que a figura do popular Tiradentes se torna num símbolo – ponto de referência para o movimento libertador brasileiro. Latente a este momento de revolta localizado, revelava-se um forte desejo de autonomia social e económica. Reviver esta *memória* implica, de facto, contemplar e discutir o desejo de independência do Brasil; as condições que provocaram o fim do império português no Brasil; a evolução da humanidade; o desenvolvimento tecnológico; a educação política, social e religiosa renovada; a visão renovada do mundo globalizado, isto é, um novo contexto histórico, psicológico e literário. É, portanto, intencional a forma na qual o poeta Mourão-Ferreira estrutura o poema, e o seu título “Romance de Ouro Preto” não é, pois, um caso. Trata-se de um assunto carregado duma “imensa riqueza histórica, simbólica, psicológica e moral” (MOURÃO-FERREIRA, 1966, p. 214). Emerge fortemente da poética de Mourão-Ferreira a relação do ser humano com o sagrado e com o interdito, com o dizível e com o indizível (cf. MOURA, 1983, p. 237). Neste poema é evidente a procura de uma relação imediata entre as personagens históricas e por isso *dizíveis* e a realidade contemporânea, também essa real, mas *indizível*. O confronto entre a história social e cultural de povos interligados pelo destino com um futuro nublado, impreciso. Este estado de agitação e de tumulto atrai a atenção e o génio do poeta, que o conduz a uma explicação quase obrigatória do sentimento de repulsão perante tal situação de dominadores e dominados. O *rimance*, composto por 82 versos em redondilha menor, narra a história e as imagens da Conjuração Mineira enriquecida pelos novos elementos de esclarecimento, estudo e investigação histórico-literária. A alternância conexa – presente/passado – é constante ao longo do poema, estratégia literária que capta a atenção do leitor, endereçando-o a uma compreensão global e cronológica do mito identitário brasileiro.

O poeta parte da sua estadia em Ouro Preto para procurar a Vila Rica de setecentos, capital da Capitania de Minas Gerais e cenário da contestação

de 1789: aí se realizavam as reuniões clandestinas dos revoltosos contra o poder da monarquia lusitana representada pelos políticos portugueses que aí viviam nomeados pelo rei. A Vila Rica de Ouro Preto, encravada na região da Serra do Espinhaço, aos pés do Pico do Itacolomi, era o centro cultural, político e económico da Capitania de Minas Gerais, onde a riqueza mineira era abundante. “Vila Rica, a opulenta cidade do ouro negro fica a cerca de 15 dias de caravana de mulas da sede do vice-reinado, Rio de Janeiro. A estrada para a zona montanhosa brasileira [...]”. (MAXWELL, 2002, p. 108)

É então que o poeta sente a necessidade de citar a obra por excelência sobre a questão da Conjuração Mineira, isto é:

trouxe comigo Cecília
para ver de Inconfidentes
rasto de rasgos antigos (MOURÃO-FERREIRA, 1986, p. 44)

Tais “rasgos antigos” são identificados pelo poeta nos protagonistas da conspiração. Não querendo esquecer ninguém, “Outros mais que o tempo olvida” (MOURÃO-FERREIRA, 1986, p. 44), nomeia os intelectuais que lhe deram vida, Tomás António Gonzaga, Inácio José de Alvarenga Peixoto e Cláudio Manoel da Costa. Paralelamente, a estas figuras históricas, personagens activas da Inconfidência Mineira, o poeta acrescenta uma outra triáde de autores, que, desta vez, têm a função de esclarecer aos seus contemporâneos e a ele próprio tal evento político, só que agora sem medo de censuras ou outros tipos de poderes de coerção. Através de uma comparação parafrástica o poeta ultrapassa séculos de história e ousa reler e analisar de modo novo os eventos luso-brasileiros de finais de setecentos. Fá-lo identificando *vozes* de intelectuais modernos que tentam com as suas obras clarificar o misterioso mito personificado pelos inconfidentes.

Gonzaga Cláudio Alvarenga
[...]

Outras vozes se acrescentam
Tornando a visão mais límpida
São agora as de Bandeira
De Nemésio de Murilo
Que vão rompendo o silêncio (MOURÃO-FERREIRA, 1986, p. 44)

Tomás Gonzaga, luso-brasileiro, desempenhava as funções de desembargador e tinha-se associado ao grupo dos inconfidentes que estimulava a revolta em Vila Rica, assim como os poetas mineiros Cláudio e Alvarenga Peixoto, ambos de origem brasileira, que desempenhavam funções de advogados.

A estas três figuras brasileiras, representantes da vontade de nacionalidade, o autor contrapõe outros poetas, desta vez seus contemporâneos, que, à semelhança dos anteriores, também se ocuparam da questão da Conjura Mineira de Vila Rica.

Seguindo uma linha pessoal e bem determinada, Mourão-Ferreira introduz, ao lado dos protagonistas da Conjuração Mineira, três velhos amigos. Começa com Manuel Bandeira, escritor e poeta brasileiro que durante um breve período da sua vida (1926) morou em Pouso Alto (Minas Gerais), onde trabalhava para um jornal. É interessante notar que Manuel Bandeira se interessou muito sobre a questão defendida pelos inconfidentes e a este propósito escreveu não só o *Guia de Ouro Preto*, publicado no Rio de Janeiro em 1938, mas também a *Autoria das Cartas Chilenas*, publicado no Rio de Janeiro em 1940 (separata da *Revista do Brasil*, abril). Estes volumes analisam e esclarecem alguns dos mistérios ligados ao mito identitário brasileiro e ao grupo dos inconfidentes. São obras nas quais o autor intervém e propõe uma determinada leitura da questão. Segue-se Vitorino Nemésio Mendes Pinheiro da Silva, intelectual açoriano e uma das personagens emblemáticas do intercâmbio cultural luso-brasileiro, principalmente dos anos '50-'60, que cultivou a sua típica inspiração popular e não deixou de 'olhar' para essa humanidade sofredora. Nemésio também se ocupou do evento de Vila Rica e publicou *O Segredo de Ouro Preto e outros caminhos* (1954) com a Editora Bertrand, em Lisboa. Falando acerca deste livro Nemésio declara ter terminado a tarefa esmagadora das provas do campo de São Paulo, ao qual, sem preconceitos ou temores, chama martírio (Cf. *Jornal Diário*, 29 de Julho de 1954). Por fim, é citado Murilo Monteiro Mendes, autor brasileiro que nas suas obras se manteve fiel às cenas mineiras reais, pondo-as em relação com as realidades vividas hoje nas minas da Sicília e da Espanha (países que visitou e onde viveu). Assim, no ano de 1954 é publicado o volume *Contemplanção de Ouro Preto*, no qual Murilo Mendes, realizando uma transformação da sua linguagem escrita, tenta criar ao longo do enredo do seu livro a mesma atmosfera que se vivia nas cidades mineiras do século XVIII.

Recordemos que a conjuntura política e social que se vivia na Europa nos finais do século XVIII alimentava os espíritos mais rebeldes. De facto, alguns brasileiros (principalmente provenientes de Ouro Preto) oriundos das classes sociais mais privilegiadas tinham viajado até à Europa por motivos de estudo. A maior parte deles frequentava a universidade de Coimbra, onde se licenciavam, outros encontravam-se na Europa por motivos comerciais.

De facto, o século XVIII foi um período de grande importância para a história do pensamento ocidental. A sociedade vivia um momento de

grandes mudanças que influenciavam fortemente o contexto político, económico e cultural, criando novas situações e problemáticas. Tal contexto complexo e dinâmico contribuiu ativamente para a explosão das duas grandes revoluções: Industrial e Francesa. O iluminismo foi uma das correntes intelectuais mais importantes deste período da humanidade e contribuiu para uma crescente racionalização da vida em sociedade. O homem comum estava submetido às normas sociais vigentes (feudais) e não conseguia sair deste sistema. A chamada de atenção dos iluministas para o estado das coisas vai contribuir para uma mudança radical da organização social em França e na Europa. Os estudantes e pensadores vindos da América Portuguesa vão ser influenciados não só pelas ideias iluministas europeias mas também pela independência dos Estados Unidos da América (1776). Aqueles que regressam à pátria, depois de terem vivido um período na Europa, sentem-se sem dúvida impelidos a apoiar e difundir o movimento de libertação da colónia, de modo especial relativizam e colocam em causa o exercício do poder político exercido indiretamente pelo monarca lusitano. Influenciados pelos postulados revolucionários que agitavam a França e que por influência inglesa e francesa tinham sido vitoriosos nos Estados Unidos, os inconfindentes alimentavam o desejo de implantar em Minas Gerais um sistema republicano que possuísse o seu próprio código de leis modernas.

É certo, porém, que a memória dispersa-se e perde-se com o passar do tempo e, deste modo, deixa de ser a responsável das ações cometidas pelos homens no passado. Apesar disso, alguns versos do poema querem evocar aqueles tempos de valentia e coragem:

ai Ouro Preto Ouro Preto
já tão pouco Vila Rica
de um ouro preto tão preto
que é somente ouro de esquife (MOURÃO-FERREIRA, 1986, p. 45)

Acaba então, a primeira parte do poema, aquela que se refere aos eventos históricos que permanecem na memória coletiva da sociedade de Ouro Preto. Apesar de tudo, o poeta chama o leitor a uma reflexão, visto que o ritmo de vida apressada dos habitantes de Minas Gerais de hoje tende a ocultar os seus inerentes valores peculiares e fundamentais: a coragem, a honra, a fidelidade e o patriotismo. Por outro lado, a utilização do lema esquife remete-nos, sem dúvida, para uma ideia de desprezo/acomodação quer a interpretemos como embarcação pequena quer como caixão. A ideia dominante é a de impassibilidade – “tudo bem!”. Iniciamos, assim, uma segunda parte do texto na qual o génio de David Mourão-Ferreira

nos conduz do momento presente imediatamente para o passado. Através de uma lírica incomparável, onde predominam refinadas figuras de estilo metafóricas, a memória histórica torna-se criativa no pensamento. São introduzidas novas personagens do passado, mas sempre protagonistas da Conjuração Mineira. Quanto ao mítico herói brasileiro – Tiradentes –, é considerado como o defensor da liberdade e da opressão popular. Neste sentido e após o fim do período monárquico, este herói já foi objeto de estudo de várias análises historiográficas culturais, pois era considerado como o protagonista da Inconfidência Mineira. A construção da identidade nacional brasileira, principalmente nos fins do século XIX, perpetuou o forte simbolismo ligado à figura de Tiradentes como herói (CARVALHO, 2011, p. 67), pois a sua imagem era sinónimo de liberdade, coragem, abnegação, sacrifício, patriotismo, elementos integrantes das experiências sociais, culturais e políticas da sociedade brasileira, desde o século XVIII (FONSECA, 2002, p. 441). Ora, o alferes Tiradentes, mártir da liberdade, é introduzido no poema através da utilização de substantivos evocativos e extremamente significativos:

Que pulsos que mãos que dentes
Fazem tremer estes vidros (MOURÃO-FERREIRA, 1986, p. 45)

As comparações antitéticas – céu/mar; presídio/degredo; turvo labirinto – querem recordar as condições de vida nas quais se encontravam os ativistas da conjuração, os Inconfidentes, e em especial a ação resolutiva do poder monárquico nesta região: a detenção e o fim dos poetas Inconfidentes Gonzaga, Cláudio e Alvarenga. E sem mais nada, ouve-se então:

[...] o pêndulo
De um passado muito ambíguo (MOURÃO-FERREIRA, 1986, p. 45)

Ora, o vocábulo “pêndulo” torna-se uma palavra-chave porque nos transporta para um passado bem determinado, onde revivem figuras e imagens históricas. Nesta fase, os protagonistas já não são os Inconfidentes mas os portugueses que se encontravam na América Portuguesa. Juntamente aos heroísmos lusitanos o poeta não hesita em recordar o comportamento ambicioso e sem limites tido pelo poder político e social português que vigorava em Ouro Preto durante o século XVIII. À repressão, à cobiça e aos roubos ilimitados lusitanos, característicos daquela época, contrapõem-se a dignidade, a coragem e até a ousadia das vidas brasileiras perdidas durante a revolta mineira de Vila Rica. A desmesurada cobiça que dominava então os

portugueses, como se sabe, leva a uma vida de prazeres e de concubinação na corte portuguesa sem qualquer preocupação pelo futuro. Gasta-se assim, grande parte das receitas e do ouro brasileiro, provocando-se uma grave crise económica em Portugal. Através duma linguagem cuidada e extremamente metafórica, David Mourão-Ferreira identifica-se com os portugueses da época, mas não pode fazê-lo sem introduzir uma consideração sobre o facto histórico passado que depende da sua experiência de vida feita no futuro:

Pobres de nós morrendo
de tropical nostalgia
sem cura para a grangrena
expulsos do paraíso (MOURÃO-FERREIRA, 1986, p. 45)

A “doença” dos portugueses é tal que nem a arquitetura do Aleijadinho consegue curar, antes pelo contrário, as igrejas e monumentos por ele projetados e construídos aumentam a perdição e a dor sincera dos portugueses.

Este novo regresso ao presente/passado constitui a terceira parte do poema. Essa sociedade cosmopolita, caracterizada por “[...] mulatos brancos pretos [...]” (MOURÃO-FERREIRA, 1986, p. 46), se bem que derrotada é heroína de um povo que procura a sua identidade. Essas almas feitas de pedra-sabão (material trabalhado pelo Aleijadinho) que não puderam ver a ilha Pedra Menina, crescer.

Aqui apenas o berço
de uma nação não nascida
Quem sabe [...] (MOURÃO-FERREIRA, 1986, p. 46)

No entanto, o poeta canta a força (esquecida) daqueles que lutaram sem conseguirem obter, mas que a arte poética pode justificar e fazer viver/reviver apesar da influência contínua dos sistemas dos poderes políticos e dos interesses pessoais característicos da raça humana.

Na realidade, a riqueza material, esse tal ouro tão desejado e cobiçado pelos homens, hoje escasseia, mas não é por isso que Ouro Preto deixa de ser Vila Rica. São, de facto, as vidas dos Inconfidentes do passado e dos homens de hoje que constroem a riqueza desta cidade. Por isso, o poeta afirma:

Já não sei se és Ouro Preto
ou se afinal Vila Rica
na transcendente riqueza
de tudo quanto me indicas (MOURÃO-FERREIRA, 1986, p. 46)

O projeto libertador organizado pelos Inconfidentes tinha as suas raízes num contexto político e cultural típico do passado, mas que criava as bases para um futuro, mesmo se de modo involuntário. Assim, com o decorrer do tempo e numa perspectiva historiográfica, a ideia de autonomia começou a ser interpretada como uma grande utopia libertadora e nacionalista. Esquecido, pois, o episódio da Inconfidência Mineira inicia-se um novo e longo processo que dá vida e termina com a independência do Brasil. Através de um olhar retrospectivo e após a realização do grande objetivo do povo brasileiro os estudiosos redescobrem o acontecimento dos Inconfidentes de Ouro Preto como substrato da história brasileira. Com a sua sensibilidade e eloquência singulares David Mourão-Ferreira acolhe no seu poema um episódio histórico que se torna profundamente rico quando interpretado à luz do presente e principalmente da convivência social de hoje.

Referências bibliográficas

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FERNANDES, Leonardo Paiva. O “entre-lugar” no romanceiro da Inconfidência: a retratação de Chico Rei e Chica da Silva. *Travessias*, Paraná, v. 5, n. 2, p. 280-298, 2011.

FONSECA, Thaís Nívea de Lima e. A Inconfidência Mineira e Tiradentes vistos pela Imprensa: a vitalização dos mitos (1930-1960). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 439-462, 2002.

JARDIM, Márcio. *A inconfidência mineira, uma síntese factual*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1989.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a inconfidência Mineira: Brasil/Portugal 1750-1808*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

MOURA, Vasco Graça (posfácio). *Antologia poética (1948-1983)*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1983.

MOURÃO-FERREIRA, David Mourão. *Hospital de Letras: ensaios*. Lisboa: Guimarães Editores, 1966.

MOURÃO-FERREIRA, David Mourão. *Antologia Poética*. Lisboa: INCM, 1968.

MOURÃO-FERREIRA, David Mourão. Romance de Ouro Preto. *Colóquio*, Lisboa, n. 94, p. 44-46, nov.1986.

MOURÃO-FERREIRA, David Mourão. *Obra poética 1948-1988*. Lisboa: Editorial Presença, 1988.

NEVES, Guilherme Pereira das. Sociabilidades modernas e podres tradicionais no Rio de Janeiro de 1794. *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo regime: poderes e sociedades*. Lisboa: IICT / CHAM, p. 1-16, 2005.

RIBEIRO, Maria de Fátima Maia. *Acasos de uma errância brasileira*. *Via Atlântica*, São Paulo, n. 4, p. 282-300, out. 2000.

UTÉZA, Francis. La Grande-Mère dans le *Romanceiro da Inconfidência* de Cecília Meireles. *Quadrant*, Montpellier (Presses universitaires de la Méditerranée), p. 243-259, 2008-2009.

VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

VIEIRA, Martha Victor. Portugueses do Brasil: a questão identitária na poesia dos inconfidentes mineiros. *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*, Lisboa: IICT / CHAM, p. 1-7, 2005.

Respostas no tempo: relação mnemônica entre Cartas Chilenas e Resposta às Cartas Chilenas

*[Replies in time: mnemonic relationship
between Cartas Chilenas and Resposta às
Cartas Chilenas]*

SARA HELENA QUINTINO

Sara Helena Quintino é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem, Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, Brasil, bolsista da FAPEMIG.
[sarahelenaq@bol.com.br]

WILLIAM AUGUSTO MENEZES

William Augusto Menezes é docente do Departamento de Letras, Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, Brasil. Apoio: Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – FAPEMIG.
[williamenezes@hotmail.com]

RESUMO

No presente artigo, focalizamos a relação mnemônica entre *Cartas Chilenas*, obra setecentista atribuída a Tomás Antônio Gonzaga, e *Respostas às Cartas Chilenas*, do poeta Napoleão Valadares, escrita em 1991. Situando-nos no âmbito dos estudos da linguagem, optamos por uma via discursiva para descrição e interpretação dessa relação, em que se realçam aspectos literários, sociopolíticos e culturais da memória. Para isso, aproximamos as noções de dialogismo (Bakhtin) e de memória (Charaudeau), com destaque para as três dimensões desta: a memória de signos, a memória de situações e a memória de discursos. Percebemos que a inserção de *Respostas às Cartas Chilenas* na memória faz emergir – em meio à tradição satírica e denúncias do mau governo – um conjunto de valores sociopolíticos encenados como argumentos de combate ao governo do então presidente Fernando Collor de Mello. Assim, a relação mnemônica entre tais obras contribui para o projeto persuasivo de Valadares.

Palavras-chave

Linguagem e Memória, Dialogismo, Estratégias Retóricas, Semiologia

ABSTRACT

In this paper, we focus on the mnemonic relationship between Cartas Chilenas, a work of the eighteenth century attributed to Thomas Antônio Gonzaga, and Respostas às Cartas Chilenas, written in 1991 by Napoleão Valadares. Working in the context of language studies, we adopt a route of discursive description and interpretation of this relationship, which highlights aspects of literary, sociopolitical and cultural memories. For this, we will use the notions of dialogism (Bakhtin) and memory (Charaudeau), highlighting its three dimensions – the memory of signs, the memory of situations and the memory of discourse. We realize that the inclusion at memory of Respostas às Cartas Chilenas made to emerge - amid the satirical tradition and the denunciations of bad government - a set of sociopolitical values staged as arguments counter the government of President Fernando Collor de Mello. Thus, the relationship between mnemonic in these works contributes to the design the persuasive project of Valadares.

Key-words

Language and Memory, Dialogismo, Rhetorical Strategies, Semiotics

Introdução

Certa feita os escritores de Brasília recebemos pelo correio um envelope com versos relativos ao fanfarrão de turno. Era uma verve que moía em pó-de-mico qualquer político minésio, desgraçadamente um repeteco nauseante no jogo de poder e apenas digno, pela indignidade, de outras muitas novas Cartas Chilenas. (José Santiago Naud, in prefácio a Respostas às Cartas Chilenas)

Os diversos estudos orientados em investigar as correlações entre a Linguagem e a Memória têm traçado relevantes leituras a partir das proposições teóricas desenvolvidas pelo círculo de Bakhtin em âmbitos linguísticos, culturais, sociais, entre outros. Em termos gerais, as investigações desenvolvem-se principalmente em torno da noção de dialogismo, que pressupõe a linguagem como um fenômeno sempre estratificado pelas axiologias sociais, visto que os processos de significação são constituídos por posições valorativas resultantes das experiências históricas dos indivíduos. Assim, a linguagem - em seu movimento dialógico - direciona o sujeito a uma zona de constantes interseções entre o dito e o já-dito, entre aquilo que será ressignificado/atualizado e aquilo que será esquecido no universo das significações, como propõe o círculo.

Pensando na dinamicidade inerente ao universo das significações, a qual implica, em uma ação enunciativa do sujeito, um ponto de vista criativo dependente de outros pontos de vistas, propomos realizar uma reflexão sobre a relação mnemônica que se ampara na noção de dialogismo, numa perspectiva discursiva. A partir de tal noção, trata-se de analisar discursivamente a representação da memória de *Cartas Chilenas*, conjunto de sátiras produzidas na segunda metade do século XVIII para vitupério de Luís da Cunha Menezes, governador de Vila Rica (atual Ouro Preto), em uma obra mais recente, de 1991, denominada *Respostas às Cartas Chilenas*, do poeta mineiro Napoleão Valadares¹, cujos versos atacam o governo do então presidente Fernando Collor de Mello; uma análise orientada fundamentalmente pelo princípio bakhtiniano de que o dado se transfigura no criado.

A motivação para essa proposta surgiu durante o cotejamento de fontes bibliográficas sobre a inscrição histórica de *Cartas Chilenas*, “poemas de ouro” que conformaram todo um desejo de nacionalidade projetado em narrativas sobre o passado colonial. Do material levantado, o discurso materializado em *Respostas às Cartas Chilenas* apresentava-se destoante da maioria

¹ Napoleão Emanuel Valadares é natural de Arinos (MG). Diplomado em Direito, faz parte do grupo de poetas em Brasília, de onde presidiu a Associação Nacional de Escritores – ANE.

das representações que aplicam às sátiras o rigor de serem inscritas na história oficial da Nação como “Prefácio da Inconfidência”, como as chamou Caio de Melo Franco. A afetação foi incisiva, pois estabelecemos com o sujeito daquele discurso um pacto de leitura capaz de nos provocar para a descoberta de possíveis interpretativos do jogo arranjado pelo poeta mineiro.

Tal pacto de leitura foi consolidado ao percebermos, no título, o poder enunciativo da palavra *respostas* de ativar uma série de operações discursivas que mediam essa apropriação do passado. Esta apropriação, ao romper séculos de distância, reaviva não só um acontecimento discursivo para instaurar um novo em outro cenário, como também cria condições argumentativas para que o indivíduo interfira na própria ordem social, transformando-a, principalmente se encararmos o fato de que os usos do passado são orientados para se legitimar uma ordem do presente, como elucida Connerton (1999). Em *Cartas Chilenas*, Tomas Antônio Gonzaga, poeta a quem foi atribuída a autoria, coloca em cena um enunciador – narrador, *Critilo*, que trata de apresentar, de maneira poética, uma série de questões e considerações sobre o governo, a partir de denúncias contra a administração de *Fanfarrão Minésio*, presumido governo do Chile. No texto mais recente, em *Respostas às Cartas Chilenas*, o poeta Napoleão Valadares, ao constituir-se discursivamente como *Doroteu*, responde às questões de *Critilo* que ainda vibram na memória; dessa forma, seu discurso recobre a arquetônica metáfora do diálogo proposta pelo círculo de Bakhtin.

Estudada por diversas correntes teóricas, a metáfora do diálogo é pensada neste texto em sua dimensão discursiva, ao passo que encaramos o discurso como a materialização da própria dialogicidade do dizer. Nesta análise, a Teoria Semiollingüística constitui-se como principal eixo teórico por apresentar em seu escopo orientações que nos permite pensar o discurso como um posicionamento ativo de um sujeito – individual e coletivo – diante de um mundo a ser significado, ou, em termos bakhtinianos, semiótico, ação que produz sentidos para os dados que experienciamos. Definido como objeto de análise, o discurso torna-se então essa matéria significada por um indivíduo, um Ser evento único, que se inscreve responsivamente na linguagem para posicionar-se no mundo; ao analista cabe cercar os efeitos de sentido, as projeções desse discurso.

1. Entre correspondências...

A intervenção ao “arquivo” feita por Napoleão Valadares para a produção discursiva de *Respostas às Cartas Chilenas* desencadeia uma série

de operações linguísticas, literárias e discursivas, em especial no plano da nossa memória política. De acordo com nosso foco discursivo, é necessário situar os principais elementos que compõem o cenário político de cada produção; em outros termos, as condições de produção do discurso. Essas, como propõe Charaudeau (2005), são de ordem sócio-institucional, ou seja, são dadas pelas relações sociais entre os sujeitos que participam do jogo discursivo, determinando os espaços de fala que eles devem ocupar no interior de um dado grupo. Portanto, observemos alguns elementos das condições de produção que são relevantes por nos apresentar dados coletivos que circunscrevem o discurso a ser analisado.

As sátiras que compõem *Cartas Chilenas* foram produzidas em meio às tensões políticas e econômicas que marcaram a sociedade política e a vida privada em Vila Rica na segunda metade do século XVIII. Elas circulavam pela vila em forma de manuscritos anônimos nos quais eram narrados os feitos do governo de *Fanfarrão Minésio*, suposto general do Chile. Espaços invertidos intencionalmente, o que temos são versos satíricos engenhosamente articulados para o vitupério do governo de Luís da Cunha Menezes, governador da Capitania de Minas Gerais entre 1783 e 1788. Encarregado pela Coroa de aplicar novas medidas fiscais e tributárias para reger a rica economia da região, as ações desse governo geraram uma série de descontentamentos por parte daqueles que já participavam da vida política e econômica da capitania, uma vez que diversos “acordos” foram desfeitos por Cunha Menezes, que, com sua nova gestão, passou a ser encarado como tirano por muitos desfavorecidos, entre eles, os mais diversos *homens das letras*.

Toda a conjuntura política e social de Vila Rica foi constituída sobre os pilares da organização social europeia. Nesse cenário, a persona satírica elenca valores da ordem monárquica para compor sua imagem de novo *Chefe*, os quais, de forma geral, referiam-se aos princípios governamentais ditados pela doutrina da neo-escolástica. Esta se ancorava numa dinâmica hierárquica concebida em termos da metáfora de um *corpo místico do Estado*, no qual o rei, portador do poder divino e soberano, é tido como a cabeça e seus vassalos, ou súditos, compõem as outras partes desse corpo que deveria se coordenar a fim de atingir uma regência harmônica, pautada na honra, na virtude e no bom governo, representando a imagem daquele que garante a felicidade do povo. Tais concepções políticas, somadas às preceptivas retóricas (que recobrem também a poesia clássica) e às disposições éticas aristotélicas, adentram a sátira como uma espécie de fundo comum. É desse *locus* que o poeta elenca os referenciais que serão empregados em sua poesia para a composição dos tipos viciosos que se obstina a atacar e corrigir, como percebe Hansen:

A sátira barroca seiscentista é política segundo esse duplo registro: funciona como uma técnica que hierarquiza metaforicamente a segurança da população, encenando seu controle no discurso e pelo discurso. Impondo normas aos corpos de linguagem, ela os interpreta como adequação ou desvio da lei positiva e natural de que se faz emissária, fundamentando a crítica, de direito, para a mesma população, a um tempo referencial e destinatário de sua intervenção. Ao propor a correção dos vícios — políticos no mau sentido referido — ela o faz em nome do ideal de bem comum ausente que a enunciação racional efetua, ditando a retificação do que expõe. Sua validação é o Direito Canônico, principalmente em sua versão contra-reformista, que regula a hierarquização jurídica das práticas do Antigo Regime. (HANSEN, 1989, p.65)

Essa dimensão política das *Cartas Chilenas*, que a legitima no interior das práticas discursivas no século XVIII, pode ser considerada como o “elo” que vincula as sátiras coloniais ao discurso presente em *Respostas às Cartas Chilenas*. Ao narrar, em tom satírico, as desavenças do governo do *Fanfarrão Minésio*, pintando-o como corrupto, peralta e despótico, *Critilo* cria um retrato caricaturado de toda a situação política da colônia, tendo como objeto de sátira a figura central do *louco chefe*, que é recorrentemente questionado, como nos versos da *Carta 2ª*: “Aonde, louco chefe, aonde corres/Sem tino e sem conselho? Quem te inspira/ Que remitir as penas é virtude?” (Gonzaga, 1995,p.73). Essa imagem será então *refratada* por outro *Doroteu*, dessa vez em período bastante contemporâneo, em versos que narram e descrevem uma situação política distinta daquela apresentada por *Critilo*; respostas que irrompem o tempo num diálogo posto nos seguintes termos:

Meu prezado Critilo, meu amigo,(...)
Doroteu, teu amigo, é quem te fala,
Após quarenta lustros, desde quando
Tu me contaste a história dum peralta
Que regeu nossa terra noutros tempos
Com despotismo, fanfarrice, muita
Corrupção, safadeza e mais desgraças.
Pois bem, meu bom Critilo, agora escuta
Teu Doroteu, depois que são passados
Dois séculos. Mataram Tiradentes!...(…)(VALADARES, 1998,p.11)

Escritos em 1991 e publicados em 1998, os versos de Napoleão Valadares inscrevem-se num cenário político singular no país. Os brasileiros viviam ainda sufocados pelo *mal de arquivo* gerado pelo duro regime da ditadura, mas também *perseverantes* na luta pela liberdade da expressão e animados pelas expectativas de instauração da democracia, simbolizada

pela reconquista do direito ao sufrágio universal para a escolha do presidente do País². Nesta ordem social, o governo de Fernando Collor de Mello, primeiro presidente eleito diretamente no pós-ditadura militar, escandaliza o país em função das ações políticas empreendidas, principalmente naquelas em que o presidente assemelha-se aos ditadores, conforme a descrição nestes versos:

Eu te falei, Critilo, dum período
De cerca de vinte anos, que passamos
Sob o guante cruel da ditadura Militar.
Pois ali a corrupção
Estranhamente andou de corda solta.
E o novo chefe, na campanha, muito
Prometeu acabar coòs “marajás”
E coòs corruptos, pondo-os na cadeia,
Mas acabou seguindo a mesma trilha ...
Por isso o povo o chama de “filhote
Da ditadura”. E o nome lhe assentou. (VALADARES, 1998, p. 44)

Entre correspondências, podemos apontar que o fio que media a relação dialógica entre as *Cartas Chilenas* e *Respostas às Cartas Chilenas* é a sátira aplicada às figuras políticas e seus (des)governos. Mesmo que espaçados temporalmente por conjunturas políticas díspares – monarquia e república federativa – o tema da troca gira em torno da avaliação de valores aplicados ao bom governo e ao bom governante, o que resulta numa constituição da imagem não só do satirizado, mas também da *persona satírica*. Portanto, resta-nos discutir como essa relação dialógica é materializada no discurso produzido nas *respostas*, e principalmente os efeitos de sentido possíveis nessa representação da memória das *Cartas Chilenas*.

2. Memória: Dialogismo e Discurso

Em estudo publicado, que reúne as principais proposições teóricas elaboradas pelo círculo de Bakhtin em torno da linguagem, Faraco (2009) aponta que a noção de dialogização das vozes sociais é central

2 Entre 1964 e 1985, o país viveu sob uma ditadura militar. Na sequência, passou por uma legislatura eleita indiretamente, em Colégio Eleitoral Especial, tendo como presidente José Sarney. Em 1989, foi eleito, diretamente, Fernando Collor de Mello, com a promessa de realizar uma administração democrática. Entretanto, o governo Collor foi marcado por desmandos diversos, pela instabilidade econômica e a corrupção política, tendo causado ampla revolta popular. A sua legislatura foi interrompida por *impeachment* popular, deliberado pelo Congresso Nacional, em dezembro de 1992.

nas discussões bakhtinianas. Ela está envolvida naquilo que Bakhtin designa como heteroglossia dialogizada: uma dinâmica semiótica que provoca constantes tensões socioculturais entre as vozes sociais que permeiam um enunciado e faz com que essas se choquem, se cruzem, se polemizem, se afetem e se parodiem. Nessa noção, é assentada a metáfora do diálogo como condensadora da própria dialogicidade natural da linguagem.

Essa dialogicidade do dizer, inerente ao universo das significações, é apresentada por Bakhtin em três dimensões diferentes, como propõe Faraco (2009, p. 59). A primeira refere-se ao fato que todo dizer não pode deixar de se orientar para o “já dito”, uma vez que o novo cria-se a partir daquilo que já foi dado, assim, todo enunciado constitui-se como réplica de algo já enunciado. Decorre disso uma segunda dimensão: todo dizer é orientado para a resposta, ou seja, todo enunciado projeta-se para um receptor presumido na espera de uma resposta. Essa projeção do outro nos remete a terceira dimensão na qual todo dizer é internamente dialogizado, o que equivale a dizer que o encontro das vozes sociais ocorre internamente no sujeito, e será mostrado ou não dependendo do grau de alteridade da palavra do outro. Essas três dimensões entrecruzam-se no sujeito, o que acaba por revestir a linguagem de uma *aura heteroglóssica*, uma camada densa e tensa de discursos.

Nos estudos discursivos, essa aura heteroglóssica é pensada em termos de relações interdiscursivas. O primado do interdiscurso, cuja base teórica está atrelada às disposições teóricas sobre o processo de produção de sentidos mediados pelas relações dialógicas, pode ser encarado como ponto de partida na discussão da relação entre memória e discurso. Sabe-se que um discurso pressupõe outro para sua enunciação, até mesmo como regra de enunciabilidade, mas o questionamento é como o outro é incorporado no meu discurso em termos de operações languageiras.

Nesse sentido, pensamos que tal incorporação pode ser pensada na instância de produção discursiva, uma vez que ela remete o sujeito para a zona de tensões entre o novo e o dado, entre o individual e o coletivo. Essa instância, que engloba diversas operações languageiras, pode ser elucidada por meio do seguinte esquema, desenvolvido por Charaudeau (2009), que remonta ao funcionamento da comunicação languageira:

Nesse esquema tridimensional, podemos observar que o sujeito, ao produzir seu discurso, sofre influência direta de dois quadros sociais: dos imaginários sociodiscursivos e do dispositivo sócio-comunicacional. Tais restrições são articuladas de maneira “individual” no nível da *mise-en-scène* discursiva por meio de dispositivos que garantem ao sujeito construir discursivamente suas estratégias de ação e de influência a partir dos próprios

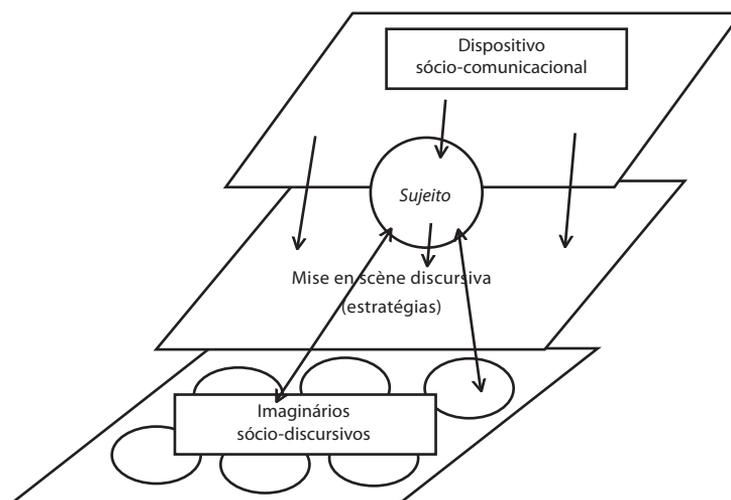
dados psicossociais envolvidos na comunicação. Vejamos, então, como cada nível proposto no esquema opera na produção discursiva, e ainda como podem ser articulados aos três tipos de memória propostos por Charaudeau: a *memória de discursos*, a *memória de situações de comunicação* e a *memória de formas de signos*; memórias essas que estariam diretamente vinculadas “ao processo de socialização do sujeito através da linguagem e da linguagem através do sujeito, ser individual e coletivo.” (Charaudeau, 2004, p. 19)

Começamos pela base dos imaginários sociodiscursivos. Essa é percebida como o lugar de estruturação das diversas representações sociais (Charaudeau, 2009) e, portanto, como “sociodiscursivas”, por serem representações construídas pelo dizer no interior dos grupos sociais que reúnem diversos tipos de saberes (de crença e de conhecimento, este último podendo ser de experiência, de erudição, entre outros). O destaque dessa função estruturante dos imaginários sociodiscursivos leva-nos a postular que tais saberes evocam também uma *memória dos discursos* que são compartilhados no interior de determinado grupo enquanto índices de verdade, ou melhor, de verossimilhança, que orientam as possibilidades de fala no interior de uma determinada comunidade de falantes. Assim, para o sujeito constituir seu discurso é preciso que ele o “ancore” nos outros discursos circulantes.

A noção de memória dos discursos, ou memória discursiva, vem sendo desenvolvido no interior da análise do discurso a partir do primado da interdiscursividade, posto como as relações interdiscursivas que guardam a memória de outros discursos. Charaudeau (2004), partindo das considerações de Bakhtin sobre o dialogismo na linguagem, situa esse conceito no próprio domínio da comunicação como ponto de partida para o sujeito estabelecer pontos de referência externos ao seu discurso, podendo assim significar suas intenções e comunicar; além disso, o caráter estruturante dos imaginários sociodiscursivos deve-se ao fato desses comportarem discursos que organizam o próprio *poder dizer*. Assim, poderíamos pensar que as elaborações desse conceito guardam muito dos apontamentos de Foucault, em *Arqueologia do saber*, sobre o arquivo, entendido sumariamente como sistema geral de formação e de transformação de enunciados:

Entre a língua que define o sistema de construção de frases possíveis e o corpus que recolhe passivamente as palavras pronunciadas, o arquivo define um nível particular: o de uma prática que faz surgir uma multiplicidade de enunciados como se fossem acontecimentos regulares, como tantas coisas oferecidas ao tratamento e à manipulação [...] entre a tradição e o esquecimento, ele faz aparecer as regras de uma prática que permite aos enunciados subsistir e modificar-se regularmente. (Foucault, 2009, p. 147)

As regras da enunciabilidade suscitadas pelo arquivo podem ser correlacionadas ao próprio caráter estruturante dos imaginários sociodiscursivos. Assim, as representações próprias de cada grupo, abertas à transformação e



à manipulação pelos seus agentes, fragmentam a sociedade em “comunidades discursivas” que reúnem virtualmente “sujeitos que partilham os mesmos posicionamentos, os mesmos sistemas de valores”, como propõe Charaudeau. Dessa forma, adentrar uma comunidade discursiva significa para o sujeito garantir que seu discurso seja, inicialmente, aceito por certo grupo.

Esse me parece ser o caso do imaginário que recobre a noção de liberdade. Apesar da significação distinta que a noção possa conter nas diversas fases da vida humana e da dinâmica sócio-histórica, o imaginário mostra-se fundador de uma especificação cívica fundamental, que se constituiu enquanto memória libertária dos inconfidentes e, por extensão, do povo brasileiro. Ora, não se trata aqui de um imaginário que se sedimentou ao acaso da história. Trata-se de uma construção sociodiscursiva que envolveu narrativas variadas e um trabalho ideológico monumental, que se fez acompanhar de idas e vindas ao arquivo, contemplando releituras de diversos acontecimentos, discursivos, dentre os quais a relação entre as Cartas-poema de Gonzaga, as investigações em torno do movimento social que se tornou conhecido por Inconfidência Mineira e as iniciativas de formulação da identidade nacional, das quais o IHGB e diversos projetos políticos participaram decisivamente³.

³ Cf. CARVALHO, José Murilo. A formação das almas – o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Outra noção que pode ser correlacionada ao que buscamos definir como memória sociodiscursiva é a de *memória social*, proposta por Paul Connerton (1999). Em sua obra, o autor discute as formas de transmissão de memória no interior de um grupo, abordando para tal as cerimônias comemorativas e práticas corporais entendidas como performances através das quais são transmitidos e conservados os conhecimentos recolhidos das imagens do passado. O autor parte de duas considerações axiomáticas que dizem respeito à memória em geral e à memória social. No que se refere à memória em geral, o autor considera que a nossa experiência do presente está atrelada ao nosso conhecimento do passado, assim “entendemos o mundo presente num contexto que se liga casualmente a acontecimentos e a objectos do passado e que, portanto, toma como referência acontecimentos e objectos que não estamos a viver no presente” (Connerton, 1999, p.2). Essa movimentação entre passado e presente influenciaria situações rotineiras no nosso dia-a-dia, sugerindo que determinados quadros sociais são comuns a nós, mesmo que não identifiquemos conscientemente o primeiro contato com determinada ideia ou visão do mundo.

No que diz respeito à memória social, aquela que congrega os participantes de determinado grupo, o autor constata que uma ordem social do presente geralmente é legitimada por imagens do passado e que “se as memórias que têm do passado divergem, os seus membros não podem partilhar experiências ou opiniões” (Connerton, 1999, p.3). É possível depreender dessa noção de memória social diversos componentes envolvidos na produção de atos de linguagem, uma vez que o autor pressupõe que haja conhecimentos comuns do passado compartilhados entre os participantes em qualquer ordem social que determinam de forma direta a transmissão da memória social. Assim, poderíamos pensar que a noção de memória discursiva comporta a de memória social, uma vez que essa recobre justamente o “arquivo” constituído por indivíduos que o compartilham e o atualizam em diversos processos de semiotização do mundo. A dinâmica geracional proposta por Connerton seria responsável então por manter a memória social mesmo que seus membros não estejam em *presença*, e dela decorre aquilo que chamamos de *comunidades virtuais*, associação possível se pensarmos que

De geração em geração, conjuntos diversos de memórias, frequentemente sob a forma de narrativas de fundo implícitas, opor-se-ão uns aos outros, de tal modo que, embora as diferentes gerações estejam fisicamente presentes, umas perante as outras, num determinado cenário, podem permanecer mental e emocionalmente isoladas, como se as memórias de uma geração estivessem, por assim dizer, irremediavelmente encerradas nos cérebros e nos corpos dos indivíduos dessa geração. (Connerton, 1999, p. 3)

Diante dos levantamentos teóricos formulados até então, como apreender a memória discursiva inscrita naqueles versos? O que nos faz chegar ao imaginário sociodiscursivo constituinte daquele discurso? E aqui nos defrontamos com mais uma das obviedades da língua: as palavras conduzem os efeitos de sentido em toda sua substancialidade semiótica, em toda sua performance. Segundo Charaudeau (2009), os imaginários sociodiscursivos, que se constituem na memória discursiva, “exigem do sujeito uma competência semântica”; assim, os elementos semânticos podem ser tomados como indicadores dos possíveis interpretativos que se desenrolam a partir do imaginário subjacente ao discurso.

Nesse sentido, a palavra *respostas* – inscrita no título do livro-poema de Valadares – adquire uma forte função discursiva ao ser representada como elemento semântico que materializa a transfiguração do dado, abrindo caminho para o novo. Ela é capaz de ativar no imaginário sociodiscursivo que constitui a memória política de nosso país um fio argumentativo que recoloca em cena *Critilo, Doroteu, Fanfarrão* junto a uma conjuntura política que será o tema do diálogo, elucidando aquela dimensão da dialogicidade do dizer proposta por Bakhtin, na qual todo enunciado dirige-se para uma resposta. No plano enunciativo, podemos considerar que o termo *respostas* além de criar um espaço argumentativo para a produção do discurso, funciona também como um operador mnemônico que irrompe de uma narrativa do passado para poder instaurar uma narrativa do presente.

Na perspectiva da memória discursiva, esse mesmo termo nos orienta para uma zona de tensões na rede de discursos que constituem os versos de *Respostas às Cartas Chilenas*. No primeiro plano, segundo a ordem do dado, podemos dizer que a própria escolha no arquivo aponta para uma memória dos discursos que têm como ponto de referência a luta pela liberdade, principalmente a liberdade política, já que os *inconfidentes* atuam na memória histórica oficial como autênticos heróis da liberdade, aqueles que plantaram a semente de um futuro glorioso, a República. Já num segundo plano, segundo a ordem do novo, percebemos que o enunciadador busca situar seu discurso no interior da comunidade discursiva da qual ele participa, recorrendo então a discursos que constituem a memória política daquele momento histórico: ditadura, censura, violência, entre outros. Essa tensão entre discursos, que recai na rede discursiva que constitui o discurso em análise, pode ser apreendida nos seguintes versos, retirados da *Carta 1ª*:

Ultimamente, por vinte anos, mais ...
A nossa terra, mergulhada em noite
Tenebrosa e medonha, padeceu
Horrores dum regime autoritário,

Em que os mandantes dum poder espúrio,
Enchendo a boca de “democracia”,
Instalaram terror legalizado,
Cassaram, torturam e mataram
Os que tinham o ideal do nosso Alferes.(...)
Mas, meu Critilo, após haver passado
Esse funesto tempo, o pobre povo,
Sem qualquer revanchismo contra aqueles
Que o massacraram, quis, em paz, reaver
E foi assim, Critilo, que esquecido
Do modo de votar, pois embotada
Tinha a noção de liderança, o povo
Fez a rampa subir um novo chefe,
Que, proclamando ter “aquilo roxo”,
Prometeu e jurou à “minha gente”
Criar por suas mãos um “Brasil Novo”
Matar a fome dos “descamisados”,
Querendo fosse tudo “collorido”.
Mas deu coòs burros n’água, com as mulas,
Com os jumentos, com os muares todos,
Pois nesta terra são todos “tollos”.(...)
(VALADARES, 1998, p. 12-15 grifos nossos)

A análise desses versos nos direciona para diversos processos de ressignificação próprios da dinâmica entre lembrança e esquecimento natural desse “mergulho” do sujeito na base dos imaginários sociodiscursivos que permeiam a memória política do país. Um deles pode ser percebido no uso de expressões temporais como *ultimamente*, *por vinte anos*, *após haver passado* que atualizam a relação dialógica estabelecida com as sátiras coloniais ao mesmo tempo em que comportam os discursos da ordem do presente da produção. Outro refere-se ao apagamento das figuras clássicas de composição poética, cujo repertório de imagens era a poesia clássica, usadas para a confecção de metáforas, que são preenchidas por discursos produzidos e “arquivados” pela mídia, como pode ser observado na citação direta de expressões cristalizadas referentes ao governo Collor, tais como “*aquilo roxo*”(termo usado por Collor para se esquivar das vaias em Juazeiro do Norte para dizer que é macho valente, tal como sertanejo), “*minha gente*”, “*Brasil Novo*”, “*descamisados*” (termos frequentes em discursos de Collor), “*tollos*” parte do slogan dos adversários de Collor: “Não somos tollos”), entre outros que se desenrolam no interior da obra. Tem-se, no caso, um jogo interessante que se processa entre aquilo que se poderia designar, em conformidade com Jan Assmann (2008), como uma *memória cultural*, composta a partir das sátiras barrocas, em sintonia com a tradição

em torno da Inconfidência Mineira, e uma *memória comunicativa* em que a mídia e a narrativa de eventos recentes (a ditadura militar e os desmandos do Governo Collor) desempenhariam papel fundamental.

Avançando no esquema do funcionamento da comunicação linguageira, o sujeito, tendo revirado o baú dos discursos, lança-se no quadro sócio-comunicacional. Charaudeau aponta que esse “é o lugar em que se estabelecem as trocas sociais constituindo dispositivos de troca que funcionam como contratos de comunicação e que fornecem instruções sobre as maneiras de se comportar através da linguagem” (2009,p.315), portanto, o lugar dos gêneros que exigem dos sujeitos uma competência comunicacional. Podemos propor que essa competência comunicacional resulta da memória das situações de comunicação que, para Charaudeau (2004), constitui-se em torno de *dispositivos e contratos de comunicação*, formando comunidades comunicacionais que partilham representações discursivas, em formas e suportes particulares que possibilitam aos parceiros estabelecerem “um contrato de reconhecimento”, condição recíproca e diferenciada do sentido.

Novamente, recorreremos ao título da obra para entendermos os mecanismos discursivos atrelados às relações dialógicas estabelecidas. Ao ser representada como *resposta*, a obra de Valadares aciona um dispositivo de troca linguageira que preside sua leitura tendo como referência direta às sátiras coloniais; assim, seus versos garantem uma espécie de continuidade das Cartas Chilenas ao estabelecer um contrato de comunicação que pressupõe outros interlocutores e outras condições de produção, mas que mantém a função discursiva do gênero sátira até mesmo na forma de se tornarem públicos, uma vez que os versos, antes de serem publicados, foram enviados em anonimato para alguns escritores. Dessa forma, há de igual forma uma *persona satírica* que, de acordo com sua visada discursiva, irá narrar fatos a fim de vituperar um governo segundo valores que lhe são específicos.

Tal encenação é enfim conduzida pelo sujeito e manifesta-se no nível da *mise-en-scene* discursiva, lugar em que ele, “tendo mergulhado nos imaginários sociodiscursivos, e levando em conta as restrições do quadro situacional e de suas instruções, procede à organização de seu discurso.” (2009, p.324) Esse nível exige do sujeito as competências discursiva e semiolinguística, desenvolvidas a partir daquilo que Charaudeau (2004) chama de *memória das formas de signos* por meio da qual o sujeito *habituia-se*, pela rotina, com a organização das maneiras de dizer (que podem ser de ordem estética, ética, pragmática), instituídas por comunidades semiológicas que reúnem, também virtualmente, sujeitos que se reconhecem pelas formas de comportamento.

Nesse nível de organização discursiva, pode-se considerar que os versos que compõem *Respostas às Cartas Chilenas* atendem às maneiras de dizer

das sátiras coloniais, mesmo não sendo desenvolvidos segundo prerrogativas da literatura clássica, que também se constituem enquanto memória semiológica. O poeta modela sua escrita numa cadência lírica bem próxima dos versos coloniais, sendo recorrentes certas estruturas recobertas por um tom pastoril que mantém a presença do cenário árcade, característica que atesta a presença de uma memória semiológica no próprio fazer poético e de uma competência discursiva para jogar com os signos, como podemos observar nos versos seguintes, extraídos da *Carta 12ª*:

Vê, meu Critilo, aquela ovelha branca
Que hoje desceu para beber na fonte:
Não sente que o pastor, saudoso, prono,
Olha do monte, erguendo seu cajado,
E roga que ao rebanho que ela retome.
Assim, agora nós temos saudade
E requeremos na memória a volta
Dos dias venturosos, esvaídos
Na neblina do tempo que se foi.(VALADARES, 1998, p. 43)

Esta áurea pastoril nos versos de Valadares pode ser encarada como um dos elementos que acionam a memória de signos na relação dialógica estabelecida. Portanto, ao acionar tal memória, o poeta traz índices linguísticos que marcam a atualização do seu dizer, incorporando em seu discurso dados da ordem do presente da enunciação. Vejamos um exemplo dessa operação discursiva numa relação contrastiva entre as sátiras:

Amigo Doroteu, prezado amigo,
Abre os olhos, boceja, estende os braços⁴
E limpa, das pestanas carregadas,
O pegajoso humor, que o sono ajunta.
Critilo, o teu Critilo é quem te chama;
Ergue a cabeça da engomada fronha
Acorda, se ouvir queres coisas raras.(...)
Acorda, Doroteu, acorda, acorda;
Critilo, o teu Critilo é quem te chama.
(GONZAGA, 1995, p.49- *Carta 1ª*)
30 – Levanta o corpo das macias penas;
Ouvirás, Doroteu, sucessos novos,
Estranhos casos, que jamais pintaram
Na idéia do doente, ou de quem dorme
Agudas febres, desvairados sonhos.(...)
(GONZAGA, 1995, p. 50 – *Carta 1ª*)

Meu prezado Critilo, meu amigo,
Estende o corpo em tua cama antiga,
Cerra os olhos cansados e respira
Profundamente pelo menos três
Veze, relaxa bem o corpo e a mente,
Procura o nível alfa para ouvires
O que tenho a dizer-te, pois são graves
Os fatos que ora trago aos teus ouvidos,
E para ouvi-los é mister que estejas
Bem repousado, em posição correta,
A fim de que não caias desmaiado (...)
(VALADARES, 1998, p. 11 – *Carta 1ª*)

4 Grifos nossos.

A relação entre estes primeiros versos, que abrem igualmente ambas as sátiras, faz parte do encadeamento discursivo empreendido pelo poeta no plano da memória de signos. Ao contrastar os versos apresentados, gostaríamos de destacar a inversão semântica em torno das ações sugeridas pelos interlocutores: enquanto *Critilo* incita o despertar do sono, a condição de alerta, *Doroteu* já revoga calma, tranquilidade. Consideramos que essa inversão em torno das expressões *acorda* e *cerra os olhos*, por exemplo, pressupõe que os fatos que serão narrados por *Doroteu* seriam ainda mais “graves” do que aqueles contados por *Critilo*, a ponto de causarem desmaios. Assim, essa inversão semântica, que ocorre no nível da memória de signos, adentra também a memória de discursos, recobrando dados que são da ordem da atual conjuntura política brasileira.

Numa análise global da articulação entre os tipos de memória – de discursos, de situação e de signos – envolvida na produção discursiva de *Respostas às Cartas Chilenas*, podemos dizer que a representação da memória das *Cartas Chilenas* cria condições altamente persuasivas. A relação dialógica estabelecida comporta a intencionalidade de um indivíduo que deseja posicionar-se diante de uma situação que o afeta, satirizando, zombando, rindo, ironizando, e produz ainda efeitos tão “plásticos”, caricaturais, que podemos pintar a figura do presidente Collor sob a face do Fanfarrão Minésio. Dessa forma, o discurso materializado na obra de Valadares recobra uma memória de discursos (literário e político) que permitem aproximar os dois governos “tirânicos”, fato que por si já garante o ridículo que se deseja combater.

3. A transfiguração de Valores

As discussões em torno da dialogicidade do dizer implicam um posicionamento filosófico do círculo de Bakhtin. Isso porque a relação entre eu/outro envolve uma dimensão axiológica, inerente a todo enunciado, que se manifesta na atitude do sujeito em posicionar-se em relação aos valores carregados pelas diversas vozes sociais que o circundam; assim, o Ser/evento único deve empreender atos responsivos, atos que contenham respostas para os “dados” do mundo que lhe são apresentados. Nesse sentido, a representação da memória das *Cartas Chilenas* parece-nos também encobrir certa apropriação de valores sociais do passado avaliados por valores do presente.

Esta apropriação efetiva-se ao passo que os versos de Valadares são enunciados no interior de um contrato de comunicação cercado pela inferência

do próprio ato de responder. Esse contrato, além de pressupor respostas para questões lançadas por *Critilo*, atesta também para um certo “balanço” crítico da memória política do país, o que é organizado numa narrativa engenhosamente articulada para se ridicularizar o satirizado, utilizando como principal ferramenta a ironia que subverte valores. Para refletir sobre essa organização discursiva que atende a uma finalidade persuasiva, apresentamos a seguir fragmentos da *Carta 2ª*:

Entrar no templo e se curvar, de joelhos,
Cruzar os braços e fechar os olhos,
Entortar o pescoço, bater os beiços,
Fingir que chora, suspirar, o peito ...
Tudo isso tu dizias que Minésio
Praticava, querendo se mostrar
Compassivo. Hoje em dia, o novo chefe
Não chega a tanto, creio, mas é tido
Como um simulador juramentado
E num esporte de driblar o povo
Seria um grande atleta e campeão.
Esse negócio de fingir piedade
É truque muito antigo, bem o sabes.
Alma afeita a virtude? Cetro de ouro?
Tudo é jogo de cartas bem marcadas:
A mão de ferro é certa como a morte.
O chefe fala em Deus quatorze vezes,
Pensando em Deus ou Nele sem pensar,
Mas esquecido dos que aqui governa...
Há nisso uma virtude, por acaso?
Não pode ver, por onde passa, um palco
Que, achando que é palanque, quer subir
Para falar discurso estapafúrdio,
E gesticula sacudindo o dedo,
A mão, o braço, o ombro, o corpo todo,
Fica vermelho qual peru e berra.
Os cabelos assanha – meio ruços –
E os joga para frente como clina
Do potro redomão, soberbo, xucro.
O povo é como moscas, urubus?
Não sei, não sei... mas posso te afirmar
Que a fome obriga o pobre povo a ir
Aonde, ao menos, há cheiro de retraço.
E é, pois, assim que a rampa do Planalto
Quando, a sorrir, o novo chefe desce,
Certas pessoas, como tontas moscas
Ou como abutres zambos, esfaimados,

Comparecem em busca de promessas,
Depois de quantas delas não cumpridas.
Não, meu Critilo, eu muito bem sabia
Que dum peralta não se faz um homem.
Mas quem sou eu? Um poeta faz seus versos.
E o povo, o pobre povo, a massa entrega
A tal casquilho o cetro do poder.
(VALADARES, 1998, p. 20-22 *grifos nossos*)

Nesse fragmento, no qual o enunciador descreve o ex-presidente com vistas à descrição do governador do Chile, *Doroteu* retoma e responde a certos questionamentos de *Critilo*, especialmente nos trechos destacados. Nesses versos, há atualização de alguns índices sociais de valor, principalmente aqueles que tangem a esfera da ação política do governante em relação aos seus compromissos éticos e morais, o que recai na questão da refração dos quadros axiológicos, uma vez que os signos comportam em si a diversidade e as contradições das experiências históricas dos grupos humanos, como propõe o círculo de Bakhtin.

Essa refração dos signos pode ser analisada no escopo da Teoria Semiolinguística, tendo em vista a encenação argumentativa. Charaudeau (2010) aponta que há procedimentos que contribuem para a produção da *prova* dirigida aos interlocutores, e propõe a seguinte categorização: procedimentos semânticos, que se dirigem para o valor dos argumentos; procedimentos discursivos, que empregam determinadas categorias linguísticas visando a efeitos de discursos; e procedimentos de composição, que reúnem e organizam o conjunto da argumentação. Esses procedimentos se cruzam na argumentação; entretanto, para esta análise, focalizaremos os procedimentos semânticos a fim de apreender os valores avaliados nos versos de resposta.

Para Charaudeau (2010), os procedimentos semânticos acionam argumentos que se fundamentam num consenso social. Ou seja, trata-se de procedimentos que se ancoram nos valores compartilhados por um grupo sociocultural específico, em determinados *domínios de avaliação*: o da verdade (verdadeiro/falso), o do estético (belo/feio), o do ético (bem/mal- moral interna/externa), o do hedônico (agradável/desagradável) e o do pragmático (útil/inútil). A cada vez que o sujeito empreende-se numa organização discursiva com vista a argumentar, ele se vale do conjunto de valores de que dispõe seus pares para assim obter uma validação do objeto de sua argumentação.

Em *Respostas às Cartas Chilenas*, a encenação discursiva mantém-se atrelada num constante diálogo entre os valores aplicados a um bom governo monárquico e aqueles esperados por um governo democrático.

Este ajuste no presente, ligado a um passado, ocorre em função da quebra de expectativa por um governo autenticamente democrático, o que se coaduna com o espírito de liberdade que passa a encobrir as sátiras coloniais; nesse confronto ocorre a validação de valores por meio mesmo dos domínios de avaliação que podem ser apresentados da seguinte maneira, de acordo com o fragmento citado acima:

- a. Tudo isso tu dizias que Minésio/Praticava, querendo se mostrar Compassivo. /Hoje em dia, o novo chefe/Não chega a tanto, creio, mas é tido/ Como um simulador juramentado.

Nesses versos, o sujeito argumentante, partindo da descrição feita de Minésio como aquele que fingia compaixão, entra no domínio Ético para avaliar o mesmo comportamento do atual governante, descrito como indivíduo que oculta suas reais intenções. Ele reinscreve o valor da honestidade em seu discurso ao pontuar a falta dela na postura de simulador juramentado assumida pelo atual governante. Assim, a desonestidade (simulação de virtude) é representada como valor negativo, uma vez que os políticos *devem ser honestos* num regime democrático.

- b. Esse negócio de fingir piedade/É truque muito antigo, bem o sabes./Alma afeita a virtude? Cetro de ouro?/Tudo é jogo de cartas bem marcadas:/A mão de ferro é certa como a morte.

É interessante observar nesses versos que há um encadeamento lógico em torno ainda da representação do valor honestidade. Os questionamentos levantados pelo sujeito argumentante – “Alma afeita a virtude? Cetro de ouro?” – dirigem-se aos seguintes versos de Critilo: “Apenas, Doroteu, o nosso chefe/As rédeas manejou, do seu governo,/Fingir-nos intentou que tinha uma alma/Amante da virtude. Assim foi Nero”. Constitui-se, dessa maneira, um raciocínio por analogia, em que “o nosso chefe” permuta o cetro de ouro pela mão de ferro, numa semelhança ao Imperador Romano, Nero, lembrado pelas atrocidades do seu governo. Ao colocar em cena aspectos da memória comunicativa e aspectos da memória cultural, os valores realçados, que se inserem no domínio da verdade, permitem a analogia entre o tempo do presente e uma espécie de passado como registro histórico.

- c. Mas esquecido dos que aqui governa.../Há nisso uma virtude, por acaso?

Essa irônica pergunta remete-nos a pensar que o sujeito argumentante recobre o domínio Ético para destacar um valor necessário ao governo

democrático: a responsabilidade com os eleitores. Isso é o que falta ao governante atual na avaliação do poeta. Portanto, não há virtude quando não se verifica a existência de compromisso efetivo com o que é dever público.

d. O povo é como moscas, urubus?/Não sei, não sei... mas posso te afirmar/ Que a fome obriga o pobre povo a ir/Aonde, ao menos, há cheiro de retraço.

Nas *Cartas Chilenas*, Critilo afirma que o povo é como moscas em torno daqueles que atendem aos seus interesses próprios, o que é colocado em dúvida, e até mesmo suspenso (como indica o uso das aspas) por *Doroteu*. Nesse caso, parece-nos que a avaliação gira em torno do próprio papel que o “povo” assume em um sistema de governo que destaca o voto como ato de cidadania. É como se houvesse um vínculo necessário para a democracia, em que de um lado se colocaria o governante eleito na base de compromissos políticos, e do outro lado se colocaria o povo com a sua soberania de decisão e de vigilância do bom governo. Para tal, no entanto, é preciso que o povo tenha solucionado o seu problema de sobrevivência. Dessa forma, o sujeito argumentante entra no domínio da verdade – *mas posso te afirmar/ Que a fome obriga o pobre povo a ir* – para assumir, de certa forma, uma posição solidária em relação à situação de pobreza, ou seja, o “povo” deve buscar o cumprimento das promessas feitas pelos políticos.

e. Não, meu Critilo, eu muito bem sabia/Que dum peralta não se faz um homem.

Critilo, após contar fatos que atestam a imagem de falso piedoso do Fanfarrão, declara em tom irônico: *E pode, meu amigo, de um peralta/Formar-se, de repente, um homem sério?* O fragmento acima representa a entrada do sujeito argumentante no domínio ético para responder afirmativamente, evidenciando que a *seriedade* é um valor necessário ao governante.

Os versos analisados constituem, na relação dialógica estabelecida, parte dos rearranjos promovidos pelo poeta nos quadros axiológicos de que dispõe: do passado e do presente. Na encenação argumentativa, é relevante pensar que a forma dinâmica com que são movimentados os domínios da verdade e do ético garante ao sujeito argumentante ressignificar aqueles valores que julga ser necessários para a ação política de um bom governo. No plano da sátira, o emprego destes domínios consolida os argumentos dirigidos para o combate do ridículo: um governante eleito dentro de um sistema democrático que pratica as mesmas (ou piores) “macaquices” de um fanfarrão de outros tempos. Como propõe Menezes (2004), de fato a perspectiva dialógica da linguagem funciona mesmo como uma espécie de garantia para a dimensão argumentativa do discurso.

Considerações temporárias

As hipóteses levantadas a respeito do modo como *Respostas às Cartas Chilenas* se inscreve discursivamente no imaginário sociodiscursivo do século XVIII atestam a instigante operação “mnemônica” empreendida por Napoleão Valadares em sua representação de *Cartas Chilenas*. Ao acionar diferentes tipos de memória – discursiva, situacional, semiológica, política – o autor provoca um corte no tempo e no espaço para questionar e subverter valores inerentes às ações políticas, usando para tal a voz de um certo *Doroteu*, que articula em versos um quadro caricatural que aproxima ironicamente dois governos fanfarrões. As respostas dadas por *Doroteu* às reinvidicações de *Critilo* parecem confirmar que de fato há muitos Fanfarrões no mundo, por isso, cabe ao leitor ler e se divertir.

Resultado da leitura e da diversão, o riso parece ser a efetivação do pacto de leitura proposto pelo poeta mineiro. A comicidade como efeito de sentido vincula-se à fecunda utopia bakhtiniana do senso carnavalesco, no qual o riso adquire uma força cultural capaz de quebrar qualquer tentativa de monologização por parte dos poderes sociais através de discursos oficiais, políticos, ou de qualquer outra natureza. Isso se torna possível porque o riso, na dinamicidade das relações dialógicas, recoloca infinitas e diversas vozes sociais em um conflito descompromissado com uma verdade única; além disso, ele também exige dos interlocutores que revolvam no baú das representações sociais os elementos linguísticos e discursivos que orientam o processo de ressignificação dos signos.

A leitura dos pressupostos teóricos acerca da ação do sujeito na linguagem elaborados pelo círculo de Bakhtin permite-nos pontuar que este processo de ressignificação dos signos ocorre no campo da memória. Ao recorrer e escolher na memória discursiva os discursos que atendem ao seu projeto de ação, o sujeito atualiza os signos criando condições de transformação do seu presente. Esta reflexão não abarcou a totalidade da obra *Respostas às Cartas Chilenas* (nem poderia fazê-lo na extensão de um artigo, dada a sólida malha interdiscursiva dos versos), mas buscou cercar elementos que nos permitiram pensar a dialogicidade do dizer no plano da produção discursiva. Enfim, compartilhamos com Bakhtin a ideia de que

Não há uma palavra que seja a primeira ou a última e não há limites para um contexto dialógico (ele se estira para um passado ilimitado e para um futuro ilimitado). Mesmo os sentidos passados, isto é, aqueles que nasceram no diálogo dos séculos passados, não podem nunca ser estabilizados (finalizados, encerrados de uma vez por todas) – eles sempre se modificarão (serão renovados) no desenrolar subsequente e futuro do diálogo. Em qualquer momento do desenvolvimento do

diálogo, existem quantidades imensas, ilimitadas de sentidos contextuais esquecidos, mas em determinados momentos do desenrolar do diálogo eles são lembrados e recebem vigor numa forma renovada (num contexto novo). Nada está morto de maneira absoluta: todo sentido terá seu festivo retorno. O problema da grande temporalidade. (Bakhtin, apud Faraco, 2009, p. 53)

Em tal circunstância, pode-se afirmar o efeito de comicidade, mas também o de radicalidade operada por esse riso. Não se trata apenas de recordar a narrativa poética de Critilo, a partir de Tomas Gonzaga, em texto do século XVIII para, lembrando-a nos atos de fala de Doroteu, no início da década de 1990, numa conjuntura específica, produzir efeito de comicidade. A repetição dos elementos discursivos, como efeito parafrástico, e o interdiscurso do predomínio tirânico trazem à tona também o gesto de repulsão. Uma espécie de atualização da atividade cívica enquanto ação comum na concretização do *bom governo*. A busca persuasiva se coloca, portanto, em perspectiva de um efeito de indignação, enquanto força mobilizadora da reconstrução do espaço público e de uma efetiva busca de liberdade política, que permanece no imaginário nacional.

Referências bibliográficas

ASSMANN, JAN. Communicative and Cultural Memory. In: ERLI, Astrid; NÜNNING, Ansgar. (Eds) *Cultural Memory Studies – an international and interdisciplinary handbook*. Berlin/New York, 2008.

BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV, V.N.). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Trad. M. Lahud e Y. F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 1997.

BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV, V.N.). Para uma filosofia do ato. Trad. da ed. Americana *Toward a Philosophy of Act*. Austin: University of Texas Press, por Carlos Alberto Faraco e Cristovão Teza. 1993.

CHARAUDEAU, P. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, Ida L. e MELLO, Renato (orgs). *Gêneros: reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, FALE/UFGM, 2004, p. 13-42.

CHARAUDEAU, P. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M.A.L. e GAVAZZI, Sigrid. (orgs) *Da língua ao discurso: reflexões sobre o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 11-29.

CHARAUDEAU, P. Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional. In: PIETROLUONGO, Márcia. (org.) *O trabalho da tradução*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009, p. 309-326.

CHARAUDEAU, P. Um modelo sócio-comunicacional do discurso: entre situação de comunicação e estratégias de individualização. In: STAFUZZA e PAULA, Luciane (orgs). *Da análise do discurso no Brasil à Análise de discurso do Brasil*. Uberlândia: EDUFU, 2010.

CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. Oeiras: Celta Editora, 1999.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem & Diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

GONZAGA, T.A. *Cartas Chilenas*. Introdução, cronologia, notas e estabelecimentos de texto Joaci Pereira Furtado. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HANSEN, João Adolfo. *Positivo/Natural: sátira barroca e anatomia política*. Estudos avançados. Vol. 3, nº 6, maio-agosto. São Paulo: USP, 1989, pp. 64-88.

MENEZES, William Augusto. *Evento, jogo e virtude nas eleições para a presidência do Brasil 1994 e 1998*. Tese de Doutorado em Estudos Linguísticos: Análise do Discurso. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

VALADARES, Napoleão. *Resposta às Cartas Chilenas*. Brasília: Thesaurus, 1998.



+

A lenda do Caboclo D'água: uma trajetória enunciativa folkcomunicativa *[The legend of the Caboclo D'água: a folkcommunicative enunciative trajectory]*

SIMONE DOS SANTOS MENDES

Doutora em Letras: Estudos Linguísticos, pela Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil. Bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD-CAPES), junto à Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, Brasil.

[simoneletras@yahoo.com.br]

1 O presente artigo apresenta resultados parciais da pesquisa intitulada “Memórias marianenses: uma análise discursiva da experiencição dialogada”, que está sendo realizada no âmbito da pesquisa de Pós-doutorado, desenvolvida por nós, na Universidade Federal de Ouro Preto, sob supervisão do Professor Doutor William Augusto Menezes. A pesquisa conta com o apoio financeiro do Programa Nacional de Pós-doutorado da CAPES.

RESUMO

Se verdade ou mentira, o fato é que a lenda do Caboclo D'água, presente em várias cidades brasileiras, está mais viva do que nunca. De 2009 para cá, a lenda se transformou em um fenômeno midiático, que teve como implicações mais imediatas a inauguração de uma estátua de dois metros na entrada da cidade de Barra Longa/MG e a criação de uma Associação de Caçadores de Assombrações, que vem se dedicando à captura do Caboclo D'água, oferecendo, inclusive, um prêmio de R\$ 10.000,00 para quem conseguir tirar uma foto da criatura. Diante disso, o presente trabalho objetiva analisar, do ponto de vista discursivo, a (re)construção moderna da lenda por veículos midiáticos e por moradores que afirmam terem visto a criatura. Além disso, pretende-se refletir sobre os impactos da mediatização sofridos pela lenda, do ponto de vista de sua construção linguageira. O aporte teórico utilizado por nós está ligado ao conceito de *arquivo*, de Foucault (1995), de *folkcomunicação* (BELTRÃO, 1967), de *folkmidia* (LUYTEN, 2002) e das reflexões de Bravin (2011) sobre a repercussão da lenda em jornais impressos e na internet.

Palavras-chave

Análise do Discurso; Arquivo; Folkcomunicação; Folclore; Lenda do Caboclo D'água.

ABSTRACT

Truth or not, the fact is that the Caboclo D'água's legend, present in various Brazilian cities, is more alive than never. From 2009 up till now, the legend transformed itself into a mediatic phenomenon, with one of the most immediate implications being the inauguration of a two-meter-high statue at Barra Longa's city entrance (Minas Gerais/Brazil) and the creation of a Ghost Hunter Association, dedicating itself to capturing the Caboclo D'água - the association even offering a R\$ 10,000.00 reward to who succeeds in taking a picture of the creature. Moreover, the present work aims at analyzing, from the discursive point of view, the modern (re)construction of the legend through mediatic means and dwellers claiming to have seen the creature. Furthermore, we intend to reflect on the impacts of mediatization suffered by the legend, from its discursive construction point of view. The theoretical contribution we used is linked to Foucault's archive concept (1995), folkcommunication (BELTRÃO, 1967), folkmedia (LUYTEN, 2002), and Bravin's reflections (2011) on the legend's mediatic repercussion in newspapers and on the Internet.

Key-words

Speed analysis; Archive; Folkcommunication; Folklore; Caboclo D'água legend.

Introdução

“Para mim, o folclore não tem que ser preservado, mas sim alimentado”.

(Leandro Henrique dos Santos,
Editor do jornal *O Espeto*)

A lenda do Caboclo D’água, presente na tradição oral de várias comunidades brasileiras – a exemplo das regiões ribeirinhas do Rio São Francisco, da cidade de Nova Era/MG e de cidades como Mariana e Barra Longa, localizadas na Região dos Inconfidentes, em Minas Gerais, tem ampliado o seu alcance nos último três anos. Passando a fazer parte do repertório de outras comunidades por meio da difusão midiática dessa narrativa, o fenômeno merece reflexão, já que contribui para a divulgação da lenda e para as alterações de sentido que sofre ao longo do tempo, sobretudo, no que tange à sua transmissão oral.

Durante o ano de 2011, foi possível perceber a proliferação de textos, ligados a acontecimentos recentes vivenciados por moradores locais e noticiados pelo jornal *O Espeto*, de Passagem de Mariana, o qual passou a publicar sistematicamente uma gama de depoimentos de ataques do “monstro” a moradores, animais e pescadores que se arriscaram à beira do rio. Tais acontecimentos reacenderam o mistério em torno da criatura, alimentando a lenda e chamando a atenção da população em geral, de músicos, diretores de cinema, autoridades locais, artesãos e representantes da imprensa regional e nacional.

Tal repercussão nos despertou interesse não só pela quantidade significativa de textos provenientes da lenda, mas da estreita relação que mantinham entre si, do ponto de vista de uma relação interdiscursiva e intertextual, o que nos permitiu aventar a hipótese de que esses textos contribuíssem para a formação de um arquivo em torno da lenda. Esse arquivo, por sua vez, parece manter relação com práticas discursivas, as quais são intituladas por teóricos da Comunicação Social como *folkcomunicativas* e/ou *folkmediáticas*. Falaremos desses conceitos mais adiante.

Diante dessas hipóteses, os objetivos subjacentes ao presente artigo são mapear o arquivo de textos gerado a partir da lenda do Caboclo D’água e mapear quais as funções sociais que cada texto assume nessa rede discursiva, partindo do pressuposto de que a lenda nasce nas práticas discursivas orais, fomentadas pelas pessoas das comunidades locais.

De forma tangencial, pretendemos também refletir sobre os impactos da midiática sofridos pela lenda, do ponto de vista de sua construção discursiva e de sua reconfiguração no espaço público.

1. Versões da lenda: das práticas discursivas orais às práticas discursivas midiáticas

O primeiro relato sobre a lenda ao qual tivemos acesso caracteriza o Caboclo D'água como um garimpeiro mestiço, filho de negro com índio, que, insatisfeito com a sua condição de escravo, foge em busca de sua liberdade. Porém, um capitão do mato, a serviço do dono do escravo, sai à procura do Caboclo no intuito de capturá-lo e de castigá-lo pela ousadia da fuga. O capitão o encontra, o açoitava e, pensando que o mestiço se encontrava morto, joga-o no rio. No entanto, o escravo fugido, ainda com vida, consegue sair do rio e, com sede de vingança, volta para “caçar” tanto o capitão do mato quanto o seu mandante. Não se sabe ao certo se o Caboclo conseguiu atingir o seu intento, mas o fato é que, desde então, ele vive no rio, assombrando quem ousa se aproximar de sua morada.

Na *internet*, há também várias versões, mas a que nos chamou mais a atenção, em função da presença do ouro, foi a que nos apresenta o Caboclo D'água como um gigante que mora no lugar mais fundo do rio São Francisco, em uma gruta toda feita de ouro, persegue os barqueiros, as embarcações e também afugenta os peixes só para maltratar os pescadores. Quando os pescadores sentem que estão sendo perseguidos pelo Caboclo D'água, oferecem-lhe um pedaço de fumo, o que aparentemente o acalma. Segundo essa versão da lenda, algumas pessoas já tentaram chegar à gruta em função do ouro, mas todas foram encontradas mortas algum tempo depois².

A versão mais recente que encontramos é a veiculada pelo jornal *O Espeto*, segundo a qual o Caboclo D'água seria um

monstro meio lagartixa, macaco e galinha que ataca às margens do Rio do Carmo, de Mariana até Barra Longa. Muitos avistamentos, em tempos diferentes e três retratos falados. Época dos ataques: setembro a dezembro. Muitos ataques, dois com vítimas fatais. Um rapaz foi atacado junto com amigos e ficou sem saco! Morreu rapidamente. Bombeiros fizeram o resgate, mas não souberam identificar qual animal mordeu o rapaz. Aparição com mais pessoas num garimpo no distrito de Bandeirantes, cortado pelo Rio do Carmo, onde o caboclo D'água entrou e tiveram que parar os serviços³.

Podemos notar, lendo a descrição anterior, uma compilação de fatos noticiados pelo jornal que, como uma sucessão de manchetes, ganham destaque na caracterização do personagem lendário. As ações realizadas pelo

2 Disponível em: <<http://pt.shvoong.com/humanities/1733976-lendas-brasileiras-caboclo-%C3%A1gua-nordeste/>>. Acesso em: 25 nov. 2011.

3 Disponível em: <www.oespeto.com.br> Acesso em: 10 mar. 2012.

referido “monstro” são descritas como ataques, somados ao tom misterioso que ecoa da “aparição” do Caboclo a pessoas num garimpo, o que parece trazer, novamente, o ouro como peça chave para se entender os aspectos ligados à lenda, como o *locus* das aparições, o perfil das vítimas e o tom misterioso que permite ao jornal se lançar numa espécie de jornalismo investigativo, alimentando e amplificando a “saga” do Caboclo D’água na região.

Os impactos midiáticos sobre a lenda são visíveis, sobretudo, quando vemos, ao acompanhar os acontecimentos noticiados pelo jornal, que a narrativa, publicada pela primeira vez na seção *Nossos causos*⁴ passa, a partir do caso do rapaz que teve os testículos arrancados, a ser noticiada como caso de polícia, o que parece ter alterado consideravelmente a relação do jornal com a lenda.

Outro fato que corrobora a mudança da relação do jornal com a lenda foi a criação da ACAM (Associação dos Caçadores de Assombração e Monstros), presidida por Vicente Bispo (chefe da Segurança da UFOP), incentivada por Milton Brigolini (Professor da Escola de Minas da UFOP) e divulgada por Leandro Henrique dos Santos (editor do *O Espeto*).

Por meio do jornal, tomamos conhecimento do *I Encontro de Caçadores de Assombração*, fato que nos motivou a enviar um *e-mail* para os organizadores do evento, a fim de obter informações acerca da inscrição, local e data do evento. No *e-mail*, solicitamos também autorização para registrar o encontro com equipamento de áudio e vídeo, justificando a importância do registro para fins de pesquisa.

A resposta da ACAM veio em “tom” de muito mistério e assombro, repleta de aconselhamentos quanto aos riscos da gravação do encontro, uma vez que, segundo o nosso interlocutor, as assombrações se manifestam por meio de ondas eletromagnéticas, o que poderia danificar os equipamentos. Na mensagem, o local, a data e a hora do encontro foram mantidos em segredo. Foi-nos informado que receberíamos, minutos antes do evento, uma mensagem no celular, contendo tais informações. Além disso, deveríamos preencher um termo de compromisso, isentando o Jornal de qualquer responsabilidade, no caso de sermos vítimas de represália, vingança ou desforra de assombração. Ao final da mensagem, o remetente nos chama a atenção para o fato de que “qualquer manifestação de medo, ‘má nota’, ‘tremedeira’, será encaminhada para a seção ‘FICA FEIO’ DO JORNAL O ESPETO⁵, para publicação”, e se despede com “Saudações assombrascas”⁶.

4 A seção *Nossos Causos* se destina à publicação dos causos e lendas narrados pelos moradores da região e leitores do Jornal *O Espeto*.

5 A seção *Fica Feio*, do jornal *O Espeto*, é uma coluna de fofocas, que divulga acontecimentos ligados ao “mau comportamento” de moradores da região.

6 Trecho extraído de uma troca de *e-mails* realizada entre os dias 15 e 16 de junho de 2011, com um dos membros da Associação.

A ACAM, por meio do *O Espeto*, obstinada a capturar o monstro, divulga retratos-falados, conforme a fig.1, estratégia tipicamente utilizada para auxiliar a polícia a capturar criminosos procurados pela justiça. Os retratos-falados renderam, inclusive, a oferta de uma recompensa de R\$ 10.000,00 para quem conseguisse uma foto da criatura. Ninguém conseguiu uma foto até o momento, mas a recompensa ainda continua sendo oferecida pela Associação.



Figura 1: retratos-falados do Caboclo D'água

As ações da ACAM não param por aí. Os participantes organizaram, em 31 de junho de 2011, a *I Caçada ao Caboclo D'água*, que culminou no “sumiço” do professor Milton e no seu reaparecimento no hospital, no dia seguinte. Ele afirma que se perdeu no mato, foi atacado pelo Caboclo e teve que ser levado para o hospital. A caçada contou com a participação de várias pessoas, que, munidas de instrumentos para a captura do monstro, lotaram um ônibus, fretado especialmente para a caçada. A aventura contou com o apoio do Corpo de Bombeiros de Ouro Preto, que acompanhou as buscas caso houvesse algum ataque da criatura.

Mais recentemente, a Associação conseguiu colher amostras de unha do Caboclo, deixadas em um arranhão sofrido por Daniel Mucci, representante da ACAM em Barra Longa, na ocasião de um ataque sofrido quando Mucci foi verificar algumas armadilhas⁷. A intenção é fazer o mapeamento genético do monstro, o que vai, inclusive, introduzindo efeitos de realidade na lenda, aguçando a curiosidade das pessoas em acompanhar cada um dos episódios da saga.

Esta foi uma pequena amostra do conjunto de textos gerado em torno da lenda do Caboclo D'água e sua relação com as práticas linguageiras de uma mídia local. Do ponto de vista dos estudos discursivos, interessa-nos

⁷ O ESPETO. *Amostras de unha do Caboclo D'água são levadas para análise*. Ano XIV, n. 172, 3ª semana de março de 2012.

saber como caracterizar o processo de geração desse conjunto de textos, conceitualizando-o, a fim de compreender quais são os aspectos que permitem que tais textos se aproximem, formando uma rede textual-discursiva.

2. A noção foucaultiana de arquivo

Parece-nos que a noção foucaultiana de arquivo, embora mais conceitual do que operacional, é bastante fecunda para se pensar o processo de geração e agrupamento de textos acerca da lenda do Caboclo D'água, uma vez que diz respeito às condições de emergência dos enunciados, à lei de sua coexistência com outros enunciados e à forma específica de seu modo de ser.

O arquivo, para Foucault, não é visto como algo estático “que protege [...] o acontecimento do enunciado e [o] conserva, para memórias futuras” (1995, p. 149), mas, ao contrário, o arquivo diz respeito às condições de enunciabilidade dos acontecimentos, isto é, à “lei do que pode ser dito” (p. 149). O arquivo está, portanto, relacionado a uma “prática que faz surgir uma multiplicidade de enunciados como tantos acontecimentos regulares” (p. 150), em constante formação e transformação.

A arqueologia seria, então, um método que tem como fundamento descrever os discursos como práticas específicas no interior do arquivo, o qual, nas palavras do autor, está associado

ao sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares e que cumpre a função de fazer com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas (FOUCAULT, 1995, p. 149).

Foucault, no entanto, embora tenha nos deixado pistas importantes para compreendermos o seu método e suas preocupações com o nível discursivo da produção de enunciados, não especificou o funcionamento do que ele chama de “sistema de enunciabilidade” ou mesmo das “regras que caracterizam uma prática discursiva”.

Diante disso, fomos buscar em outros autores respostas que pudessem nos ajudar a compreender tais regras de enunciabilidade, a exemplo de linguistas contemporâneos, como Patrick Charaudeau (1992/2008), que têm se preocupado em descrever princípios e regras de produção de enunciados no interior das práticas de linguagem.

Nessa perspectiva, diríamos que um arquivo pode se caracterizar como uma rede textual-discursiva, regida por elementos tais como: a) *a tematização*⁸, ou seja, uma mesma temática pode aproximar diferentes gêneros, fortalecendo toda a rede textual-discursiva, como é o caso da temática do Caboclo D'água; b) *o modo de organização do discurso*⁹, isto é, textos organizados, predominantemente, sob o mesmo modo de organização se aproximam na formação de um arquivo, o que nos permite ver uma lenda, caracterizada pelo modo narrativo, ser retextualizada em uma notícia ou um *fait divers*; e c) *os efeitos de patemização*¹⁰: textos que projetam os mesmos efeitos de patemização tendem a se aproximar, assim como os efeitos traduzidos por uma mistura de emoções possíveis de serem sentidas pelo leitor-ouvinte, face aos textos, que compõem o arquivo, a exemplo do medo, do humor e do estranhamento, afinal de contas não deve ser nada agradável se deparar com uma criatura fruto do cruzamento de macaco, lagartixa e galinha, na beira de um rio.

3. A lenda do Caboclo D'água: uma trajetória enunciativa folkcomunicativa

O termo trajeto, do latim, *trajectus*, significa, no sentido moderno e dicionarizado da palavra, “espaço que é preciso percorrer para ir de um lugar a outro”¹¹. Nesse sentido, um trajeto pressupõe um ponto de partida e um ponto de chegada, marcados espaço-temporalmente, o que nos permite, por exemplo, calcular o tempo e a distância necessária para ir de uma cidade a outra.

Uma trajetória enunciativa, ou seja, um determinado trajeto percorrido por um texto num dado momento histórico e numa dada localização geográfica, pode ser mapeado e descrito, tendo em vista a reunião de textos, os quais dialogam intertextualmente com a lenda.

Para se entender o percurso enunciativo da lenda no interior de um arquivo, é preciso refletir sobre as práticas languageiras das quais esses textos emergem, de que ponto essas práticas partem e para onde se direcionam.

Se não é possível precisar o surgimento da lenda, podemos inferir, em função da presença do mestiço escravo e garimpeiro, que, pelo menos na Região dos Inconfidentes/MG, ela tenha surgido no Ciclo do Ouro,

8 (CHARAUDEAU, 1992-2008).

9 Segundo Charaudeau, os modos de organização do discurso se dividem em quatro: o enunciativo, o descritivo, o narrativo e o argumentativo. (CHARAUDEAU, 1992-2008, p. 74).

10 (MENDES, 2011, p. 143).

11 Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa, 2005.

período áureo de exploração de minas de ouro, que compreende os séculos XVII e XVIII.

A versão publicada no *O Espeto* parece ser uma variação das outras duas versões, com a modificação e amplificação de alguns aspectos, a exemplo da caracterização física do Caboclo, à qual passa de mestiço escravo, para uma criatura estranha com aparência semelhante a das criaturas de filmes de ficção científica, fruto de uma mistura de galinha, lagartixa e macaco.

Outro aspecto importante para se pensar a origem da lenda seria situá-la a partir das práticas linguageiras orais, fomentadas pelas pessoas no dia a dia. Caracterizando a sua trajetória enunciativa, tendo em vista o *locus* da Região dos Inconfidentes, poderíamos dizer que a lenda nasce nessas práticas orais, circula por diversas outras práticas discursivas, a exemplo das veiculadas pelas mídias locais de informação, e retorna às práticas orais, num movimento circular, fortemente marcado por relações intertextuais e interdiscursivas, as quais permitem que esses textos fiquem disponíveis em rede, tecidos e alinhavados por princípios organizadores semelhantes.

Tal trajetória pode ser visualizada na fig. 2.

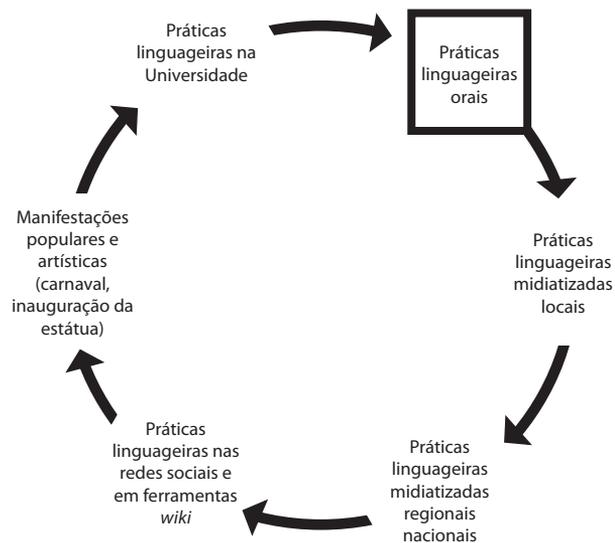


Figura 2: o arquivo textual-discursivo da lenda do Caboclo D'água

A presença da lenda em práticas de linguagens distintas é caracterizada, no campo da Comunicação Social, como uma interação folkcomunicativa, de acordo com a perspectiva de Luiz Beltrão (1967), precursor dos estudos folkcomunicativos no Brasil, segundo o qual a noção poderia ser caracterizada pela “vinculação estreita entre folclore e comunicação popular [...]”.

O conceito parece relevante aos estudos discursivos, uma vez que nos permite compreender a dimensão, a importância e os impactos do folclore nas interações comunicativas, de modo que é possível, inclusive, justificar o diálogo existente entre os textos, produzidos em torno da lenda, conforme representação do arquivo, apresentada na fig. 2.

Vale destacar que o conceito de folkcomunicação, tal como Beltrão o apresenta, tem o mérito de utilizar a palavra “intercâmbio” para definir a relação que se estabeleceria entre os “agentes e meios ligados direta ou indiretamente ao folclore”. De fato, o termo pressupõe a ideia de reciprocidade, ou seja, “[...] relação entre dois ou mais elementos quaisquer do mundo natural que são percebidos simultaneamente no espaço, de forma complementar e interativa”¹².

Nesse sentido, as lendas, transmitidas oralmente, e os jornais populares, que tematizam as lendas e tradições locais, como é o caso do *O Espeto*, da cidade de Passagem de Mariana, poderiam ser vistas como produtos advindos de interações folkcomunicativas, pois contribuem não só para a divulgação das lendas locais, mas também participam ativamente do processo de transformação dessas lendas, na medida em que são lidas-ouvidas pela população local, fazendo-as retornar para a cadeia de narrativas orais com os novos elementos adquiridos nesse processo.

Nas trilhas de Beltrão, outros teóricos como Roberto Benjamin e Joseph Luyten teceram importantes contribuições ao campo dos estudos folkcomunicativos. Luyten (2002), por exemplo, apresenta-nos a noção de *folk-mídia* com o objetivo de ampliar a visão acerca da relação entre folclore e comunicação, tal como a apresentada por Beltrão, de modo que a noção de *folk-mídia* estaria ligada

aos processos por meio dos quais os meios de comunicação de massa recuperam e recodificam as manifestações populares, seus códigos, seus simbolismos e sua iconografia, bem como a influência dos produtos da cultura de massa no âmbito da cultura popular (LUYTEN, 2002 *apud* BRAVIN; MATA, 2011, p. 3).

A formulação de Luyten delimita a relação entre folclore e comunicação, ao associar o conceito de *folk-mídia* aos meios de comunicação de massa, em sua interface com as manifestações populares. Essa delimitação, no entanto, em vez de ampliar o alcance do conceito, tal como se propõe a fazer, parece polarizar a relação entre mídia e folclore, ressaltando uma pressuposta primazia dos meios de comunicação sobre as manifestações populares, ao utilizar termos como “recuperar” e “recodificar”, associando-os às ações das

12 Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa.

mídias sobre o folclore. Ademais, Luyten reforça a influência que a cultura de massa exerce no âmbito da cultura popular, fato que, embora possa ser reconhecido, pode distorcer a imagem que se tem da cultura popular, conferindo a ela um lugar inferiorizado e alijado face ao domínio exercido pela cultura de massa na sociedade contemporânea. Segundo Rosa Maria Nava (2002, p. 1), a *folkcomunicação* “é o estudo dos processos comunicacionais do povo (...) referindo-se ao povo, aqueles que não se utilizam dos meios formais de comunicação”. A autora aponta ainda para um processo de retroalimentação folkcomunicativo que diz respeito a um sistema estruturado em dois estágios simultâneos: no primeiro, verifica-se uma utilização, pelos meios de comunicação de massa, de elementos advindos das manifestações populares; e, no segundo, verifica-se uma utilização, pelos grupos de cultura popular ou folclore, das informações transmitidas pelos meios de comunicação de massa (2002, p. 2).

A acepção do termo, tal como nos apresenta Rosa Nava, nos permite repensar, reformular a noção de *folkcomunicação*, associando-a à noção de *folkmidia*. Vejamos: as práticas languageiras em que se vê a presença das mídias de informação e de entretenimento integrariam um subconjunto de práticas no interior da rede folkcomunicativa, a partir dos dois estágios apontados pela autora. Isso significa dizer que as práticas folkcomunicativas antecedem as práticas folkmidiáticas, pois englobam todas as formas de comunicação anteriores e concomitantes ao surgimento dos meios de comunicação de massa.

Esquemáticamente, a relação entre esses conceitos pode ser expressa por meio de elipses (fig.3), que mantem pontos de contato em função de determinados princípios organizadores (tematização, modos de organização do discurso e efeitos de patemização).

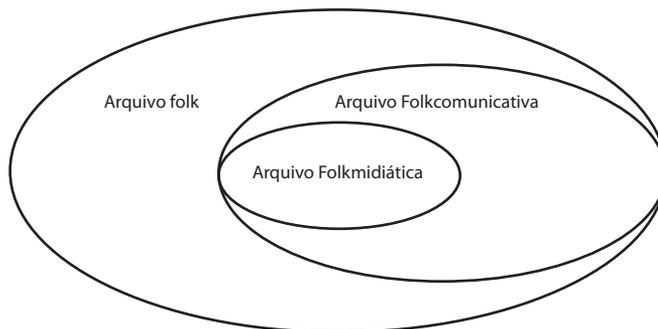


Figura 3: O arquivo *folk*

Esses princípios parecem ser textualizados por meio, sobretudo, do princípio de intertextualidade (Beaugrande & Dressler, 1983; Costa Val, 1999; Bazerman, 2006; Koch *et al.*, 2007, no âmbito da Linguística Textual), o qual corresponde às relações implícitas e explícitas que um texto estabelece com outros textos. Uma análise mais detida da intertextualidade presente nos textos do arquivo *folk*, ao qual estamos nos referindo, faz-se necessária, a fim de compreendermos as razões pelas quais outros textos são usados e como o produtor se posiciona diante desses textos, à medida que os enuncia. Porém, em função dos objetivos elencados para o presente artigo, não será possível descrever as relações intertextuais existentes entre tais textos. Por enquanto, basta-nos perceber a presença desses pontos de contato, os quais possibilitam o agrupamento dos textos no arquivo *folk*, tal como representado na fig. 3.

Enfim, diríamos que, na perspectiva da noção foucaultiana de *arquivo*, os processos *folkmediáticos* podem ser vistos enquanto partes integrantes das práticas *folkcomunicativas*, às quais compõem o arquivo de textos, gerado em torno da temática do folclore, contribuindo para a sua ampla divulgação, preservação e reforçando o imaginário em torno dessa temática.

4. A presença da lenda em práticas de linguagem distintas

Para exemplificar a presença da lenda em práticas languageiras, que compõem a sua trajetória enunciativa, e, por conseguinte, o arquivo *folk*, podemos citar uma série de notícias, reportagens e entrevistas veiculadas pelas redes de televisão, tais como: a entrevista realizada com o editor do *O Espeto*, Leandro Henrique dos Santos, no *Programa do Jô*, em 29/11/2011; a reportagem veiculada pelo programa *Terra de Minas*, da Rede Globo, em 07/11/2011; as notícias publicadas pela TV Record, pelo *Jornal Nacional*¹³, pelo programa *Mais Você*, da apresentadora Ana Maria Braga¹⁴, e pela TV Alterosa, em 26/06/2011 etc.

Com relação às práticas de linguagem ligadas às redes sociais, é possível visitar o perfil do Caboclo D'Água no *Facebook* e até se inscrever, tornando-se “amigo” do monstro, ao lado de mais de 1000 assinantes.

O termo também já conta com um verbete na Wikipédia, enciclopédia virtual livre, cuja construção é aberta ao público internauta em geral.

13 Disponível em: <<http://videos.r7.com/criatura-desconhecida-ataca-animais-no-interior-de-minas-gerais/idmedia/4e0c49e7b51aec656aa9ea9e.html>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

14 Mineiros estão à caça do Caboclo d'Água, Programa Mais Você, Rede Globo. Disponível em: <<http://maisvoce.globo.com/videos/v/mineiros-estao-a-caca-do-caboclo-dagua/1549514/>>.



Figura 4¹⁵: perfil do Caboclo D´água no Facebook

A lenda também ganhou projeção em manifestações populares e artísticas, como a inauguração de uma estátua de dois metros de altura, no portal de entrada da cidade de Barra Longa/MG, no dia 10/09/2011. O evento contou com a presença do prefeito da cidade, Fernando Carneiro, de vereadores e de secretários municipais. *Kits* do Caboclo D´água, com uma miniatura da estátua, foram oferecidos a alguns homenageados, como o professor Milton Brigolini e Antônio Felipe, um barralanguense de 82 anos, que afirma ter sido atacado pelo Caboclo D´água e até ter se tornado amigo dele. A inauguração foi seguida de uma grande festa na praça principal da cidade, com exposição de artesanato, barraquinhas de comida e um grande palco, onde aconteceu um *show* de atrações musicais.



Figura 5: estátua do Caboclo D´água em Barra Longa/MG

Fonte: estátua do Caboclo D´água à esquerda e miniatura da estátua à direita.

Foto de acervo pessoal, tirada em 10/09/2011.

¹⁵ Disponível em: <<http://www.facebook.com/profile.php?id=100002608741235#!/profile.php?id=100002608741235&sk=wall>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

Certamente, não há como negar a presença de interesses políticos e turísticos subjacentes à inauguração da estátua, o que pode ser corroborado pela presença de quase todas as autoridades locais e do *marketing* realizado pela venda de miniaturas da estátua, de cachaças rotuladas com a foto do Caboclo, de artesanato e da distribuição de adesivos com frases de incentivo à visita à cidade para desvendar os mistérios da criatura.

Contudo, o que mais nos chamou a atenção foi o fato de ver como a lenda ganhou espaço e visibilidade após percorrer uma trajetória enunciativa, que passa pelas mídias de informação locais, regionais e nacionais, ganha novos contornos, do ponto de vista dos elementos presentes na narrativa e dos gêneros textuais¹⁶, e volta sempre para o seu ponto de partida: as práticas de linguagem orais, fomentadas pela boca do povo.

Foram muitas as vezes que pude ouvir pessoas comentando sobre a lenda nas ruas, praças e restaurantes de Mariana, por exemplo. Além disso, conversei com alguns moradores que viram a fera, como o Sr. Antônio Felipe e Daniel Mucci, na ocasião da inauguração da estátua em Barra Longa.

No campo das práticas discursivas fomentadas na Universidade, destacamos o artigo publicado pelas professoras Adriana Bravin e Giulle da Mata, do Curso de Comunicação Social da UFOP e do *Dôssiê Caboclo D'água*, produzido por alunos do curso de Letras da UFOP e publicado no *BoletimDeLetras* (www.boletimdeletrasufop.blogspot.com), espaço destinado à publicação da produção textual dos alunos do curso de Letras da UFOP.

Conclusão

Provavelmente, enquanto finalizo este artigo, a lenda do Caboclo D'água deve estar por aí, sendo difundida pelas pessoas em suas casas, nas mesas de bares, nas ruas, na *internet* ou mesmo nas mãos de um jornalista, porque um arquivo não é um objeto estático, como a noção desse termo pode sugerir, se tomarmos a acepção que caracteriza o arquivo como acervo onde se guardam papéis e documentos antigos, mas um espaço de circulação de textos, que se influenciam mutuamente, num processo de constante retroalimentação. As diversas instâncias produtoras desses textos, cientes dessa movimentação e dessa vivacidade, contribuem para que o folclore não seja só preservado, mas alimentado todos os dias.

Vale destacar, ainda, que os meios de comunicação integram a rede

¹⁶ Registramos também a presença da lenda em poesias (Carmen Lúcia Ferreira, Barra Longa, 1994), letras de música (*Caboclo D'água em Barra Longa*, de Jeferson Coimbra), marchinha de carnaval (tema do bloco Farrapos, do carnaval de Mariana 2012), além do documentário realizado pelo cineasta paulista Davi Collares, em 28/10/2011.

folkcomunicação, à medida que ampliam o alcance da lenda, difundindo-a e até mesmo alterando-a. No entanto, é preciso deixar claro que os meios de comunicação, embora fundamentais para a alimentação do arquivo *folk*, não são os únicos a fomentarem práticas languageiras em torno da lenda do Caboclo D'água. A rede *folkcomunicação* é anterior e mais ampla do que a rede *folkmediática* em si mesma, embora, nos dias de hoje, ambas caminhem lado a lado com maior ou menor grau de apropriação de uma pela outra.

Referências bibliográficas

BELTRÃO, Luiz. *Folkcomunicação: teoria e metodologia*. São Bernardo do Campo: UESP, 2004.

BRAVIN, Adriana; MATA, Giulle Vieira da. *Causos que se contam em Minas: a narrativa folkmediática do Caboclo D'água*. Texto apresentado no Intercom – XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Recife, PE – 2 a 6 de setembro de 2011.

BRAVIN, Adriana. *Folkcomunicação: um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressões de idéias*. (Tese de doutorado). Brasília: UNB, 1967, 184 p.

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso*. São Paulo: Contexto, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Forenseuniversitária, 1995, p. 35-43.

LUYTEN, Joseph. *A notícia na literatura de cordel*. 1984. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

LUYTEN, Joseph. *Folkmiédia: uma nova visão de folclore e de folkcomunicação*. Trabalho apresentado na V FOLKCOM. Santos: maio de 2002.

MELO, José Marques. Luiz Beltrão: pioneiro dos estudos de folk-comunicação no Brasil. *RevistaLatina de Comunicación Social*, n. 21, set. de 1999. Disponível em: <http://www.ull.es/publicaciones/latina>. Acesso em: 07 jul. 2006.

NAVA, Rosa Maria F. D. Folkcomunicação impressa na sociedade tecnológico-midiática. Notícia ou propaganda de fé? *PCLA*, n. 3, out. de 2002. Disponível em: <http://www.metodista.br/unesco/PCLA/revista14/artigos%2014-1.htm>. Acesso em: 12 jul. 2006.

MENDES, Simone. *Um estudo da argumentação em cordéis midiáticos: da enunciação performática à construção discursiva da opinião*. (2011). 278 f. Tese (Linguística do Texto e do Discurso). Programa de Pós-Graduação em Letras, UFMG, Belo Horizonte, 2011.

O ESPETO. *Amostras de unha do Caboclo D'água são levadas para análise*. Ano XIV, n. 172, 3ª semana de março de 2012.

Referências eletrônicas

<http://maisvoce.globo.com/videos/v/mineiros-estao-a-caca-do-caboclo-da-gua/1549514>. Acesso em: 20/11/2011.

<http://pt.shvoong.com/humanities/1733976-lendas-brasileiras-caboclo-%C3%A1gua-nordeste/>. Acesso em: 25/11/2011.

www.oespeto.com.br. Acesso em: 10/03/2012.

<http://www.facebook.com/profile.php?id=100002608741235#!/profile.php?id=100002608741235&sk=wall>. Acesso em: 20/04/2012.

<http://videos.r7.com/criatura-desconhecida-ataca-animais-no-interior-de-minas-gerais/idmedia/4e0c49e7b51aec656aa9ea9e.html>. Acesso em: 20/04/2012.

Argumentação e atos de linguagem no discurso político¹

[Argumentation and acts of language in political discourse]

PAULO HENRIQUE A. MENDES

Professor da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, Ouro Preto,
Minas Gerais, Brasil.

[pauloufop01@gmail.com]

¹ Texto adaptado de conferência feita no III Simpósio Internacional de Análise do Discurso, realizado na UFMG em 2008.

RESUMO

Este artigo aborda as relações entre os atos de linguagem e a argumentação no discurso político, considerando-se a relevância das dimensões do *ethos*, do *logos* e do *pathos* no engendramento dos processos enunciativos mais típicos desse domínio discursivo.

Palavras-chave

Discurso Político; Atos de linguagem; Argumentação

ABSTRACT

This paper discusses the relations between speech acts and argumentation in political discourse, considering the relevance of the dimensions of ethos, logos and pathos in engendering the most typical enunciative processes of that discursive domain.

Key-words

Political discourse; Speech acts; Argumentation

Introdução

A temática abordada neste texto é extremamente ampla e complexa. Nesse sentido, pretendo fazer um comentário mais geral sobre alguns fundamentos teóricos do discurso político, cuja ênfase incidirá sobre as noções de ato de linguagem e de processo enunciativo, para em seguida tecer algumas considerações sobre certos aspectos mais operacionais da argumentação política, na sua tripla dimensão do *logos*, do *ethos* e do *pathos*. Em linhas muito gerais, nós podemos admitir que as práticas de linguagem são constitutivas do modo como os seres humanos estruturam as suas vidas em diferentes esferas de atividade social, em termos das relações que estabelecem com o mundo e, sobretudo, das relações que estabelecem entre si, de modo que o discurso é, ao mesmo tempo, o lugar de construção de uma rede de relações políticas e um dos instrumentos/elementos fundamentais da prática política. Tentando ajustar um pouco mais o meu foco sobre a especificidade do campo discursivo político, eu destaco um excerto de Hanna Arendt que, na obra *A condição humana*, diz o seguinte: “De todas as atividades necessárias e presentes nas comunidades humanas, somente duas eram consideradas políticas e constituintes do que Aristóteles chamava de *bios politikos*: a ação (práxis) e o discurso (lexis), dos quais surge a esfera dos negócios humanos” (ARENDDT, 1991, p.34).

Apesar de todas as transformações que possam ter ocorrido ao longo da história, resultando numa concepção moderna da esfera política diferente da aceção grega, a intuição do ‘senso comum’ aponta para uma concepção leiga que se aproxima, em alguma extensão, da definição apresentada pela autora mencionada, na medida em que a ‘intuição popular’ parece preservar como possível critério definidor da dimensão política a demarcação de um compromisso normativo estreito entre linguagem e ação. Nesse sentido, espera-se que o discurso político resulte em ações efetivas, assumidas previamente sob a forma discursiva, sobretudo quando proferido por candidatos em campanha eleitoral ou por representantes/governantes legitimados, que trazem para o espaço público o jogo enunciativo entre as diferentes posições político-ideológicas representativas das diversas demandas da sociedade. Assim, por mais que se possa considerar desgastado ou deturpado o sentido original da esfera política, se esta for concebida como uma das atividades inerentes à existência humana, sempre prevalecem as condições fundamentais que a constituem, a saber, a existência de uma pluralidade de seres humanos, cujas identidades se constroem através de suas relações intersubjetivas, em função de um conjunto de ‘objetos/interesses’ relativos a um mundo criado por esses homens, o qual lhes é comum ao mesmo

tempo em que os diferencia em termos do lugar que nele ocupam. Estabelecer relações entre os seres humanos é fundamentalmente uma propriedade específica da ação e do discurso, porque tais atividades são realizadas por eles e a eles se dirigem necessariamente.

Há, com efeito, diferentes formulações teóricas que têm buscado estreitar as relações e os compromissos entre linguagem e ação como categorias que se articulam de forma mutuamente pertinente, no sentido de que o uso da linguagem constitui uma forma de ação, e a ação, por sua vez, só se torna significativa, só assume o seu caráter enquanto tal, quando estruturada pela linguagem, de modo que as mais diversas ações realizadas no convívio social são representadas e desencadeadas por formas de linguagem. Decerto, no âmbito dos estudos linguísticos, a reorientação teórica empreendida no sentido da construção de um objeto de conhecimento fundamentado na concepção de uma relação de pertinência recíproca ou de integração entre linguagem e ação ultrapassa a dimensão da estrutura linguístico-formal dos enunciados, em termos de suas propriedades lexicais e de suas relações sintagmáticas para contemplar a instância da enunciação em que se produz o acontecimento discursivo. Sabemos que existem diversas maneiras de conceber as relações estabelecidas entre linguagem e ação e, considerando-se a especificidade do discurso político, é preciso esclarecer melhor a natureza e as características dessas relações, no sentido de que, sobretudo nesse caso, elas são constitutivas de jogos de poder histórica e institucionalmente construídos.

1. A importância dos fatos institucionais na construção do discurso político

De um modo muito geral, gostaria de me reportar primeiramente a uma formulação de Searle na sua obra *A construção da realidade social* (SEARLE, 1998) para dizer que o campo político é constituído por fatos institucionais (fatos sociais, que dependem de instituições humanas específicas para existirem), e não por fatos brutos (fatos físicos que, a princípio, não dependem de instituições humanas para existirem). A criação de realidades institucionais está intrinsecamente associada à existência de uma comunidade que partilha um conjunto de crenças, de valores ou de bens simbólicos.

Uma das condições de possibilidade de tais realidades é a existência daquilo que o autor chama de intencionalidade coletiva, ou ainda, de uma intencionalidade ‘em nós’, que não se reduz a um conjunto de intencionalidades individuais. Concebida como uma capacidade de representar e de atribuir direcionalidade aos estados mentais, a exemplo das crenças e dos

desejos, a noção de intencionalidade, pensada como coletiva, remete a uma forma de direcionalidade da mente que é necessariamente compartilhada pelos indivíduos de uma comunidade, com vistas à produção de atividades conjuntas e coordenadas em consonância com as funções e os estatutos que tais indivíduos assumem enquanto sujeitos dessas ações.

Isso nos remete a uma outra condição de existência dos fatos institucionais que diz respeito à capacidade de atribuição coletiva daquilo que o autor chama de funções-estatuto a objetos e/ou indivíduos (elementos) que se relacionam na comunidade (sistema). Essas funções-estatuto requerem primeiramente a existência de outro tipo de função do qual elas derivam, que é a função de significação, de representação ou de simbolização; em outras palavras, pressupõem a atividade de linguagem. Para Searle, sustentar que a linguagem é parte constitutiva dos fatos institucionais implica afirmar que os fatos institucionais contêm essencialmente elementos simbólicos, em termos de dispositivos convencionais que significam ou representam algo que os ultrapassa, de uma maneira que é publicamente compreensível, ou ainda, intersubjetivamente válida.

Sobretudo, penso que é preciso destacar que as funções-estatuto atribuídas por intencionalidade coletiva, bem como os fatos institucionais gerados, só existem no interior de uma rede complexa de relações entre funções-estatuto, e ainda, de relações entre fatos institucionais, o que nos leva à terceira condição de possibilidade da realidade institucional, qual seja, a configuração de um sistema de regras constitutivas dessa realidade, regras historicamente construídas que criam as condições de existência desse tipo de realidade, as quais apresentam um componente axiológico (valorativo/avaliativo) e deôntico (normativo/relativo a direitos e deveres) que lhes é constitutivo.

O autor utiliza uma fórmula para traduzir de forma bastante simplificada a sua proposta: “X (fato bruto) vale como Y (função-estatuto atribuída por intencionalidade coletiva) em C (contexto que se traduz pela rede integrada de relações com outros fatos institucionais a partir de regras constitutivas)”. Tentando exemplificar: “X (pedaço de papel) vale como Y (cédula de R\$ 10,00) em C (sistema monetário brasileiro). No caso específico do campo político enquanto realidade institucional, podemos dizer que “X (indivíduo chamado Luiz Inácio da Silva) vale como Y (Presidente da república) em C (sistema presidencialista da democracia representativa brasileira). Isso é mais relevante do que pode parecer à primeira vista. No Brasil, o presidente acumula os estatutos de chefe de Estado e de chefe de Governo, o que não ocorre em países cujo sistema político prevê os estatutos de primeiro ministro como chefe de governo e de presidente como chefe de estado, a exemplo da França. Essas diferenças entre sistemas de governança têm uma

influência considerável sobre as estratégias argumentativas utilizadas em cada caso. Do mesmo modo, podemos ter “X (um determinado indivíduo) vale como Y (cidadão) em C (num regime político chamado de Estado Democrático de Direito), ou “X (um gesto, uma marca gráfica ou um dígito) vale como Y (voto) em C (numa determinada eleição), etc. Essa forma de apresentação e de representação conceitual pode parecer meio simplista ou genérica demais, mas eu creio que essa abordagem permite pontuar uma dimensão da natureza do nosso objeto de investigação, no caso o discurso político, que é fundamental, qual seja, a sua dimensão institucional.

Acho que vale a pena encerrar esse comentário sobre a proposta de Searle mencionando duas observações do autor: a primeira refere-se ao fato de que a atribuição de função-estatuto pode ser desdobrada de maneira iterativa, no sentido de que se podem atribuir novas funções-estatuto a objetos que já possuem outras dessas funções, a exemplo do fato de um indivíduo que já dispõe do estatuto de cidadão poder ser investido do estatuto de presidente da república, sendo o primeiro estatuto exigido para a efetivação do segundo. A segunda observação concerne ao fato de que essas funções reiteradas historicamente podem formar sistemas complexos de estruturas imbricadas e hierarquizadas através do tempo. Penso, por exemplo, em toda a rede institucional que tem cristalizado historicamente no sistema presidencialista brasileiro o uso recorrente de um tipo de ato de linguagem que é investido do estatuto de um gênero discursivo como a ‘medida provisória’, que é prerrogativa do presidente e estabelece uma relação meio hierarquizada com outros gêneros, como o projeto de lei e a proposta de emenda.

As relações entre os fatos institucionais constitutivos do domínio político, assim como as de outros campos discursivos, podem ser estruturadas em três níveis de complexidade, em termos das regras pragmático-normativas que as constituem a partir da integração de convenções psicossociais e linguístico-enunciativas. O primeiro nível, mais elementar, que pode ser concebido como um nível inferior de busca de consenso pragmático entre os interlocutores é o dos atos de linguagem (na acepção que esse termo assume na Teoria dos Atos de Fala), sobretudo na sua dimensão ilocucional, mas também perlocucional² em alguma extensão enquanto condições

2 As noções de ilocução e perlocução traduzem diferentes níveis de processamento convencional e intencional dos valores pragmáticos (de ação discursiva) dos enunciados e referem-se ao escopo da Teoria dos Atos de Fala, desenvolvida, sobretudo, por Austin, Searle e Vanderveken. Em linhas gerais, o ato ilocucional é a menor unidade completa de comunicação linguística humana, cuja intencionalidade é socialmente convencionalizada, enquanto o ato perlocucional refere-se a efeitos, objetivados ou não, dos atos ilocucionais. Os parâmetros conceituais que definem uma força ilocucional são o ponto ilocucional, com suas respectivas direções de ajustamento, o modo de realização do ponto, as condições de conteúdo proposicional, as condições preparatórias e as condições de sinceridade e seu grau de intensidade, os quais já foram discutidos amplamente em outros trabalhos, o que explica a opção por não tratá-los com mais detalhes neste texto.

enunciativas elementares requeridas para a constituição de objetos discursivos mais complexos. O segundo nível ou nível intermediário de busca de consenso pragmático diz respeito à rede de situações de comunicação, de gêneros situacionais ou de micro-contratos de comunicação que se articulam de maneira imbricada e hierarquizada em função de um terceiro e último nível que podemos chamar de nível superior de busca de consenso pragmático, que se refere ao que chamamos de macro-contrato, campo ou domínio discursivo, a exemplo do político que nos interessa aqui. Os atos de linguagem elementares são articulados e encadeados sob a forma de gêneros discursivos, que são ‘modelos públicos’ de práticas de linguagem, ou ainda, dispositivos sócio-cognitivos de comunicação historicamente construídos que configuram atos de linguagem de maior complexidade, a exemplo dos textos representativos de um comício, de uma entrevista ou debate eleitoral, de um projeto de lei, de uma propaganda de governo ou de campanha, de uma reunião ministerial ou parlamentar, de um panfleto ou cartaz de protesto, de fóruns de discussão, apenas para citar alguns gêneros cuja rede hierarquizada constitui grande parte daquilo que chamamos de campo ou domínio discursivo político.

Bem entendido, essa instância superior, relativa ao domínio, a instância elementar, relativa aos atos de linguagem, e ainda, a instância intermediária, relativa aos gêneros, buscam estabelecer uma forma de consenso intersubjetivo entre os interlocutores, no sentido de que sobre-determinam as condições de uso efetivo da linguagem, caracterizando práticas discursivas institucionalizadas. Os níveis de complexidade dos fatos institucionais constituem, assim, uma forma de regulação dos conflitos, em função de um esforço de comunicabilidade e de preservação das divergências. Em outros trabalhos, já tive oportunidade de ressaltar que essa forma de regulação não poderia jamais significar um engessamento dos processos enunciativos que viesse a reduzir a potencialidade dos conflitos (intencionais) a uma dimensão estanque de consenso (convencional). As regras constitutivas de cada um desses níveis são diferentes em termos da sua natureza e do seu grau de complexidade, por exemplo, os parâmetros definidores de uma promessa (nível elementar) são diferentes das regras constitutivas de um debate eleitoral (nível intermediário), que, por sua vez, são diferentes das normas estruturantes de uma campanha eleitoral como um todo (nível superior). A minha hipótese é a de que a argumentação política deve contemplar estrategicamente esses três níveis que a condicionam na perspectiva da construção do *ethos*, do *pathos* e do *logos*.

2. A relevância das relações entre linguagem, ação e poder no discurso político

Acho oportuno verticalizar um pouco mais a reflexão sobre a especificidade do discurso político enquanto um domínio/campo discursivo em que se estabelecem relações privilegiadas entre *linguagem*, *ação* e *poder*. Assim, grosso modo, o discurso político pode ser definido como uma forma de articulação orgânica entre *linguagem* e *ação* em situações/condições historicamente determinadas para estabelecer, gerir e transformar relações de *poder*, em função e/ou em nome de ‘interesses coletivos’. Vou tentar articular o comentário feito sobre a pertinência recíproca estabelecida entre linguagem e ação ao que foi dito sobre a dimensão institucional mencionada acima e, sobretudo, à questão central que as relações de poder ocupam na constituição do discurso político.

A esse propósito, quero destacar a abordagem desenvolvida por Charaudeau no livro *Discurso Político* (CHARAUDEAU, 2006), onde o autor afirma que o discurso (dizer) e a ação (fazer) são componentes básicos da troca social, e todo ato de linguagem se estrutura a partir de três princípios fundadores: o *princípio de alteridade*, o de *influência* e o de *regulação*. A questão que se coloca, então, sobretudo no se refere ao discurso político, é: em que se fundamenta o poder e/ou a autoridade de um sujeito sobre outro(s)? De acordo com o autor, trata-se da existência possível de uma sanção (ameaça ou gratificação) e de uma força de verdade que poderia justificar os atos que devem ser realizados. Em linhas gerais, essa força de verdade pode ser de ordem *transcendental* (figura de potência do ‘além’ – ‘direito divino’ – ou figura de potência resultante da vontade dos homens – o Povo, o Estado, a Constituição, a República, etc.) ou de ordem *pessoal* (carisma, origem, herança, experiência).

Charaudeau menciona ainda três autores cujas concepções sobre o poder político são mais relevantes – a de Max Weber (para quem o poder político se fundamenta na dominação e na ‘violência legítima’ por parte do Estado), a de Hanna Arendt (para quem o poder político se baseia no consentimento coletivo resultante do desejo de ‘viver em conjunto’) e a de Jürgen Habermas (para quem o poder político se arvora na relação dialética estabelecida entre um ‘poder comunicacional’ e um ‘poder administrativo’). Filiando-se à concepção deste último autor, Charaudeau propõe uma abordagem da linguagem política que resulta de dois eixos que determinam dois tipos de atividade social e discursiva: a do *dizer político* – debate de ideias/opiniões no espaço público (fabricação de ideologias), no qual a linguagem domina; e a do *fazer político* – tomada de decisões e realização de

atos (fabricação de relações de força), em que a ação domina. Com efeito, nas democracias modernas a ação política determina, idealmente, a vida social ao organizá-la tendo em vista a obtenção do bem comum, de modo que a noção de decisão coletiva é fundamental. É preciso, primeiramente, que a comunidade se entenda sobre a elaboração de um projeto comum (intencionalidade coletiva), o que supõe a existência de um espaço de discussão (espaço público). É necessário, também, que se delegue o poder de ação a representantes (funções-estatuto), que devem assumir o compromisso com a realização desse projeto majoritário, e que se definam os meios de sua execução (regras constitutivas). Finalmente, devem-se criar dispositivos de prestação de contas e/ou de controle dos atos dos representantes.

O problema é que a complexidade do campo político (regulamentação das relações de poder e de regras de governança) reside também nas interações privilegiadas que ele estabelece com outros setores/campos de atividade social, a exemplo dos campos jurídico (regulamentação das condutas sociais através das leis), econômico (regulamentação do mercado) e, sobretudo, midiático (regulamentação da circulação da informação). De um modo geral, tal complexidade leva o autor, de modo semelhante ao que Wolton propõe, a postular um dispositivo de comunicação política estruturada em três (ou quatro) instâncias mais fundamentais – a *instância política* a qual é delegada e assume a responsabilidade pela realização da ação política e cujo desdobramento polêmico configura também uma *instância adversária*; a *instância cidadã*, que está na origem da escolha dos representantes do poder, mas, não estando encarregada dos negócios do Estado, não conhece as regras de seu funcionamento e ignora as condições de realização da ação política (as regras constitutivas); e a instância midiática, sem a qual não se faz política nos dias de hoje e que teria, a princípio, a função de mediar e problematizar a relação entre as instâncias política e cidadã.

Aqui, a noção de ato de linguagem aparece como uma categoria central para a nossa reflexão, porque eu penso que ela está na base do vínculo mútuo estabelecido entre o uso da linguagem e a realização de ações em geral e, mais especificamente, de ações políticas engendradas em função dos jogos de poder na sociedade. No texto, “*Comment le langage se noue à l'action dans un modèle socio-communicationnel du discours. De l'action au pouvoir*” (CHARAUDEAU, 2004, 151-175), o próprio autor distingue três pontos de vistas entre as diversas maneiras de conceber as relações entre ação e linguagem: o representacional, o pragmático e o interacional. Charaudeau se propõe a integrar aspectos conceituais dessas três concepções problematizando-os em uma perspectiva sócio-semio-comunicacional, segundo a qual o sentido que resulta do ato de linguagem depende tanto dos dados de

sua configuração linguística quanto de elementos exteriores a ela, ou seja, todo ato de linguagem tem uma dupla dimensão: uma interna (linguístico-enunciativa) e outra externa (praxeológica), que se articulam numa relação de pertinência recíproca. A dimensão externa configura, assim, um quadro acional estruturado sob a forma de um dispositivo conceitual que possibilita a planificação de ações visando a alcançar determinados objetivos em função de um conjunto de determinações institucionais (regras normativas/constitutivas) relativas a uma dada esfera de atividade social, a exemplo do domínio político. A dimensão interna constitui-se sob a forma de uma organização estratégica da atividade linguístico-enunciativa, orientada não só pela finalidade de estabelecer uma relação de intercompreensão entre interlocutores, mas, sobretudo, pelo objetivo de estabelecer uma visada recíproca de influência constantemente regulada no próprio processo discursivo, a partir das restrições normativas da dimensão sócio-institucional externa. A articulação orgânica dessas duas dimensões engendra uma rede de situações de comunicação nas quais os processos enunciativos se atualizam através da produção e da interpretação dos atos de linguagem inscritos em contratos de comunicação histórica e institucionalmente construídos. É nessa perspectiva que o autor admite que os atos de linguagem possuam, além de seu valor locucional, efeitos potencialmente ilocucionais e perlocucionais, efeitos de intencionalidade que se relacionam diretamente com o domínio/esfera de prática sócio-institucional e com seus respectivos dispositivos/gêneros situacionais nos quais os enunciados se inscrevem sob a forma de estratégias discursivas e/ou argumentativas. Em última análise, os jogos de poder e os respectivos posicionamentos dos sujeitos são construídos a partir das expectativas projetadas e das relações/visadas de influência, de autoridade, de manipulação ou de dominação estabelecidas pelos parceiros no processo de interação.

3. Análise da relação entre os atos de linguagem e as provas argumentativas

O nível de processamento dos atos ilocucionais elementares está, assim, na base da constituição de qualquer domínio discursivo e, conseqüentemente, de sua rede de situações de comunicação, e é por isso que digo que tais atos configuram condições enunciativas mínimas, no sentido de que qualquer ato de enunciação é necessariamente a realização de pelo menos um ato ilocucional. No caso do campo discursivo político, embora a sua estrutura institucional e a sua rede genérica sejam extremamente amplas

e complexas, é possível aventar a hipótese de existência de alguns atos que são candidatos a condições enunciativas elementares desse campo. O ato mais prototípico do discurso político é muito provavelmente a promessa, na medida em que o ato de prometer funda, por assim dizer, o compromisso dos representantes políticos com a satisfação das demandas da sociedade, o que permite aventar a hipótese de que a instância política contrói um *ethos* geral de benfeitor na sua tentativa de persuadir a instância cidadã.

Quando a construção desse *ethos* de benfeitor soa como exagerado ou dissimulado, a exemplo de promessas pouco factíveis, como a de “criar 10 milhões de empregos”, há uma tendência muito comum de derivar para um efeito perlocucional patêmico como o de demagogia ou até o de mentira, que são muito recorrentes no discurso político. Vale a pena citar um comentário de Arendt a esse propósito: “a força estabilizadora inerente à faculdade de prometer sempre foi conhecida em nossa tradição”, de modo que “o poder de prometer ocupou, ao longo de séculos lugar central no pensamento político”. Segundo a autora, “a soberania reside numa limitada independência em relação à possibilidade de calcular o futuro, e seus limites são os mesmos limites inerentes à própria capacidade de fazer e cumprir promessas” (ARENDDT, 1991, p. 255-6).

Se, na relação com a instância cidadã, a promessa é prerrogativa da instância política (e da adversária) que assume(m) a responsabilidade pela realização das demandas da população, em contrapartida a reinvidicação é um ato ilocucional que constitui uma prerrogativa da instância cidadã na sua relação com os representantes políticos. Vale a pena observar, por um lado, que o ato de prometer não é usado explicitamente pela ‘instância política’, porque há um desgaste considerável sofrido pela promessa, sobretudo como estratégia eleitoral, em função da perda de credibilidade da classe política de um modo geral. É como se a promessa tivesse se transformado em ato produtor de um *ethos* e um *pathos* negativos para o político e para o cidadão. Isso faz com que esse ato seja ‘escamoteado’ pelos políticos através de diversos formatos linguístico-enunciativos de modalização dos atos comissivos, a exemplo dos seguintes enunciados:

“Queremos provar que é possível ampliar estas conquistas ainda mais” (Lula: discurso de lançamento de candidatura à reeleição).

“Vamos investir mais nas reformas e enfrentar o problema do desperdício e das falhas de controle, em especial na nossa querida Previdência Social” (Lula: discurso de lançamento de candidatura à reeleição).

“Fazer o Brasil crescer com inclusão social será a minha tarefa” (Alckmin: discurso de lançamento de candidatura à presidência).

“É preciso – e o faremos – substituir a retórica vazia por resultados concretos, em consonância com os interesses do Brasil” (Alckmin: discurso de lançamento de candidatura à presidência).

Por outro lado, o ato de prometer é sempre mencionado por políticos, imprensa e sociedade civil, isto é, a promessa é, de um modo geral, objeto de diversas formas de menção, seja através de críticas (mais comum) ou até de elogios (menos comum) às promessas por parte da população e dos próprios políticos, seja através de sua reconstrução interpretativa por parte da instância midiática.

“Lula promete o fim da prostituição de pobres: um dia antes do início oficial da campanha, o petista abriu a temporada de promessas, como chegou a ironizar em discurso para representantes do chamado terceiro setor” (*Folha de São Paulo* – 06/07/2002).

“Hillary Clinton promete lutar até o fim pela indicação democrata” (*Estado de Minas* – 30/03/08).

“Na França, Sarkozy assume prometendo união e prosperidade” (*Jornal Nacional* – 17/05/07).

“Nesta nova investidura do cargo, não farei promessas, jamais as fiz. Reafirmo, no entanto, cada um dos compromissos que assumi com o nosso povo, debatendo nas ruas e com a sociedade organizada” (Aécio Neves, no discurso de posse – 2007).

“Aécio prometeu e está cumprindo” (Propaganda do Governo Estadual – 2006).

Há ainda outros tipos de atos que são bastante recorrentes e que tendem a ser produzidos por qualquer uma das quatro instâncias do dispositivo, a política, a adversária, a cidadã e a midiática. São os atos assertivos: primeiramente os descritivos, mas nos interessam, sobretudo, os avaliativos de elogio e de crítica, porque eles demarcam os posicionamentos político-ideológicos das respectivas instâncias, e ainda, os que se traduzem pelo discurso relatado, que tendem a ser mais utilizados pela instância midiática, mas que são estrategicamente usados pelas outras instâncias também. Então, por exemplo, na relação estabelecida entre a instância política e a adversária a tônica da orientação argumentativa é marcada pela presença da crítica

e, obviamente, de outros atos da mesma ‘família’, como a denúncia e a acusação, o que tende a gerar efeitos perlocucionais patêmicos de provocação e até mesmo de calúnia, ofensa ou injúria, constantemente mencionados por políticos que se colocam na condição de vítimas de tais atos. É claro que os processos enunciativos não se resumem a essas relações primárias e, dada a complexidade do campo político, obviamente a organização e a orientação argumentativa dos atos dependem da sua inserção na rede de gêneros que fazem parte da própria estrutura do campo/domínio.

Pretendo agora apresentar alguns exemplos de encadeamentos argumentativos mais recorrentes produzidos pela instância política, sobretudo em campanhas eleitorais. Nesse sentido, gostaria de destacar, primeiramente, uma certa regularidade do processo de racionalização do discurso político, especialmente, do discurso eleitoral, ou seja, características que parecem ser mais típicas da construção do *logos* discursivo político, que são obviamente indissociáveis da construção das dimensões do *ethos* como processo de identificação elaborado a partir da relação estabelecida entre a identidade social do sujeito comunicante e a construção da identidade discursiva do sujeito enunciador, e do *pathos*, enquanto processo de dramatização/captação elaborado a partir da relação estabelecida entre a identidade discursiva construída como imagem de sujeito destinatário e a identidade social do sujeito interpretante.

Acredito que o *logos* discursivo político se constrói a partir de encadeamentos que integram a dimensão da narração e a da argumentação. A narração se relaciona a um aspecto da temporalidade do discurso político cuja enunciação tende a reportar e avaliar ações e estados de coisas existentes e a projetar ações (estados de coisas) futuras, cujos personagens são representantes políticos e eventualmente cidadãos. A argumentação é constitutiva do discurso político, primeiramente no sentido de que esse discurso é caracterizado tipicamente por uma visada persuasiva, de modo que, do ponto de vista da relação dialógica estabelecida entre os interlocutores, o discurso político busca persuadir através de encadeamentos argumentativos básicos do tipo Se p (argumento), Então q (conclusão), que atualizam os atos de linguagem em função da situação de comunicação de um modo geral, respeitando as estratégias de simplicidade, credibilidade e captação características do discurso político. Um dos encadeamentos argumentativos mais típicos do discurso produzido pela instância política talvez seja aquele caracterizado pela correlação estabelecida entre crítica e promessa, no formato ‘se critica as ações do governo, então promete mudança’. Esse tipo de encadeamento, embora seja mais utilizado por grupos políticos que estão na oposição, é, na verdade, um procedimento estrutural do discurso

político, no sentido de que, se a instância política se compromete com a realização de uma ação futura benéfica à população, pressupõe-se que ela está criticando, de alguma forma, a ausência dessa ação.

“Com a taxa de juros mais alta do mundo, com impostos levando 40% da riqueza produzida por ano, o Governo é responsável por um ambiente pouco propício ao empreendimento. Fazer o Brasil crescer com inclusão social será a minha tarefa” (Alckmin: discurso de lançamento de candidatura à presidência).

“Hoje, o Brasil é escravo do Governo, que gasta muito e gasta mal. Vamos consertá-lo para que sirva ao povo, e não o inverso” (Alckmin: discurso de lançamento de candidatura à presidência).

Parece claro que esses encadeamentos visam, de um lado, a construir a credibilidade do enunciador como instância política, buscando construir um *ethos* de competência e de seriedade e um *pathos* de confiança e persuasão do cidadão eleitor. De outro lado, tais encadeamentos visam também a minar a credibilidade da instância adversária, atribuindo a esta última um *ethos* de incompetência e de falta de seriedade, estabelecendo com ela uma relação patêmica polêmica de provocação.

Um outro encadeamento argumentativo típico do discurso produzido pela instância política é caracterizado pela correlação estabelecida entre elogio e promessa, no formato ‘se elogia as ações do governo, então promete continuidade e melhoria’, o que é, obviamente, um procedimento discursivo geralmente utilizado pela instância política que está na situação ou no governo.

“Provamos que é possível ter crescimento econômico com geração de empregos e inclusão social. E queremos provar que é possível ampliar estas conquistas ainda mais” (Lula: discurso de lançamento de candidatura à reeleição).

“Demos às classes mais pobres um alto índice de crescimento de renda. E tenho a certeza de que podemos continuar reduzindo a desigualdade social que ainda é grande no nosso país” (Lula: discurso de lançamento de candidatura à reeleição).

“Em São Paulo, desde o governo Mário Covas, reduzimos impostos de mais de 200 produtos e serviços. Vamos fazer isso no Brasil” (Alckmin: discurso de lançamento de candidatura à presidência).

Essa correlação denota claramente a busca de construção da credibilidade da instância política, que apresenta autoelogios às suas próprias ações

sob a forma de argumentos que projetam um *ethos* de competência e seriedade, comprometendo-se, em seguida, com a continuidade e melhoria dessas ações, através de atos comissivos, o que projeta também um *pathos* de confiança e persuasão da instância cidadã.

O último tipo de encadeamento argumentativo que eu gostaria de destacar diz respeito à correlação estabelecida entre elogio e crítica – nos formatos ‘se critica o governo anterior, então elogia o governo atual’ ou ‘se elogia o governo anterior, então critica o governo atual’. Essa correlação apresenta um teor mais conjuntural no sentido de demarcação de posicionamentos político-ideológicos, a exemplo dos enunciados abaixo.

“Todos se lembram do final do governo deles, quando a economia encolhia, o emprego diminuía e a pobreza aumentava. Começamos a trabalhar sem tréguas. Iniciamos o processo de mudança e de reconstrução do Brasil, que continua ainda hoje” (Lula: discurso de lançamento de candidatura à reeleição).

“O atual Presidente recebeu um país modernizado, pronto para crescer. Teve o mundo em grande expansão econômica. Mas errou muito. O Brasil perdeu” (Alckmin: discurso de lançamento de candidatura à presidência).

Essa correlação explicita a relação entre a instância política que enuncia e a instância adversária que é referida. Trata-se de construir uma imagem positiva de si e uma imagem negativa do adversário, buscando através de procedimentos discursivos analógicos bastante característicos do discurso político, persuadir o eleitor enquanto instância cidadã e polemizar com a instância adversária.

Os exemplos que analisamos até o momento referem-se a aspectos argumentativos de um subcampo do discurso político que é o discurso eleitoral, também chamado de política extraordinária, em que os sujeitos possuem o estatuto de candidatos buscando se legitimarem através dos votos dos eleitores. Os enunciados foram retirados de um gênero específico que se traduz pelo discurso de lançamento de candidatura, mas servem para ilustrar um tipo de regularidade argumentativa do discurso político em geral. Existem, obviamente, muitas outras estratégias utilizadas em diversas outras práticas discursivas constitutivas do domínio político. Gostaria de avaliar alguns outros fatos políticos que ilustram certos aspectos do discurso de governo. Um exemplo interessante que ilustra uma espécie de transição entre o discurso eleitoral e o discurso de governo refere-se à cerimônia de posse do presidente no congresso, quando ele diz o seguinte:

“Meus senhores e minhas senhoras,
um dos compromissos mais profundos que tenho comigo mesmo é o de jamais esquecer de onde vim. Ele me permite saber para onde seguir. Hoje, posso olhar nos olhos de cada um dos brasileiros e brasileiras e dizer que mantive, mantenho e mantereí meu compromisso de cuidar, primeiro, dos que mais precisam”
(Lula – discurso de posse, 01/01/2007).

Esse excerto parece mostrar, de modo meio paradigmático, uma estratégia argumentativa em que o comunicante já possui o estatuto de presidente e, baseando-se na correlação estabelecida entre elogio e promessa, enfatiza uma forma de fusão e identificação do seu *ethos* solidário de origem popular com a projeção de um *pathos* demagógico na sua relação com a população, sobretudo a mais carente, o que caracteriza uma estratégia argumentativa que parece ser recorrente no discurso político contemporâneo, que tende a enfatizar mais as dimensões do *ethos* e do *pathos* do que a do *logos* propriamente dito, estabelecendo um vínculo afetivo em função de imaginários sócio-discursivos fundamentados em valores relativos, ao mesmo tempo, à origem popular e à soberania popular.

Um outro exemplo que é interessante analisar diz respeito a um discurso de governo sobre a construção de alianças eleitorais futuras, nesse caso específico, trata-se das eleições municipais do ano de 2008. Mais especificamente, gostaria de comentar uma fala do governador Aécio Neves sobre a articulação de uma aliança para a prefeitura de BH entre PT e PSDB, que são partidos tradicionalmente adversários nas várias esferas do executivo e também do legislativo.

“Essa aliança, na verdade, não é uma construção do governador e do prefeito [Fernando Pimentel, do PT]. Na verdade, é uma demanda da população, as pesquisas mostram isso com muita clareza, quase 90% da população de Belo Horizonte quer continuidade dessa relação. Ninguém poderia imaginar que uma construção dessa ousadia, com esse ineditismo, não tivesse questionamentos. Alguns se sentem preteridos, é natural. Da nossa parte, da minha em especial e tenho certeza da do prefeito Fernando Pimentel, haverá sempre disposição para continuar conversando, para que possamos, quem sabe, ampliar essa convergência a favor do que quer a população de Belo Horizonte” (Governador Aécio Neves, 26/03/08).

O que parece mais relevante nessa estratégia argumentativa desenvolvida pelo governador Aécio Neves é a tentativa de construção estratégica de um consenso político, justificado pelo suposto desejo e/ou aprovação da própria população através das mencionadas pesquisas de opinião pública. Vale lembrar a formulação de Wolton acerca da comunicação política,

cujos atores legítimos seriam justamente os políticos, os jornalistas e a opinião pública, representada através de pesquisas/sondagens que tendem a mascarar e a impessoalizar as diferentes posições político-ideológicas dos diversos setores em contradição na sociedade. O discurso do governador parece simular algo próximo do agir comunicativo que busca o entendimento mútuo (tão almejado por Habermas), mas escamoteia um agir estratégico que visa à conquista e à manutenção do poder, ao mascarar as regras constitutivas que regem as relações de força entre os partidos e os governos. Inspirando-se na tradição da política mineira e, por que não, no *ethos* do seu avô, Tancredo Neves, Aécio constrói para si um *ethos* discursivo de chefe/estadista conciliador ao enunciar um ato de linguagem que se traduz pela refutação de que a aliança PT/PSDB seria um projeto pessoal e defini-la elogiosamente como uma ‘demanda da sociedade’. Ao prometer que ‘haverá sempre de sua parte a disposição para continuar conversando para ampliar a convergência a favor do que quer a população’, o governador projeta um *pathos* solidário que deriva inevitavelmente para a demagogia, evidenciando o hiato já apontado por Charaudeau, entre o ‘dizer político’ e o ‘fazer política’, ou ainda, entre o discurso político baseado no ideal dos fins e a ação política fundamentada no pragmatismo dos meios.

Conclusão

Neste texto, abordei alguns aspectos da relação entre discurso político, atos de linguagem e argumentação, destacando a complexidade envolvida nessa relação, que requer a construção de instâncias de busca de consenso pragmático como forma de regulação da tensão inerente ao processo enunciativo e a seus efeitos de sentido, especialmente quando se trata do campo político. Pode até ser que a democracia seja, em certos aspectos, a busca pelo consenso, mas, parafraseando F. Jacques (JACQUES, 1991), na política os conflitos nascem de contradições que não devem ser mascaradas, senão o consenso obtido torna-se uma forma de escamotear as relações de força, estabelecendo uma ordem cujos únicos beneficiados são os dominantes. É preciso ter a oportunidade e, por vezes, o dever do dissenso, pois a superstição do consenso como argumento de autoridade constitui um efeito perverso do sistema democrático, um sintoma de narcisismo coletivo.

Referência bibliográfica

ARENDRT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

CHARAUDEAU, P. *Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, P. Comment le langage se noue à l'action dans un modèle socio-communicationnel du discours. De l'action au pouvoir. In: (Org.) FILLIETTAZ, L. *Cahiers de linguistique française 26 : Les modèles du discours face au concept d'action*. Genève : Université de Genève, 2004 (p. 151-175).

JACQUES, F. Consensus et conflit : une réévaluation. In: (Org.) PARRET, H. *La communauté en paroles – communication, consensus, ruptures*. Liège: Madarga, 1991 (p. 97-123).

SEARLE, J. *La construction de la réalité sociale*. Paris : Gallimard, 1998.

**Echanges verbaux emportés en
situation académique**
[*Verbal exchanges drawn academic
experience*]

IDA LUCIA MACHADO

Doutora em Letras pela Université de Toulouse II, Toulouse, França. Professora da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
[idaluz@hotmail.fr]

RENATA APARECIDA TOLEDO FLORENCIO

Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
[reaparecidatoledo@yahoo.com.br]

RÉSUMÉ

A partir de l'observation des réactions provoquées par la lecture d'une thèse qui, dans son ensemble, se proposait de traiter le phénomène du stéréotype qui souvent accompagne le regard que l'"autre" (le journaliste français) pose sur le Brésil, on voudrait réfléchir dans cet article sur le pourquoi de l'éclosion des échanges verbaux plutôt emportés, qui sont apparus lors de la soutenance orale entre deux membres du jury. On soutient hypothèse suivante: les mêmes stéréotypes peuvent susciter de différentes émotions chez de différents sujets-interprétants. En ce sens, pour le *sujet-professeur A*, les stéréotypes analysés ont semblé plutôt amusantes, sinon sympathiques: beau pays, joie de vivre, peuple aimable; néanmoins pour le *sujet-professeur B*, le même *corpus* a fait éclater des sentiments de révolte contre le regard que l'autre, l'*Etranger* portait sur les Brésiliens. On s'interrogera donc, à partir du cas de figure cité, sur le pourquoi de l'apparition de tant d'émotions contradictoires et sur le côté ambivalent des stéréotypes qui sont tantôt positifs, tantôt négatifs. La polémique, dans ce cas, peut être vue comme une modalité argumentative? Voilà en synthèse les points que notre article tentera d'approcher.

Mots-clés

Analyse du discours ; Stéréotypes ; Sentiments ; Argumentation.

ABSTRACT

From the observation of reactions to the reading of a thesis that, in general, intended to address the phenomenon of stereotype that often accompanies the look the «other» (French journalist) poses for Brazil, we would consider in this article on why the outbreak of verbal rather carried away, which emerged during the oral presentation of two members of the jury. It supports the following hypothesis: the same stereotypes can arouse different emotions in different subjects-interpretants. In this sense, the subject-teacher A, analyzed the stereotypes seemed rather amusing, if not sympathetic: beautiful country, love of life, friendly people, however, the subject-teacher B, the same body has divided the sentiments of revolt against the eye than the other, the stranger was on the Brazilians. We shall therefore, from the cases cited, the reason for the appearance of so many conflicting emotions and side ambivalent stereotypes that are sometimes positive, sometimes negative. The controversy in this case, can be seen as a form of argument? This summary points in our article will attempt to approach.

Key-words

Discourse analysis; Stereotypes; Feelings; Argumentation.

Introduction

On voudrait approcher tant soit peu la question des stéréotypes et de leur réception qui peut parfois réveiller certains “tabous” ou haines anciennes lors des échanges communicationnels d’une société donnée. Certes, on vit dans un monde où l’emploi d’un langage “politiquement correct” est chaque fois davantage exigé par les uns et par les autres. Mais si cette pratique est menée à tout bout de champ on ne court pas le risque de voir le mal où il n’existe pas? Ou de vouloir uniformiser toutes les interprétations que les différents sujets peuvent-ils avoir sur les différents discours sur le monde et surtout sur les différentes cultures de ce monde? L’acte communicatif peut être dangereux: souvent les mots se tournent contre ceux qui les ont employés, et les énoncés rectificatifs comme “pourtant je les ai dits [ces mots] avec la meilleure des intentions” sont difficilement acceptés ou pris au sérieux par le ou les partenaires d’une situation communicative. En effet, plus on avance nos études sur la communication, plus on se rend compte des difficultés que cela comporte.

D’une façon générale, on pense qu’à la base d’un acte communicatif il y a un *sujet-communicant*¹, externe à cet acte qui a un projet de parole qu’il peut concrétiser sous la forme d’un énoncé. Cet énoncé entre dans le circuit d’un monde formé par des mots (ou par des signes plus ou moins variés). Il porte en soi le “tu” d’un *sujet-destinataire* idéalisé par le *sujet-communicant*. On ne communique pas de façon aléatoire, mais dans un désir d’atteindre l’autre d’une certaine façon, de le faire suivre nos idées, de lui apprendre quelque chose, de l’empêcher de faire ceci ou cela, de le faire rire, de le provoquer, voire de l’agresser mais aussi dans un désir de nous convaincre sur le bien-fondé de nos mots, l’autre n’étant parfois qu’un prétexte pour l’échange communicatif. Bref, tous les actes que les *sujets-communicants* du quotidien adressent à leurs partenaires, les *sujets-interprétants*, le long de leurs journées et de leurs vies, changent en fonction de ces derniers. On lance un défi, quand on s’adresse à l’autre: ira-t-il suivre le fil de nos raisonnements? Si oui, dans quelle mesure: cent pour cent, cinquante pour cent, vingt pour cent, dix pour cent ou rien du tout? Communique-t-on pour se convaincre ou pour convaincre l’autre, le *sujet-interprétant* ou récepteur (soit-il lecteur, auditeur ou spectateur)?

Le chemin entrepris par un simple acte de langage² est compliqué et sa trajectoire est semée d’embûches. Car, on ne communique pas sans faire

1 On suivra ici la « distribution » ou division opérée par Charaudeau pour expliquer la complexité d’un *acte de langage*, dans le livre *Langages et Discours* (1983) où le théoricien propose une méthodologie communicationnelle d’analyse du discours.

2 On utilisera ici sans avec la même acception « acte de langage », « acte communicatif » ou « acte de communication ».

entrer dans nos actes de langage nos idéologies politiques, les sentiments que l'on éprouve par rapport au sujet traité, à notre interlocuteur, au monde qui nous entoure. Et l'acte de langage dépend aussi de la santé (physique et mentale) de son énonciateur, des degrés de sympathie ou manque de sympathie qu'il éprouve pour son interlocuteur, de l'endroit où l'acte de langage a lieu, de la situation qui est à sa base, entre autres. Il y a toute une série de petits "riens" qui entourent sa mise en place et qui contribuent pour qu'un acte de langage soit bien accepté, mal accepté ou ne soit pas du tout accepté par celui à qui il se destinait.

Dans les locaux académiques voués aux études langagiers, la communication devait être plus aisée, plus transparente: en fin de compte elle est censée se passer entre studieux du langage, qui connaissent les multiples ficelles des genres qui font leur objet d'étude et de travail. Oh que non: c'est là que le bât blesse. Rien n'est facile dans un milieu où l'on se penche sur l'étude des Lettres soient-elles modernes ou classiques, vues sur la perspective d'une linguistique discursive: de différentes interprétations fusent, lorsque les sujets abordés touchent à certains points névralgiques dans les représentations mentales des interlocuteurs, des points liés à des circonstances diverses, qui peuvent éveiller chez eux des souvenirs anciens ou plus ou moins récents, liés à des sentiments divers. Ces sentiments ne vont pas sans évoquer les idéologies, les croyances ou les opinions politiques de chaque être qui communique, ou en d'autres mots: à la vision que cet être fait de l'autre, cet autre toujours énigmatique et toujours menaçant.

C'est justement en songeant à ce problème, et pour avoir observé de près une discussion engageant des opinions contraires sur un phénomène langagier, discussion qui a eu lieu dans un contexte académique – celui d'une soutenance de thèse – que nous avons décidé d'écrire cet article. Dans un premier temps nous présenterons le cas de figure que nous l'a inspiré, sans évidemment nommer les participants des échanges verbaux plutôt emportés: ils seront ici cités comme *sujets-professeurs A et B* et l'étudiante comme *sujet-doctorant*. Plus que l'identité de ces partenaires communicatifs, ce qui nous a attiré l'attention, a été plutôt le phénomène langagier qui était à la base de la polémique: la notion de stéréotype. Cela nous mènera, dans un second temps, à poser – de façon panoramique – quelques considérations sur les stéréotypes, vus par les théories discursives avec lesquelles nous travaillons. En effet, c'est quoi un stéréotype ? Et quel type de stéréotype peut-il susciter des réactions si vives dans un local où l'entente (ou au moins un semblant d'entente) devrait dominer, sans le déclenchement des passions ou des émotions si "colorées" ? Celles-ci et l'éclosion des sentiments antagoniques constitueront une troisième partie de l'article. Finalement, nous

irons au long de ces quelques pages, tenter de mieux cerner le phénomène du stéréotype et le pourquoi de l'apparition d'émotions si diverses qu'il a provoquées, dans une situation où cela n'était pas attendu. L'hypothèse qui est à la base de cet article est que le regard que l'autre pose sur une certaine culture flotte toujours entre deux pôles bien opposés: une sympathique naïveté, teintée pourtant d'un zeste de perversité.

On arrive ainsi à l'*autre* et au défi qui consiste à le comprendre, à saisir sa pensée et sa façon de vivre. Néanmoins, la polémique engendrée par le thème que nous intéressent ici ne nous semble pas négative, à partir du moment où il est approché par une analyse du discours communicationnelle associée à des théories argumentatives. On essaiera d'expliquer ce point de vue dans le segment dédié à nos conclusions.

1. Un cas de figure

L'*affaire* qui nous a conduites à produire cet article a eu lieu en 2011, lors d'une soutenance de thèse, dans une faculté des lettres du Brésil. Mais il faut de prime abord que nous expliquions comment sont réalisées les soutenances de thèse dans ce pays.

Le Brésil est un pays aux dimensions continentales et par voie de conséquence, les rituels qui composent la soutenance de thèse peuvent contenir de petites différences d'un état à l'autre, d'une Université à l'autre. Nous irons nous intéresser ici aux points communs que se répètent dans ces rituels. Un doctorant présente un travail écrit sur un thème précis, inséré dans un domaine de recherche précis et, généralement, le directeur de thèse invite quatre ou cinq professeurs (tous docteurs) pour former le jury de soutenance. Il est fort désirable aux yeux des organismes boursiers qui régissent la recherche au Brésil, qu'au moins deux de ces professeurs appartiennent à un autre programme de 3^e cycle que celui d'où procède le doctorant et son directeur d'études. Pour prévenir une éventuelle absence d'un des membres du jury, le directeur de thèse invite deux autres professeurs considérés comme "remplaçants" des premiers: encore ici, l'un d'eux forcément devra appartenir à un autre programme de 3^e cycle que celui du doctorant (et de son directeur de thèse). Une soutenance de thèse avec un jury de quatre professeurs (outre le directeur de thèse et, si c'est le cas, le sous-directeur ou codirecteur) a une durée minimale de trois heures pouvant même arriver à cinq ou six heures! Cela commence par la présentation du travail, réalisée par le candidat (de trente à quarante minutes). Ensuite, après être présentés au public par le directeur de thèse ou par le président

du jury (selon les différents Programmes) chaque professeur membre du jury donne son opinion sur le travail écrit (qu'il a normalement reçu chez lui environ un mois avant la date de la soutenance orale), présente les points positifs et les points non-positifs de celui-ci et pose des questions au candidat, qui s'efforce de les répondre. Ce même procédé est répété par tous les membres du jury, sauf par le directeur de thèse qui doit être tout à fait d'accord avec les dits et écrits de son doctorant (au moins en principe), mais qui peut trouver intéressant et même approuver une remarque bien posée par un des membres du jury – ou non. Généralement cela se passe sans grands heurts, même si le moment est vécu avec une certaine angoisse par le candidat et, par voie de conséquence, par son directeur (cela dépend du caractère des ceux-ci et des rapports intellectuels qu'ils ont tissés au long des quatre ans de recherche et écriture du travail final). Ensuite, le public sort de la salle de soutenance et le jury délibère sur la note ou la mention à attribuer au candidat, qui revient à la salle, avec le public, pour écouter – tous debout – le résultat du jugement.

Jusqu'ici et, selon nos connaissances, on pense n'avoir rien décrit que ce soit étranger aux soutenances orales de thèse réalisées en France, à une exception près: le *rapport préalable* concernant la validité ou non du travail à être soutenu, qui doit être rédigé par les membres d'un jury français, avant la soutenance orale. Ce rapport écrit précédent à la soutenance orale de la thèse n'est pas exigé dans la faculté que nous sert d'exemple. D'ailleurs, ce rapport peut exister ici ou là au Brésil mais, en tout cas, on ne le voit pas dans la majeure partie des facultés que nous connaissons, jusqu'à présent.

Mais en oubliant le *rapport préalable de thèse*, il faut préciser que la ressemblance entre le rituel oral de soutenance de thèse brésilien et français peut être expliquée par la liaison culturelle que les deux pays ont toujours maintenue et cela depuis l'époque de l'Empire brésilien³ jusqu'aujourd'hui⁴. Ceci dit, passons à notre cas de figure, présenté sous forme de narrative.

Le sujet-doctorant (dorénavant SD) a soutenu une thèse sur *l'Année du Brésil en France* (2005) et voulait étudier en tant que phénomènes langagiers, l'éclosion des stéréotypes qui ont été produits par un certain type de

3 Qui a duré du 7 septembre 1822 au 15 novembre 1889.

4 Il faut rappeler que les Portugais – qui ont transformé les terres brésiliennes dans une vaste colonie de 1500 jusqu'à 1822, avaient déjà une forte liaison avec la France, où étaient envoyés pour y faire des études les fils des nobles et des bonnes familles bourgeoises. Il est donc naturel que les Brésiliens aient hérité cela de leurs ancêtres européens. En ce qui concerne l'Europe, outre les Portugais, le Brésil a reçu après son indépendance du Portugal, un grand nombre d'immigrés Italiens, Syriens, Libanais, Allemands, Hollandais, Japonais entre autres. L'amitié culturelle du Brésil avec la France s'est fructifiée surtout dans les trois derniers siècles, même si les années de plomb (la dictature militaire au Brésil, de 1964 à 1982) aient sans aucun doute, fortement nuit tous les échanges culturels des Brésiliens avec d'autres pays plus libres que le leur dans cette période.

presse française (*Paris-Match*, *Votre beauté*, *Elle*) dans une série de reportages réalisés au Brésil dans cette période. Les journalistes n'ont pas pu (ou voulu) échapper de la solution commode des stéréotypes pour décrire le pays. Or, ce phénomène langagier contient une partie de vérité, une partie due à la vision rapide et subjective du journaliste, qui correspond pourtant, à la vision collective que le peuple français – et surtout les lecteurs des magazines comme les trois ci-dessus – ont du Brésil. Pour faire bref: le pays du soleil, de la joie de vivre, peuplé par de beaux hommes et de belles filles, tous aimables et souriants, le pays où l'on pratique plus que nulle part ailleurs de la culture physique, la gymnastique évidemment, mais aussi le pays qui détient le palmarès de plus grand nombre des chirurgies esthétiques considérées déjà “normales” dans la vie de ce peuple. Le SD, à partir de ce *corpus* a approché le phénomène du stéréotype du point de vue des méthodologies communicationnelles de l'analyse du discours et de l'argumentation, mais sans s'occuper des idéologies politiques de l'un et de l'autre pays: cela ne faisait pas partie de ses objectifs et le SD l'a bien précisé. Or, l'un des participants du jury, le linguiste pour nous nommé *sujet-professeur B* (dorénavant SPB) a vigoureusement protesté non contre la façon par laquelle le SD avait conduit son raisonnement scientifique mais contre le contenu du *corpus* employé: en effet, pour lui, les journalistes français, comme représentants de la France, ne prenaient pas au sérieux le Brésil; cela lui a semblé assez grave, puisque le pays a énormément progressé dans le monde économique actuel, après les huit ans du gouvernement du Président Lula⁵. Selon ce sujet, les Français ne sont plus en mesure de nous donner des leçons et devraient se garder d'avoir des attitudes colonialistes à l'égard de notre pays. Il a aussi profité l'occasion pour se plaindre de la grande influence que nous, professeurs brésiliens analystes du discours, subissons depuis longtemps des théoriciens français du discours. Toujours selon lui, on avait déjà fait nos preuves et nous pourrions être indépendants non seulement dans le domaine de l'économie mais aussi dans le domaine intellectuel. Enfin, la vision de toutes ces images stéréotypées du Brésil rassemblées dans la thèse, l'a bien choqué, car elles insistaient sur le comportement futile du peuple brésilien et oubliaient tous les acquis du Brésil en tant que pays émergent. Le sujet-professeur A (dorénavant SPA) qui était la directrice de la thèse

⁵ Lula, comme est connu le Président Luiz Ignacio Lula da Silva, a gouverné le Brésil de 2002 à 2005 et puis, réélu par un second mandat, de 2006 à 2010. Pendant son gouvernement il a effacé la grande dette du Brésil avec le F.M.I., a inclus dans son programme de gouvernement de l'aide aux plus démunis et a porté le pays à un grand développement industriel et économique, jusque là inconnu ou très mal pratiqué par les gouvernements précédents. Pour mieux comprendre son gouvernement on envoie le lecteur à l'article de Machado, Ida Lucia, publié dans le numéro 7 (octobre 2011) de la revue *Argumentation et Analyse du Discours*, du groupe ADARR, dirigé par Ruth Amossy.

s'est sentie dans l'obligation de défendre son étudiante. Mais, ce faisant, elle s'est égarée dans son chemin et a pour ainsi dire, accepté les propos de son collègue comme autant de provocations ; elle a donc incorporé un *sujet-interprétant* différent de celui de son collègue: en effet, pour le SPA, dans le *corpus* base de la discorde, il y en avait certes des stéréotypes exagérés mais il en avait aussi d'autres plutôt sympathiques : les Français tout en nous prodiguant des éloges, soulignent nos points positifs: l'amabilité, la joie de vivre, l'optimisme, autant de qualités qui leur faisaient défaut d'où un certain enchantement devant un beau pays ensoleillé et amical comme le nôtre. Ce sujet a mis en valeur les axiologiques valorisants contenus dans les énoncés médiatisés, même s'ils étaient présentés sous la coupe du stéréotypage. Bref: d'un côté, on avait un professeur qui voulait écarter d'une fois par toutes la vision colonialiste que certains Français ont encore à l'égard du peuple brésilien; de l'autre côté, on avait une professeure –sympathisante de gauche, comme le premier- et qui comme lui aussi (et comme tant d'autres Brésiliens) avait des racines européennes. Il faut préciser que si le SPB est professeur de linguistique, le SPA est professeure de français et d'analyse du discours aux tendances françaises et qu'elle a tenu à affirmer –et cela pendant la “joute verbale” qui s'est rapidement instauré autour du thème “pour” ou “contre” la France – qu'elle pratiquait son métier par amour et par identification aux anciennes valeurs françaises: Liberté, Egalité et Solidarité. Précisons également que SPA, plus âgée que son jeune collègue SPB se sentait redevable à la France où elle avait connu le goût de la liberté de vivre et de penser à l'époque où la gauche de son pays natal était écrasée par la dictature militaire, tandis que, vis-à-vis des pays victimes de dictatures, dans le monde, la France assumait avec brio le rôle de patrie où l'on prônait la défense des Droits de l'Homme.

Le curieux des échanges verbaux violents entre les deux professeurs – qui sont des bons collègues dans la vie– peut être localisé dans les sentiments de *nationalisme et préjugé* (Braud, 2007) tous les deux soutenus par l'esprit critique exacerbé de SPA et de SPB dans leur interprétation ou réception (passionnelle) d'un simple cas de stéréotypage. En voici pour l'anecdote.

On se gardera de donner raison à l'un ou l'autre des professeurs belligérants: sans doute l'avaient-ils tous les deux, chacun selon ses subjectivités, ses vies (présentes et passées), ses luttes pour survivre dans le monde académique ou dans le monde tout court.

Mais une soutenance de thèse, on le croit bien, doit être *a priori* plutôt sereine, et même quand les inévitables critiques apparaissent, elles doivent être exposées et reçues plutôt de façon positive. Il ne convient pas que l'instance énonciative qui donne lieu à la soutenance publique se transforme en arè-

ne entre intellectuels qui sont pour ou contre la France. Et pourtant... les stéréotypes peuvent se révéler des ennemis du bon sens.

Dans le prochain segment, nous présenterons, de façon panoramique, quelques réflexions sur le phénomène et sur “sa vie” dans certains médias français.

2. Quelques réflexions sur la construction linguistique-discursive du stéréotype médiatique

Le *sujet-communicant-journaliste* qui regarde et commente ce qu’il voit ou écoute en fonction de ces éventuels lecteurs est toujours pris « entre le marteau et l’enclume » (CHARAUDEAU, 2005, p. 148), c’est-à-dire, il sait qu’une argumentation ne touchera pas son lecteur si elle ne touche pas également l’affect de celui-ci. Le voilà donc tiraillé entre la crédibilité et la captation, ce qui le mène souvent, à adopter des modes de raisonnement qui seront à la fois “*simples et motivants*” (CHARAUDEAU, 2005, p. 148). Dans notre monde moderne, le temps est devenu une valeur rare : il faut écrire vite pour être publié dans un véhicule imprimé d’information quotidienne ou hebdomadaire – le journal ou le magazine – si bien qu’il faut simplifier le compliqué, sinon on perdra le lecteur, qui ira chercher l’abrégé des nouvelles dans un autre véhicule d’information comme, par exemple, le journal *via* Internet.

Le *sujet-communicant-journaliste* cherchera ainsi des raisonnements simples pour exprimer ses pensées en songeant aux moyens de faire accrocher le lecteur à ses écrits, et cela le mènera à employer des idées-clés bien marquées pour faire le lecteur ou le sujet-récepteur *ré-orienter* son propre jugement (*procédés de restriction*) ou le faire oublier ou ignorer qu’il existe d’autres possibilités d’atteindre la nouvelle lue (*procédés d’alternative*) (CHARAUDEAU, 2005, p. 148-149). Certes, l’utilisation d’idées-clés bien évidentes sert à produire des effets de généralisation, de particularisation et de simplification, car elle pointe vers la construction du phénomène du stéréotype ; mais il faut convenir que le choix et l’application de ces procédés dévoilent, par le moyen des marques de subjectivité, une image personnelle que le sujet énonciateur laisse transparaître discursivement dans le cas qui nous interpelle.

Pour mieux expliciter notre raisonnement, arrêtons-nous un peu sur le concept de *totalisation* ou de *quantité totalisante*, proposé par Charaudeau (1992, p.268). Selon le théoricien, “avec des êtres dénombrables, la *totalisation* signale que tous les éléments d’un ensemble considéré sont pris en compte sans exception”. Or, si l’on applique ce concept au stéréotype, on

verra, en suivant Pereira (2002, p. 43) que celui-ci représente “une image trop généralisée que l’on possède déjà et que l’on applique à un groupe d’individus ou aux individus qui font partie de ce groupe”⁶. En somme, on prend l’individuel pour le collectif : si un Brésilien est vu et photographié par un journaliste français de *Paris-Match* en train de faire de la gym, dans une plage de Rio, il passe à représenter “le” Brésilien ou “tous les” Brésiliens du pays, étant donné, en effet, qu’il ne s’agit que d’un cas isolé, mais qui a été figé pour toujours par un appareil photo qui divulguera cette image par le moyen de la presse écrite française. Donc, si un Brésilien est un Adonis noir, tous les Brésiliens seront des Adonis noirs. Bien que, dans ce cas, l’image soit plutôt flatteuse, il faut songer au fait qu’ainsi faisant, le *sujet-communicant-journaliste* ou le *sujet-communicant-photographe-journaliste* s’est servi d’une image réduite de l’autre. Cette image peut donner origine au préjugé car elle ignore les particularités de la culture et de la vie de cet autre.

En suivant encore Charaudeau (1992, p. 267-268), dans le *corpus* analysé par SD, on peut observer à maintes reprises ces marques de *totalisation*. Les plus évidentes se trouvent dans l’emploi récurrent de “les” et “tout (e)” et dans les associations lexicales. On reproduit ici deux cas de figure:

(i) Adeptes du naturel pendant la journée, le soir, les Brésiliennes aiment illuminer leur peau caramel d’un nuage de poudre scintillante, qui matifie et embellit en même temps. (*Votre Beauté*, n° 786, 2005, p. 66).

(ii) [...] les Brésiliennes sont les plus souvent très “mailhade”, comme on dit là-bas, c’est-à-dire, sculptées par le sport et la gymnastique. (*Votre beauté*, ib, p. 69)

Comme on peut le remarquer, (i) et (ii) montrent que les stéréotypes sont construits à partir de la vision d’un *sujet-communicant-journaliste-français*. Il faut reconnaître que le raisonnement de ce sujet est assez simplifiant, parce que ni toutes les Brésiliennes ont la peau couleur caramel⁷, ni toutes portent du maquillage et quand elles le portent ce n’est nécessairement pas celui qui est décrit en (i)! Il y a des Brésiliennes qui aiment faire de la gym et d’autres pas, comme partout dans le monde. Pourtant, (i) et (ii) donnent une jolie représentation de quelques unes des femmes brésiliennes, il faut convenir : cela est toujours amusant.

Mais il y a quelque chose qui cloche : (i) et (ii) contiennent *trop* d’éloges. Sous ceux-ci, il peut exister des implicites dénotant des préjugés qui pointent

⁶ Ce nous qui traduisons.

⁷ La Brésilienne est le fruit d’un métissage très varié. Ainsi il y a des Brésiliennes très blondes, d’autres plus brunes, des noires, des rousses, etc., etc. Il n’y a pas un seul type de Brésilienne, cette entité « la Brésilienne » n’est qu’un mythe créé par...les Européens, on veut bien le croire.

vers une représentation de la femme comme un objet. Ainsi, des stéréotypes de la sorte contiennent une vision perverse des habitantes du Brésil vues comme un tout: ce ne seraient que des filles un tantinet écervelées:

(iii) Il est normal de se faire opérer comme on va chez le coiffeur. Des filles de 15 ou 16 ans y passent. Elles se rendent chez le chirurgien le lundi pour être plus belles à la fête du samedi suivant... (*Match du Monde* n° 1, mars-avril, 2005, p. 78)

ou alors des *belles plantes*, sans plus. *Mutatis mutandis* force est de convenir que la Brésilienne du XXI^e siècle continue à recevoir le même regard que le premier colonisateur français a posé sur elle au XVI^e siècle, à l'époque où Villegagnon a voulu ici construire la France antarctique.

Mais, est-ce qu'on ne court pas à la paranoïa si l'on considère que (i), (ii) et (iii) ne sont que le fruit d'un regard colonisateur adressé aux femmes brésiliennes? Peut-être. En revanche, considérer ces énoncés comme "sympathiques" sans plus, nous semble maintenant un raisonnement trop innocent. On risque de tomber dans le mythe du "bon sauvage" à la vieille mode de Rousseau. Et, force est de constater que le Brésil des années de la colonisation portugaise, des terres convoitées par les Européens en général et par les Français en particulier⁸, est bien loin dans la nuit des temps. Le pays a évolué et comment!

Voyons un autre exemple issu également du *corpus* de SD:

(iv) Joie de vivre, musique, caïpirinha...[...] Comment résister à un pays où chaque jour est une fête et l'occasion d'une célébration : hier, l'anniversaire de Toquinho, célèbre chanteur de bossa, demain celui du premier concert de chorro ou le jour de la Vierge Noire du Brésil...Le carnaval semble ne jamais s'arrêter (*Elle* n° 23, mai 2005, p. 166).

Le regard naïf des Français et leur conception de "fête brésilienne" peuvent-ils être pris si au sérieux, comme SPB l'a fait? Car (iv) montre un regard tellement ingénu voire enfantin, dans l'opinion de SPA. Mais si (iv) a été considéré amusant pour SPA cela a été fruit d'un regard ironique de la part de ce professeur.

En tant que stéréotype (iv) montre également une forte présence de la *totalisation*; en plus, l'énoncé comporte des erreurs grossières⁹ : la fête en hommage à la Notre-Dame noire du Brésil est bien loin dans le calendrier, de celle du Carnaval, à proprement parler! Celui-ci se passe aux mois de

8 A ce propos, voir le roman *Rouge Brésil*, de l'écrivain français Jean-Christophe Rufin qui en mêlant fiction et réalité, décrit les vains efforts des hommes envoyés par Louis XIV au Brésil dont le but était de s'emparer de nos terres et les transformer dans une nouvelle colonie française.

9 Et on ne parle même pas des absurdes contenus dans (iii) !

février ou mars, selon le calendrier chrétien; tandis que la fête de la Vierge Noire est réalisée toujours le 12 octobre. Et dans la plupart du pays ce n'est qu'un jour férié entre autres: il n'y a que les catholiques qui le regardent comme un jour spécial où l'on va à la messe. Et aller à la messe ce n'est pas une fête, au moins dans le sens de la joyeuse "fête carnavalesée" proclamée par les Français. Ni tous les chanteurs de *bossa-nova*¹⁰ sont fameux, voire connus à nos jours, et même le dénommé *Toquinho* n'est pas si célèbre comme l'énoncé français laisse croire. Le rythme intitulé *choro* (la graphie correcte est avec un seul "r") est connu mais ce n'est qu'un air de musique parmi tant d'autres ! Bref, la description de (iv) est *trop* euphorique pour être vraie.

Revenons à l'interprétation de SPA: pour elle tout cela n'a pas posé de problèmes: le Brésil continue à être dans l'imaginaire français, le pays de la joie de vivre, de la bonne musique, de la fête. D'ailleurs tous les professeurs de français langue étrangère le savent bien et ont appris à relativiser ces opinions si simplettes, d'autant plus que après quelques verres de la boisson nommée "caïpirinha" engloutis par les Français qui viennent chez nous tout le monde il est beau, tout le monde il est gentil... les Brésiliens le savent et s'en moquent sous cape...

Quoi qu'il en soit, la polémique s'est donc instaurée entre SPA e SPB. L'interprétation "optimiste" de la première a été contrecarrée par la vision "pessimiste" du second: pour lui, aux yeux des Français, rien de ce que l'on construit chez nous ne semble positif. L'idée de fête qui ne s'arrête pas, s'oppose naturellement, à celle du travail sérieux. Là, le SPB a sans doute raison, car "fête" est un axiologique positif qui pointe vers **p**; "fête qui ne cesse pas" est non-positif et pointe vers **non-p**... et cela conduit à une vision dantesque, d'un pays peuplé par de fous irresponsables.

En effet, si l'on veut faire l'éloge du pays qui reçoit l'hommage de la France peut-être serait-il nécessaire d'abandonner de temps en temps les modes stéréotypes et regarder de plus près les avancements intellectuels et politiques de la nation à qui on rend hommage.

Mais là, on retombe dans un autre impératif: il faut qu'une certaine presse fournisse à ses lecteurs ce qu'ils en demandent. Les lecteurs de *Votre Beauté*, *Elle* et *Paris-Match* préféreraient évidemment, voir dans les reportages commémoratifs de l'année France/Brésil, des photos et dénoncés superficiels sur un joli endroit touristique: un pays de rêve, coloré, beau,

¹⁰ Rythme qui a eu son moment de gloire dans les années 60, 70 ; aujourd'hui pour les jeunes du pays, cela appartient au passé ! Mais les Etrangers qui aiment la (bonne) musique brésilienne, comme certains Français qui nous visitent sont encore attachés à cette représentation musicale, à l'image de quelques intellectuels et érudits brésiliens. La *bossa nova* « n'est plus tendance », comme on dirait dans un magazine français comme *Cosmopolitan* ou *Glamour*, mais elle a toujours ces adeptes, car c'est sans aucun doute une de plus belles trouvailles brésiliennes en ce qui concerne un rythme musicale.

insouciant, peuplé par des gens agréables. La presse se fait le miroir de ses lecteurs. Certes, elle leur renseigne tant soi peu sur le pays mais en suivant certaines consignes faciles à décrypter par ses lecteurs habituels. Si des professeurs brésiliens ont pris la place de ces lecteurs français en tant que *sujets-interprétants*, rien de plus normal qu'ils fassent appel à des raisonnements critiques: les professeurs brésiliens, rappelons-le, ne correspondent pas au lecteur-cible des magazines cités. Ce ne sont donc que des *tiers*, introduits dans un dialogue qui n'était destiné à eux, mais qui devait se passer entre le duo *magazine français & lecteur ou lectrice française*. Curieusement, en ce sens, on ne peut pas, non plus, critiquer la façon stéréotypée de décrire le Brésil faite par ces véhicules médiatiques. Ils ont répondu aux attentes de leur public. Qui n'est pas le même de *Libération* ou du *Monde*...

Quoi qu'il en soit, l'appréhension d'un stéréotype ne doit pas être prise dans une perspective "négative" ou "positive". Il faut prendre en compte l'interaction de l'énoncé stéréotypé avec l'image que chaque énonciateur a de soi-même...et de l'autre. Et tenter ne pas tomber dans des conflits passionnels. Cela est facile à dire mais difficile à mettre en pratique, comme nous montrerons dans le prochain segment.

3. Brève analyse de quelques passions contenues dans les dits de SPA e SPB

On voudrait parler ici des passions qui peuvent ébranler une bonne entente entre collègues: on approchera donc des sentiments tels que la peur de l'autre, le ressentiment, l'amour de la patrie, le désir d'identification, les préjugés et les phobies collectives. Pour ce faire nous suivrons les pas de Marc Angenot, Ruth Amossy (2008) et Braud (2007) pour qui les sentiments ont une rhétorique propre et suivent les procédés que cette rhétorique préconise.

Commençons par le ressentiment. Dans certains discours, le ressentiment senti à l'égard de l'autre peut prendre la forme d'une "*dialectique éristique* sommaire" (ANGENOT, 2008, p. 89): celui qui l'éprouve, a également l'impression d'être la cible des erreurs anciennes qui n'ont pas encore été corrigées et si l'autre – dans ce cas on songe à l'entité "le Français" - assume un air méprisant, il est susceptible de faire déclencher rapidement ce type de sensation chez ceux qui se sentent observés, jugés. Cela explique l'éclosion de cette passion dans l'*affaire* qui nous intéresse ici. Le SPB avait raison de se sentir rabaisé devant le regard stéréotypé de l'autre, surtout parce qu'il a sans doute songé aux anciennes blessures nationales. On sait qu'une nation qui a souffert le joug de ses propres tyrans, de ses colonisateurs

(ou de ses envahisseurs), en garde le souvenir pour toujours. Or, quand cette nation (c'est le cas du Brésil à l'heure actuelle) se relève, elle exige réparation. Le sentiment de nationalisme, jusque là bafoué par l'autre, se réveille très fort. En plus, toute forme de "[...]" nationalisme prétend faire la promotion d'une indigne identité sacrée collective, d'une plénitude de différences admirables, d'une particularité pleine au nom de laquelle il justifie ses revendications politiques » (ANGENOT, 2008, p. 91). Et dans la foule des sentiments, le ressentiment occupe la première place. Curieusement, c'est lui "[...]" qui soude la communauté idéologique, la tribu identitaire dont la cohésion ne résulte que du ressassement collectif de griefs et de rancunes."

Donc, le regard que l'autre pose sur nous surtout de forme si stéréotypée à de quoi réveiller des griefs: c'est bien ce qui s'est produit dans l'échange verbal entre SPA et SPB. L'indignation du second n'était pas erronée et elle joignait le personnel au collectif d'un peuple. Pourtant, la première, tenait à minimiser le regard de l'autre pour deux raisons tout à fait personnelles : tout d'abord, car elle se sentait redevable à cet autre qui l'avait aidé à *re-construire* son identité divisée à un moment donné de sa vie; ensuite, parce qu'elle savait que dès que l'on déclare "la guerre" à l'autre tout ce qu'on a pu obtenir lors des échanges intellectuels et culturels risque d'être ébranlé. On voit que SPA s'est sentie à un moment donné sans force argumentative face à la rhétorique politiquement correcte prônée par SPB, justement parce qu'elle y croit, elle aussi, et elle la pratique, dans maints cas. Mais, non dans celui des banals stéréotypes extraits des banals magazines féminins et d'un magazine de droite français, des énoncés qui se prêtaient exclusivement à l'analyse discursive et argumentative réalisée par le SD et non à une discussion de fond politique. C'était celui au moins le but du travail de SD, qui n'a pas voulu approcher de plein pied la question idéologique. En ce sens, les mots d'Angenot (2008, p. 92) peuvent sans doute expliquer les sentiments qui perturbaient SPA:

Quoi que le prétendu dominant et ennemi héréditaire ait pu faire ou fasse, la rhétorique nationaliste le lui tiendra à grief. Cherche-t-il à imposer ses valeurs, sa bienfaisance, il a tort, il fait preuve de condescendance et complot pour priver le peuple de son identité. [...] Prétend-il s'occuper d'eux, il s'immisce. [...] Aucune attitude ne peut satisfaire l'idéologie de ressentiments laquelle ne cherche qu'à retrouver en toutes circonstances des preuves de la malveillance des autres à son endroit.

Que faire donc? Le meilleur chemin se serait peut-être de chercher dans cet autre ce qu'il a de meilleur à offrir lors des échanges justes entre partenaires, mais sans laisser de côté la fierté nationale, récemment récupérée.

Dans tout cela, une chose est certaine: les stéréotypes formulés à l'égard de l'autre et de sa culture, de sa façon de vivre et de penser, sont imbus de préjugés. Reprenons l'étude réalisée par SD : un stéréotype est une pensée facile, économique; c'est un concept qui a été introduit dans le champ des sciences sociales par le journaliste américain Walter Lipmann, dans le livre *Public Opinion*, écrit en 1922. Pour l'auteur, les stéréotypes seraient tout simplement, des "images que l'on se construit dans nos têtes", acquises au long de nos vies. A partir de la conception inaugurale de Lippman, les études en psychologie sociale, ethnologie et sociologie se sont intéressées par le phénomène et on proposé, chacune à sa façon, une réflexion sur les rapports entre les groupes et ses membres, en prenant pour base la définition de stéréotype comme une image préconçue et cristallisée que l'individu construit (dans sa tête) par influence de son milieu social. Cette conception, vue dans une perspective négative, favorise la vision déformée de l'autre, et elle se trouve ainsi à l'origine des études sur les préjugés et la discrimination ; mais, vue dans une perspective positive, elle participe de la construction d'une identité sociale. Et c'était le point central sur lequel la thèse s'appuyait.

Comme on le voit, l'origine même du concept peut expliquer l'origine du conflit entre les SPA et SPB: chacun avait un regard, l'un pointant vers la perspective négative – et il était correct – l'autre vers la perspective positive et il n'était pas non plus erroné.

Les stéréotypes distillent donc des préjugés ou aident à les former. Certes. "Mais les préjugés qui les sous-entendent remplissent au moins une fonction positive: ils autorisent l'expression d'une opinion, si mal fondée qu'elle puisse paraître". (BRAUD, 2007, p. 283). Et pouvoir s'exprimer même si ce n'est pas d'une façon tout à fait gentille mène à la réflexion sur les complexités de la polémique. En ce sens, celle-ci nous paraît nécessaire, car elle évite le silence imposé et la "dépossession du droit à la parole" (BRAUD, 2007, p. 283).

4. Quelques mots en guise de conclusion

Comme nous n'avons pas ni le temps ni l'énergie cognitifs suffisants pour comprendre la complexité communicationnelle du monde qui nous entoure, nous avons une tendance à nous épargner et pour ce faire, nous développons des opinions, des attitudes ou des croyances basées dans des connaissances qui la plupart du temps, ne sont pas approfondies. Ainsi, le stéréotype est un moyen cognitif pour simplifier et rendre plus agile notre vision du monde. En ce sens, il appartiendrait à la même famille conceptuelle proposée par

Fiske et Taylor (1991): celle des “avares cognitifs”, par le moyen desquels on emprunte des raccourcis pour éviter des dépenses inutiles de temps et d'énergie pour comprendre et s'insérer, tant bien que mal, dans le monde communicationnel et sociale.

Mais, on ne doit pas être dupe: quand le stéréotypage mène à des généralisations incorrectes et indues, les choses se compliquent, et les idiosyncrasies et traits personnels qui étaient la griffe personnelle d'un individu tombent par terre et il passe à être vu en fonction du groupe auquel il appartient. Ainsi dans la joute verbale qu'à inspirée cet article, il faut dire que SPB s'est senti discriminé par la vision réductrice et stéréotypée que trois magazines français ont créée “pour faire hommage” au Brésil et de ses habitants, si bien qu'il a reçu le stéréotype comme quelque chose de maléfique. Et le SPA l'a vu comme un élément constructif dans les rapports du sujet à l'égard de l'autre et de soi-même. En décrivant tant bien que mal cet être “bizarre” – le Brésilien, le *sujet-communicant-journaliste-français* a montré non seulement la vision qu'il a de l'autre, celle qu'il désire passer à ces lecteurs ou lectrices, mais aussi *ses propres fantasmes* sur cet étranger qu'il s'efforce de capter. Et cela est toujours intéressant d'être étudié.

Quoi qu'il en soit, tout échange polémique contient toujours “une réaction au mot de l'autre” (GARAND, 1998, p. 235). Dans le cas observé, cela s'est produit par la réaction du SPB non pas face aux mots du SPA mais à cause des mots d'un tiers, en l'occurrence le ou les journalistes de *Votre Beauté, Elle* et *Paris Match* et leurs visions simplistes du monde brésilien.

Selon Amossy (2011, p. 26) la polémique peut être vue comme une modalité argumentative. La théoricienne rappelle les études d'Angenot (2008) sur la question. Par exemple, ce n'est pas toujours que l'argumentation a le but de persuader l'autre. On peut argumenter pour se persuader soi-même d'une “vérité” qu'on soutient ou pour faire un tiers adhérer à nos raisonnements. Pourquoi donc les humains argumentent-ils? La réponse¹¹ peut être trouvée chez Angenot (2008, p. 441) qui présente deux raisons pour ce faire: “ils argumentent pour se justifier, pour se procurer face au monde une justification [...] et [...] pour se situer par rapport aux raisons des autres [...], pour se positionner.”

On ose avancer que, peut-être, elle est bien là, la raison des mots éportés échangés entre les SPA e SPB: ils cherchaient tous les deux à se positionner face à l'autre (la France), à se situer face aux propos d'un tiers (le Français) et, ce faisant, ils n'ont pas pu cacher leurs passions. Ainsi l'échange que nous avons qualifié d'agressif n'en était pas un, en effet, c'est-à-dire, l'agressivité ou les passions n'étaient pas adressées à SD et à son thème de recherche, ni aux deux participants de la communication,

11 Selon Amossy 2008 : 30.

les deux sujets-professeurs, comme on l'aurait pu penser dans un premier temps. Ces échanges étaient tout simplement un moyen d'exposer des oppositions à une sorte de pensée stéréotypée de l'autre, mais sans vouloir la dissoudre: en ce sens le SPA et le SPB ont réussi, d'une certaine façon, à exposer des modalités argumentatives inespérées, tout en étalant une argumentation rhétorique par moyen de la polémique. Ce qui est toujours valable: leur polémique a pointé vers une réflexion sur le pouvoir et sur les ressources (inattendues) de l'argumentation.

Références bibliographiques

AMOSSY, Ruth (2011), "La coexistence dans le dissensus. La polémique dans les forums de discussions" in AMOSSY, Ruth et BURGER, Marcel: *Semen* n° 31, *Polémiques médiatiques et journalistiques*. Besançon, Presses Universitaires de Franche-Comté, p. 25-42.

AMOSSY, Ruth & HERSCHEBERG PIERROT, Anne (2005) *Stéréotypes et clichés*. Paris, Armand Colin.

ANGENOT, Marc (2008). *Le dialogue de sourd. Traité de Rhétorique antilogique*. Paris, Mille et une Nuits.

ANGENOT, Marc (2008). "Le ressentiment: raisonnement, pathos, idéologie" in RINN, Michel: *Emotions et Discours*. Rennes, Presses Universitaires de Rennes, p. 83-98.

BRAUD, Philippe (2007). *Petit traité des émotions, sentiments et passions politiques*. Paris, Armand Colin.

CHARAUDEAU, Patrick (1983). *Langage et Discours*. Paris, Hachette.

CHARAUDEAU, Patrick (1992). *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris, Hachette.

CHARAUDEAU, Patrick (2004). "Tiers, où es-tu? A propos du tiers du discours", in CHARAUDEAU, Patrick et MONTES, Rosa, *La voix cachée du tiers*. Paris, L'Harmattan, p. 19-41.

CHARAUDEAU, Patrick. (2005). *Les médias et l'information. L'impossible transparence*. Bruxelles, De Boeck.

CHARAUDEAU, Patrick (2007). "Les stéréotypes, c'est bien. Les imaginaires, c'est mieux", in BOYER, Henri. *Stéréotypage, stéréotypes, Langue(s), Discours*. Paris, L'Harmattan, p. 49-63.

CHARAUDEAU, Patrick (2009). "Identité sociale et identité discursive. Un jeu de miroir fondateur de l'activité langagière", in CHARAUDEAU, Patrick. *Identités sociales et discursives du sujet parlant*. Paris, L'Harmattan, p. 15-28.

FISKE, S. T. & TAYLOR, S.E. (1991) *Social cognition*. Nova York, Mac Graw Hill.

FLORENCIO, Renata Aparecida Toledo. *O ano do Brasil na França: um estudo da construção linguístico-discursiva do estereótipo*. Tese de Doutorado, Programa de pós-graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil, 2011, p. 210.

GALATANU, Olga (2007). “**Pour une approche sémantico-discursive du stéréotype** à l’interface de la sémantique théorique et de l’analyse du discours” in: BOYER, Henri (sous la direction de) *Stéréotypage, stéréotypes: fonctionnements ordinaires et mises en scènes*. Paris, L’Harmattan, p. 89-100.

GALINARI, Melliandro (2007) “As emoções no processo argumentativo”, in MACHADO, Ida Lucia, MENEZES, William, MENDES, Emilia. *As emoções no discurso*. Rio de Janeiro, Lucerna, p. 221-239.

GARAND, Dominique (2008). “Propositions méthodologiques pour l’étude de la polémique” in HAYWARD, Annette & Dominique GARAND (éds.) *Etats du polémique*, Montréal, Nota Bene, p. 211-268.

HALL, Stuart (1992). “**The question of cultural identity**” in HALL, S., HELD, D., MCGREW, T. *Modernity and its futures*. Politic Press/Open University Press.

HALPERN, Catherine (2009) (coordonné par) *Identité(s) – L’individu, le groupe, la société*. Auxerre, Editions Sciences Humaines.

MACHADO, Ida Lucia (2007). “**La même représentation stéréotypée de la prostituée** dans le discours de Maupassant (France) et dans celui de Chico Buarque (Brésil): étude de cas dans l’optique de l’analyse du discours” in BOYER, Henri () *Stéréotypage, stéréotypes, Langue(s), Discours*. Paris, L’Harmattan, p. 133-139.

LIPMANN, Walter (1922). *Public Opinion*, New York, Free Press Paperbacks.

MACHADO, Ida Lucia (2011). “*Storytelling*, uma nova moda de Comunicação/persuasão?” in EMEDIATO, Wander & LARA, Gláucia, *Análises do Discurso hoje*, volume 4. Rio de Janeiro, Lucerna, p. 165-175.

MACHADO, Ida Lucia (2011). “A construção de “vozes” reveladoras de uma dada sociedade e de suas práticas discursivas” in: DAHLET-BRAUN, Véronique, *Ciências da Linguagem e didática de línguas*. São Paulo, Humanitas, p. 47-58.

MACHADO, Ida Lucia (2011). “Le rôle du récit de vie dans le discours politique de Lula”, *Argumentation et Analyse du Discours* [En ligne], 7|2011, mis en ligne le 15 octobre 2011, URL : <http://aad.revues.org/1166>

**Humor, semiolinguística e piadas:
uma proposta de análise**
*[Humor, jokes and semiolinguistics: a
proposal for analysis]*

RONY PETTERSON GOMES DO VALE

Doutorando em Estudos Linguísticos – UFMG, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil; CAPES-REUNI.
[ronyvale@gmail.com]

RENATO DE MELLO

Doutor em Estudos Linguísticos – UFMG. Professor da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
[ufmgrenato@hotmail.com]

RESUMO

O presente artigo procura apresentar uma proposta de análise do Discurso Humorístico, tendo como base os postulados da Teoria Semiolinguística aliados aos critérios descritivos propostos por Patrick Charaudeau em seu texto *Des catégories pour l'humour*, de 2006. Imersos no campo da Análise do Discurso, vamos apontar as principais características do Discurso Humorístico a partir da sua *mise en scène triádica* constituída pelo locutor, destinatário e alvo (*cible*), vislumbrando o papel desses sujeitos em “histórias engraçadas” (*histoires drôles*), tanto no plano não ficcional (situação de comunicação) quanto no ficcional (situação de enunciação), por meio do desdobramento das identidades discursivas (MELLO, 2004, 2006). Sabendo que os atos de comunicação humorísticos têm a capacidade de atravessar vários gêneros textuais/discursivos, procuramos, neste texto, nos ater a algumas piadas em língua portuguesa e verificar como os procedimentos linguageiros são utilizados na busca de efeitos pretendidos baseados no humor.

Palavras-chave

Discurso; Humor; Piadas; Análise do Discurso; Semiolinguística.

RÉSUMÉ

Ce papier présente une analyse des discours humoristique, basée sur les postulats de la Théorie Sémiolinguistique alliée à des critères descriptifs proposée par Patrick Charaudeau dans son article Des catégories pour l'humour de 2006. Immergé dans le domaine de l'Analyse du Discours, nous soulignons les principales caractéristiques du discours humoristique de sa mise en scène triadique constitué par le locuteur, le destinataire et la cible, soulignant le rôle de ces sujets dans les histoires drôles, à la fois dans le plan de la non fiction (situation de communication) et le plan de la fiction (la situation d'énonciation), par le déploiement des identités discursives (MELLO, 2006) et (2004). Sachant que les actes de communication humoristique ont la capacité de traverser plusieurs genres textuels/discursive, dans cet article, nous cherchons nous en tenons à certaines blagues en portugais et voir comment les procédures langagiers sont utilisés dans la recherche des effets de sens en fonction de l'humour.

Mots-clés

Discours, Humour, Plaisanteries, Analyse du discours; Sémiolinguistique.

Introdução

A questão da análise dos atos humorísticos pode ser encontrada em escritos de várias áreas do conhecimento: retóricos, estilísticos, filosóficos, psicológicos, entre outros, o que cria um quadro teórico possuidor de uma infinidade de definições e categorias – muitas vezes pouco operatórias. De posse dessa ideia, Charaudeau (2006, p. 21) procura admitir que o termo humor serve para designar “uma noção genérica [...] que pode se fazer objeto de diversas caracterizações.”¹. Diante disso, o mesmo autor propõe, a partir de parâmetros oriundos da Análise do Discurso, elaborar/elencar categorias que possibilitem a descrição e a caracterização desse tipo de ato linguístico em uma perspectiva discursiva.

Desse modo, procuraremos, neste artigo, mostrar como tais critérios de análise apontados por Charaudeau podem ser aplicados a um pequeno *corpus* em língua portuguesa. Além disso, propomo-nos a discutir como a descrição e a análise do Discurso Humorístico, em suas materializações, devem sofrer adaptações, de modo a garantir uma maior legitimidade dos dados encontrados². Assim, este artigo está organizado da seguinte maneira: primeiramente, mostraremos os principais postulados de Charaudeau (2006) para a análise do ato humorístico; em segundo lugar, avançaremos na discussão sobre a aplicação desses postulados, procurando adaptá-los à realidade de um grupo de piadas, buscando generalidades relacionadas a esse ato humorístico; por último, demonstraremos uma proposta de análise desse *corpus*, apontando algumas questões mais particulares do gênero.

1. Discurso Humorístico: características gerais e categorias de análise

Charaudeau (2006) admite que o ato de comunicação humorístico não deve ser considerado como a totalidade de uma situação de comunicação, o que implica considerar que esse ato pode fazer parte de qualquer tipo de situação, inserido potencialmente numa diversidade de contratos: publicitário, midiático, conversacional etc. Isso leva o teórico a postular que o ato humorístico é “uma certa maneira de dizer no interior de diversas situações, um ato de enunciação com fins de estratégia para fazer de seu interlocutor um cúmplice”³ (CHARAUDEAU, 2006, p. 22).

1 No original: “[...] une notion générique qui [...] peut faire l’objet de diverses catégorisations.”

2 Para maiores detalhes sobre as questões teóricas e práticas apresentadas aqui *vide*: VALE, R. A **mulher nas piadas de almanaques**, 2009.

3 No original: “Il est plutôt une certaine manière de dire à l’intérieur de ces diverses situations, un acte d’enonciation à des fins de stratégie pour faire de son interlocuteur un complice.”

Ressalta-se, ainda, que a análise do ato humorístico deve ir além da descrição dos jogos de palavras, que evidenciaríamos somente uma atividade lúdica. Assim, com o objetivo de estudar o ato de comunicação humorístico, devemos descrever:

- A situação de comunicação;
- A temática predominante;
- Os procedimentos linguageiros colocados em funcionamento;
- Os efeitos suscetíveis de serem produzidos no auditório.

Em (a), o ato humorístico deve ser considerado como uma *mise en scène triádica*, ou seja, caracterizada pela “presença” de três sujeitos⁴: o locutor, o destinatário e o alvo⁵ (*cible*):

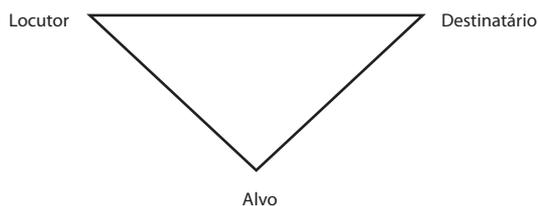


Figura 1: Representação da *mise en scène triádica*

>> O locutor – sujeito que produz o ato humorístico numa determinada situação de comunicação, na qual ele levará em conta dois fatores: as coerções e a forma de enunciação. Quanto às coerções, esse sujeito deve saber se ele possui autorização para produzir tal ato, ou seja, se é legitimado, uma vez que esse ato pode “ferir” o interlocutor, tornando este último uma vítima. Em outros casos, o ato de humor visa a atingir um outro, levando o interlocutor a se tornar uma espécie de cúmplice. Quanto à forma de enunciação, o locutor pode contar uma “história engraçada” (*histoire drôle*), trazendo para a cena personagens-enunciadores que possuem certas identidades (papéis sociais) sobre as quais repousa o sucesso do ato de humor.

4 Como todo modelo esquemático, esse esboço da *mise en scène triádica* não deve ser considerado como estanque e rígido em relação à quantidade de sujeitos envolvidos, uma vez que os sujeitos podem se desdobrar em outras instâncias como postula a Teoria Semiolinguística.

5 Essa instância deve ser considerada uma instância cambiante que ora pode representar um sujeito indiretamente presente durante o ato de linguagem, ora se fundir tanto ao locutor (no caso da autoironia) ou ao destinatário (tornando-o cúmplice ou vítima do ato). Isso nos leva a pensar que existem similitudes entre o alvo e a categoria de terceiro (*tiers*), pois ambas dizem respeito a uma instância presente, ainda que indiretamente, no ato da enunciação: aquela de quem se diz. Além disso, não devemos confundir a instância do alvo com o sujeito destinatário (TU_d), mesmo que esse seja considerado uma espécie de expectativa, aposta, escopo para locutor.

>> O destinatário – sujeito chamado a participar da *mise en scène* do ato humorístico assumindo ora papel de cúmplice, ora de vítima. Enquanto cúmplice, o locutor busca sua convivência, chamando-o “a partilhar a visão decalcada do mundo que propõe o enunciador, além do julgamento que esse coloca sobre o alvo”⁶ (CHARAUDEAU, 2006, p. 23). É transformado, desse modo, em uma espécie de “testemunha” do ato de comunicação do locutor. Enquanto vítima, esse sujeito é tornado, ao mesmo tempo, o destinatário e o alvo, podendo assumir duas posições: 1) aceitar rir de si mesmo; ou 2) fazer “ouvidos de mercador”. Sua réplica, no entanto, se existir, terá, provavelmente, um caráter semelhante à agressão sofrida.

>> O alvo é a entidade sobre a qual o ato de humorístico recai.

Pode possuir natureza de pessoa (individual ou coletiva), na posição de terceiro protagonista da cena humorística, na qual se coloca em censura o comportamento psicológico ou social, sublinhando os defeitos ou os ilogismos de suas maneiras de ser e de fazer aos olhos do julgamento social de normalidade...⁷ (CHARAUDEAU, 2006, p. 23 – tradução nossa).

Além disso,

é por intermédio do alvo que o ato humorístico questiona as visões normatizadas do mundo procedendo aos desdobramentos, às disjunções, às discordâncias, às dissociações dentro da ordem das coisas⁸ (CHARAUDEAU, 2006, p. 24 – tradução nossa).

Em (b), devemos tratar mais especificamente de definir o domínio ou o universo de discurso sobre o qual o ato de comunicação humorístico está fundado. Apesar das dificuldades em circunscrever tais domínios, Charau-deau (2006) sugere uma distinção simples com a finalidade de determinar quais são os domínios de discurso partilhados pelos protagonistas do ato humorístico. Isso porque é sobre essa distinção que repousam os tipos e os possíveis efeitos de humor baseados em visões decalcadas do mundo. O locutor do ato humorístico joga com essas visões, esperando que elas sejam partilhadas pelo seu destinatário. Disso resulta a questão de saber

6 No original: “[...] il est appelé à partager la vision décalée du monde que propose l'énonciateur, ainsi que le jugement que celui-ci porte sur la cible.”

7 No original: “La cible est ce sur quoi porte l'acte humoristique ou ce à propos de quoi il s'exerce. Ce peut être une personne (individu ou groupe), en position de troisième protagoniste de la scène humoristique, dont on met à mal le comportement psychologique ou social en soulignant le défauts ou les illogismes dans ses manières d'être et de faire au regard d'un jugement social de normalité [...]”

8 No original: “C'est par l'intermédiaire de la cible que l'acte humoristique met en cause des visions normées du monde en procédant à des dédoublements, des disjonctions, des discordances, des dissociations dans l'ordre des choses.”

se pode ser feito humor sobre tudo, ou seja, determinando-se a temática, vislumbrar-se-ão as possíveis coerções impostas ao locutor.

Em (c), Charaudeau (2006) afirma que os procedimentos languageiros podem ser divididos em dois tipos: 1) os linguísticos; e 2) os discursivos. Quanto aos primeiros, são definidos como procedimentos que “dependem de um mecanismo léxico-sintático-semântico que concerne ao explícito dos signos, sua forma e seus sentidos, assim como à relação forma-sentido”⁹ (CHARAUDEAU, 2006, p. 25). Além disso, tais mecanismos não são em si portadores de valor humorístico, podendo ser utilizados em diferentes gêneros sérios como a poesia. Quanto aos procedimentos discursivos, estes dependem mais diretamente dos mecanismos de enunciação do ato humorístico: dos sujeitos e de suas posições assumidas; do contexto; e dos domínios temáticos partilhados.

Em (d), Charaudeau (2006, p. 35) considera os efeitos possíveis do ato humorístico como resultantes de *mise en cause* (questionamento) de uma visão do mundo, buscando uma conviência (que pode ser lúdica, crítica, cínica, de derrição, ou *plaisanterie*¹⁰) do destinatário.

Diante do exposto, vejamos um esboço de análise de um grupo de piadas de modo a evidenciar como tais preceitos de descrição do ato humorístico devem ser aplicados, levando-se sempre em conta as características dos textos e dos discursos analisados.

2. Piadas: representantes genéricos do Discurso Humorístico

Tidas comumente como histórias curtas e engraçadas¹¹, de final geralmente surpreendente, que têm como fim causar o riso, a gargalhada, as piadas possuem como característica básica a sua variedade de assuntos: profissões, políticos, minorias étnicas, crianças, animais, entre outros. Nelas são encenadas as mais variadas situações do cotidiano como discussões entre pai e filha, brigas entre marido e mulher, diálogos entre familiares, situações de

9 No original: “*Les procédés linguistiques relèvent d’un mécanisme lexico-syntaxique-sémantique qui concerne l’explicite des signes, leur forme et leurs sens, ainsi que les rapports forme-sens.*”

10 Em português, literalmente, brincadeira. Termo de difícil tradução no contexto do artigo, pois deve ser assumido no sentido restrito de um comentário colocado sobre um enunciado que acabou de ser dito, diminuindo, assim, seu caráter sério: “estava só brincando”.

11 Os dicionários normalmente elencam vários sinônimos para o termo piada como, por exemplo: “chiste”, “pilhéria”, “anedota”, “dito espirituoso”, “gracejo”, “bufonaria”, entre outros. Adotaremos, neste trabalho, também um sentido lato para o termo piada, uma vez que é próprio das piadas possuir uma relativa liberdade quanto: a) à sua estrutura textual (indo desde uma simples narrativa a uma dramatização de um diálogo do cotidiano); b) a ser ou não espirituosa; c) a estar ou não relacionada a personalidades históricas etc.

sala de aula, consultas médicas, entre outras, nas quais personagens representam diferentes tipos de relações sociais. Essas pequenas histórias, ademais, esboçam, por meio do humor, temas que podem ser considerados vestígios de diferentes discursos sobre um mesmo objeto. Isso se deve ao fato de que esses discursos são construídos a partir imagens estereotipadas de pessoas, de situações, de instituições etc. e de mecanismos linguísticos como a ambiguidade ou o duplo sentido.

Para este artigo, selecionamos um grupo de piadas de modo a mostrar, além da constituição do ato humorístico, o potencial desse gênero discursivo/textual (neste caso específico) para reproduzir os mais variados tipos de discurso, muitas vezes, simultaneamente.

2.1. A situação de comunicação nas piadas

Como se sabe, outros discursos podem ser transmitidos por meio de piadas: uma possibilidade aberta pelo próprio ato de comunicação humorístico que se apresenta mais como um modo de dizer, uma estratégia para tornar o interlocutor um cúmplice em diversas situações (cf. CHARAUDEAU, 2006). Isso nos leva a pensar nas piadas como uma das (diversas) materializações do discurso humorístico. Cientes disso, buscaremos, nesse primeiro momento, evidenciar a confluência das instâncias enunciativas presentes no quadro comunicacional proposto pela Teoria Semiollingüística (CHARAUDEAU, 2008), com os sujeitos da *mise en scène triádica*: locutor, destinatário e alvo. Tem-se, desse modo, no circuito externo:

EU_c – instância enunciativa pertencente ao mundo físico sócio-histórico;
TU_i – representa qualquer pessoa que venha a entrar em contato com piadas (sejam elas contadas ou lidas em qualquer tipo de periódico ou suporte);

E no circuito interno:

EU_e – sujeito humorista ou sujeito narrador¹²;
TU_d – sujeito destinatário (de certo modo, uma instância idealizada pelo EU_c);

Alvo – entidades, instituições, pessoas e comportamentos aos quais o EU_c, segundo nossa hipótese, procura atingir e, por consequência, modificar.

12 Quando há o desdobramento da cena para as “histórias engraçadas”.

Como se percebe, as instâncias enunciativas da *mise en scène triádica* se desdobram em vários sujeitos. Assim, o locutor do ato humorístico vê-se desdobrado em EU_c e EU_e. Por sua vez, o destinatário se subdivide em TU_d e TU_r. Já o alvo, devido à sua natureza cambiante, pode ser fusionado a cada uma das demais instâncias desdobradas ou desenvolver uma papel semelhante ao de um terceiro (*tiers*). Por isso, a presença do alvo não aparece explicitada no quadro comunicacional.

Essa potencial existência do alvo nos induz a pensar sobre as visadas¹³ discursivas presentes nas piadas. A relação entre essas visadas discursivas nem sempre é simples de se perceber, pois uma pode estar mascarando a outra, ou seja, o que a princípio se mostra com o objetivo de “fazer-rir” – o que, em muitos casos, não é fácil de se verificar –, na verdade busca a adesão dos ouvinte/leitores contra determinados comportamentos sociais. Colabora para essa “não percepção” da principal finalidade das piadas o fato de que o locutor (desdobrado em EU_e) pode contar uma “história engraçada” (*histoire drôle*) e, nesta, não somente trazer outros sujeitos, as personagens com suas vozes e identidades, mas também construir um simulacro da realidade, no qual novas situações demandarão novos contratos e, por conseguinte, novos componentes, entre eles, diversas visadas.

Por esse motivo, torna-se necessário discutir como essas situações de comunicação ficcionais são construídas, de que natureza são seus componentes e como se dá a relação entre os sujeitos do ato humorístico no nível ficcional.

2.2. A situação de enunciação nas piadas

Para discutir essas situações de enunciação que comportam as personagens nas piadas, iniciaremos com o que chamamos de piada 01:

- Quem é a mulherzinha bonita, que cozeu [sic] o bolso do marido?
- E (sic) que é o que a mulherzinha bonita andou procurando no bolso do marido?¹⁴

13 “As visadas correspondem a uma intencionalidade psico-sócio-discursiva que determina a expectativa (*enjeu*) do ato de linguagem do sujeito falante e, por conseguinte da própria troca linguageira. As visadas devem ser consideradas do ponto de vista da instância de produção que tem em perspectiva um sujeito destinatário ideal, mas evidentemente elas devem ser reconhecidas como tais pela instância de recepção; é necessário que o locutor e o interlocutor possam recorrer a elas” (CHARAUDEAU, 2004, p. 23).

14 Fonte: ALMANAQUE CAPIVAROL, 1955, p. 28.

Esse texto pode ser considerado uma “história engraçada”, como prevê Charaudeau (2006), em formato de esquete. O que interessa aqui é destacar a reprodução em um nível ficcional de uma situação comunicativa cotidiana, isto é, um diálogo entre marido e mulher, carregado de segundas intenções. A pergunta que cabe aqui é: haverá um alvo também nesse nível ficcional?

Se tomarmos a proposta de Charaudeau (2006) para a descrição e análise do discurso humorístico, deveremos, então, considerar que a *mise en scène triádica* também se desenvolve nesse nível. Dentro da “história engraçada” ou da cena interna ficcional (como passaremos a denominá-la), encontramos personagens que simulam estar no mundo real. Suas falas são estruturadas também de forma a representar enunciados do mundo real (MELLO, 2004, 2006). Contudo, se seguirmos aplicando o raciocínio de Charaudeau (2006), a existência dessa *mise en scène* ficcional deverá possibilitar-nos a reinterpretação da natureza dos sujeitos envolvidos. De fato, podemos postular para as personagens, classificações semelhantes às dos sujeitos da cena interna não-ficcional, ou seja, elas poderão se constituir enquanto locutor, destinatário (cúmplice ou vítima) e alvo, assumido, assim, todas as características dessas entidades.

Desse modo, para o nosso exemplo (piada 01), teríamos um marido (EU_e no plano ficcional) que, de certo modo, ataca seu destinatário, sua “mulherzinha,” (TU_d também no plano ficcional), tomando esse destinatário como vítima de seu ato de comunicação. Além disso, nessa ação, tem-se a confluência do destinatário com o alvo. Se pensarmos na ação do EU_e (o narrador no plano não-ficcional), há uma espécie de chamado do TU_d (também do plano não-ficcional) a partilhar desse ataque representado na “história engraçada”, constituindo um novo alvo (também no plano não-ficcional). Como veremos adiante, esse desdobramento do alvo abre a possibilidade de que ele possa se fundir (ou não) com as outras instâncias enunciativas presentes no ato humorístico.

Esse encaixotamento de cenas e essa superposição de sujeitos podem ser melhor visualizados na figura 3:

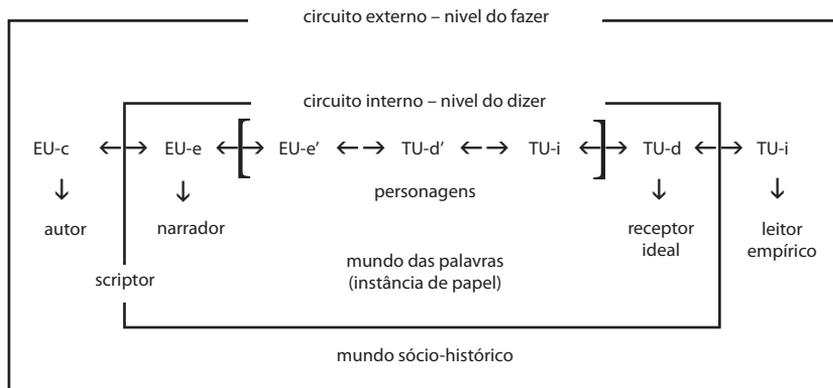


Figura 3: Desdobramento das instâncias enunciativas de acordo com Mello (2004,2006)

Isso nos leva a pensar nessas entidades como lugares a serem preenchidos de acordo com as necessidades do ato de comunicação humorístico. Esses espaços, por sua vez, ao serem preenchidos, trazem implicações – devido à sua própria natureza – para as representações sociodiscursivas utilizadas nessa ação. Assim, em nosso exemplo (piada 01), admitindo-se uma fusão entre TU_d' (tornado vítima) e o alvo, tem-se uma representação da mulher baseada na ganância feminina por dinheiro ou na desconfiança sobre fidelidade do marido. Recai sobre essa representação o ataque do EU_e' (personagem marido), e a busca da convivência do ouvinte/leitor-ideal (TU_d) a compartilhar desse ataque.

Com base nessa proposta exposta até aqui, abre-se a possibilidade de podermos, então, descrever vários *corpora* de modo a: evidenciar os componentes contratuais, levando em consideração as propriedades da *mise en scène triádica* no plano das personagens; transcrever os enunciados capazes de evidenciar o ato humorístico; e criar hipóteses sobre quaisquer representações sociodiscursivas referentes que se apresentam nas piadas. Com isso em mente, acreditamos poder fundamentar a análise do discurso humorístico propriamente dito, buscando: descrever as características desse tipo de discurso (os procedimentos languageiros: discursivos e linguísticos); sua abertura para outros discursos (pluri-isotopias) e os possíveis efeitos de humor evidenciados nas piadas; analisar as modalidades enunciativas que possam evidenciar nossas hipóteses sobre as representações sociodiscursivas, em uma dada sociedade, em um dado momento histórico.

3. Os atos de comunicação humorísticos em piadas: procedimentos linguageiros e efeitos de sentido

Nesta seção, analisaremos como os atos de comunicação humorísticos podem se apresentar em algumas piadas. Consideraremos, primeiramente, que esses atos dizem respeito às enunciações das personagens, ou seja, os atos humorísticos serão entendidos como resultados da interação entre personagens que “fingem” estar no mundo real, uma vez que lidamos com textos que contêm “histórias engraçadas”.

3.1. Os procedimentos linguageiros em piadas

Como dissemos na seção anterior, aqui demonstraremos como, a partir da proposta de Charaudeau (2006) e Mello (2004,2006), podemos analisar as características linguageiras presentes nos enunciados que apresentam (carregam) as marcas do ato de humor em piadas. Iniciaremos discutindo os procedimentos discursivos; em seguida, os procedimentos linguísticos; e, por último, evidenciaremos os efeitos de humor e as visadas discursivas em relação ao ouvinte/leitor de piadas.

3.1.2. Os procedimentos discursivos

A análise dos procedimentos discursivos, como afirma Charaudeau (2006), leva em consideração a tentativa do locutor de tornar seu destinatário um cúmplice, visando a atacar um determinado alvo, por meio de índices que mascaram o dito e que possibilitam a passagem (transmissão) do não-dito. A questão que se coloca é trazer aos olhos os responsáveis por essa “intenção” (no caso, essa visada discursiva). Logo, devemos evidenciar como esse jogo enunciativo se desenvolve nas piadas. Porém, como já afirmamos antes, muitas vezes as piadas reproduzem diálogos do cotidiano com personagens simulando seres humanos, o que implica o desdobramento das cenas enunciativas (ver figura 3). Assim, em um primeiro instante, devemos procurar evidenciar como a enunciação da personagem-sujeito-humorista, representada pelo EU_e , busca a cumplicidade do TU_d contra um alvo. Em um segundo, devemos identificar qual a categoria predominante na fala do EU_e . Para exemplificar essa etapa da análise, tomemos a piada 02:

Mulher: — Geralmente falando, as mulheres estão...
Marido: — (que está distraído) Estão sim...
Mulher: — Estão, o quê?
Marido: — Geralmente falando.¹⁵

Nessa piada, a personagem marido busca a cumplicidade de seu TU_d, representado pela personagem mulher, utilizando-se do conjunto de enunciados: “Estão sim... Geralmente falando”. A questão que salta aos olhos é a reação da personagem mulher que, de certo modo, indica uma indignação. A partir disso, podemos hipostasiar que o alvo, atacado por esse enunciado, mantém uma relação com a classe das mulheres (“As mulheres estão sempre falando...”). Daí assumirmos que o TU_d’ e o alvo se fusionaram, o que proporciona uma desvalorização (ou até mesmo uma agressão) do TU_d’. Essa desvalorização, como ressalta Charaudeau (2006, p. 30-31), leva-nos a proceder à classificação desse ato humorístico na categoria do sarcasmo, pois a personagem marido expressa explicitamente um julgamento negativo, não havendo discordância entre o dito e o não-dito (como acontece na ironia).

3.1.2. Os procedimentos linguísticos

Os procedimentos linguísticos estão relacionados à capacidade dos enunciados de possibilitarem a abertura para um ou mais níveis de leitura ou isotopias. Essa abertura, por sua vez, pode ser realizada pelos mais variados recursos linguísticos: do duplo sentido dos vocábulos aos trocadilhos fonéticos e/ou morfológicos. Por conseguinte, a análise desses procedimentos deve ser realizada caso a caso, de modo a determinar os conectores e os desencadeadores de isotopias¹⁵ e o que Charaudeau (2006, p. 32) chama de jogo semântico baseado em tipos de incoerências. Além disso, é relevante assumir já nesta seção que entre os procedimentos acima arrolados também a modalização, representada pelas modalidades locutivas (CHARAUDEAU, 2008, p. 86-105), se constitui como importante categoria de análise para a explicação de mudança de isotopia.

¹⁵ Tomaremos o conceito de isotopia como a existência de uma certa homogeneidade no plano de leitura de um texto em oposição à pluri-isotopia (ou alotopia), que está ligada à heterogeneidade de sentidos ou à possibilidade de haver ambiguidades em um dado texto (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2006). O conceito de pluri-isotopia contribui para evidenciar tanto as mudanças no plano de leitura quanto as estratégias discursivas relacionadas, por exemplo, ao “silenciamento” de determinados discursos. Ela é caracterizada por determinados procedimentos linguísticos ligados à “... permanência [ou não] de um sentido ao longo da cadeia do discurso” (BERTRAND, 2003 apud LARA, 2008, p. 63): os conectores de isotopias, que dizem respeito tanto à isotopia X quanto à isotopia Y, ou seja, podem ser lidos e interpretados proporcionando sentido em ambas; e os desencadeadores de isotopia, elementos que “... se encaixa[m] mal em uma dada leitura e leva[m] à ‘descoberta’ de uma outra isotopia.” (BARROS, 2004, p. 208).

Assim, nossa tarefa aqui é descrever essa abertura proporcionada por recursos linguísticos que, em muitos casos, podem evidenciar a presença de outros discursos nas piadas. Tomemos um exemplo (piada 03):

A professora: — Fale-me alguma coisa, sobre a vida de Irene, Imperatriz de Bizancio.

A alumna: — Ora, professora, não costumo fallar da vida dos outros¹⁶.

Iniciamos a análise dessa piada detectando a existência do conector de isotopia, no caso, o verbo “falar”. No texto, esse verbo assume duas de suas acepções de sentido. Em “fala-me alguma coisa...”, o verbo falar, tomado no sentido de declarar, dizer, fazer um relato sobre alguma coisa (logo, transitivo direto e pronominal), é utilizado em uma modalidade enunciativa alocutiva interrogação, colocando o interlocutor na posição de dever responder, na qual qualquer tentativa de não excussão está sob o risco de sanções (no caso, por parte da professora). Por outro lado, em “... não costumo fallar da vida dos outros...”, o mesmo verbo é utilizado em uma modalidade enunciativa elocutiva de recusa, o que, na situação de comunicação analisada, implicaria as sanções negativas para a personagem aluna. Contudo, o verbo falar é tomado no sentido de falar mal (logo, transitivo indireto) de alguém ou de alguma coisa. A sanção negativa reverte-se em um ato de agressividade contra a professora. Ainda nesse mesmo ato, a aluna novamente desconsidera a situação de sala de aula, atacando seu TU_a’ constituído como vítima. Essa atitude pode ser percebida pela marca linguística “ora”¹⁷ presente no enunciado da personagem aluna, por meio da qual ela admite seu cinismo¹⁸. Desse modo, e ainda de acordo com Charaudeau (2006), temos para essa piada uma incoerência na qual os universos de leitura ou as isotopias relacionadas não são estranhos entre si: é possível – como fizemos – detectar uma transferência de sentido por meio dos procedimentos linguísticos: o duplo sentido que assume o verbo falar. Como podemos perceber, esses procedimentos abrem as portas para os imaginários sociodiscursivos sobre a mulher: as picuinhas entre professoras e alunas, exposta pelo desrespeito às hierarquias; e o não admitir “falar da vida alheia” (coloquialmente, fofocar).

¹⁶ Fonte: ALMANAQUE COSTUMES E CURIOSIDADE, 1939, p. 32.

¹⁷ “Ora”, de acordo com Houaiss (2002), pode significar uma espécie de interjeição com que se “exprime impaciência, menosprezo, espanto, dúvida; ara. Ex.: “ora, não me importunes!”; “ora, que absurdo nos estás dizendo!”

¹⁸ Charaudeau (2006) vai considerar essa atitude de agressividade contra o interlocutor não enquanto cinismo, no sentido apontado por Freud (2006), mas como sarcasmo. Por cinismo, Charaudeau (2006, p. 37) postula uma atitude destruidora de valores e normas sociais, na qual o sujeito humorista se mostra avesso a tudo e a todos, não possibilitando uma contra-argumentação.

3.2. Os efeitos de humor e as visadas discursivas

De modo a precisar a descrição e a análise dos atos humorísticos nas piadas, faz-se necessário verificar os possíveis efeitos de humor que procuram atingir os sujeitos nesse ato, e as visadas discursivas correlacionadas. Para Charaudeau (2006), esses efeitos estão relacionados ao chamado que o locutor direciona ao seu destinatário, ou seja, juntamente com efeito do ato humorístico existe a busca de uma convivência do interlocutor contra um determinado alvo. Assim, tem-se para cada efeito possível uma visada correspondente. Por exemplo, durante um ato humorístico em que se pretenda um efeito de derrisão, que objetiva desqualificar o alvo sem a possibilidade de uma contra-argumentação, coexistirá uma visada de derrisão, que procura fazer com que o destinatário partilhe de uma certa insignificância do alvo, isto é, o locutor faz partilhar seu desprezo para com o alvo, que se acredita supervalorizado (CHARAUDEAU, 2006, p. 37-38).

Essa correspondência entre os efeitos e as visadas discursivas, entretanto, deve ser entendida como relativamente biunívoca, pois pode acontecer de um efeito que está voltado para uma determinada convivência do destinatário não corresponder diretamente à visada (efeito) direcionada ao alvo. Logo, podemos dizer que o efeito é direcionado ao destinatário, buscando sua convivência; a visada, por sua vez, procura atingir um alvo de alguma maneira. Em muitos casos, poderemos encontrar uma correspondência biunívoca entre efeito e visada; em outros, essa correspondência poderá ser diferente ou mesmo múltipla.

Até aqui, essas colocações parecem pertinentes em relação às atitudes enunciativas das personagens. Contudo, devemos expandi-las de modo a evidenciar que tais efeitos e visadas podem transcender as situações ficcionais, atingindo o alvo e/ou o TU_d no plano não-ficcional. Essa transcendência é possível devido à possibilidade de fusão entre os sujeitos dentro do ato humorístico. Desse modo, além da natureza dos sujeitos pertencentes à *mise en scène* discursiva, evidenciaremos essa possibilidade de confluência entre os sujeitos dos planos ficcional e não-ficcional a partir das marcas discursivas e linguísticas. Vejamos alguns exemplos:

MAL DE UNS...

— Há dias eu disse à minha mulher uma frase com tanta infelicidade que ela deixou de falar comigo.

— Oh! E não podes me dizer o que foi, para eu repetir à minha?¹⁹

¹⁹ Fonte: ALMANAQUE CAPIVAROL, 1955, p. 12.

Nessa piada, o plano ficcional é formado por uma *mise en scène triádica* na qual podemos perceber duas personagens cujos traços de identidade são definíveis como: sexo (masculino), idade (adulto), estado civil (casado ou amasiado). Essas duas personagens constituem para o ato humorístico, respectivamente, o locutor e o destinatário. O alvo, apesar de não presente na cena, pode ser inferido pelos dizeres de ambas as personagens ao assumirem que possuem companheiras. Esse alvo é deduzido a partir da análise do enunciado desencadeador do ato humorístico, a saber: “Oh! E não podes me dizer o que foi, para eu repetir à minha?”. Nesse enunciado, locutor (EU_c), por meio da modalidade alocutiva “interrogação”, demanda uma informação contida na frase dita pela primeira personagem que, de alguma forma, evitaria um hábito feminino baseado no imaginário social de que as mulheres falam demais. Por meio desse enunciado sarcástico, esse locutor busca uma convivência de derrisão do seu destinatário, tornando-o cúmplice, ao mesmo tempo em que expõe sua visada de derrisão contra o alvo.

No plano não-ficcional, podemos dizer que esse alvo se funde com uma outra entidade, aparentemente ausente na cena, no momento em que se percebe uma sobremodalização do enunciado “Oh! E não podes me dizer o que foi, para eu repetir à minha?” pela modalidade elocutiva “apreciação favorável”. Essa sobremodalização indica a posição do sujeito falante a respeito da alusão ao sucesso da informação contida na frase que a primeira personagem disse à sua esposa. Daí deduzirmos que há um EU_c (narrador da “história engraçada”) que objetiva a cumplicidade (convivência de derrisão) do TU_d (ouvintes/leitores) contra um alvo, de mesma natureza do alvo presente na cena ficcional (as esposas ou companheiras que falam demais).

ATRIZ NÃO!

Pai – Minha filha, você está proibida de ser atriz! Se fôr [sic] trabalhar no cinema, eu a matarei.

Filha – Mas, papai, eu arranjarei um pseudônimo.

Pai – Pois matarei os dois!²⁰

Nesse texto, as personagens pai e filha, respectivamente locutor e destinatário no plano ficcional, discutem sobre o futuro profissional da filha. No enunciado “Pois matarei os dois!” produzido pela personagem pai, percebe-se um ataque ao alvo que, no caso, é múltiplo, ou seja, o ataque recai sobre a filha (transformada em vítima) e sobre a própria lógica do enunciado, uma vez que não se pode matar uma categoria lexical, um pseudônimo.

²⁰ Fonte: ALMANAQUE BRASIL, 1966, p. 31.

Logo, tem-se uma confluência parcial entre o TU_d e o alvo. Novamente, tanto o efeito quanto a visada são de derrisão.

Já no plano não-ficcional, podemos tirar esse ataque do âmbito do absurdo, pois o contexto histórico dessa piada (décadas de 50/60) evidencia uma preocupação dos pais de família contra determinados tipos de trabalhos que uma mulher poderia/deveria assumir. A preocupação é garantir que a personagem filha não desvie de um caminho trilhado pela tradição: ser uma mulher casada, mãe prestativa e, no máximo, secretária ou professora. Desse modo, dizemos que o ataque, nesse plano, se dirige à ideia de trabalho feminino em uma época em que ele compete com um imaginário sociodiscursivo constituído como o mais correto (ser atriz, em 1950, era comparado a ser uma prostituta). O TU_d é chamado a partilhar da intenção do EU_c baseada no desprezo por uma profissão não desejada para a época. Isso pode ser confirmado pela modalização dos demais enunciados da personagem pai, a saber: a “proibição” em “Minha filha, você está proibida de ser atriz!” e a “ameaça” em “Se for trabalhar no cinema, eu a matarei.”

Questiona-se, então: até que ponto o TU_d (ouvinte/leitor ideal) está envolvido nesses textos, uma vez que, como destinatário do ato humorístico, ele também pode ser chamado não somente a ser cúmplice mas também vítima e, desse modo, fusionar-se com o alvo? Para responder a essa questão, devemos refletir sobre as atitudes do sujeito falante em relação ao sujeito ouvinte/leitor.

Charaudeau (1998) discute as diferenças entre narrativa e argumentação de acordo com as atitudes que o sujeito falante, ao construir seu texto, pode adotar. Essas atitudes, diferentes, mas complementares, são orientadas, de acordo com Charaudeau (1998, p. 2-3), para o outro, de modo a: na atitude projetiva: permitir que o outro se identifique com as personagens da narração; na atitude impositiva: fazer com que o outro, por meio de argumentos e raciocínios, entre em um certo esquema de verdade que explica o porquê e o como dos fatos. Ainda segundo o mesmo autor, essas duas atitudes podem se mesclar; porém, uma pode se tornar predominante, dependendo do ato de comunicação.

Considerações finais

Levando-se em conta a amplitude do Discurso Humorístico, podemos dizer que ele engloba vários outros discursos e gêneros, ou seja, utiliza da substância desses outros discursos (e, às vezes, até mesmo de suas estruturas) procurando satisfazer as visadas do sujeito comunicante (EU_c).

Além disso, não devemos nos esquecer de que esse tipo de discurso pode apresentar-se em diversas materializações por meio de atos de comunicação humorísticos nos mais variados gêneros discursivos/textuais, especialmente os pertencentes ao humor, como, por exemplo, as piadas aqui analisadas. Cientes disso, nossa proposta, apoiada nos postulados da Teoria Semiológica, de modo algum pretende fechar as análises do Discurso Humorístico, mas sim mantê-las abertas, mostrando que devemos observar sempre as características gerais e específicas de cada gênero, de cada texto, de cada língua (entendida aqui como sistema) e de cada sociedade em determinado momento histórico, para que tais critérios possam apontar para dados relevantes e seguros em uma dada pesquisa.

Referências bibliográficas

ALMANAQUE BRASIL. Rio de Janeiro: Gráfica Muniz, 1966.

ALMANAQUE CAPIVAROL. São Paulo: Editora Impress, 1955.

ALMANAQUE COSTUMES E CURIOSIDADES. Rio de Janeiro: Warner International Cooperation, 1939.

BARROS, Diana Luz Pessoa. Estudos do discurso. In: FIORIN, José Luiz (org.) *Introdução à linguística II: princípios de análise*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 187-219.

BERTRAND, Denis. *Caminhos da semiótica literária*. Bauru: EDUSC, 2003.

CHARAUDEAU, Patrick. L'argumentation n'est peut-être pas ce que l'on croit. In: *Le Français aujourd'hui*, 123, Association Française des Enseignants de français. Paris, 1998.

CHARAUDEAU, P. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, I. L.; MELLO, R. (orgs) *Gêneros: reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004, p. 13-41.

CHARAUDEAU, Patrick. *Des catégories pour l'humour*. Questions de communication: humor et média. Définitions, genres et cultures. Nancy: Presses Universitaires de Nancy, n. 10. 2006. p. 19-41.

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: os modos de organização do discurso*. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

FREUD, Sigmund. *Os chistes e a sua relação com o inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

HOUAISS, Antônio et al. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Objetiva, 2002.

LARA, Gláucia Muniz Proença. A produtividade da noção de isotopia na construção de sentidos dos textos. In: SEMINÁRIO DE TÓPICO VARIÁVEL EM ANÁLISE DO DISCURSO: NOÇÕES BÁSICAS DE SEMIÓTICA DO DISCURSO (apostila), UFMG, POSLIN, FALE, 2008.

MELLO, Renato. Teatro, gênero e análise do discurso. In: MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato (orgs). *Gêneros: reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004, p. 87-106.

MELLO, Renato. A Análise do discurso e suas interseções com a crítica literária. In: MACHADO, Ida Lúcia; EMEDIATO, Wander; MENEZES, Willian (orgs). *Análise do Discurso: gêneros, comunicação, e sociedade*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2006, p.287-297.

POSSENTI, Sírio. *Os humores da língua: análise linguística de piadas*. 5ª reimpr. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2008.

VALE, Rony Petterson Gomes do. *A mulher nas piadas de almanaques: estratégias discursivas e representações sociais*. 2009. 135f. Dissertação (mestrado) – UFMG, FALE, POSLIN, Belo Horizonte.

O erótico no verbo: o espírito da carne e a carne do espírito¹

[The erotic in the verb: the spirit of the flesh and the flesh of the spirit]

CÁSSIO EDUARDO SOARES MIRANDA

Psicólogo, psicanalista, doutor em Estudos Linguísticos pela UFMG.
[cassio.edu2007@gmail.com]

¹ Este trabalho é resultado de uma pesquisa ocorrida no âmbito do pós-doutorado realizado na FALE/UFMG, sob coordenação da professora doutora Ida Lucia Machado.

RESUMO

O presente texto apresenta uma discussão em torno da obra de Sade. Parte das considerações lacanianas sobre o desejo, bem como da função da escrita para, finalmente, apresentar “os possíveis interpretativos” que uma análise semiolinguística do discurso permite descrever. Trata-se de um ensaio que aborda os fragmentos do discurso erótico sadeano a partir de uma interlocução da psicanálise laciana com a teoria semiolinguística do discurso.

Palavras-chave

Desejo; Erótico; Sade.

ABSTRACT

This paper presents a discussion on the work of Sade. Some of the considerations on the lacanian desire and the function of writing to finally present “possible interpretation” that a discourses analysis describes. It is an essay that addresses the fragments of erotic discourse from Sade across a dialogue with the lacanian theory and Semio-linguistic theory.

Key-words

Desire; Erotic; Sade.

Introdução

A circulação de bens de consumo na contemporaneidade, veiculados sobretudo pela mídia, naquilo que ela tem de mais publicitário, permite a divulgação de produtos e objetos de desejo que captam o humano em sua precariedade e em sua dependência das imagens. O erótico, como um dos componentes da contemporaneidade, não escapa a tal situação. Pelo contrário, acreditamos que o erótico sofreu uma transfiguração e tornou-se não só um objeto interdito, mas, sim, tornou-se um objeto a ser consumido, como se consome um produto qualquer e, mais ainda, ligado a um peculiar modo de venda.

Produto e erotismo, pontos de suscitação do desejo. De fato, o que a psicanálise sugere (LACAN, 1963) é que pensar na erótica é pensar no desejo, nos modos como o desejo se inscreve e se realiza nos corpos e naquilo que se constitui como uma realidade irreal, a saber: o psiquismo. Desse modo, o que é permitido pensar é que sexualidade e “erótico” não são coincidentes e, por isso, somos levados a assumir a definição de Erótico como aquilo proveniente do campo do desejo, como um modo de provocar o desejo.

Em síntese, pode-se dizer que em todos os casos em que o erotismo se apresenta, a fantasia acompanha a sexualidade e é dominante, no sentido de que avança sobre setores não sexuais, erotizando-os. Assim, a libido é resultado da fantasia e o erotismo aparece como a capacidade humana de fabulação – uma dimensão mental – em que os prazeres suscitados por tais escritos são produzidos pela imaginação.

Dessa maneira, o que pretendemos, neste trabalho, é realizar uma breve análise discursiva do texto de Sade para pensarmos em como o erotismo foi, no decorrer da história, tomado como um discurso de contestação aos discursos hegemônicos estabelecidos e serviu como um modo de subversão de certa norma massificadora.

É certo que os textos literários não se constituem como documentos históricos propriamente ditos, uma vez que a separação entre realidade e imaginação se faz necessária, pois a literatura não tem a pretensão de dizer a verdade. No entanto, podemos dizer que ela revela fantasmas de uma dada época e é à “caça” de tais fantasmas que nos colocaremos, a partir da Análise do Discurso.

1. Fragmentos de um discurso *erótico*²

A *erótica* antiga definia, segundo Foucault (1984), o modo de relação que um homem estabelecia com um rapaz e determinava o uso dos prazeres. Desse modo, a *erótica* referia-se ao estudo do amor entre homens na Grécia Clássica, o que marcava um modo peculiar que os homens tinham para lidar com seu desejo. Eros não era homossexual, mas as relações entre homens e mulheres assumiam configurações diferentes, uma vez que não eram necessariamente pautadas pelo desejo, antes, por uma ética que passava pelo casamento, gestão da casa, procriação e manutenção da dependência. Sendo assim, na *erótica* grega, Eros relacionava-se com a verdade e a verdade estava do lado dos homens. O que Eros fazia, então, era reforçar uma dada moral, um dado modo de organização social e um modo de amor particular. O amor entre um homem e um rapaz seguia a lógica da *Polis*, uma lógica que garantia a cidadania somente aos homens adultos e livres, cuja finalidade era introduzir os jovens, principalmente os da aristocracia, no mundo do conhecimento, da guerra e da política. Do mesmo modo, quando se toma a pederastia como uma prática comum entre os gregos é preciso pensar que ela relacionava-se a uma prática de aperfeiçoamento de vida e consistia em dominar os excessos para melhor governar a si, os outros e a *polis*. Com isso, sustentamos, ao lado de Costa (1999), que a prática *erótica* grega visava a construção de identidades subjetivas submissas às necessidades da cidade. Estas breves discussões nos permitem assumir o *erótico* como discurso, como linguagem, porque se circunscreve no social e é codificado por meio de regras, de signos, e se expressa ainda por meio de representações e modos de significação. É oportuno lembrar que o valor fundamental na Grécia antiga era atribuído ao homem livre, identificado com a figura masculina ativa. Mulheres, escravos e crianças eram passivos. As mulheres, por natureza; os jovens, pela pouca idade, e o escravo, por sua condição servil. Assim, um homem adulto não poderia ser passivo na relação sexual, uma vez que isso implicava uma desonra e uma vergonha, algo imoral e indigno. Desse modo, a homofilia entre homens adultos livres era intolerada, pois contrariava as normas e a moralidade da cidade.

Da mesma forma, seja na pré-história, seja na antiguidade clássica, seja na contemporaneidade, os movimentos plásticos de Eros se constituíram como

² Optamos aqui por utilizar o termo *erótico* em função do caráter de amplitude que o termo abarca, uma vez que podemos verificar que diversos aspectos do sexual se encerram nele. Assim, tomamos o *erótico* tanto na vertente do sexo propriamente dito quanto na vertente da fabulação que o sexo representa. Se a palavra *sexualidade* é um termo tardio nos dicionários, algo que data do século XIX, é exatamente por colocar o *sexo* nas mãos de estudiosos que passaram a distingui-lo entre necessidade física, prazer e desejo. Assim, o sexo perde a conotação puramente reprodutiva para incorporar uma gama de outros fenômenos da existência humana.

modos de tratar da atividade sexual e, mais ainda, de fazer com que a sexualidade sofresse um deslocamento do puro ato sexual genitalmente determinado e se transfigurasse em outra coisa. A esta outra coisa pode-se dar o nome de Erótico ou erotismo. Assim, o erotismo marca uma separação da pura atividade sexual de reprodução e associa-se a outra dimensão, que é a dimensão da fantasia que marca toda a atividade amorosa e sexual do ser humano.

Bataille (2004) garante que o erotismo é a busca pela continuidade, uma vez que o homem, ao ser separado da natureza, foi lançado em uma condição de descontinuidade. No entanto, o erotismo é desequilíbrio e perda de estabilidade, uma vez que inaugura no homem uma perda própria. Nesse sentido, pode-se dizer que o erotismo se assemelha à paixão. Certamente que com a saída do homem do estado de natureza – o que promoveu o erotismo, conforme Bataille (2004) – e a passagem ao estado de cultura tem-se um homem marcado pela perda.

Para Freud (1929), a entrada para a cultura implica uma condição que inaugura um mal-estar instaurado no homem e, conseqüentemente, na cultura, o que promove uma inadequação do homem na civilização. Tal entrada implica a renúncia aos instintos animais, pois há um antagonismo inevitável entre as exigências do instinto e as restrições da civilização. Se o amor é um dos fundamentos da civilização (FREUD, 1929), só mesmo em função de uma repressão e de uma necessidade é que o homem teve que inventar um modo para se salvar. Nesse sentido, renunciar aos instintos fez com que ele buscasse evitar que a pulsão de morte prevalecesse, dando lugar, assim, às manifestações de Eros – que pode ser chamado também de libido – e à civilização, que com suas manifestações culturais, sociais e artísticas “[...] constitui um processo a serviço de Eros, cujo propósito é combinar indivíduos humanos isolados [...] numa única grande unidade, a unidade da humanidade” (FREUD, 1929, p. 126).

Desse modo, percebe-se que a civilização, com aquilo que ela tem de mais característico, que é a cidade, estabelece uma relação de oposição entre a sexualidade e o erotismo, ou seja: a sexualidade se mostra naquilo que ela tem de mais instintivo e o erotismo no momento em que a sexualidade se socializa. Se for disso que se trata, o erotismo possui uma dupla lógica: ao mesmo tempo em que funciona como um dispositivo para impedir que a sexualidade circule de modo a prejudicar a vida dos cidadãos, ao mesmo tempo funciona como um motor da vida na civilização, pois o erotismo formou-se a partir de um fato social proibitivo e, ao mesmo tempo, de uma invenção que se fez a partir das restrições impostas.

Para Verdon (1996), os entraves colocados lentamente pela Igreja acarretaram uma concepção particular do prazer próprio na Idade Média, e fizeram

com que a sensualidade corporal, associada à sensibilidade estética e à sublimação das pulsões carnis, estivesse subordinada a Deus. Devido às manifestações diversas da sexualidade na Idade Média – tais como a masturbação com ou sem uso de “próteses” penianas, a felação, o *cunnilingus*, o coito interrompido, o coito *inter femora* (coito entre as coxas), a sodomização da mulher, além das práticas homossexuais e diversas outras praticadas pelo homem medieval –, a Igreja procurou estabelecer sua concepção a respeito da sexualidade através da publicação de diversos documentos, encíclicas e pregações dominicais, além de, como destaca Biasi (2007), promover uma cruzada homossexual que conduziu muitos europeus do norte da Europa ao suplício, tendo em vista sua posição herética (de acordo com o ponto de vista católico), e ainda à crise demográfica que a homossexualidade provocava.

Como se sabe, no início da Idade Média³ o clero católico listou a luxúria entre os pecados capitais. A luxúria era o equivalente aos prazeres carnis e entregar-se a eles impedia a redenção espiritual dos cristãos. No entanto, não se tratava apenas de proibir, mas de criar um aparato pastoral que tivesse efeitos sobre a subjetividade e sobre os corpos. Estes aparatos consistiam em modos de produção da subjetividade, uma vez que eles tinham a intenção de desenvolver nos sujeitos um modo de controle que fosse eficaz, sem a necessidade de um policiamento constante por parte do clero. No entanto, como afirma Muchembled (2005), nas tabernas era permitido aos homens ouvirem histórias de mulheres insaciáveis, de orgias, do defloramento de virgens, entre outras histórias. Tudo isso era tolerado pelo catolicismo, pois a taberna passa a ser uma geografia circunscrita para a depravação. Entretanto, a tolerância do clero findou-se com a criação da inquisição e fez com que os corpos passassem a ser escondidos e excluídos da cena cotidiana.

Como os escritos eróticos possuem uma finalidade de contestação daquilo que se encontra estabelecido e serve de freio ao desejo, *Decameron* apresenta-nos outra Idade Média, diferente não só espacialmente, pois foi escrito durante a Idade Média italiana, mas também em seu conteúdo. Não mais uma Idade Média da castidade e da pureza, mas uma Idade Média repleta de erotismo e luxúria. Boccaccio escreveu o *Decameron* entre 1349 e 1351. Seu livro tem cem histórias narradas por sete mulheres e três homens reunidos em uma casa isolada, onde contam peripécias de

3 De acordo com Charles Panati (2000), em *Origens Sagradas de Coisas Profundas*, o teólogo e monge grego Evágrio do Ponto (345 – 399) teria escrito uma lista de oito crimes e “paixões” humanas, em ordem crescente de importância (ou gravidade), a saber: 1. gula; 2. luxúria; 3. avareza; 4. ira; 5. soberba; 6. vaidade; 7. preguiça. No entanto, tal lista só foi oficialmente aceita pela Igreja no final do século VI, sob os auspícios do Papa Gregório.

sexo com conteúdos satíricos envolvendo a Igreja Católica. Em uma dessas histórias, o personagem Filostrato descreve as peripécias de um jardineiro que se finge de mudo para conseguir emprego em um convento de freiras. Contratado, ele mantém relações sexuais com todas as religiosas. Em outro trecho, um monge seduz uma virgem durante uma prece. São formas de contestação da supremacia católica sobre os sujeitos, mas que quase custou a vida de Boccaccio⁴.

Redescoberto no Renascimento e relido ainda hoje, seus escritos associam religião à sexualidade, o que mais tarde, no século XVIII, os libertinos farão novamente. Segundo Foucault (1988), até o século XVII, certa franqueza figurava na França e na Itália, em que as palavras não eram tão medidas, a anatomia não era tão escondida e os corpos não eram tão expostos ao sacrifício, se comparados ao século XIX. A recorrência de uma situação como esta se localiza na discursividade construída em torno do sexo e do erotismo, que faz deles um fato discursivo. Essa discursividade do sexo gerou um meio para seu exercício através do discurso supostamente neutro da ciência. Se o campo moral definia os limites entre o lícito e o ilícito, se o religioso estabelecia regras entre o pecaminoso e o não pecaminoso, o científico estabelecia uma política de administração do sexo com base no ideal de normalização. Assim, com um discurso asséptico, a ciência tratou de promover uma discursividade em que o campo sexual seria vigiado, não mais por uma concepção espiritual, mas, agora, a partir de uma pastoral leiga e fundamentada em uma racionalidade argumentativa em que as provas, os dados e os números passaram a ser uma força crescente, sobretudo nas políticas higienistas dos sanitaristas da época, conforme sustenta o autor supracitado.

Se, de um lado, o século XVIII viu nascer uma discursividade sobre a sexualidade pautada em premissas de controle, de detalhamento e também de pastoral, viu surgir ainda um ponto privilegiado para outra discursividade, o que ocorreu nas organizações secretas como a *Sociedade para a Promoção do Vício*, *Clube do Fogo do Inferno* ou *Ordem Hermafrodita*, nas quais promoviam leituras ou encenações de livros eróticos que culminavam em orgias. Segundo Moraes (1996), tais sociedades encontravam-se espalhadas por toda a França, com uma presença maior em Paris. Os franceses tinham à disposição mais de cem desses clubes, alguns com até 400 integrantes, entre homens e mulheres. Não apenas com objetivo de realizar o “culto à carne”, os membros também discutiam política, filosofia e religião e, de modo mais específico, tem-se um Sade, que leva a filosofia para a alcova⁵.

4 Cf: CAMBEIRO; ARÊAS (2002).

5 Cf.: MORAES, 1996.

2. A volúpia da linguagem

Na época da Ilustração, em uma França marcada pelo Antigo Regime e ainda pela Revolução, aparecerá Sade com histórias marcadas por “monstruosas máquinas de tortura, lâminas afiadas, ferros em brasa, chicotes, correntes e outros aparatos de suplício cujo requinte está em mutilar lentamente dezenas de corpos a serviço da volúpia libertina...” (MORAES, 2000, p. 7): eis como o Marquês ficou conhecido, constitui fama e chegou a ser “homenageado” com uma categoria psicopatológica, o sadismo. Sabe-se que Sade passou parte de sua vida preso por afrontar a moral francesa e que suas obras, além de apresentarem forte conteúdo sexual para a época, também foram ilustradas com imagens chocantes, o que o colocou como um escritor maldito e excluído do mercado editorial corrente, lançado à clandestinidade⁶.

Sade propõe-se a ensinar a amar a partir da imaginação, pois, para ele, toda a felicidade do homem encontra-se nesta. Não só ensinar a amar, mas, segundo uma condição fundamental dos libertinos, Sade propõe-se a implantar um realismo extremo em que uma subversão dos valores do século XVIII é exposta e à fantasia se associam bizarrices da imaginação. Segundo uma lógica particular, seus escritos pretendem contestar a concepção das Luzes que se inaugurou, sobretudo, na França, a partir dos escritos de Rousseau. Em uma carta enviada da prisão à sua esposa, em 1781, Sade (*apud* HEUMAKERS, 1995, p. 139) coloca-se como um libertino e sustenta que “imaginou o imaginável”, ao que afirma: “sou um libertino, mas não sou um criminoso ou assassino”.

Ser libertino nessa época, expliquemos, ligava-se, ao mesmo tempo, a uma contestação dos dogmas religiosos e científicos, mas ainda a uma negligência com a moral, uma tendência a se deixar levar por seus instintos aos prazeres do sentido. O que se verifica é uma exaltação do vício, uma vez que este, principalmente o sexual, conduz à prosperidade (ROUANET, 1995). Desse modo, sexo entre vários homens, com a presença de animais penetrando e sendo penetrados, presença da morte, e de um prazer levado aos extremos, além de várias mulheres mantendo relação sexual com vários homens, dependuradas como carnes no açougue ou preparadas para o abate constituem a temática geral das histórias narradas. A título de exemplo, *Juliette* é escrita no final do século XVIII e encontra-se em sintonia com uma tradição literária da época, e, ao mesmo tempo, com o *roman noir* em que, por um deslocamento metonímico o trágico se desdobra no terrível, no qual surgem cenários sombrios, narrativas sinistras e um combate constante entre o vício e a virtude.

⁶ Uma grande parte das prisões de Sade se deve à perseguição de sua família que temia vê-lo dilapidar seus bens.

Com um empuxo à escrita, talvez em uma tentativa de tratamento de seu gozo⁷ e um escape à suas paixões, Sade começa a escrever na prisão e sua escrita torna-se um modo de materialização de seus pensamentos ligados à temática sexual. É patente que do ponto de vista da condição de produção, o discurso sadeano é permeado por uma crítica aos poderes instituídos na época. De certo modo, trata-se de uma vingança àqueles que o haviam encerrado na prisão. É notável o uso que Sade faz de personagens da aristocracia em suas obras e os incorpora nas mais diversas perversidades.

Assim, em *Os cento e vinte dias de Sodoma* (2007), publicado em 1785 quatro autoridades ricas e influentes confinam-se em um castelo a fim de participar de uma orgia. O bispo, o duque, um presidente do parlamento e um banqueiro praticam as mais gigantescas orgias e, ao mesmo tempo, narram suas perversidades, como o caso do membro do parlamento que relata seu prazer em saber que ele havia ajudado a condenar inocentes ao enforcamento. Ora, tal estrutura narrativa pode ser encontrada em outros libertinos, mas, em Sade ela ocupa um lugar central e um efeito global em seu projeto de fala, sustentado por uma inversão de valores considerados justos, pois ele parte da “natureza” e não do *Contrato Social*, como sustentava Rousseau. De acordo com Heumakers (1995, p.146-147), a estratégia utilizada por Sade para sua contestação político-filosófica reside no fato dele ter criado “[...] uma cosmologia do mal, uma espécie de antiteodicéia, dotada, em seu cerne, de uma natureza ‘criminoso’, à qual todas as ações e todos os acontecimentos do universo foram subordinados”.

É neste percurso que vemos a presença de uma “pedagogia sadeana” que, ao lado dos libertinos, mas de modo mais radical, ensina os modos de uma presença do erótico na vida e no pensamento. Acreditamos assim que o erótico, em Sade, se baseia em um erotismo da destruição, assim como a natureza é destrutiva. O desejo só pode ser suscitado por um pensamento que desperta as paixões e a ideia de crime é o que desperta o orgasmo mais intenso. Desse modo, é o pensamento o estado último da excitação sexual.

Pensamento, imaginação, representação. De certo modo, a literatura sadeana, assim como toda a literatura libertina, parece ter se incumbido de atestar o local privado dos prazeres, as célebres *petites maisons*, espaços de

7 Neste sentido, seguimos o caminho de Deleuze (1997), ao sustentar que a escrita é uma espécie de cura e a literatura é um empreendimento de saúde. Para Castello Branco (2001, p. 149), a saúde da literatura encontra-se em *Seu poder de delírio*, ou seja, “[...] na capacidade de, fazendo com que a linguagem se distancie o máximo de si mesma, seja capaz de promover a destituição daquele que escreve”. Neste mesmo caminho, Badiou (2002), a partir de Mallarmé, defende o caráter de transposição da escrita literária e que o poema, por exemplo, não é uma consolação, mas a chance de uma vitória. Desse modo, não se trata de uma redenção ou salvação, mas de uma reconciliação e, em termos psicanalíticos, uma reconciliação com o sintoma. Para Badiou (2002), o processo de transposição para a obra literária reside nos vestígios que uma perda deixa, a partir dos artifícios criados pelo sujeito que escreve.

exercício das paixões sensuais de uma elite urbana. Por um lado, o século XVIII caminha cada vez mais para a privatização da vida e dos costumes e também para “uma ocultação da vida amorosa. Por outro, o romance libertino introduz [...] uma transgressão que consiste em falar do que deve ser silenciado e em transformar, para o leitor atento, em ato público o que doravante pertence ao espaço íntimo e privado [...]” (GOULEMOT, 1991).

Eis, sem dúvida, um paradoxo. Mas ele pode ser resolvido da seguinte maneira: um libertino como Sade segue a imposição discursiva sobre o sexo, que surgiu na Europa desde o século XVII, mas lhe dá um seguimento às avessas. Devemos lembrar que os discursos que valorizavam o cerceamento ao sexo produziram, nessa época, toda uma produção, sobretudo pastoral, em torno da sexualidade, da confissão e da prática de si. A estratégia não era a da repressão direta, mas de uma ação sutil, marcada por estratégias de ocultamento, eufemismo e pedagogização da sexualidade.

Assim, a prática de Sade é uma prática que, assim como a prática pastoral reinante, é uma ação que recai sobre o pensamento e segue uma tradição espiritual, pois é esta que tem ação sobre os corpos.

Em *Cento e vinte dias...* Sade (2007, p. 9) afirma:

É preciso, nas narrativas, o maior e o mais extenso detalhamento; só podemos julgar o que a paixão que contais tem de relativo aos costumes e às características do homem, na medida em que não disfarceis nenhuma circunstância; as menores circunstâncias servem, aliás, infinitamente, ao que esperamos de vossas narrativas.

Detalhar, pormenorizar, colocar em evidência. Tais elementos constituem a política sadeana do desejo, que entra em uma intencionalidade das “transformações discursivas” que, segundo Foucault (1988), visava principalmente uma incitação ao discurso sobre o sexo. Desse modo, pode-se dizer que Sade é o resto, no sentido psicanalítico, de uma política do desejo modulado. Pensar por esse caminho é pensar que Sade é um “Iluminista às avessas” e o seu modo libertino de escrever assume um caráter transgressivo repleto de rigor e seriedade.

É evidente que a obra de Sade encontra-se em uma relação interdiscursiva com os Iluministas e inaugura um laço com o debate pedagógico que se estabeleceu entre os séculos XVII e XVIII sobre o pudor e a contenção. Se, por um lado, a Filosofia das Luzes possuía uma certeza otimista no progresso da humanidade, por outro, a proposta libertina se destacava por uma concepção de homem sempre em crise e, de modo mais específico, tal crise só poderá ser resolvida, em Sade, pelos “excessos”. Trata-se de uma filosofia em que o corpo, a partir da imaginação, será o local da resolução dos conflitos.

Acreditamos então que, neste ponto, uma relação de Kant com Sade é quase que imprescindível, pois o filósofo defende a necessidade da observância da lei moral, uma vez que a humanidade encontra-se submetida a ela. A “aposta” kantiana encontra-se na purificação da vontade, no sentido da busca do homem pela exclusão dos desejos bestiais, em uma congruência com imperativo categórico do bem: não se trata de fazer aquilo que é possível ser feito, pois há uma impossibilidade do homem de livrar-se da lei moral, mesmo que ele não a obedeça. Mas, é exatamente no rigor das elaborações kantianas que lacanianos como Laia nos conduzem à compreensão/apreensão de Sade:

[...] O mesmo rigor formal que rege a Filosofia prática de Kant, mas agora – com a exaltação sadeana dos desejos mais abjetos, da transgressão da lei, do gozo como uma dimensão que se abre unicamente quando a dor incide sobre o corpo do outro para além de todo respeito, de toda espécie de piedade ou de compaixão – esse rigor se aplica à imoralidade. (LAIA, 1992, p. 57).

Isso implica em colocar Sade em um estatuto filosófico baseado em um rigor argumentativo e no estabelecimento de sistemas filosóficos: o caráter sexual é um destes. Segundo Lacan (1959), Sade substitui o “Tu deves” kantiano pelo fantasma do gozo erigido e o transforma em lei universal. Tal tese lacaniana sustenta-se quando se verifica que, para Sade, gozar ilimitadamente e permitir a satisfação dos desejos mais bestiais exige um rigor enorme na transposição de tudo que provém da sensibilidade e, do mesmo modo, na transgressão dos limites impostos pela política, pela religião e pelo costume. No entanto, tal ultrapassagem é um privilégio dos poderosos e todos estão submetidos a uma mesma lei, impossível dela se livrar, ainda que o sujeito não a obedeça.

Sendo assim, cumprir com desejo no que ele comporta de mais abjeto é uma “fatalidade” para o homem, no sentido de que este não pode escapar do imperativo categórico do mal. É nesta perspectiva que Foucault (1988) associa o pensamento sadeano a uma discursividade pastoral do século XVII, em que a prática da confissão, do tudo dizer, era a palavra de ordem dada pelos diretores espirituais; ora, Sade, do mesmo modo, sustenta que, nas narrativas, deve-se ter o maior detalhamento, uma grande descrição das paixões e das práticas, enfim: nada esconder.

O nível do grotesco, do mal, do excesso se torna tão inconcebível em Sade que sua realização só se torna possível na ficção literária. Conceber o inconcebível é a intencionalidade desse autor, em que o deboche surge como uma estratégia discursiva que possibilita a instauração de uma

crítica social importante que, a nosso ver, é uma das finalidades da literatura erótica. É justamente no ponto em que a crítica se instaura a partir do inconcebível que o outro entra em cena nos textos do marquês para fazer com que certa ordem se estabeleça naquilo que é da *ordem da desordem*: o erótico, o excesso, o *deslimite*, o que é caótico por natureza, o que aliena o sujeito. Um outro é convocado, no entanto, com base na transgressão, pois o próximo é aquele cujo corpo é palco para atuação das fantasias mais cruéis e abomináveis: trata-se daquele sobre o qual recai toda dor, humilhação, sujeição e maldade.

É assim que a proposta lacaniana de leitura do texto de Sade coloca o *outro* em questão: “O desejo sádico, com tudo o que comporta de enigmático, só é articulável a partir da esquizo, da dissociação que ele almeja introduzir no sujeito, no outro, impondo-lhe, até certo limite, o que não poderia ser tolerado” (LACAN, 1963, p. 117). Trata-se de uma tarefa dada, na perspectiva lacaniana, aos escritores, que teriam a finalidade, conforme já dito, de conceber aquilo que não se concebe.

Destacamos, com o que foi dito acima, a dimensão contestatória que o discurso sadeano evoca. Provoações ao discurso filosófico, como veremos abaixo, contestações ao discurso religioso, como podemos encontrar em *Diálogos entre um padre e um moribundo* (2007), de 1782, rupturas com a aristocracia e insatisfações com a burguesia ascendente. Temos, em Sade, o uso do sexo como um modo de fazer valer uma provocação. Sexo em Sade é, além de questões ligadas a um modo próprio de gozo, um modo de ruptura com o discurso dominante, um modo de resistência. Assim, uma “pedagogia do sexual” passa, necessariamente, por uma “pedagogia da ruptura”. Vejamos como Sade elabora tal procedimento em *A Filosofia na Alcova* (2003), de 1795.

De início, Sade sustenta que a natureza é a responsável pela presença de gostos bizarros no campo da sexualidade e que, sendo a natureza destrutiva, a sexualidade só pode também ser destrutiva. O que faz com que os humanos deixem sua natureza é a cultura, que trata de incutir nos humanos os princípios “perniciosos” da moral, dos costumes e da educação. Se for disso que se trata, um libertino tem a função de, enquanto um liberto de corpo e espírito, cuidar da “educação” dos jovens, inculcando neles todos os princípios da libertinagem. Desse modo, em um diálogo entre a aristocrata madame de Saint-Ange e um cavaleiro, este diz: “Ah, sacana! Que prazer terás educando esta criança! Como será delicioso corrompê-la, abafar num coração juvenil as sementes da virtude e da religião que suas preceptoras lhe incutiram! Na verdade, é *devassidão* demais para mim” (Sade, 1795/2003, p. 20).

Ao levar a filosofia para a alcova, Sade propõe que ela deverá assumir seu caráter lúbrico, dispensar Deus e colocar no sujeito a responsabilidade pelo seu gozo, ainda que de modo perigoso. O título da obra encerra, por si só, uma blasfêmia, pois, instala a Filosofia num lugar de luxúria. Assim, a alcova, com sangue, suor e esperma aparece como um espelho deformante da sociedade que, em nome do Estado, espalha o horror e o medo às pessoas. Do mesmo modo, o movimento do pensamento surge em meio a beijos, abraços, corpos que se interpenetram, zonas sensíveis que se tocam e fazem com que o imperativo do gozo se realize, mas passe necessariamente pela contestação de uma ordem pré-estabelecida e promova a corrupção dos costumes. Com isso, Sade realiza um contraponto com filósofos como Rousseau, como sustenta Machado (2008), ao promover a paródia de certas afirmações rousseauistas feita por Sade nesse livro.

Se madame de *Saint-Ange* ensina à *Eugénie* que as moças não devem continuar escravas de sua família, o que ela promove é um discurso às avessas daquilo que foi promulgado por Rousseau e seus contemporâneos, pois “uma linda jovem deve ocupar-se apenas em *foder* e jamais em *gerar*. Contornaremos tudo o que se refere ao mecanismo vulgar da reprodução, para nos ater única e exclusivamente às volúpias libertinas, cujo espírito de modo algum é reproduzido” (Sade, 2003, p. 29). Assim, o texto sadeano faz um reinvestimento no texto de Rousseau, o que garante seu caráter subversivo. Sexo, filosofia, religião, política e moral são os ingredientes da refeição oferecida na alcova sadeana.

No entanto, sua política do gozo subverte os modos de educação que aprisionavam as jovens no seio de suas famílias, colocando-as assujeitadas aos costumes da época. Segundo Machado (1999, p. 330), isso sustenta a aproximação que Sade faz de Rousseau e permite deixar ouvir a sua voz e a dos moralistas de sua época em seu texto, mas para reinventá-lo e subvertê-lo: “[...] o sujeito parodista mantém uma posição ambígua em relação ao parodiado: distancia-se, permanecendo próximo; ele lhe é infiel, apesar de ser-lhe fiel”.

Considerações finais: os “possíveis interpretativos” do texto

Laia (1997), tratando da função da escrita, aborda em seu texto os contrassensos que a escrita pode causar na faceta social. Partindo do conceito laciano de gozo como algo que atinge o corpo – sendo o gozo uma propriedade mesma do corpo –, esse autor sustenta que gozo e palavra, corpo e linguagem se entrecruzam, embora disjuntos. Gozo do corpo,

em sua perspectiva, é algo que só se torna possível pelo fato de o corpo ser atravessado pelo significante, tratando-se de “um corpo perpassado pela linguagem, de um corpo simbolizado pelo outro” (LAIA, 1997, p. 147). Para Laia, a escrita aponta para uma dimensão do gozo, na qual a língua “se extasia e extravasa” (p. 152), sendo que, neste caminho, a escrita não serve, por exemplo, para representar, mas aparece como uma forma que o sujeito encontra para tratar do indizível do gozo. Em uma discussão semelhante, Mandil (2003, p. 75) destaca que Lacan cria o conceito de diologia para se pensar em “Deus a partir dos estados da paixão...” e, ainda, faz uma interpretação dos místicos como aqueles que defendem o acesso a Deus pelas vias do vazio e não por meio da contemplação, sustentando que a experiência mística situa-se no mesmo nível do gozo feminino devido ao caráter de ultrapassamento dos limites impostos pela palavra, o que pode trazer luzes sobre o gozo/êxtase de Teresa D’Ávila.

Conforme visto, em Sade, o discurso erótico surge como uma mescla entre corrupção e contestação, com objetivos, entre tantos outros, de contestar o Estado, a Aristocracia e a Academia. Se Sade faz da libertinagem uma espécie de “arma de destruição” total ao criar uma ética natural da crueldade, é para construir uma concepção de erótico que passa pelo crime, pois este se encontra em todas as facetas da vida: na vida política, na vida social, no domínio moral e no conhecimento. Nos caso citado, o erótico surge, a nosso ver, como modo que subverte uma visão estabelecida no século XVIII.

Um texto literário pode ser tomado, segundo Charaudeau (1983), como uma situação de comunicação e uma AD, não visa uma única e verdadeira interpretação, mas, antes, buscam-se os “possíveis interpretativos” que a análise de um objeto pode oferecer. Dessa maneira, um dos “possíveis interpretativos” para os textos eróticos que examinamos em tópicos anteriores deste trabalho é a dimensão da subversão e contestação dos poderes estabelecidos. Em um enfoque diferente, mas ainda em acordo com Charaudeau (1983), Maingueneau (2003) considera que o discurso literário deve levar em consideração a multiplicidade das formas de criação, pois a literatura se alimenta dos mais variados exemplos: nutre-se da experiência de um autor, experiência esta vivida em uma dada circunstância e que o faz construir uma visão de mundo; nutre-se, ainda, das experiências que colocam este autor no centro de determinados movimentos sociais.

De algum modo, o texto erótico tem uma função de contestação e, para tanto, usa da ironia ou da paródia, entre outros recursos. Assim encontramos um Sade que “parodia”⁸ um Rousseau, um Pierre Louÿs que

8 Cf.: MACHADO, I.L. (2008)

parodia os moralistas do século XIX, e assim por diante. Do mesmo modo, é possível se deparar com um texto multi-narrativo (MACHADO, 2000), no qual uma narração gera outra narração. Para a autora, os enunciados de um texto multi-narrativo têm um duplo sentido: “O primeiro, voltado para o mundo da ficção, para a ação que transcorre entre os personagens; o segundo, voltado para o mundo real, do escritor, daquele que sabia realmente organizar uma narrativa” (MACHADO, 2000, p. 100). Isso implica que a dupla condição da narrativa aponta para um jogo de estratégias que o escritor pode usar, com a finalidade de, ao mesmo tempo, no que tange ao texto erótico, provocar um efeito no leitor, mas, ao mesmo tempo, dominar elementos de uma dada realidade com a finalidade de contestá-la.

Outro fator destacável na escritura erótica refere-se ao fato de que, *visada*, ela pode provocar emoção em que lê, uma vez que determinados textos literários provocam uma captura do leitor e fazem com que ele se instale no interior da obra, aí “se reconheça” e projete seus desejos ou fantasmas recalçados. É evidente que tal fenômeno se torna possível por certa habilidade do escritor, da presença de seu próprio objeto de desejo que se manifesta na obra. A obra é, assim, a manifestação concreta de um ponto abstrato e o leitor recebe, de modo invertido, como em uma imagem especular, “[...] sua própria imagem, sob uma forma invertida...” (LACAN, 1966, p. 298). Trata-se, então, de um texto que permite ao leitor viajar em “paisagens interiores”, provocando repercussões em sua vida.

Nesta relação que o leitor estabelece com o texto, provocada pela instância enunciativa – que é o próprio texto –, o prazer de ler especulariza-se com o prazer de escrever e, do mesmo modo em que se tem uma escritura perversa, tem-se uma leitura perversa (BARTHES, 1973, p. 62), que é aquela que faz algum tipo de ruptura e perturba o leitor, provocando uma reação emotiva. Nesse caminho, cabe uma questão: este tipo de texto implica o reconhecimento recíproco dos parceiros da linguagem, através de um reconhecimento dado de antemão, ou tal reconhecimento é construído ao longo do texto?

A nosso ver, tratam-se das duas coisas, pois o *Ethos* prévio garante ao leitor certas estratégias de leitura, certos jogos narrativos, certas formas mais ou menos padronizadas de se escrever, certos temas mais ou menos recorrentes. Ao mesmo tempo, o reconhecimento é construído no decorrer da leitura, na medida em que o texto apresenta determinados índices que provocam certa identificação do leitor com a obra, ou certo ponto de captura do leitor pelo texto.

É evidente que a intencionalidade comunicativa de Sade se materializa na *visada* comunicativa da sedução, uma vez que, segundo Patrick Charaudeau

(1993, p. 55), esta *visada* corresponde ao objetivo de capturar o outro pelo viés do prazer: “Ela consiste, para o sujeito falante, em ‘fazer prazer’ ao outro”⁹, ou seja, em desencadear no interlocutor estados emocionais positivos¹⁰. Trata-se da mola-mestra da intencionalidade sadeana, uma vez que, como já citado, para ele, o prazer está na imaginação. Para que tal fato ocorra, Sade utiliza-se de elementos da não-racionalidade (trata-se de conceber o inconcebível), da verossimilhança ficcional (utilização de elementos que simulam o real e que causam efeitos de real) e da construção de imaginários mais ou menos míticos (o uso de bestas feras nas ilustrações de seus livros, a utilização de títulos que despertam curiosidade e atração, presença de estereótipos e tipos sociais bastante conhecidos, etc.), que permitem ao leitor ter o prazer de imaginar e, por conseguinte, talvez, de se identificar.

Referências bibliográficas

ARÊAS, Alcebiades M; CAMBEIRO, Delia. Reflexões lingüístico-literárias em De-cameron de Giovanni Boccaccio. In: VI Congresso Nacional de Lingüística e Filologia, 2002, Rio de Janeiro. *Anais do VI Congresso de Lingüística e Filologia*. Rio de Janeiro: CEIFIL, 2002. p. 110-122

BADIOU, Alain. Por uma estética da cura analítica. Conferência pronunciada durante o colóquio “O desejo do analista”. In: ESCOLA LETRA FREUDIANA. *A psicanálise e os discursos*. Rio de Janeiro: Escola Letra Freudiana, 2002. p. 237-242.

BARTHES, Roland. *Le plaisir du texte*. Paris: Seuil, 1973.

BATAILLE, Georges. *O erotismo*. São Paulo: Arx, 2004.

CASTELLO BRANCO, Lúcia. O silêncio do exterior: Deleuze, Lacan, a Literatura e a Vida. In: S.A. *Nietzsche e Deleuze: pensamento nômade*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001. p. 147-159.

CHARAUDEAU, Patrick. Des conditions de la mise en scène du langage. In: DECROSSE, Anne (dir.). *L'esprit de société: vers une anthropologie social du sens*. Paris: Mardaga, 1993. p. 27-65.

CHARAUDEAU, Patrick. *Langage et discours*. Paris: Hachette, 1983.

⁹ Livre-tradução nossa: “Elle consiste, pour le sujet parlant, à ‘faire plaisir’ à l’autre”.

¹⁰ Acreditamos que os estados emocionais negativos também sejam causa de identificação e atração e, portanto, elementos de sedução. A obra de Sade atraía não apenas pelos estados emocionais positivos, mas também pela repulsa que ela causava. Do mesmo modo, muitas obras que causam medo provocam uma certa fascinação. O comportamento das crianças é exemplar nesse sentido, uma vez que, diante de uma obra de terror, ficam fascinados pela cena monstruosa, mesmo tal fato causando-lhes imenso horror.

- COSTA, Jurandir Freire. *Sem fraude nem favor: estudos sobre o amor romântico*. Rio de Janeiro: 1999.
- DELEUZE, Gilles. A literatura e a vida. In: *Crítica e clínica*. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 2: O uso dos prazeres*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- FREUD, S. (1929/1930). Mal-estar na civilização. In: *Edição standard das obras completas de Sigmund Freud*. Vol. XXI. Rio de Janeiro : Imago, 1972
- GOULEMOT, Jean Marie. As práticas literárias ou a publicidade do privado. In: ARIÉS, Phillippe; DUBY, Georges. *História da vida privada: da renascença ao século das luzes*. São Paulo: Companhia das letras, 1991. p. 371- 405.
- HEUMAKERS, Arnold. Sade, um libertino pessimista. In: BREMMER, Jan (Org.). *De Safo a Sade: momentos na história da sexualidade*. Campinas: Papirus, 1995.
- LACAN, J. Remarque sur le rapport de Daniel Lagache. In: *Écrits*. Paris: Ed. Du Seuil, 1966.
- LACAN, Jacques (1959-1960). *O seminário, livro 7: A ética da Psicanálise*. Tradução: Antônio Quinet. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- LACAN, Jacques. (1962-1963). *O Seminário, livro 10: A angústia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- LAIA, Sérgio Augusto Chagas de. *A lei moral, o desejo e o mal: Kant com Lacan*. Belo Horizonte: FAFICH-UFMG, 1992 (Dissertação de mestrado Filosofia) 407p.
- MACHADO, I. L. Breve abordagem sobre algumas transgressões discursivas no livro “La philosophie dans le boudoir”, de Sade. *Revista da ABRALIN*, v. 7, n. 1, p. 81-100, jan. a jun. 2008.
- MACHADO, Ida Lúcia. Estratégias discursivas em Chrétien de Troyes: o exemplo do romance “Ivain, le chevalier au lion”. In: MARI, Hugo (org.). *Categorias e práticas de análise do discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE-UFMG, 2000. p. 97-106.
- MAINGUENEAU, Dominique. Le discours littéraire contre la littérature en soi. In: MARI, Hugo; MACHADO, Ida Lucia; MELLO, Renato de. *Análise do discurso em perspectivas*. Belo Horizonte: NAD-FALE/UFMG, 2003. p. 17-32.
- MANDIL, Ram. *Os efeitos da Letra: Lacan leitor de Joyce*. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Contra capa/UFMG, 2003.
- MORAES, E. Sade: O Crime entre Amigos. In: *Libertinos e Libertários*. São Paulo. Cia. das Letras. 1996. p. 245-254.

MORAES, Eliane Robert. Um outro Sade. In: SADE, D. A. *Os crimes de amor*. Porto Alegre: L&PM, 2000. (prefácio).

MUCHEMBLED, Robert. *L'orgasme et l'occident: une histoire du plaisir du XVI e siècle à nous jours*. Paris: Seuil, 2005.

ROUANET, Sergio Paulo. O desejo libertino entre o iluminismo e o contra-iluminismo. In: NOVAES, Adauto (Org.). *O desejo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 167-196.

SADE, D. A (1782). Diálogos entre um padre e um moribundo. In: SADE. D.A. *Discursos ímpios*. Tradução de Plínio Augusto Coelho. São Paulo: 2007.

SADE, D. A (1785). *Os cento e vinte dias de Sodoma*. São Paulo: Iluminuras, 2007.

SADE, D. A. de (1795). *A filosofia na alcova*. Tradução de Contador Borges. São Paulo: Iluminuras, 2003.

SADE, D. A.(1800) Idéias sobre o romance. In: *Os crimes do amor*. Porto Alegre: L&PM, 1991.

VERDON, Jean. *Le plaisir au moyen âge*. Paris: Hachette, 1996.

Significado e valor de verdade

[*Meaning and truth value*]

JOSÉ CLÁUDIO LUIZ NOBRE

Professor de estudos linguísticos na Rede de Ensino Doctum – DOCTUM,
Ipatinga, Minas Gerais, Brasil; Doutorado em curso pela PUC-MG.
[jclnobre@gmail.com]

RESUMO

Este texto apresenta, sucintamente, questões relacionadas ao processamento de sentido e ao valor de verdade sob a perspectiva das semânticas formal, enunciativa e cognitiva. É resultado de percepções construídas a partir de uma leitura possível do texto *Semântica*, escrito por Oliveira (2001), conexo com *Semântica*, escrito por Chierchia (2003).

Palavras-chave

Semântica formal; Semântica enunciativa; Semântica cognitiva; Significado; Valor de verdade.

ABSTRACT

*This paper presents briefly issues related to processing of meaning and truth value, from the perspective of Formal Semantics, Cognitive and enunciative. It is the result of perceptions built from a possible reading of the text *Semântica*, by Oliveira (2001), connected with *Semântica*, by Chierchia (2003).*

Key-words

Formal semantics; Enunciative semantics; Cognitive Semantics; Meaning; Value truth.

Introdução

Na “história” dos estudos de Semântica, verificam-se, facilmente, diferentes propostas/abordagens para o estudo do significado, e tais abordagens são, por sua vez, diferentemente sintetizadas por estudiosos da área. Cita-se, como exemplo, o estudo/síntese de Chierchia (2003) em comparação com o estudo introdutório de Oliveira (2001). Ambos apontam três distintas abordagens dos estudos do significado, mas o primeiro relaciona: i) a abordagem denotacional, ii) a representacional/ mentalística e iii) a pragmático-social; enquanto o segundo: i) a formal, ii) a da enunciação e iii) a cognitiva, que a autora chama respectivamente de Semânticas formal, da enunciação e cognitiva.

Nas seções a seguir apresenta-se a perceptível aproximação teórica entre os dois referidos estudos. Neste texto, opta-se por apresentar questionamentos e possíveis aplicações às teorias por meio de análises de charges, que serão apresentadas ao longo da própria exposição teórica.

1. A construção lógica do sentido e da verdade referenciada

Historicamente, o problema da significação e/ou do valor de verdade/falsidade dos enunciados apresentados nesta seção antecede os demais estudos de semântica¹ e também é visto, por muitos, como conhecimento suplantado. A questão do sentido foi inicialmente apresentada a partir da proposição de que as *sentenças*² se estruturam por meio da lógica, como postulou a clássica análise aristotélica, e realizam relações de significado que se constroem independentemente do conteúdo das expressões.

Está-se diante da clássica estratégia lógica de dedução da “verdade” a partir de premissas [*Todo homem é mortal* (premissa maior). *Pedro é homem* (premissa menor). *Logo, Pedro é mortal* (conclusão).] a cuja estrutura se pode estabelecer um paradigma que descreve as relações de sentido por meio de letras vazias de conteúdo. Nas sentenças acima, pode-se formular: *homem* \cong A; *mortal* \cong B; *Pedro* \cong C; e, assim, obter: se A \cong B e C \cong A, logo, C \cong B; ou, ainda, “se ‘A’ é um conjunto qualquer que está contido em

1 Estudos semânticos associados à perspectiva lógica/formal podem ser vistos em Lyons (1977), Kempson, Ilari & Galdi (1985) etc.

2 Por ter-se utilizado “sentença” em vez de “enunciado”, cabe estabelecer uma distinção: nota-se que na linguística do discurso tem-se usado *frase/sentença* para designar “a unidade formal do sistema da língua, estruturada de acordo com os princípios da gramática, passível de um sem-número de realizações”; e *enunciado* para nomear uma “manifestação concreta de uma frase, em situação de interlocução”. Destarte, uma sentença gramaticalmente estruturada é considerada enunciado cada vez que for pronunciada por indivíduos diferentes ou pelo mesmo indivíduo, em momentos diferentes.

outro conjunto qualquer, o conjunto 'B', e se 'C' é um elemento do conjunto 'A', então, 'C' é um elemento do conjunto 'B'.

Oliveira (2001) associa a lógica aristotélica à *Semântica formal* (doravante SF), para a qual “o significado é um termo complexo que se compõe de duas partes, o sentido e a referência”³ (OLIVEIRA, 2001, p. 18) e o problema do significado é descrito “a partir do postulado de que as sentenças se estruturam logicamente” (OLIVEIRA, 2001, p. 19). Segundo essa autora, na SF a linguagem é um meio para se alcançar uma verdade que estaria fora da linguagem, o que permitiria falar objetivamente sobre o mundo das coisas e adquirir um conhecimento seguro sobre ele; mas ela afirma também que, segundo Ducrot (1979, 1987)⁴, a visão de linguagem que subsidia a SF seria inadequada exatamente porque ela se respalda em um modelo informacional em que o conceito de verdade é externo à linguagem e, como esta (a linguagem) constitui o mundo, não é possível “sair fora dela”.

Nesse mesmo domínio, Perelman (1996) alerta para o fato de que, à demonstração das proposições lógicas, tem bastado a indicação de procedimentos mediante os quais elas podem ser obtidas como última expressão de uma sequência dedutiva, cujas primeiras premissas advêm de um sistema axiomático dentro do qual se efetua a demonstração da verdade. Todavia, o lógico formalista considera alheias à sua disciplina questões como: *de onde vêm aquelas premissas: sejam elas verdades impessoais, pensamentos divinos, resultados de experiência ou postulados peculiares ao autor.*

Nesse caso, a admissão da sequência dedutiva, dentro de um princípio de verdade, depende menos da consideração relativa à origem dos axiomas ou das regras de dedução, ou, ainda, do papel que o sistema axiomático representa na elaboração do pensamento, do que se tal sequência tem forma igual a outra sequência de signos, se é considerada válida por ser um axioma ou uma expressão dedutível. Sinteticamente, pode-se dizer o seguinte: para a SF, o sentido (por extensão, a verdade) das palavras sentenças se constitui da relação entre a palavra e a coisa referida (a referência no mundo). De certa forma, essa visão da SF convida a si o que Chierchia (2003) chama de “abordagem denotacional”. Em tal abordagem, está presuposta a língua como organização de palavras e regras de combinação e tais regras apontam para o “Princípio da Composicionalidade”⁵, cuja primeira formulação é, segundo Carnap (1947 *apud* Salguero-Lamillar,

3 Note-se uma alusão ao sistema de referências postulado em FREGE, G. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo, Cultrix, 1978. Embora se tenha optado por não pautar nossos estudos pelo viés da referência, vale perceber que esse estudo foi citado, indiretamente, ao longo deste texto.

4 Ref. a DUCROT, O. *Princípios de Semântica linguística* (dizer e não dizer). São Paulo, Cultrix, 1979. E a DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas, Pontes, 1987.

5 Neste texto, não se trata da teoria da composicionalidade, embora se faça alusão a ela.

2010)⁶, atribuída a Frege, para quem o significado de uma expressão complexa depende do significado das expressões que a constituem.

O central na perspectiva denotacional da Semântica é a “ligação” entre a referência de uma sentença/expressão linguística e o critério de atribuição de verdade/falsidade de tal referência, isto é, o significado de uma expressão linguística deve permitir que se identifique uma realidade no mundo para que se possa atribuir-lhe um valor de verdade/falsidade. Sem essa associação, o que se afirmar em relação a uma dada sentença permanece em um campo indeterminado de valor: não pode ser nem verdadeiro nem falso.

Assim, em 2008, por exemplo, a expressão “a atual presidenta do Brasil”, ainda que pudesse ser entendida no nível da produção de sentido, não seria valorada como possível ou não-possível, verdadeiro ou falso. Se dita agora (em 2011), para a perspectiva denotacional, tal sentença garante a produção de sentido (“uma mulher que governa um país chamado Brasil, em um sistema denominado presidencialismo”) e aponta para uma realidade no mundo, um referente (Dilma Rousseff). Além disso, é possível indicar um mesmo referente a partir de diversas sentenças/expressões linguísticas. Considerando-se as informações de “autoimagem” apresentadas no *site* <http://www.dilma.com.br/biografia> (acessado em 04-03-11), poder-se-ia chegar ao mesmo referente acima exposto (Dilma Rousseff) se utilizadas expressões como “a menina que sabia dividir”⁷.

Vê-se que a ênfase da SF é a relação entre a sentença e o evento que tal sentença descreve. Nesse sentido, o significado está diretamente ligado, equiparado às condições de verdade/falsidade da sentença que o descreve. Aquilo que, formalmente, chama-se de significado de uma sentença “consiste nas condições em que ela é verdadeira; estas condições dependem da referência dos termos de que a sentença é constituída.” (CHIERCHIA, 2003, p. 47).

Tal percepção teórica vê a linguagem como um sistema denotativo, cujo processo de produção de sentido privilegia sentenças que visam chegar a referentes do mundo. Assim, na perspectiva da SF, associada à “perspectiva denotacional”, em que se privilegia o método da lógica aristotélica, a construção lógica do sentido aponta para uma verdade referenciada, em que o valor de verdade das sentenças não está na linguagem, mas nos fatos do mundo.

Parece óbvio que tal percepção possa ser questionada quando pensada em construção de charges, por exemplo. Veja-se que não seria possível atribuir sentido às charges a seguir se o significado de uma expressão linguística exigisse apenas uma identificação com uma realidade no mundo para que se pudesse atribuir-lhe um valor de verdade/falsidade,

6 Referência a CARNAP. Rudolf. *Meaning and Necessity*. Chicago: Chicago University Press, 1947.

7 Vide anexo.

conforme se afirma acima. Se o central é a “ligação” entre a referência de uma sentença/expressão linguística e o critério de atribuição de verdade/falsidade de tal referência, seria anômala a possibilidade de sentido nestas charges.



Duke. Super Notícia-MG. Em 09-01-11 Duke. www.duckechargista. 23-03-11.

Note-se que é possível significar a primeira charge (à esquerda) relacionando-a a um contexto social em que são frequentes notícias de crimes à mão armada: evidencia-se o crescente número de uso de armas de grosso calibre por pessoas ligadas ao crime, ainda que a expressão linguística “coloque” armas portando pessoas de grosso calibre. Da mesma forma, a charge 2 (à direita) constrói uma crítica às péssimas condições das estradas, sobretudo após as chuvas de março. É importante salientar que o estranhamento da sentença não impede a percepção da ênfase dada pelo chargista à existência de muitos buracos nas vias públicas.

Este outro exemplo ilustra e refuta a assertiva de que “o significado é um termo que se compõe de duas partes, o sentido e a referência”, ou de que “a linguagem permitiria falar objetivamente sobre o mundo das coisas e adquirir um conhecimento seguro sobre ele” (OLIVEIRA, 2001, p. 18). Consideremos que a) “móvel” seja tomado pela SF como característica de um objeto ou corpo que movimenta e b) “imóvel” como referência a algo que não se move, sem movimento, parado. O mais provável é associar “carro” à primeira categoria e “casa” à segunda. No entanto, a relação aparentemente simples e certa é colocada em jogo na charge a seguir:



Amarildo. A Gazeta-ES, 20-03-11

Veja-se que há circunstâncias reais em que é possível predicar “casa” e “carro” como móvel e imóvel respectivamente, o que seria um problema à ligação palavra/mundo da SF. Vê-se, então, que a produção de sentido requer um complexo de mecanismos inicialmente desconsiderados pela SF. Sabe-se, todavia, que outros estudos cuidaram de explicar aspectos não postulados por este campo da Semântica.

2. Sentido e verdade negociados

Considerando-se, com Ducrot (1979 *apud* OLIVEIRA, 2001, p. 28)⁸, que a SF teria caído na ilusão, criada pela própria linguagem, de que esta se refere a algo externo a ela mesma, de onde retira a sua sustentação, arrola-se outra percepção da construção de sentido/verdade dos enunciados: a da verdade negociada em práticas linguageiras, segundo a Semântica Enunciativa (SE).

A linguagem, para a SE,

é um jogo de argumentação enredado em si mesmo; não falamos sobre o mundo, falamos para construir um mundo e a partir dele tentar convencer nosso interlocutor da nossa verdade, verdade criada pelas e nas nossas interlocuções. A verdade deixa, pois, de ser um atributo do mundo e passa a ser relativa à comunidade que se forma na argumentação. Assim, a linguagem é uma dialogia, ou melhor, uma ‘argumentalogia’; não falamos para trocar informações sobre o mundo, mas para convencer o outro a entrar no nosso jogo discursivo, para convencê-lo de nossa verdade. (DUCROT *apud* OLIVEIRA, 2001, p. 28).

⁸ Referência a DUCROT, O. *Princípios de Semântica Linguística* (dizer e não dizer). São Paulo, Cultrix, 1979.

Para a autora, a SE trabalha com esta concepção de linguagem e interação construtoras da ciência, dos sujeitos interativos, do sentido, do mundo. Vê-se que, ao contrário da SF, para a SE a verdade é sempre relativa ao seu meio de produção, sempre negociada entre os interlocutores. Em vez de sentença com sentido lógico e referente no mundo, a SE trabalha, neste modelo, com *cadeias discursivas* (inter) construídas, a partir das quais se constroem enunciados com leituras possíveis relativas à condição em que estes foram produzidos.

Como a verdade é argumentada, negociada pelos interlocutores nas interações, segundo Oliveira (2001), nas versões mais atuais da SE, considera-se a possibilidade de vários enunciadores constituírem um só enunciado e formarem o “quadro institucional” que referenda o espaço discursivo em que o diálogo vai se desenvolver. Esse delineamento aponta para a polifonia constituinte dos enunciados, já que um interlocutor, em circunstâncias de interação, poria em cena um diálogo entre enunciadores. Tal estrutura polifônica, por sua vez, aponta para a possibilidade da existência de tipos de negação. Por exemplo, a *polêmica*, em que se negaria o enunciador pressuposto; a *metalinguística*, em que se negaria e enunciador posto; e a descritiva, em que o locutor descreve negativamente um estado do mundo.

Nessa concepção, em um enunciado como:

(1) *Maria parou de fumar.*

há, presentes, dois enunciadores: um (E1) que afirma que *Maria fumava* (pressuposto), e outro (E2) que diz que *Maria já não fuma mais* (o posto). Se se nega E1, realiza-se uma negação polêmica; se E2, uma negação metalinguística. A negação descritiva, cujo estudo teria sido uma contribuição de Ducrot, estaria em enunciados como:

(2) *Não há uma nuvem no céu.*

Neste caso, o locutor descreve um estado de mundo negativamente: na sua enunciação não haveria um enunciador que retomasse a fala de outro, negando-a; haveria apenas um locutor descrevendo um estado do mundo, utilizando a negação. Ressalva-se, porém, que uma negação descritiva, nesses termos, se aproxima da busca de valores de verdade a partir de referentes no mundo, idêntico ao que se mostrou na seção anterior.

É preciso verificar, no entanto, se o que se diz aqui a respeito da negação dá conta de usos da negativa como o que se vê na charge a seguir:



Note-se que a negação no enunciador 2, se tomada isoladamente, caracteriza-se como descritiva “o senhor não fez nada, Padim”. Mas se avaliada na totalidade da charge e se concebida a inferência de que o enunciador 1 (José Serra) tenha feito algo que lhe tenha causado a rejeição popular, poder-se-ia pensar a negação do enunciador 2 em relação ao enunciador 1 e caracterizá-la como metalinguística. Mas sucede que o enunciador 1 não diz ter feito algo, ainda que esteja entendido que o povo o rejeita e que haveria uma razão para isso, e esta razão é negada. O que poderia ser uma afirmação de bons feitos do enunciador 1 (José Serra) passa a ser uma afirmação de “nada feito” por ele.

A meu ver, confirma-se, assim, uma possibilidade de negação ainda não bem esclarecida pela teoria da SE. Inobstante a isso, verifica-se, conforme dito acima, o uso da linguagem, da interação linguística na construção de sujeitos interativos, do sentido, do mundo. Vê-se uma verdade negociada entre os interlocutores; não só entre os enunciadores 1 e 2 da charge, mas, sobretudo, entre o chargista e o leitor.

* * *

A título de exemplificação, façamos, aqui, uma espécie de aparte, uma pequena digressão, e tratemos de um operador argumentativo, por vezes estudado na SE, sob a perspectiva pragmática. Trata-se do operador *mas*, que aparece descrito e analisado em estudos da SE relacionados ao gerenciamento de vozes textuais.

Assim, nos enunciados:

(3) *João foi ao cabeleireiro, MAS⁹ não cortou o cabelo.*

(4) *João não está cansado, MAS¹⁰ deprimido.*

ter-se-iam, respectivamente, dois sentidos de *mas*. O primeiro se caracteriza por apresentar um raciocínio do tipo: “a primeira sentença nos leva a supor uma conclusão e esta é negada pela segunda sentença” (OLIVEIRA, 2001, p. 31). O segundo estabelece uma relação semântica. “Nele, a primeira sentença nega fortemente uma fala que supostamente a antecede e repara, na segunda sentença, o que foi dito na primeira.” (OLIVEIRA, 2001, p. 31).

Tomados os exemplos, ter-se-ia a seguinte distribuição dos enunciadores: em (3), um enunciador E1 afirma que *João foi ao cabeleireiro*, e essa sentença supõe uma conclusão,

(5) *João teria cortado o cabelo*

mas um outro enunciador, utilizando-se do *MAS*, nega a conclusão suposta: E2: *João não cortou o cabelo*. O *mas* é o operador argumentativo por meio do qual se constrói a relação entre as duas sentenças. Em (4) tem-se uma série mais complexa de enunciadores: E1 (enunciador implícito) afirma que *João está cansado*; essa fala é negada por E2 (E2: *E1 é falsa*): *João não está cansado*; e E3 descreve o estado de João: *João está deprimido*.

Vale notar que estes mecanismos indiciadores de polifonia apontam para o ‘como se articulam os mundos/domínios discursivos evidenciados por essas vozes’ e o ‘como a diversidade de vozes é modalizada para formar uma unidade de texto’. A breve apresentação de tais mecanismos se deve ao interesse de mostrar que a escolha de um ou outro operador discursivo sinaliza a intencionalidade de quem enuncia e evidencia a forma como o sujeito-enunciador vê, modaliza e diz, em unidades discursivas, o mundo. E essa forma de dizer circunscreve (e está circunscrita em) os sujeitos enunciadores e a própria condição de produção do enunciado. Assim, se escolhesse em vez de *mas* na sentença (3), o e:

(6) *João foi ao cabeleireiro E não cortou o cabelo*

poder-se-ia afirmar, à luz da SF, que em (3) e (6) está-se diante das mesmas realidades objetivas, das mesmas verdades, já que as duas sentenças apontariam para o mesmo referente. Mas, em consonância com a SE, numa

⁹ Espera-se que João tenha cortado o cabelo.

¹⁰ Note-se um *MAS* polêmico.

perspectiva Pragmática, essa hipótese fica descartada: é evidente que a forma de comprometimento do sujeito-enunciador com cada um dos enunciados é diferente; além disso, uma ou outra escolha sinaliza o modo como os interlocutores se relacionam com aquelas informações, o contexto em que elas são produzidas e o contexto que elas produzem¹¹.

Algumas vezes a negação ultrapassa as condições da verdade que promove com um enunciado. É possível, também, desconsiderar-se um conjunto de enunciados e negar-se o enunciador que os enuncia. Uma evidência dessa forma de negação pode ser ilustrada na seguinte interação¹²:



Note-se que há uma pergunta cuja resposta é negada, ignorada. A verdade ou realidade argumentativamente construída pelo interlocutor 1 é negada pelo parceiro na interação. O que parece uma *negação polêmica* internamente à charge desbanca uma possível interação. É claro que este é um jogo construído pelo chargista, para realizar, com o leitor da charge, uma significação focada na avaliação que se faz do sujeito que se constrói na voz do interlocutor 1: “é um besta, mas não sabe!”.

* * *

11 A noção de contexto que se evidencia nesse trecho é a apresentada por Lévy (1993, p. 22), em que, segundo o autor, “o jogo da comunicação consiste em, através de mensagens, precisar, ajustar, transformar o CONTEXTO compartilhado pelos parceiros”. “O contexto, longe de ser um dado estável, é algo que está em jogo, um objeto perpetuamente construído e negociado”. “Palavras, frases, letras, sinais, ou caretas interpretam, cada um à sua maneira, a rede de mensagens anteriores e influem sobre o significado das mensagens futuras”. “O sentido emerge e se constrói no contexto, é sempre local, datado, transitório”. “A cada instante, um novo comentário, uma nova interpretação, um novo desenvolvimento podem modificar o sentido que havíamos dado a uma proposição”.

12 Disponível em <http://www.magiozal.mundo-exotica.net/arquivo/2006/10/culto_e_grosso.htm>. Acessado em 28-02-2011.

Retomando-se a abordagem central desse texto, pode-se dizer, em síntese, que, para a SE, o sentido de palavras, sentenças e textos (por extensão, a verdade) se constrói na relação entre sujeitos falantes, na interação humana promovida pela linguagem.

Com esta abordagem, nota-se uma aproximação do aspecto “pragmático-social” da semântica empreendido por Chierchia (2003). Segundo ele, o significado é uma práxis social. Nesse enquadre, está a Semântica Argumentativa – neste texto, chamada de Enunciativa –, segundo a qual o foco a ser dado ao enunciado está relacionado à eficiência deste nos propósitos de persuasão dos interlocutores. A função da linguagem nessa perspectiva não é, segundo Ducrot (1987), a de falar a respeito do mundo, mas a de convencer o interlocutor a respeito de algo, construído ou a se construir, no mundo.

Toma-se a palavra, dessa forma, em consonância com a teoria da enunciação, seja centrada no sujeito individual, nos moldes de Benveniste (1989, 1995), seja centrada no sujeito social, nos moldes de Bakhtin (1981). Para este autor, “a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor.” (BAKHTIN, 1981, p. 112).

Para a SE, a enunciação, condição de o locutor se apropriar da língua colocando-a em funcionamento, é processual; é uma interatividade humana que propicia a realização de enunciados circunscritos em tempos/espacos específicos. Estes, os enunciados, fazem-se no espaço da língua em funcionamento e os sujeitos interlocutores instituídos por tais enunciados são capazes de significar o que se enuncia, no uso real da língua. Nesse contexto, o significado não está pré-definido em palavras, nem é, necessariamente, a relação ou ligação entre um enunciado e uma realidade no mundo. O que se promove, em termos de significação, é também processual, interativo, emergente: a significação emerge na interação, resulta no processo de interação, conforme se mostra a seguir.



Pater. A Tribuna-ES,27-01-11

Note-se que a sequência de palavras da charge, se considerada isoladamente, evidenciaria a construção de uma boa notícia, e evidenciaria a possível eficiência e agilidade dos serviços prestados pelo SUS. No entanto, tais palavras passam a ser significadas na pauta da “ironia” diante do conjunto de dados constitutivos da cena enunciativa em que elas foram “proferidas”. A significação se faz, dessa forma, não pela relação entre palavras e significados preexistentes, mas pela complexa atividade enunciativa em que se ativam conhecimentos dos sujeitos interativos a respeito de SUS, morte, cemitério, túmulo, lápide. Nessa charge, a unidade de sentido construída pelos enunciados não se faz com significado preexistente para “boa notícia” ou “cirurgia de emergência”; ao contrário, constrói-se um SUS ineficiente, que não atende nem às circunstâncias emergenciais de saúde.

Enfim, conceber o significado (ou a significação, para ser mais coerente com a ideia de processo) no uso da língua, traz implicações. Implica, necessariamente, opor-se à noção apresentada pela lógica clássica, pela SF, que define valor de verdade em consonância com o que está fora da linguagem, na relação palavra/mundo. Na perspectiva da SE, falamos para construir o mundo e, a partir dele, convencer nosso interlocutor da nossa verdade; o significado se constrói na e pela linguagem; o que prevalece não é o enunciado em si e a sua relação com um referente no mundo, mas o que se produz em termo de significação com o enunciado em um dado contexto da enunciação, considerando intenções de sentido dos enunciadores.

3. Sentido e verdade cognoscível

Em oposição ao Gerativismo chomskyano¹³, cujos estudos apontam para a centralidade da sintaxe na investigação sobre linguagem, há pesquisadores¹⁴ para os quais o significado é que é central nesse trabalho (embora Chomsky também trabalhe a questão da significação). Trata-se dos estudos de Semântica Cognitiva (SC), segundo os quais “a forma deriva da significação, porque é a partir da construção de significados que aprendemos, inclusive, a lógica e a linguagem.” (OLIVEIRA, 2001, p. 34).

O que se diz é que a significação linguística emerge da nossa interação com o meio que nos circunda; o significado (a linguagem) é resultado dos nossos movimentos corpóreos; o que se opõe à concepção denominada *objetivista* para a qual o significado teria como base a referência e a verdade¹⁵, e a linguagem estaria em uma relação de correspondência direta com o mundo.

Eis que a SC parece aproximar-se mais da SE do que da SF, já que a SC e a SE descartam a hipótese da referência apresentada pela SF. Todavia, ao contrário da SE – cuja crença se baseia na ideia de que a referência é construída na e pela própria linguagem, e que esta é um jogo argumentativo –, a SC postula uma abordagem experientialista e se afasta da proposta relativista. Isto é, “a hipótese central de que o significado é natural e experiential se sustenta na constatação de que ele se constrói a partir de nossas interações físicas, corpóreas, como o meio ambiente em que vivemos.” (OLIVEIRA, 2001, p. 34).

Nesse sentido, o significado corpóreo não seria nem exclusivo, nem prioritariamente linguístico. O esquema mental (imagético cinestésico) que surgiria diretamente de nossa experiência corpórea com o mundo (ponto de partida, percurso, ponto de chegada, por exemplo) ancora o significado de nossas expressões linguísticas sobre o espaço. “São, portanto, as nossas ações no mundo que nos permitem apreender diretamente esquemas imagéticos espaciais e são esses esquemas que dão significado às nossas expressões linguísticas.” (OLIVEIRA, 2001, p. 34).

Exemplifiquemos com uma charge, cuja significação requer um processamento cognitivo relacionado à nossa capacidade de espacialização.

13 Sobre os trabalhos de pesquisa chomskyanos, nossos estudos se basearam em COMSKY (1971 e 1994), SCARPA (2001) e BERLINCK et. al. (2001).

14 OLIVEIRA (2001, p. 33) trata da Semântica Cognitiva e afirma ser a publicação, em 1980, de *Metaphors we live by*, de George Lakoff e Mark Johnson um dos marcos inaugurais desse estudo. No Brasil, ela cita PONTES, E. *A Metáfora*. Campinas, UNICAMP, 1990. E, também, LIMA, P. L. O Substantivo cabeça relacionado à Razão/emoção no sistema conceitual do inglês e do Português. *Anais do 1º Encontro do CELSUL*, v.1, pp. 723-733, 1997.

15 Neste contexto, verdade equivale ao mundo concebido objetivamente de uma única forma correta.



Note-se que a nossa relação com a espacialização permite a noção de embaixo/em cima, o que na charge acima permite significar o “embaixo” como uma falta de sucesso e o “em cima” como o êxito esperado. Isso vale tanto para a referência “mais física” – em relação aos mineiros do Chile – quanto para a “menos física” e, sobretudo, cognitiva – em relação à campanha do candidato à presidência José Serra.

Acredita-se que as nossas relações corpóreas com o mundo, mesmo ainda antes que falássemos, estruturam esquemas imagéticos, não-proposicionais, com os quais atribuímos sentido às nossas sequências linguísticas. Citam-se: a) CAMINHO: os nossos deslocamentos de um lugar para outro; B) RECIPIENTE: o esquema de estar dentro e fora de algum lugar; c) BALANÇO: aprendido em nossos ensaios para ficar em pé.

Mostra-se que em

- (7) *Fui de Belo Horizonte a São Paulo;*
- (8) *Estou em São Paulo;*
- (9) *Vim de São Paulo;*
- (10) *Nasci em Belo Horizonte;*

a construção de sentido não se dá com a relação de correspondência com o mundo, nem de dialogia com um outro, nem com encadeamentos discursivos, mas com a presença dos esquemas imagéticos de CAMINHO, em (7) e (9), e de RECIPIENTE, em (8) e (10), mesmo que não se conheça a realidade “Belo Horizonte” ou “São Paulo”. São os esquemas que, para a SC, carregam uma memória de experiência que ampara o nosso falar e pensar; daí ser o significado uma questão de cognição e não um fenômeno apenas linguístico. Crê-se, assim, que a linguagem articulada é uma das manifestações superficiais da nossa estruturação cognitiva; além disso, esta é anterior àquela e lhe dá consciência.

Como nem todos os conceitos são resultantes de esquemas, tais quais se acabou de mostrar; e como também há determinados domínios da experiência

humana, cujo sentido depende de mecanismos de abstração e não somente da relação corpórea; a SC, portanto, trabalha com o conceito de *metáforas*, aqui vistas como o mapa (conjunto de relações entre entidades definidas abstrata e logicamente) entre um domínio da experiência e outro domínio¹⁶. Note-se que, nesse contexto, tal conceito não se confunde com a figura de linguagem que se aprende a classificar na escola. Na perspectiva de Lakoff e Johnson (1980), a metáfora é concebida como um processo cognitivo que nos permite construir e/ou mapear esquemas mentais aprendidos de forma direta pelo nosso corpo. Tais esquemas são acionados em domínios mais abstratos cuja experimentação nos é indireta.

Sob essa perspectiva, sentenças como:

- (11) *De ontem para hoje, Carlos ficou doente;*
- (12) *O seminário foi de segunda a sábado;*
- (13) *Ele está de mal a pior;*
- (14) *João deu este presente a Maria;*

se constroem como metáforas do CAMINHO: todas elas têm correspondência com o esquema espacial e podem ser mapeadas para outros domínios: a noção de tempo linear em (11) e (12), um ponto de partida do movimento temporal, um percurso de decorrência do tempo, outro ponto de chegada: ONTEM→→→HOJE e SEGUNDA→→→SÁBADO; a passagem de um estado emocional a outro, em (13): MAL→→→PIOR; o conceito de transferência de posse em (14) JOÃO→→→MARIA. Crê-se que, dessa forma, com esquemas metafóricos, constroem-se inferências e sentido, mesmo que não seja possível mapear alguns aspectos esquemáticos. A exemplo, não se pode construir com relações espaciais sentenças como “chegou embaixo do tempo”.¹⁷

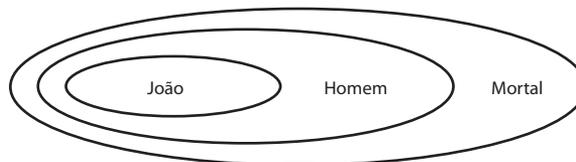
Retoma-se a premissa clássica, apresentada na página 2, para mostrar como, esquematicamente, constroem-se inferências que permitem explicá-la, a luz da SC. Em

- (15) *Todo homem é mortal. Pedro é homem. Logo, Pedro é mortal.*

¹⁶ Nota-se, aqui, uma contradição a se construir: se se percebe e se aceita a relação entre um domínio da experiência e outro domínio (ainda que a SC os chamem de domínios conceituais), não se pode fugir da existência de domínios, que, em última análise, são discursivos; e, como tais, são negociados por interlocutores e construídos na linguagem, através de metáforas, já que a nossa condição corpórea não nos lega o poder de ubiquidade, menos ainda de onipresença física. Não se pode negar que apenas a linguagem tem “extensão” suficiente para que nos entendamos e façamos entender, e, com isso, construamos a imensidão dos símbolos e das representações e nos construamos nela.

¹⁷ Convém notar que se pode construir “chegou dentro/fora do tempo; antes/depois do tempo; em (a) tempo”. E pode-se perceber o uso da metáfora de RECIPIENTE, além da do CAMINHO.

a explicação apresentada pela SC aponta para a metáfora do RECIPIENTE como base corpórea que sustenta o esquema de produção de sentido para sentenças como essas: diz-se que nós estamos sempre “dentro” de algum lugar e, ao mesmo tempo, nosso corpo é um recipiente. Assim, entende-se, na primeira premissa, a maior, o recipiente (ou categoria) maior: mortal, no qual se inclui um menor: homem, que, por sua vez, na segunda premissa, a menor, encerra, em si, João. Como se mostra na figura seguinte:



A metáfora do BALANÇO¹⁸ é exemplificada por Oliveira (2001, p. 37) com o enunciado:

(16) *Pedro não está triste, mas ensimesmado.*

Oliveira assevera que se adotarmos a hipótese de que os esquemas de “apreensão” da realidade são aqueles mais próximos do físico, a base de sustentação do MAS, nesse caso, será o esquema corporal do BALANÇO: “pesamos duas coisas e a balança se pende para uma delas” (OLIVEIRA, 2001, p. 37). No caso, Pedro estaria mais ensimesmado do que triste.

Além dos esquemas imagéticos que se processam por meio de metáforas, a SC trabalha com a ideia de categorias de sentido, que, segundo Wittgenstein¹⁹ (*apud* OLIVEIRA, 2001), organizam-se por relações de semelhanças de família que se processam por meio de metonímias²⁰ – tidas, aqui, como processo cognitivo que permite criar relações de hierarquias entre conceitos. Ter-se-ia formulado a hipótese de que os conceitos se estruturam por

18 Pearce (1996, p. 172-183) refere-se a essa metáfora como *metáfora do equilíbrio* e aponta, neste mesmo contexto, a *metáfora da força e da resistência*. Para explicar a sua compreensão sobre *novo paradigma e a revolução das comunicações*, ele trabalha, ainda, com outras metáforas: *do terremoto, da serpente e do jogo*.

19 Oliveira, embora faça a alusão a esse autor, não o referencia bibliograficamente. O mais provável é que a autora esteja referindo-se ao trabalho do filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein, cujo texto *Investigações Filosóficas*, publicado postumamente (1953), tratou de temas relacionados à filosofia da mente e deu ênfase a questões relativas a intenção, compreensão, categorização, ao discutir quais seriam as características definidoras da palavra *jogo*, por exemplo.

20 Nota-se que, embora sejam apresentadas como distintas, a metonímia, em última análise, é uma espécie de metáfora. Outra observação é que os exemplos apresentados por Oliveira (2001, p. 40) – *cachorro* → *animal*; *mesa* → *móveis* – apontam para o conceito de hiperonímia apresentado por Ilari e Geraldini (1995, p. 51-53).

protótipos. Em suma: os esquemas e as categorias das nossas experiências físicas imediatas se estendem, na direção da abstração, da complexidade, a processos cognitivos da metáfora e da metonímia, respectivamente.

Eis que, também sinteticamente, para a SC, a construção de sentido às palavras sentenças e textos deriva da relação humana com o mundo que nos cerca. É nessa relação que o homem constrói sinapses mentais e, por meio de metáforas linguísticas, dá sentido às palavras e ao mundo. Nessa perspectiva, o significado é a forma pela qual representamos a nossa própria inserção no mundo e na construção daquilo que dizemos.

A charge a seguir exemplifica a atividade cognitiva de significação a partir do esquema imagético de representação do mundo. Nela, a condição de significar o “lá” e o “cá” ou “um lado” / “outro lado” relacionados a uma possível posição partidária da presidenciável Marina Silva é, para a SC, resultante dos nossos esquemas imagéticos relacionados ao BALANÇO, bem como o “dentro” / “fora” resgata o esquema cognitivo do RECIPIENTE, para a significação.



Bello. Tribuna de Minas, 19-10-10

Para a SC, as representações se dão tanto de forma “mais concreta”, da relação sujeito/mundo, por imagens mentais resultantes dessa relação, quanto de forma mais abstrata, mais metafórica²¹, quando se afirma que o significado de uma expressão reside no conceito que associamos a ela, como se vê na charge de Bira, relativa aos mineiros, apresentada na página 14.

A abordagem da SC é apresentada por Chierchia (2003) como “representacional/mentalística”. Nela, como se vê, o significado é motivado, isto é, emerge de significações corpóreas, dos movimentos de nossos corpos em interação com o meio, na relação sujeito/mundo acima citada.

²¹ Também não se trata, neste texto, do papel da metáfora.

Nesse contexto, as formas de percepção que promovem o nosso pensamento estruturam os nossos conceitos, a maneira como nos comportamos no mundo e o modo como nos relacionamos com as pessoas. “Tal sistema conceptual desempenha, portanto, um papel central na definição de nossa realidade cotidiana” (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 46), e tem lugar cativo na SC, já que esta concebe a linguagem como uma função cognitiva e o significado como mapeamentos metafóricos, como categorizações feitas a partir da nossa realidade experiencial e física.

É possível verificar como a nossa capacidade de espacialização sócio-cognitivamente adquirida é presente na significação que construímos aos enunciados, se observarmos a charge a seguir.

Está à mostra no texto acima que o enunciado o americano *já deixou o avião e vai tocar nosso solo* sugere significação diferente em cada situação em que, na charge, é proferido. Além de colocar em evidência questões relativas ao processamento dêitico²² na construção do sentido, a charge de Dálcio põe à vista a máxima de que o sentido não está na palavra. Isto é, a significação não depende exclusivamente da palavra. Ela (significação) conta com o tempo/espço em que esta (a palavra) foi dita, com um complexo legado de informações sócio-cognitivamente construído do ato de significar.

Na referida charge, ter como interlocutor o presidente Piñera aciona um legado cognitivo a respeito de “o americano” bem diferente do acionado na situação em que a interlocução é com o presidente Kadhafi. Além de Piñera ativar sinapses relativas ao Chile e Kadhafi à Líbia, os elementos ligados ao contexto histórico-social, ao tempo-espço de produção do enunciado, são cognitivamente “fortes” o suficiente para que a unidade significativa seja realizada diferentemente em cada cena apresentada pelo chargista.

Considerações finais

Viu-se, aqui, muito sinteticamente, como três perspectivas de estudos semânticos tratam a relação entre palavra e sentido. Primeiramente, viu-se como se pensa (ou se pensou) o sentido construído a partir da lógica relação entre palavra e coisa, verdade referenciada. A seguir, tratou-se da percepção de que o sentido é negociado na interação linguística, sem depender necessariamente da ligação entre palavra e realidade física. E, para finalizar, apontou-se, rapidamente, a existência de estudos mais atuais em que se concebe o poder cognitivo de construção e relações imagéticas postas em atividade no complexo processo de significação das palavras e do mundo.

22 Ainda que seja vasta a bibliografia a respeito da dêixis, não se tratou desse fenômeno neste texto.

Sem pretensão de concluir este estudo sobre os valores de sentido sob a perspectiva das três Semânticas acima apresentadas, este texto evidencia a necessidade de se promover uma reflexão a respeito da amplitude e da complexidade de questões relativas à produção de sentido. Importa dizer que o exercício aparentemente simples de transformação de som/palavra/enunciado em significado parece estar sempre além do que se possa fechar em um determinado tratado semântico. Em outras palavras, por mais amplo que seja um determinado estudo, ainda haverá o que se pensar a respeito do processamento de sentido.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2 ed., 1981.
- BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral – I*. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri; Rev. Isaac Nicolau Salum. 4. ed., Campinas: Pontes, 1995.
- BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral – II*. Trad. de Eduardo Guimarães et al. Campinas: Pontes, 1989.
- CHIERCHIA, Gennaro. *Semântica*. (Tradução de Luis Arthur Pagani, Lígia Negri, Rodolfo Ilari). Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Londrina, PR: EDUEL, 2003.
- ILARI, R. & GERALDI, J. W. *Semântica*. 7 ed. São Paulo: Ática, 1995.
- KEMPSON, R. *Teoria Semântica*. São Paulo: Zahar, 1980.
- LAKOFF, G. & JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago. The Chicago University Press, 1980.
- LÉVY, Pierre. *As Tecnologias da Inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Trad. Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro, Editora 34, 1993.
- LYONS, J. *Semântica I*. Lisboa, Presença, 1977.
- OLIVEIRA, Roberta Pires de. Semântica. In: MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Christina (Orgs.). *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*, v. 2, 2 ed., São Paulo: Cortez, 2001.
- PEARCE, W. Barnett. Novos Modelos e Metáforas Comunicacionais: A Passagem da Teoria à Prática, do Objetivismo ao Construcionismo Social e da Representação à Reflexividade. In: SCHNITMAN, Dora Fried. (org.) *Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade*. (Trad. Jussara Haubert Rodrigues). Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- PERELMAN, Chaim. *Tratado da Argumentação: a nova retórica*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SALGUERO-LAMILLAR, Francisco J. A validade do(s) Princípio(s) de Frege na análise da linguagem natural. *Kairos. Revista de Filosofia & Ciência*, nº 1, novembro de 2010, p. 43-54.

ANEXO







Título Caletroscópio, Ano 1, Nº 1
Revisão Grupo REVER – Empresa Júnior de Revisão e Tradução
Projeto gráfico Júlio Abreu + Leonora Weissmann/ Jiló Design
Imagem de capa Mário Azevedo (Azulejos da Sacristia da Igreja de Nosso Senhor do Bonfim, Salvador, BA, 2011)
Formato 17 x 24 cm
Número de páginas 224
Papel Pólen Soft 80 g/m²
Impressão e acabamento O Lutador

ARTIGOS

A Carta Geographica e o Mappa Topografico e Idrografico da Capitania de Minas Geraes: a segunda representação, base cartográfica para a primeira?

[*The Topographic and Hydrographic Map of Minas Geraes Province: could the second representation serve as base for the first one?*]

Márcia Maria Duarte dos Santos,
Jorge Pimentel Cintra
Maria Cândida Trindade Costa de Seabra

Invenção de Orfeu, Jorge de Lima em busca da Idade de Ouro

[*Invention of Orpheus, Jorge de Lima in search of the Golden Age*]

Luciano Marcos Dias Cavalcanti

O ethos indígena na obra literária memorialista de Daniel Munduruku

[*The indigenous ethos in the literary memoirs of Daniel Munduruku*]

Waniamara de Jesus dos Santos

O mito identitário brasileiro num poema de David Mourão-Ferreira

[*The Brazilian identity myth in a David Mourão-Ferreira's poem*]

Regina Célia de Carvalho Pereira da Silva

Respostas no tempo: relação mnemônica entre Cartas Chilenas e Respostas às Cartas Chilenas

[*Replies in time: mnemonic relationship between Cartas Chilenas and Resposta às Cartas Chilenas*]

Sara Helena Quintino
William Augusto Menezes

A lenda do Caboclo D'água: uma trajetória enunciativa folkcomunicativa

[*The legend of the Caboclo D'água: a folkcommunicative enunciative trajectory*]

Simone dos santos Mendes

Argumentação e atos de linguagem no discurso político

[*Argumentation and acts of language in political discourse*]

Paulo Henrique A. Mendes

Echanges verbaux emportés en situation académique

[*Verbal exchanges drawn academic experience*]

Ida Lucia Machado
Renata Aparecida Toledo Florencio

Humor, semiolinguística e piadas: uma proposta de análise

[*Humor, jokes and semiolinguistics: a proposal for analysis*]

Rony Petterson Gomes do Vale
Renato de Mello

O erótico no verbo: o espírito da carne e a carne do espírito

[*The erotic in the verb: the spirit of the flesh and the flesh of the spirit*]

Cássio Eduardo Soares Miranda

Significado e valor de verdade

[*Meaning and truth value*]

José Cláudio Luiz Nobre



ISSN 2317-0409